

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E  
EDUCAÇÃO

RODRIGO RIOS NASCIMENTO

**CURRÍCULO E BASE NACIONAL COMUM  
CURRICULAR: o processo de implementação na rede  
estadual paulista.**

ARARAS -SP

2020

RODRIGO RIOS NASCIMENTO

**CURRÍCULO E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: o processo de  
implementação na rede estadual paulista**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, da Universidade Federal de São Carlos, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Educação em Ciências e Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César de Faria  
Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Elaine Gomes Matheus Furlan

Araras-SP

2020

## FICHA CATALOGRÁFICA

Nascimento, Rodrigo Rios

**CURRÍCULO E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: o processo de implementação na rede estadual paulista. / Rodrigo Rios Nascimento. -- 2020.**  
289 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras

Orientador: Prof. Dr. Paulo César de Faria

Banca examinadora: Prof. Dr. Paulo César de Faria; Prof<sup>ª</sup>. Dra. Elaine Gomes Matheus Furlan; Prof<sup>ª</sup>. Dra. Alda Junqueira Marin; Prof. Dr. Anselmo João Calzolari Neto

Bibliografia

1. Currículo. 2. BNCC. 3. Currículo Paulista. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Maria Helena Sachi do Amaral – CRB/8 7083



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Ciências Agrárias  
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática

---

**Folha de Aprovação**

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Rodrigo Rios Nascimento, realizada em 05/03/2020:

---

Prof. Dr. Paulo Cezar de Faria  
UFSCar

---

Profa. Dra. Elaine Gomes Matheus Furlan  
UFSCar

---

Profa. Dra. Alda Junqueira Marin  
PUC-SP

---

Prof. Dr. Anselmo João Calzolari Neto  
UFSCar

## AGRADECIMENTOS

Tenho um universo inteiro para agradecer. Neste espaço, quero dizer para todas as pessoas que estiveram comigo durante esse percurso o quanto me sinto agradecido pela cumplicidade, atenção, energia boa e pelo carinho que me ofertaram e me ofertam, deixando-me orgulhoso por poder contribuir com a Ciência e com a Educação, mas saibam que esta contribuição tem um pouco de cada um de vocês.

Toda gratidão à minha família que sempre me apoiou nas escolhas pessoais, mas sempre me alertando para as possíveis consequências que cada escolha gerará. Mãe, mais uma vez, a fama é minha, mas a força é sua. Irmãos, irmãs, sobrinhos, sobrinhas e cunhadas, me desculpem pela ausência, essa é a consequência que mais dói. Junto à família acrescento os meus amigos e amigas de infância e demais consanguíneos que participaram e dividem experiências comigo.

Grato a todos da GambiSoft, nas suas mais variadas formações, por dividirem o mesmo espaço comigo independente de quando entraram em minha vida: @lua\_o, @anapitanga.atelie (Moni), Paola Amaris, @martanjos, @igorbioarte, @mellza\_, @moraisl\_, @alienmoreira, @lufrahani, @brenopeinado, @so.no.lenta e, em especial, @mistralbrenda por me apresentar o edital de seleção deste programa de mestrado numa universidade incrivelmente admirável.

Deixo registrado também toda minha admiração pelos professores do PPGECM pelo compromisso com a pesquisa e com a educação. Isa e Anselmo, obrigado pela luz que vocês refletem, a cada conversa eu me sentia mais confortável dentro da universidade. *Lord e Diva*, Paulo e Elaine, vocês provocaram uma enorme transformação em mim, cada encontro me levava a um lugar de desequilíbrio intelectual que movia meus desejos à busca da luz e do equilíbrio, mas que provocavam outros desequilíbrios... até hoje me encontro nesse *loop* infinito, vocês desempenharam um trabalho brilhante comigo, serei grato por toda vida e proclamarei para todos o quanto vocês foram certos nas orientações, me enchendo de orgulho por conviver com dois seres tão especiais. Gratidão à professora Alda pela dedicação ao ler este trabalho e pelas orientações durante a defesa pública desta dissertação, bem como pelos elogios e por considerar um trabalho de referência.

Aos colegas que dividiram o corpo discente comigo, muito obrigado! Eu aproveitei bem todos os momentos com vocês. Obrigado por confiarem a mim a representação discente. Turmas 1 e 3, obrigado pelo acolhimento e respeito. Turma 2, eu amo cada um de vocês, obrigado por compartilhar diversas situações, orgulho de tê-los na minha vida, registro toda minha admiração e respeito por todos: @fernanda\_anez, @josylucca, @jesskmarques, @beatriz\_zero, Osório, @palomalaurea, @larissarosendo\_ e @mariacaroline1305. Obrigado também aos alunos e alunas da disciplina de Fundamentos de Matemática por todas as conversas que tivemos, sejam elas acadêmicas ou não, vocês fazem parte dessa formação, represento-os aqui por @giportes\_, @isadoraamancio\_ e @yas\_nascimento1.

Grato também aos colegas de trabalho do Sesi Rio Claro (escola, cultura, esporte e administração). Vocês foram, por muitas vezes, minhas inspirações, admiro cada um dentro da sua singularidade. Nosso trabalho é muito importante e a consciência disso é que fará com que as mudanças sejam encaradas de modo positivo e com a nossa marca, somos os super-heróis em forma humana. Rose, me sinto muito feliz com cada palavra de incentivo e formação que você exterioriza, você me ensinou coisas que os livros são incapazes de ensinar, a todo tempo você parafraseava, ao seu modo, o poeta Nando Reis quando diz que “viver é uma arte, é um ofício, só que é preciso cuidado”. Grato!

Aos participantes da investigação, muito obrigado por toda contribuição que revelou resultados de uma realidade que precisa ser posta a público. E junto ao agradecimento, parabêniso pela força, pela luta, pela docência, pela esperança, pela doação à educação, vocês também fazem parte de minha formação.

Um obrigadíssimo aos amigos e amigas que tornam minha vida mais feliz, certo que o papel e a memória falha limitarão a escrita dos nomes de vocês aqui, mas registro aqueles que estiveram mais próximos durante o desenvolvimento desta investigação: @lucianamarcheti, @lucianaschreiner19, @danicris\_artisanato, @amelarianicosta, @monicaalecardoso, Luana, Beto, André, Lourdes, @luu.gonzaga, @renata\_siqueira27, @genovabruno, @biamelotti\_, @leticiamazza, @gesieli.rocha, @biapicelli, @thiago.sirico, @luhmars, @lauss\_defavori, @arinadorno, @nega\_domingas, @raybortolin, @gabiiarmani, @gabinaomix, @mc\_canto, @andregtavares, @andre.costa96, @fefo\_picelli, @pedro.picelli, @zampinmari, @dafinibrandaio, @arthurdalpino, @rabiolas\_powder e toda a equipe da @lase7erc. Sem vocês a vida não ficaria bela e colorida do jeitinho que eu gosto e nem conseguiria o equilíbrio na tríade trabalho-estudo-lazer.

Enfim, um agradecimento ao Universo pela oportunidade de defender uma educação mais justa. Nas palavras dos baianos Saulo e Enio “Oiá pra cantar / seguir procissão / vem ver meu povo de fé / axé pra lavar / benzer pra curar / tambor para agradecer”

Obrigado!

## RESUMO

Esta investigação analisou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enquanto documento de caráter normativo que orienta a formulação de currículos, bem como seu processo de implementação na rede pública de ensino do estado de São Paulo. Analisou também o desdobramento da BNCC na elaboração do Currículo Paulista (CP). O referencial teórico, fundamentado em Gimeno Sacristán (2017), entende o currículo numa dimensão processual, como um cruzamento de práticas e configurador destas, apresentando conceitos como o currículo prescrito e o currículo apresentado aos professores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa assumindo, conforme Gil (2008), os níveis das investigações de natureza exploratória, descritiva e explicativa. Utilizou-se entrevistas semiestruturadas, realizadas com professores de escolas públicas, representantes de diretorias de ensino e coordenadores de escolas públicas. A Análise Textual Discursiva (Moraes e Galiazzi, 2016) foi utilizada para compreender as falas dos entrevistados sobre aspectos da BNCC e CP. Por meio da pesquisa documental foi possível observar que a BNCC, enquanto documento de caráter normativo, orienta a formulação de currículos regionais, como é o caso do CP; e tem implicações na produção de meios didáticos para orientar a prática pedagógica, por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Concluímos que o processo de implementação da BNCC na rede pública de ensino do Estado de São Paulo pode não ser satisfatória em virtude das compreensões e das expectativas que alguns agentes educacionais possuem a respeito da BNCC e do próprio CP. A temática possui grande relevância no cenário da educação brasileira por ser um tema latente e urgente, na medida em que a BNCC poderá trazer implicações na (re)organização de currículos regionais e locais em um país com grandes diversidades regionais. Portanto, outras pesquisas poderão verificar os desdobramentos da BNCC na elaboração de currículos em outras regiões do país.

**Palavras-chave: currículo; BNCC; currículo paulista; seleção cultural**

## ABSTRACT

This investigation analyzed the Base Nacional Comum Curricular (BNCC) as a normative document that guides the formulation of curricula, as well as its implementation process in the public school system in the state of São Paulo. It also analyzed the development of BNCC in the elaboration of the Currículo Paulista (CP). The theoretical framework, based on Gimeno Sacristán (2017), understands the curriculum in a procedural dimension, as a crossing of practices and configurator of these, presenting concepts such as the prescribed curriculum and the curriculum presented to teachers. It is a qualitative research assuming, according to Gil (2008), the levels of exploratory, descriptive and explanatory nature. Semi-structured interviews were used, carried out with public school teachers, representatives of teaching boards and public school coordinators. The Discursive Textual Analysis (Moraes and Galiazzi, 2016) was used to understand the interviewees' statements about aspects of BNCC and CP. Through documentary research it was possible to observe that BNCC, as a normative document, guides the formulation of regional curricula, as is the case of the CP; and it has implications for the production of didactic means to guide pedagogical practice, through the Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). We conclude that the process of implementing BNCC in the public school system in the State of São Paulo may not be satisfactory due to the understandings and expectations that some educational agents have about BNCC and the CP itself. The theme has great relevance in the Brazilian education scenario as it is a latent and urgent theme, as the BNCC may have implications for the (re) organization of regional and local curricula in a country with great regional diversities. Therefore, other researches will be able to verify the developments of the BNCC in the elaboration of curricula in other regions of the country.

**Keywords: curriculum; BNCC; São Paulo curriculum; cultural selection**



## LISTA DE SIGLAS

- ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
- ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
- ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- ATD - Análise Textual Discursiva
- ATPC - Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo
- BNCC - Base Nacional Comum Curricular
- Brased - *Thesaurus* Brasileiro da Educação
- CAFe - Comunidade Acadêmica Federada
- Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- CONSED - Conselho Nacional de Secretários da Educação
- CP - Currículo Paulista
- DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica
- DE - Diretoria de Ensino
- ERIC - Education Resources Information Center
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LLECE - Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina
- MBNC - Movimento pela Base Nacional Comum
- MEC - Ministério de Educação

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ONG - Organização Não Governamental

PCNP - Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico

Pisa - Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PNE - Plano Nacional de Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SEE-SP - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNDIME-SP - União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Movimentos que antecederam a elaboração da BNCC

Quadro 2 – Entendimentos e posicionamentos das instituições públicas e privadas e das entidades científicas educacionais acerca da BNCC

Quadro 3 – Grupos de análises das produções acadêmicas acerca da BNCC por Rocha e Pereira (2016)

Quadro 4 – Distribuição dos participantes desta investigação identificados por códigos

Quadro 5 – Situação em relação às entrevistas realizadas e não realizadas

Quadro 6 – Organização do ensino fundamental

Quadro 7 – Categorias iniciais e finais

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Estrutura do código de uma habilidade na BNCC

Figura 2 – Estrutura do ensino médio

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
1.1	Justificativa, questão de pesquisa e hipótese	34
1.2	Objetivos	35
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>37</b>
2.1	Aproximações conceituais acerca de currículo	37
2.2	A seleção cultural do currículo	41
2.3	A política curricular e o currículo prescrito	45
2.4	O currículo apresentado aos professores	47
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>52</b>
3.1	A natureza da investigação	52
3.2	A constituição dos dados	54
3.3	Os procedimentos de análise dos dados	56
3.4	O estudo piloto	59
3.5	Participantes da pesquisa	60
<b>4</b>	<b>BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): UMA ANÁLISE CRÍTICA</b>	<b>71</b>
4.1	O contexto educacional durante a criação da BNCC	71
4.2	A Base Nacional Comum Curricular	76
4.3	A educação básica	83
4.3.1	O ensino fundamental	84
4.3.2	O ensino médio	86
4.4	Um desdobramento da BNCC: implicações na elaboração do Currículo Paulista	88
4.4.1	A Educação Integral nos fundamentos pedagógicos do Currículo Paulista	90
4.4.2	Estrutura do Currículo Paulista	92
4.4.3	A área de Matemática no Currículo Paulista	93
<b>5</b>	<b>UM OLHAR PARA AS ENTREVISTAS</b>	<b>97</b>
5.1	Compreensões acerca da BNCC	98
5.2	Processo de elaboração da BNCC	107
5.3	Implementação da BNCC	116
5.4	Currículo Paulista	124
5.5	Considerações acerca da BNCC	134
5.6	Olhando para as categorias	142
<b>6</b>	<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES</b>	<b>145</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>150</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>284</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A abrangência de significados acerca do currículo escolar pode ser compreendida e analisada sob diferentes perspectivas por parte daqueles que estão imersos no contexto da escola e daqueles que, mesmo indiretamente, o influenciam; no sentido de tomar decisões sobre a instituição escolar que tem sua qualidade educacional e de ensino influenciadas por práticas e códigos<sup>1</sup> e traduzidas em processos de aprendizagem. Tal qualidade está relacionada com o tipo de cultura e sociedade imersa num determinado contexto que vai se moldando e ganhando significado à medida que os agentes ali presentes refletem sobre suas ações educativas.

É por meio da análise da prática pedagógica, do momento histórico e do desenvolvimento cultural que o currículo precisa ser concebido e entendido, ou seja, elementos culturais, políticos, educacionais e sociais são intrínsecos ao conceito, e até mesmo à construção dos pressupostos curriculares. O currículo está relacionado com as questões sociais e como os seus atores o desenvolve e em quem eles se tornam. Dessa forma é relevante considerar, na elaboração do currículo, aspectos que não se restringem apenas a conteúdos escolares, mas também “todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela” (HORNBURG e SILVA, 2007, p. 1), a exemplo disso as questões referentes às relações de classes sociais, raciais, étnicas e de gênero.

Se o currículo for entendido apenas como uma relação de conteúdos científicos, acumulados historicamente, a serem apresentados aos alunos, corre-se o risco de tornar a instituição escolar obsoleta. Nessa compreensão de currículo, os problemas atuais da sociedade dificilmente serão postos em questionamento, pois as questões de poder, raça, etnia e de gênero podem ficar à margem das discussões que acontecem na realidade escolar.

Dada a importância do currículo para a escola, este é entendido também como um “campo profissional de estudos e pesquisas” (HORNBURG e SILVA, 2007, p.1); portanto se mostra passível de construção de teorias sobre as realidades da educação, bem como sobre os problemas encontrados nesse âmbito. Essas teorias passaram por

---

<sup>1</sup> Para Gimeno Sacristán (2017, p 75) “os códigos são elementos que dão forma ‘pedagógica’ aos conteúdos, (...), acabam modelando, de alguma forma, a prática”, o autor ainda caracteriza como “elemento ou ideia que intervém na seleção, organização, sequência, instrumentação metodológica e apresentação dos currículos a alunos e professores”.

transformações e ganharam ampliação de sentido com o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área educacional.

Para ilustrar uma das concepções relacionadas a este campo de estudos, Pacheco (2001) apresenta um conceito de currículo referindo-se “a um plano de estudos, ou a um programa, muito estruturado e organizado na base de objetivos, conteúdos e actividades e de acordo com a natureza das disciplinas” (PACHECO, 2001, p.16). Apesar de ser uma definição primeira de currículo, a ideia de “plano de estudos” parece recorrente na concepção de muitos educadores como uma primeira forma de conceber o currículo.

Entretanto, na presente investigação o currículo será considerado na perspectiva de algo dinâmico, influenciado pela cultura e pelos interesses sociais, logo não neutro; tendo a prática pedagógica como sua expressão mais divulgada. É durante o desenvolvimento das práticas pedagógicas que o currículo adquire forma e significado educativo, sendo ele um transformador da realidade em que está inserido e um orientador para novas posturas e tendências educacionais por meio dos seus códigos pedagógicos. Ou seja, o currículo deve ser elaborado por meio da reflexão sobre a prática, no mesmo instante em que a orienta. Dessa forma, ele não pode ser entendido e nem caracterizado como algo estático, imutável. Ele está intrinsecamente relacionado aos contextos culturais e sociais, sendo produto e produtor desses contextos, por meio da intencionalidade da prática pedagógica.

De acordo com Gimeno Sacristán (2017), o currículo é o cruzamento de práticas diferentes e se converte em configurador, por sua vez, de tudo o que podemos denominar como prática pedagógica nas aulas e nas escolas. Gimeno Sacristán ainda apresenta perspectivas de alguns autores sobre os aspectos do currículo escolar ampliando as visões desse campo de estudo (RULE, 1973; SCHUBERT 1986; GRUNDY, 1987).

A partir de uma imersão neste campo de estudo podemos entender o currículo como sendo elaborado por meio de uma prática complexa que envolve: a experiência obtida pelo aluno na escola, os conteúdos educacionais envolvidos, as prescrições e orientações dadas pela administração educacional, o projeto pedagógico da escola, a tecnologia disponível para sua implementação, o desenvolvimento histórico, sócio-político, científico, cultural e de ordem filosófica daqueles que o vivencia.



Uma mudança curricular não tem impacto apenas na escola, ela acontece de forma ampla; alterando os ambientes sociais, políticos, econômicos e culturais. É nesse sentido, que temos a intenção discutir, criticamente, os possíveis impactos gerados pela proposição de uma base nacional curricular que orientará a elaboração dos currículos escolares.

O atual momento da educação brasileira é caracterizado pela presença de uma base curricular de abrangência nacional (BNCC – Base Nacional Comum Curricular) que, documentalmente, apresenta-se como uma norma nacional com orientações para elaboração de currículos em todas as escolas brasileiras, adequados aos diferentes contextos (BRASIL, 2018).

Dada a efervescência momentânea sobre a construção, divulgação e implantação de uma Base Nacional Comum Curricular, que servirá de guia para elaboração de currículos num país heterogêneo como o Brasil, é plausível uma análise desse documento, de modo a questionar sobre suas reais intencionalidades, seus possíveis desdobramentos como, por exemplo, a sua influência na elaboração de currículos regionais e locais. Para fazer essa análise, as orientações propostas por Gimeno Sacristán (2017) podem auxiliar, quando afirma que analisar currículos concretos significa estudá-los no contexto em que se configuram e através do qual se expressam em práticas educativas e em resultados. O contexto – entendido aqui como um conjunto de fatores sociais, políticos, históricos, culturais, pessoais e o próprio contexto da aula – é uma característica que não pode ser ignorada na elaboração de um currículo, e não pode ser determinada e imposta por uma amostra simplificada de uma única realidade, um único recorte.

Considerando que o documento referente a BNCC se autodenomina de “caráter normativo” (BRASIL, 2018), entendemos que, no momento da seleção cultural que configura o currículo comum para todos, é preciso ir além dos conhecimentos clássicos academicistas, fazendo uma seleção do que é necessário para as necessidades atuais da educação e da sociedade, pois segundo Gimeno Sacristán:

Exige-se dos currículos modernos que, além das áreas clássicas do conhecimento, dêem noções de higiene pessoal, de educação para o trânsito, de educação sexual, educação para o consumo, que fomentem determinados hábitos sociais, que previnam contra as drogas, que se abram aos novos meios de comunicação, que respondam às necessidades de uma cultura juvenil com problemas de integração no mundo adulto, que atendam aos novos saberes científicos e técnicos, que acolham o conjunto das ciências sociais, que

recuperem a dimensão estética da cultura, que se preocupem pela deterioração do meio ambiente, etc. (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p 58)

Nesse sentido, não há uma negação dos conhecimentos clássicos na elaboração de um currículo, mas uma atenção também para a dimensão cultural, social, ética, entre outras, que devem fazer parte da composição de um currículo, e isso demandará consenso social e pedagógico no sentido de se estabelecer o núcleo básico da cultura para todos.

Sendo assim, se mostra relevante entender como a BNCC contempla essa seleção cultural para toda a nação, com a pretensão de permear a prática pedagógica em todo contexto nacional. Comprendemos a necessidade de analisar de que forma isso está organizado tanto no documento em si quanto nas ações previstas para a sua implementação.

Para ampliar esta discussão e compreender os possíveis estudos e desdobramentos sobre este cenário, realizamos um levantamento sobre as produções científicas acerca desta temática. Para tanto, foram acessadas, durante o segundo semestre de 2018, bases de dados como ERIC (Education Resources Information Center) – especializada na área de Educação; a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – mantida pelo IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia); SciELO (Scientific Electronic Library Online); Periódicos Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) – instituição vinculada ao Ministério de Educação do Brasil; CAFE (Comunidade Acadêmica Federada); Brased (Thesaurus Brasileiro da Educação) – mantido pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). As buscas em cada uma destas bases digitais foram realizadas por meio de palavras-chave relacionadas ao tema da pesquisa, como por exemplo: “BNCC”, “Base Nacional Comum Curricular”, “curr” (usar a raiz “curr” foi a opção para encontrar trabalhos em que os verbetes “currículo”, “currículos” e “curriculum” fossem contemplados).

O levantamento realizado permitiu verificar que as produções científicas antecedem a homologação da BNCC e trazem questionamentos principalmente quanto às versões 1 e 2 do documento, de um total de 3 versões<sup>2</sup>. Todas essas edições sofreram

---

<sup>2</sup> Versão 1 da BNCC lançada em 16 de setembro de 2015:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>

Versão 2 da BNCC lançada em 3 de maio de 2016:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>

críticas científicas (como consta na discussão desta investigação) e populares (divulgadas pelos meios de comunicação).

Para elaboração da primeira versão do documento da BNCC o Ministério da Educação (MEC) realizou uma consulta pública, virtual, de modo a justificar a participação popular em março de 2016, mas os resultados dessa consulta não foram publicizados. Esta consulta já contava com uma versão preliminar elaborada desde julho de 2015 por pesquisadores e professores da educação básica. Em maio de 2016, dois meses após a abertura da consulta pública, o MEC apresentou a segunda versão do documento e, no mês seguinte, tinha a pretensão de realizar seminários estaduais para finalizar a proposta em junho de 2016, o que só aconteceu em dezembro de 2018 (ROCHA, 2016; RODRIGUES, 2016; HELENO, 2017).

Durante o período de consulta pública, para posterior elaboração do documento da BNCC, foi veiculada em diversas mídias a participação da sociedade civil, em especial dos profissionais de educação, na formulação de sugestões que, supostamente, seriam consideradas durante a construção dessa prescrição curricular. O documento se coloca como resultado da “participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, depois de ampla consulta à comunidade educacional e à sociedade” (BRASIL, 2018, p. 20).

Rocha e Pereira (2018) consideram que a participação da sociedade civil e dos professores na elaboração dessa política curricular “foi meramente formativo e que as condições para que essa participação fosse efetivada não foram garantidas, não sendo a formulação do documento, por isso, democraticamente participativa” (ROCHA e PEREIRA, 2018, p. 50).

Macedo (2014) apresenta como aconteceram esses movimentos muito antes do Ministério da Educação (MEC) iniciar as discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular. Segundo esta autora, “não há hiato entre tais momentos e o debate atual” (MACEDO, 2014, p. 1542). Os momentos listados por ela vão de outubro de 2013 até agosto de 2014 e, apresentam uma forte influência de agentes privados (instituições

---

Versão 3 da BNCC homologada em dezembro de 2017:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)

Versão 3 com ensino médio:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)

financeiras e empresas como Itaú, Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras. Além da Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC<sup>3</sup>, Todos pela Educação, Amigos da Escola) em parceria com agentes públicos (MEC, CNE, CONSED e UNDIME) denominados de “sujeitos políticos públicos” (MACEDO, 2014, p. 1540) e entendendo que “as demandas por centralização não foram, no entanto, originadas apenas no âmbito das políticas de Estado” (MACEDO, 2014, p. 1534).

Quadro 1 – Movimentos que antecederam a elaboração da BNCC

Reunião	Realização	Local e data	Participantes	Observações
1ª	CONSED e Fundação Lemann	São Paulo, outubro de 2013.	UNDIME, CNE, Movimento Todos Pela Educação, Michael Young (Universidade de Londres), Susan Pimentel (Student Achievement Partners), Francisco Soares (presidente do INEP na época) e Paula Louzano (bolsista de pesquisa da Universidade de São Paulo).	Apresentação de um estudo comparativo de sistemas educativos em diferentes países.
2ª	UNDIME	6º Fórum Nacional Extraordinário da UNDIME, organizado pela Fundação Lemann em maio de 2014.	Pesquisadora Elvira Souza Lima – Indagações Curriculares –, pesquisadora Paula Louzano, Khan Academy.	Primeira vez em que a temática base nacional comum foi colocada em foco.
3ª	Fundação Lemann	3º Seminário Internacional do Centro Lemann para o Empreendedorismo e Inovação na Educação Brasileira, agosto de 2014.	Professor David Plank (financiado pela <i>Bill and Melinda Gates Foundation</i> ).	Uma Base Nacional Comum: o potencial e os desafios (palestra sobre o <i>Common Core</i> na Califórnia).

Fonte: Elaborado pelo autor adaptado de Macedo, 2014.

<sup>3</sup> Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.

Confirmando o que foi apresentado por Macedo (2014), Heleno (2017), em sua dissertação de mestrado, examinou os interesses da iniciativa privada nas possíveis modificações na educação básica decorrentes da BNCC, mesmo com o documento ainda em fase de construção. A autora questiona o papel dos agentes financiadores na construção do documento, quem são os interessados e quais são os interesses envolvidos, e estabelece críticas pertinentes às “parcerias” entre os agentes públicos e os privados, rebatendo o posicionamento do Banco Mundial em resposta à sua política de educação neoliberal que em nada favorece a parte mais pobre da população brasileira. Segundo ela, o sucesso (ou não) das instituições escolares, e consequentemente dos seus agentes, estará vinculado ao desempenho nas avaliações externas, estas estarão alinhadas às políticas defendidas e implementadas pelo setor privado e ao sistema de meritocracia, resultado de avaliações censitárias, que definirá, dentre outras questões, a política salarial dos professores. A autora ainda se posiciona contra a BNCC e afirma que esta não proporcionará “a construção de um currículo comum e nem um SNE<sup>4</sup> voltado para a formação de indivíduos críticos e donos de seus destinos, primeiro, pelo protagonismo dos aparelhos mistos de hegemonia na educação” (HELENO, 2017, p. 129).

Na dissertação de mestrado elaborada por Rodrigues (2016), com foco nos textos iniciais, introdutórios e nos pareceres das versões 1 e 2 da BNCC, são apresentadas algumas características que na versão 3 não aparecem de forma explícita como, por exemplo, a orientação sobre a parte diversificada do currículo; ou seja, o que não é nacionalmente comum e poderá considerar as especificidades locais e do indivíduo. Todavia o Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já expressa que

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 2005, p. 16).

Mesmo com o argumento do MEC de que a BNCC, por meio das aprendizagens essenciais garanta que todos os alunos “tenham assegurados seus direitos de aprendizagem” (BRASIL, 2018, p.7), Rodrigues (2016, p. 145) se contrapõe a este argumento dizendo que “parece haver uma confusão nesse sistema educativo, quando este permite que as escolas possam ser mensuradas na sua qualidade pelos sistemas

---

<sup>4</sup> Sistema Nacional de Educação

avaliativos, fatores determinantes do currículo nesses últimos anos”. Nesta concepção são as avaliações externas às escolas que orientarão a formulação do currículo.

A mesma autora apresenta mais uma consideração relevante quando, mais uma vez, traz um contra-argumento aos textos das versões 1 e 2 da BNCC em relação à experiência internacional tida como bem-sucedida:

Ao elaborar um documento de tamanha relevância para o Sistema de Ensino Brasileiro, não é suficiente fazer levantamentos comparativos com outros países que tenham modelos de currículos nacionais e copiar os bons resultados, pois as diferenças culturais e estruturais entre esse país e os analisados são inúmeras, a começar pelos investimentos e valorização do sistema educacional e, principalmente, do profissional da educação. (RODRIGUES, 2016, p. 147).

Assim, não é possível estabelecer uma base curricular democrática de abrangência nacional se não forem consideradas as características diversas da nação, ou então essa base não representará os cidadãos desta nação, caso sua elaboração não seja oriunda de uma participação coletiva. Entretanto, documentalmente, a BNCC é apresentada com a ideia de que houve “participação ampla da sociedade” (BRASIL, 2018, p. 5) para o aprimoramento das versões anteriores.

Mais um trabalho de dissertação de mestrado tem a BNCC como objeto de estudo e contribui com análises dos processos de elaboração do documento que originou a versão final da Base (ROCHA, 2016). Professores da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa foram ouvidos ou tiveram voz por meio de um estudo de caso com entrevistas semiestruturadas que possibilitaram perceber como a política é percebida e interpretada pelos docentes. Embora as consultas públicas tenham sido realizadas, Rocha (2016, p. 129) afirma que “a formulação do documento não foi democraticamente participativa”.

Rocha (2016) ainda conclui, por meio das falas dos participantes da pesquisa, que a participação deles na consulta pública se resume a uma aparência de participação, sem alguma influência dos processos de tomada de decisão, distante de uma democracia. Ela ainda indica uma possibilidade de participação democrática:

(...) uma concepção realmente democrática do e no processo educativo exige a ampliação e o fortalecimento das formas de participação. Para que o projeto democrático torne-se factível e real, ele deverá ser construído a partir de um projeto coletivo, no qual a presença efetiva de outros atores seja uma realidade. Isto é, a democratização pressupõe aprendizado e vivência no exercício de tomadas de decisões. (ROCHA, 2016, p. 138)

Um atributo muito comum sobre as reformas curriculares e que se torna específico, nos resultados apresentados por Rocha (2016), no caso da BNCC é o impacto

que pode ser causado na dinâmica das instituições escolares e mais especificamente na vida dos professores

(...) tanto no que tange a sua profissionalidade e às questões voltadas para a autonomia, quanto no quesito político-pedagógico. Esses aspectos são tomados como imprescindíveis quando analisados à luz da significativa perda de seus espaços de participação nas tomadas de decisões referentes ao currículo e ao ato pedagógico (ROCHA, 2016, p. 132)

Uma das possibilidades de entendimento desse impacto está associada ao modo como a elaboração da base foi feita: se tem como ponto de partida as necessidades reais dos envolvidos, e como ponto de chegada os interesses externos diferentes daqueles que a realizarão. Neste sentido, Rocha (2016) atenta para o fato de que quem planeja a proposta curricular (que pode ser entendido como uma prescrição curricular) não é quem a legitima e a executa, colocando de um lado as instituições públicas e privadas – que planejaram a proposta da BNCC – e do outro as entidades científicas do campo da Educação. Este entendimento possibilitou a construção do quadro que segue:

Quadro 2 – Entendimentos e posicionamentos das instituições públicas e privadas e das entidades científicas educacionais acerca da BNCC

Instituições públicas e privadas	Entidades científicas do campo da Educação
<p>MEC: Ministério da Educação</p> <p>UNDIME: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação</p> <p>CONSED: Conselho Nacional de Secretários da Educação</p> <p>MBNC: Movimento pela Base Nacional Comum</p>	<p>ANPED: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação</p> <p>CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação</p> <p>ANFOPE: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação</p> <p>ANDES: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior</p>
<p>1) Elegeram os seguintes sentidos para a BNCC:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. dispositivo que garantirá os direitos os objetivos de aprendizagem;</li> <li>b. os conhecimentos e habilidades fundamentais para os estudantes;</li> <li>c. Instrumento de orientação para formulação do Projeto Político Pedagógico da escola;</li> <li>d. conquista social;</li> <li>e. norte pedagógico;</li> <li>f. viabilidade para construção de materiais didáticos;</li> <li>g. subsídio para a formação de professores.</li> </ul> <p>2) Processo de influência e elaboração do texto político da BNCC: dados por meio do portal da BNCC e da publicação da versão preliminar, seguida da consulta pública e da elaboração da segunda versão do documento e finalizando nos seminários estaduais e a redação do texto final.</p>	<p>2 Grupo que se manifestou contrário aos sentidos atribuídos pelas instituições públicas e privadas. Problematizando as definições da política proposta como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>2.2 Documento conteudista;</li> <li>2.3 tentativa de homogeneização e uniformização;</li> <li>2.4 formação tecnicista;</li> <li>2.5 controle das discussões e tomada de decisões;</li> </ul> <p>3 Representa um espaço de influência/oposição em um primeiro momento, e no outro, os efeitos e interpretações da política no contexto da micropolítica.</p>
Os que planejam a proposta curricular	Os que legitimam e executam a proposta curricular

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Rocha, 2016.

Uma convergência entre a pesquisa de Heleno (2017) e a de Rocha (2016) está na relação entre as avaliações externas e os interesses das instituições privadas envolvidas na elaboração de uma base nacional, caracterizadas pela regulação curricular, que ocorre



a partir de um processo avaliativo e classificatório, privilegiando os resultados finais em detrimento dos processos de aprendizagem dos estudantes que, nesse contexto, “são homogeneizados por meio dessa avaliação com base em um currículo que inibe as singularidades” (ROCHA, 2016, p. 130).

Outra dissertação de mestrado encontrada sobre o tema apresenta uma peculiaridade em relação às outras, pois não foi desenvolvida num programa de pós-graduação diretamente ligado à Educação, mas em um programa de mestrado em Gestão Pública da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, além de ser uma pesquisa que já considera a versão 3 do documento da BNCC, mesmo antes da sua homologação. Os pesquisadores, Nakad e Skaf, buscaram responder a pergunta “Como fazer a BNCC chegar nas salas de aula? ”. Nakad e Skaf (2017) estudaram modelos de implementação de políticas públicas – *Top-Down*, *Bottom-Up* e *Combined Approach* – fazendo um comparativo com as reformas curriculares de outros países, mais fortemente com a Austrália. Dentre esses modelos, o que mais se aproxima do contexto brasileiro é o *Top-down* que segundo esses autores, neste tipo de implementação quem formula as políticas públicas pode implementá-las em um processo de cima para baixo na estrutura hierárquica. Este modelo é alvo de críticas e considerado, por estes autores, como pessimista porque as ações dependem de múltiplos atores e isso geraria muitas dificuldades para atingir seu objetivo. Outra característica que não favorece este tipo de implementação é que ela não considera que os “de baixo” têm vida própria e precisam ainda de um convencimento a respeito da política a ser implementada.

Para efeito de comparação dos dados estes autores realizaram um diagnóstico da educação básica brasileira levando em conta as dimensões, a distribuição, as disparidades e a dinâmica federativa

Em relação às dimensões, os principais obstáculos referem-se à expressiva quantidade de matrículas (48,8 milhões), de docentes (2,2 milhões), e de unidades escolares (186,1 mil) na Educação Básica brasileira. Os relacionados à distribuição, dizem respeito aos 5.570 municípios brasileiros, e ao fato de 33,9% das escolas estarem localizadas em áreas rurais.

O terceiro grande grupo refere-se às disparidades existentes entre os Estados e as regiões no que tange à infraestrutura escolar (biblioteca e/ou sala de leitura, acesso à internet, laboratório de informática e de ciências) e à qualificação dos docentes, com destaque para as diferenças gritantes existentes principalmente entre os estados do Norte e Nordeste (mais precária) e os demais estados do país.

E o último grupo refere-se ao fato de que a Constituição Federal não explicita de forma coerente as responsabilidades e competências de cada uma das

esferas federativas, bem como à ausência de coordenação federativa no âmbito da Educação Básica brasileira, demonstrando não haver um efetivo sistema nacional de educação. (NAKAD e SKAF, 2017, p. 75-76)

Os desafios para a implementação da BNCC propostas pelo Movimento pela Base Nacional Comum são analisados também por Nakad e Skaf (2017) e demonstram grandes dificuldades para esta realização. Podemos tomar como exemplo o 1º desafio para implementação da BNCC no modelo *Top-Down* que é a comunicação e o engajamento. Trata-se da compreensão e entendimento da política pública, bem como a intensidade com que isso está sendo compreendido, o que depende de uma forte campanha de comunicação.

Dessa forma, e com fundamento na experiência dos países do benchmarking, (...) outra recomendação consiste na criação de uma plataforma online como uma estratégia para o enfrentamento desse desafio, visto que se trata de um recurso tecnológico de amplo alcance, com custo reduzido e facilidade de acesso. A participação da iniciativa privada neste processo é, evidentemente, desejável, visto que poderá contribuir de forma significativa com recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento dessa ferramenta. (NAKAD e SKAF, 2017, p. 66)

Essa teoria foi aplicada na Austrália, um país com uma quantidade de municípios, escola e professores bem menor que a do Brasil. Então, considerando toda a dimensão da nação brasileira, como já foi apresentado em uma citação nesta dissertação, a criação de uma plataforma online demanda recursos e novas tecnologias que nossas escolas não têm em sua totalidade, ou seja, este método de implementação não é viável pois não há uma uniformidade nas realidades das escolas brasileiras; para exemplificar temos escolas que não possuem acesso à internet, sequer computadores, escolas que estão em áreas de difícil acesso no interior das regiões Norte e Nordeste (NAKAD e SKAF, 2017).

O final da citação anterior pode ser entendido como uma marca forte da política neoliberal na implementação da BNCC, que tem por consequência o enfraquecimento das escolas públicas que não dispõem de tais recursos para esta participação e, se assim o for, estas continuarão dependendo da iniciativa privada e continuaremos sem investimentos relevantes na educação pública. É, portanto, uma forma de precarizar a educação e ampliar as dependências por empresas privadas, a partir de uma imagem veiculada para a população da falta de qualidade da educação pública gratuita sem esclarecimentos dos reais motivos vinculados à baixa qualidade.

Outro desafio importante a ser exposto na implementação da BNCC diz respeito à formação do professorado para trabalhar nos moldes da Base. A realidade educacional

expõe um déficit na formação dos professores em todo o território nacional que precisa ser levado em consideração, como expõe Nakad e Skaf:

22,5% dos docentes não possuem nem mesmo o ensino superior completo, 6,5% está cursando o ensino superior, 4,6% só tem o ensino médio completo, 4.546 apenas o fundamental completo, e 1.497 o fundamental incompleto (desafio da formação de professores), ou seja, não possuem a qualificação mínima necessária, nem a formação adequada para as disciplinas que ministram. (NAKAD e SKAF, 2017, p. 68-69)

Essa situação nos leva a inferir que o estabelecimento de uma base nacional comum curricular que determina normativamente ações comuns para toda a nação, poderá se apresentar como inconsistente com o perfil de formação (ou a falta dela) dos professores brasileiros. Isso nos leva a crer que uma das ações mais emergentes está na formação docente, nos investimentos e no engajamento do governo para o estabelecimento de uma política de formação efetiva e consistente do pessoal da educação básica brasileira, além de considerar todas as outras diversas (e adversas) condições sociais que fazem parte da realidade deste país, sendo que estes aspectos poderão dificultar a implementação da BNCC.

Além das dissertações apresentadas, os trabalhos em forma de artigos e manifestos com essa mesma temática trazem outros questionamentos, como Fonseca e Paniago (2017) que usando como abordagem teórico-metodológica os construtos teóricos propostos por Michel Foucault, afirmam o seguinte:

a BNCC representa uma estratégia de saber que tem aventurado falas distantes de outros modelos enunciativos. Já que o que se espera da base é que ela centralize a aprendizagem dos alunos em todas as escolas do ensino básico do país. Algo inédito e não praticado na educação escolar brasileira. (FONSECA e PANIAGO, 2017, p. 48)

O ineditismo apontado na fala desse autor e dessa autora é confirmado em outros trabalhos que foram analisados para fundamentar esta dissertação, como veremos no capítulo que tratará da análise a respeito da base.

Outro aspecto que merece destaque refere-se a um levantamento das produções acadêmicas, sobre a base nacional curricular comum, entre os anos de 2010 a 2015, realizado por Rocha e Pereira (2016). Estes autores dividiram seus entendimentos em três grupos para análise: trabalhos com posições opostas à ideia da BNCC; trabalhos com produções contrárias ao processo de tessitura do documento; e, grupos que se assumiram a favor da proposta curricular comum, “Quando realizamos o levantamento dos sentidos relacionados à BNCC nas vozes dos autores, algumas tônicas ora conflitantes, ora

convergentes foram encontradas nos textos analisados referentes ao tema. ” (ROCHA e PEREIRA, 2016, p. 224).

Quadro 3 – Grupos de análises das produções acadêmicas acerca da BNCC por Rocha e Pereira (2016)

<b>Oposição à ideia de BNCC</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Práticas de controle e tentativa de homogeneidade;</li> <li>• Política neoliberal;</li> <li>• Vinculada à política de avaliação;</li> <li>• Instrumento de regulação;</li> <li>• Reprodução da experiência internacional;</li> <li>• Documento desnecessário devido à existência de outros documentos competentes.</li> </ul>
<b>Críticas ao processo de tessitura do documento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto pragmático;</li> <li>• Documento conteudista;</li> <li>• Política não democrática;</li> <li>• Currículo mínimo.</li> </ul>
<b>Defesa de uma BNCC</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilidade de o documento promover justiça social;</li> <li>• Garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento;</li> <li>• Alternativa de mudança da lógica vigente que determina o currículo através das avaliações e livros didáticos.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Rocha e Pereira, 2016.

Como é evidente, não há uma unanimidade em nenhum dos posicionamentos por questões diversas, inclusive por interesses diferentes que cada grupo defende.

Dentre os posicionamentos, percebemos algumas preocupações relacionadas à BNCC quanto à garantia do espaço da diferença, ao retorno da lógica tecnicista sob os pilares neoliberais da responsabilização, à insipiente participação dos profissionais da Educação, às implicações de uma BNCC nas políticas de formação docente e de avaliação e ao prejuízo da autonomia docente. (ROCHA e PEREIRA, 2016, p. 230)

Além disso, a BNCC padroniza as dez competências a serem desenvolvidas até o final da educação básica (vide ANEXO A) e, “ao normatizar as competências necessárias e os conhecimentos que todos os estudantes brasileiros devem aprender [...], reforça postulados universalizantes e partilha da ideia de neutralidade do conhecimento e reduz a educação a uma dimensão instrumental em favor das demandas de mercado” (VIEIRA e FEIJÓ, 2018, p. 36). Estes autores utilizam ideias e concepções de ciência e de

conhecimento desenvolvidas ao longo do século XX (POPPER, 1991; HEIDEGGER, 1983; BACHELARD, 1971; YOUNG, 1971; PINAR, 1975) para sustentar a ideia de que a BNCC “suprime o debate sobre a não neutralidade do conhecimento e da própria educação” (VIEIRA e FEIJÓ, 2018, p. 36).

Outra característica que se apresenta como motivo de crítica nos trabalhos de Vieira e Feijó (2018) e Venco e Carneiro (2018), se remete à relação que existe entre a definição das dez competências gerais da Educação Básica proposta pela BNCC e as intencionalidades envolvidas nas escolhas destas. Embora essas competências tenham sido postas, não há uma apresentação de como entender se os estudantes se tornaram ou não competentes a ponto de mobilizar os conhecimentos, bem como aplicá-los. Ou seja, a única saída apresentada pela BNCC acerca da avaliação do desenvolvimento dessas competências são as avaliações externas que, diga-se de passagem, estão sendo as definidoras do currículo escolar.

[...] desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol) (BRASIL, 2018, p. 13)

Venco e Carneiro (2018) afirmam que: ao eleger as habilidades e as competências o currículo nos deixa numa condição de um “profícuo diálogo com o mundo empresarial” (p. 9) e que, juntamente com outras políticas atuais – como a redução orçamentária para educação brasileira – “o Brasil continuará inscrevendo-se subalternamente na economia mundial, acolhendo calorosamente e submissamente o capital internacional, que permanecerá explorando as pessoas e o território” (p. 14).

Desse modo, as escolas e os professores se sentirão na obrigação de preparar os estudantes para realizarem satisfatoriamente tais avaliações. Esta prática acaba gerando alguns problemas internos à escola, como a política de bonificação por mérito, que gratifica professores por meio de pagamentos extras (no estado de São Paulo); fruto de um salário indigno e de uma estratégia de não declará-lo e, também, por não cumprir com o real sentido e função da escola - que certamente não é o de preparar para realização de avaliações externas sem se preocupar com a qualidade do que está sendo aprendido; como criticam Veira e Feijó (2018, p. 38) sobre essas dez competências:

podemos ver como elas se transformam em objetivos de aprendizagem e como, por isso mesmo, estabelecem qual conhecimento deve ser valorizado ou considerado como válido no processo de escolarização, quais conteúdos valem à pena ser aprendidos e como podem ser aferidos, centralmente através de avaliações internacionais: o Programa Internacional de Avaliação de Alunos, a partir da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), via Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina.

O conhecimento daquilo que as avaliações externas tentam mostrar, seja em esfera nacional ou internacional, é posto de tal forma como se fosse de uma validade e importância universal e necessária. Entretanto, o campo da educação já conseguiu mostrar que nem a escola, nem o conhecimento e nem a ciência são neutros (VIEIRA e FEIJÓ, 2018). Posto como tal nós entendemos, então, que a seleção cultural dos conhecimentos indicados na BNCC, bem como toda organização desta, não são neutros.

Para defender a ideia de que um conhecimento ou outro deve fazer parte da formação educacional básica de alguém, é preciso fazer escolhas que estejam relacionadas com a realidade do grupo social envolvido, dando-lhe possibilidades de conhecimento de mundo a partir do que se vivencia. Portanto, aceitar que instituições externas às escolas tomem essa decisão, de modo normativo, comum a todo o país, é submeter as escolhas locais aos interesses externos ao contexto escolar, correndo o risco de não contribuir com uma formação que tenha validade na especificidade daquela realidade local, considerando também os problemas particulares da comunidade que precisam de soluções reais para os problemas que a aflige.

Como um exemplo da maneira pela qual as avaliações externas determinam o currículo, Venco e Carneiro (2018) compararam as matrizes de referência das avaliações de larga escala com as habilidades postas na BNCC. A conclusão obtida pelos autores é que tais habilidades “estabelecem um estreito diálogo com os descritores das Matrizes de Referência das avaliações externas, como no Saeb” (p. 11). Essa autora e esse autor consideram que a BNCC é uma “tentativa de prescrever o trabalho intelectual e controlar as atividades desenvolvidas em sala de aula” (p. 11).

Vieira e Feijó (2018) também criticam a relação entre a elaboração da Base e o mercado editorial quando denunciam que a energia posta na proposta da BNCC “está sendo gasta para favorecer as editoras de livros didáticos, as complicadas ONGs empresariais e ajudando (...) a construir mais um muro para cercar a autonomia profissional do professorado da Educação Básica” (p. 43).

Acerca da normatização do conhecimento obrigatório a ser trabalhado nas escolas, Fini, Silva e Santos (2016, p. 9190) consideram que a BNCC está impondo “uma padronização esvaziada de sentido, pois se trata de saberes selecionados por grupos com interesses econômicos antagônico aos interesses políticos e pedagógicos da escola”. Esses interesses já expressam, sem muitos esforços para entender, a não neutralidade da BNCC ao selecionar os mínimos curriculares.

Com essas reflexões críticas, podemos entender o currículo como um campo de lutas por significação e de produção de sentido. Portanto, é uma prática produtiva, constituída em relações de poder (SILVA, 1999) e, assim, distante de qualquer neutralidade.

Viera e Feijó (2018, p. 37) alertam para dificuldade de se contextualizar a Base nas diversas realidades locais devido “as diferenças, a pluralidade e a diversidade da cultural brasileira”. Eles atrelam essa dificuldade a alguns fatores, dentre eles, a falta de política de valorização do professorado e da escola de um modo geral, como o cumprimento do piso nacional do magistério em muitas regiões brasileiras, o que, segundo os referidos autores, não parece ser uma preocupação dos elaboradores da BNCC.

Levando em consideração que não serão necessariamente os professores, nem a escola, que elaborarão os meios para o cumprimento do que é exigido na BNCC, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) já apresentou três editais<sup>5</sup> (PNLD 2019, PNLD 2020 e PNLD 2021 referentes aos anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio, respectivamente) para que as organizações empresariais lancem propostas de livros-texto. Ao que tudo indica, este será o meio pelo qual os professores tomarão conhecimento do que será realizado na escola em sintonia com o que está indicado na BNCC.

Diante deste contexto temos, de um lado, a prescrição nos âmbitos político e administrativo, do outro os interesses mercadológicos do setor privado na “tradução do currículo” (Gimeno Sacristán, 2017, p. 154) e a possibilidade do cumprimento acrítico

---

<sup>5</sup>Edital de convocação 01/2017 – CGPLI. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro e do material didático PNLD 2019.

Edital de convocação 01/2018 – CGPLI. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas e literárias para o programa nacional do livro e do material didático PNLD 2020.

Edital de convocação nº 03/2019 – CGPLI. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos digitais para o programa nacional do livro e do material didático PNLD 2021

(entendido como uma função técnica em detrimento da função intelectual) do professor ao que a prescrição e a tradução curricular entendem homogeneamente como currículo nacional para as heterogêneas realidades escolares.

Segundo Gimeno Sacristán (2017) esse é um modo de desprofissionalizar o professor por meio do controle político-administrativo, quando a sua prática é planejada fora do seu campo de atuação. Por outro lado, os tradutores curriculares, comumente na forma de livro didático, podem orientar o trabalho docente em situações onde não há (ou há poucos) outros recursos para desempenhar esta função.

A separação de funções em atividades cada vez mais especializadas, devido à complexidade do processo global de produção, para dirigir uma determinada realidade ou criar algo, supõe o domínio técnico de aspectos parciais sem capacidade dos agentes para intervir no todo. Por isso, a desprofissionalização implica exercer o controle fora do âmbito dos que realizam a prática. (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p. 154)

Estamos diante do cenário de estabelecimento de uma base curricular nacional, e mais especificamente da BNCC no caso do Brasil, em que temos uma prescrição normativa, obrigatória, imposta por interesses que não estão alinhados às diversas realidades desta nação, com característica mercadológica e com determinantes de interesses dos seus formuladores e incentivadores, dentre eles o setor privado.

Não há, portanto, como projetar a “transformação pedagógica nos conteúdos” (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p. 93) já que o que se propõe não contribui para uma melhor e mais ampla formação dos professores; de modo que pudesse oferecer a eles condições para elaborar objetivos e conteúdos condizentes com a realidade vivida e com as necessidades locais, visto que uma das funções do currículo é, segundo Gimeno Sacristán (2017, p. 93), “transformar a cultura elaborada em cultura válida para o cidadão comum que um dia sai da instituição escolar e necessita de uma preparação básica”.

Dentre os pesquisadores que se colocam numa condição favorável à ideia de uma base curricular de abrangência nacional, Caimi (2016) justifica seu posicionamento por acreditar numa política curricular que contemple um projeto de nação e que indique os objetivos de aprendizagem e que defina as competências básicas para o século XXI. Entretanto, a autora reconhece a complexidade de termos um documento de abrangência nacional como BNCC: “Em países federativos como o Brasil, de grande dimensão territorial e de enorme diversidade regional e cultural, sabemos como são difíceis os consensos e como são complexas as tomadas de decisões acerca de uma estrutura curricular comum” (CAIMI, 2016, p. 87).



Outra justificativa da mesma pesquisadora é que “na ausência de um projeto curricular nacional, são os livros didáticos e os sistemas apostilados (e, portanto, o mercado editorial) que têm estabelecido os programas referentes ao conhecimento” (CAIMI, 2016, p. 86). O que nos leva a questionar a afirmação da autora é o fato de que já estão em andamento editais do PNLD que orientam o mercado editorial para elaboração de livros-texto que contemple o que está proposto na BNCC. Logo, este argumento não nos parece plausível para justificar a necessidade de uma norma curricular nacional, visto que a própria Base já aponta indicativos de determinações na elaboração de livros didáticos.

As pesquisas que tivemos acesso apontam para o quadro de elaboração do documento da BNCC, fazendo uma análise desse processo e das políticas educacionais defendidas tanto pelo setor privado quanto pelo setor público. Apontam também para o estudo comparativo entre as versões 1 e 2 e para o futuro da implementação da Base. Nós nos encontramos em um momento em que o documento oficial da Base já está homologado e precisamos entendê-lo de diferentes maneiras: quanto à possibilidade de elaboração de uma prescrição curricular para os níveis estaduais e municipais, quanto às implicações na elaboração de meios que nortearão o trabalho dos professores nas escolas, quanto ao modo como os professores estão conhecendo este material, quanto às vozes dos agentes educacionais<sup>6</sup> que se utilizarão dele para o trabalho na escola e entender sobre as possíveis ações futuras de ordem administrativa. Estas temáticas não foram encontradas nos trabalhos científicos analisados aqui, e buscar esses entendimentos faz parte das nossas aspirações.

Para o estudo destas temáticas nós nos debruçamos na análise da BNCC e nas falas dos agentes educacionais levando em consideração os pressupostos teóricos apontados por Gimeno Sacristán (2017), como os conceitos de currículo prescrito e de currículo apresentado aos professores. Além do documento oficial, normativo para todo o Brasil, analisaremos as falas dos profissionais de educação – professores, coordenadores de escolas, representantes de diretorias de ensino – que estão, mais do que qualquer outra instância, intimamente relacionados à BNCC na sua implementação e na sua utilização para elaboração do currículo a ser praticado em cada escola. Analisaremos

---

<sup>6</sup> Nesta investigação o termo agentes educacionais compreende profissionais que trabalham no âmbito da educação, tais como: profissionais da Diretoria de Ensino, gestores de escolas e professores.

também alguns dos desdobramentos da BNCC, perceptíveis no presente momento, que são: o Currículo Paulista e os editais do PNLD.

Para clarear nossa investigação, apresentaremos a seguir a justificativa e a questão de pesquisa, elaboradas conjuntamente e apoiadas nos resultados das pesquisas apresentadas nesta seção e em aspectos teóricos trazidos por Gimeno Sacristán (2017) como a nossa fundamentação teórica principal. Apresentaremos também os objetivos desta investigação.

### 1.1 Justificativa, questão de pesquisa e hipótese

A proposta de um currículo mínimo é coerente com uma sociedade democrática que apresenta no discurso referente aos mínimos curriculares, uma preocupação em suprir as necessidades dos seus cidadãos. Entretanto, decidir sobre esses mínimos deve ser uma tarefa envolvendo, nas discussões e decisões, aqueles que trabalham diretamente com a formação desses cidadãos: a escola.

A definição de mínimos para o ensino obrigatório não é, pois, um problema puramente técnico ou de regulação burocrática do currículo, mas sim adquire uma profunda significação cultural e social, expressando uma importante opção política, da qual é preciso examinar todas as consequências. (GIMENO SACRISTÁN, 2017, P 112).

Um currículo prescrito por outra instância tende a não representar fidedignamente a realidade daqueles que o vivenciam, pois amplia as possibilidades de impor uma prática permeada por uma cultura que não faz sentido para aqueles que a consomem, como explica Gimeno Sacristán (2017).

Levando em conta que a BNCC fornece orientações para elaboração de currículos no Brasil, apresentamos a questão que norteará o desenvolvimento da presente investigação: **como ocorre o processo de implementação da BNCC enquanto documento de caráter normativo que orienta a formulação de currículos?**

Nossa investigação busca analisar o contexto em que a BNCC se configura, levando em consideração a pluralidade cultural e social onde se manifestam as práticas educativas e seus possíveis resultados. Bem como os interesses envolvidos na elaboração de uma base nacional e a real função da escola enquanto uma instituição cultural e de socialização.

Além disso, ressaltamos a relevância do currículo nos estudos pedagógicos, na discussão sobre educação e no debate sobre a qualidade do ensino, de modo a recuperar a consciência do valor cultural da escola como instituição promotora de cultura.

No sentido de ampliar as reflexões sobre as discussões brevemente apresentadas e o questionamento posto, entendemos que questões auxiliares poderão surgir durante o desenvolvimento da pesquisa. Portanto, procuramos compreender a abrangência dos aspectos relacionados à implementação da BNCC e seus possíveis desdobramentos na prescrição e na apresentação de currículos a serem desenvolvidos ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Nesse sentido, temos por hipótese que a implementação da BNCC trará implicações em uma possível (re)organização do currículo nos âmbitos regional e local, de acordo com o que o nível administrativo determina, ou seja, definindo as grandes opções pedagógicas e regulando o campo de ação, mas pouco operativa para orientar a prática cotidiana, na opinião dos professores. Para isso será necessária a existência de agentes mediadores entre o currículo e os professores, introduzindo condicionamentos.

## **1.2 Objetivos**

Por objetivo geral esta pesquisa aborda uma análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seu processo de implementação na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, os objetivos específicos compreendem:

- a) conhecer as compreensões e as expectativas que alguns agentes educacionais possuem a respeito da BNCC;
- b) identificar os propósitos da BNCC e a quem ela serve;
- c) identificar a seleção cultural curricular referente à área de Matemática presente na BNCC e na elaboração de currículos;
- d) verificar como ocorreu a apresentação da BNCC para as diretorias de ensino, bem como às escolas e aos professores;
- e) conhecer quais são as ações e os meios de ordem administrativa, de supervisão e pedagógica, relacionado com a implantação da BNCC;

- f) verificar indicativos da produção de meios didáticos para orientar a prática pedagógica, por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica para o presente estudo está subdividida em quatro partes. Na primeira parte – Aproximações conceituais acerca de currículo – discorreremos sobre os entendimentos encontrados sobre a concepção de currículo contida nos trabalhos considerados para este estudo, chegando à compreensão de que o currículo se encontra numa dimensão processual e relacionado à prática pedagógica. Na segunda parte apresentaremos uma discussão sobre a natureza dos conhecimentos que poderão compor um currículo – A seleção cultural do currículo. Na terceira parte – A política curricular e o currículo prescrito – tratará das políticas de regulação e orientação para elaboração de currículos, compreendidas como uma condição que poderá determinar os códigos e a forma destes. Na última parte deste capítulo – O currículo apresentado aos professores – discorreremos sobre os meios e materiais utilizados para a apresentação do currículo aos professores, bem como as possíveis consequências na formação de professores.

### 2.1 Aproximações conceituais acerca de currículo

Entender o currículo é conhecer também a escola como uma instituição cultural socializadora da educação. Para tanto, a análise do currículo se apresenta como condição indispensável. Este tipo de análise favorece a compreensão do papel da escola enquanto agente de socialização de conhecimentos. Para fazer uma análise do currículo, Gimeno Sacristán (2017) apresenta os seguintes âmbitos:

a) **o currículo como ponte entre a sociedade e a escola:** a sociedade se transforma, necessitando de novas demandas de tempos em tempos; assim o currículo escolar deve acompanhar essa dinâmica de modo a preparar o indivíduo para tomar decisões mais democráticas frente às mudanças sociais;

b) **o currículo como projeto ou plano educativo pautado nas experiências e nos conteúdos:** aqui se consideram as metodologias possíveis para o trabalho educacional de modo a organizar as intencionalidades da educação por meio dos conhecimentos a serem explorados;

c) **o currículo como expressão formal e material do plano educativo:** a materialização curricular dar-se-á por meio do documento escrito como, por

exemplo, o Projeto Político Pedagógico da escola (elaborado a partir do currículo prescrito administrativamente), contendo os conteúdos, as orientações e as sequências de abordagens sob determinado formato;

d) **o currículo como um campo prático:** de análise dos processos instrutivos e da prática que lhes dota de conteúdo; de estudo como um território de intersecções de diferentes práticas, não somente as de teor pedagógico, instrutivo, mas também da sua manutenção enquanto fruto de interesse político e; de sustentação da interação entre teoria e prática.

e) **o currículo com uma atividade discursiva acadêmica:** entendido como objeto de investigação para compreender e redirecionar as práticas educacionais.

Todas essas ideias colaboram para entendermos o currículo numa dimensão prática e processual da educação. O currículo se apresenta como um processo dinâmico que transcende as questões didáticas, apontando para a finalidade da educação escolarizada como possibilidade para a socialização da cultura, sendo os professores os legitimadores desse processo.

Na análise dos conteúdos culturais, intelectuais e da forma, tida como código pedagógico, fica destacada a importância da prática pedagógica como o meio pelo qual conteúdo e forma são expressos e modelados no contexto em que se configuram. Assim, o currículo é um indicador de definição da instituição escolar ou ainda da definição do sistema educativo num dado momento, no qual há um desequilíbrio entre interesses e forças dos agentes do subsistema político-administrativo detentores do poder e do controle social. É sob essas condições que há a necessidade da discussão de uma reforma curricular nos sistemas educacionais. Não apenas por considerar o currículo vigente como obsoleto, mas por iniciar discussões para uma transformação da realidade, provocando um novo movimento, numa outra direção e forma de equilíbrio, promovendo questões mais justas, socialmente falando, e a escola precisa ser considerada um ambiente fértil para tal finalidade.

A configuração de um currículo pautado nas práticas educativas, entendidas aqui como sociais e culturais (GIMENO SACRISTÁN, 2017), tende a se caracterizar pela presença de ações como um elemento questionador dos currículos que insistem na

manutenção das condições atuais de reprodução do que outrora foi posto para a escola. As práticas políticas, administrativas, econômicas, organizativas e institucionais junto às práticas pedagógicas, possuem inter-relações que, quando internalizadas pelos agentes elaboradores do currículo, contribuem para uma melhor compreensão deste e da renovação curricular – e conseqüentemente da prática por meio da reflexão – gerando uma melhoria na qualidade do ensino e da educação. Compreendemos que o currículo não é o único responsável por uma educação de excelência. A reforma curricular, por si só, não é suficiente para provocar todas as mudanças necessárias para a melhor qualificação da educação. Entretanto, a reforma curricular é uma condição necessária para que as mudanças educacionais aconteçam.

Da mesma forma, é preciso uma postura crítica daqueles que vivenciam mais diretamente os processos de escolarização. A formação continuada e o aperfeiçoamento dos professores, que podem ser entendidos como uma reprofissionalização, são ações que devem acompanhar tais reformas curriculares para que estas não continuem sendo feitas em uma ordem hierárquica-administrativa-política superior com o discurso elitista e contemplador da manutenção dessa política, que por muitas vezes apresenta uma teorização curricular a-histórica com modelos descontextualizados no tempo e uma preocupação utilitarista única via ateoricismo.

O significado do currículo é dado pelos próprios contextos em que se insere: o contexto da aula e os contextos pessoais, sociais, históricos e políticos. Trata-se, portanto, de um fenômeno escolar que expressa determinações não estritamente escolares.

Sobre as orientações teóricas acerca do currículo, Gimeno Sacristán (2017) apresenta concepções de estudiosos como Vallance (1974), Reid (1980, 1981), Schiro (1978) e McNeil (1983), a partir disso ele nos esclarecem como as perspectivas dominantes, em certos momentos, afetam de forma desigual os diversos níveis de sistemas educativos e apresenta quatro grandes orientações básicas para abordar a configuração de modelos teóricos e práticas relacionadas com o currículo:

a) **o currículo como soma de exigências acadêmicas:** os adeptos a esta orientação criticam a força do academicismo (currículo organizado por disciplinas) que vai se ampliando à medida que o nível escolar vai crescendo. Esta concepção teve origem na crise do Sputnik, em 1957, e do movimento *back to basic*. A preocupação pelos currículos integrados, ou por conteúdos mais inter-relacionados é comum aos adeptos a

esta orientação. Aponta-se a necessidade de superar esse academicismo estreito a partir de uma reorganização curricular que zele não apenas para as disciplinas clássicas, mas que aglutine as necessidades psicológicas e sociais dos indivíduos.

**b) o currículo como base de experiências:** os adeptos a esta orientação consideram que o currículo se baseie nas experiências, expectativas e interesses dos alunos. Eles criticam a insuficiência de um enfoque meramente acadêmico que se contrapõe a uma perspectiva pedagógica e humanista que atenda as peculiaridades dos alunos, tendo uma visão da escola, numa perspectiva “experencial”, como uma agência socializadora e educadora total.

**c) o legado tecnológico e efficientista do currículo:** nesta orientação o currículo é organizado e controlado por um modelo apoiado na burocracia administrativa, um objeto gestionável que se utiliza da pedagogia “desideologizada” e acrítica, de tal modo que dita ao professor como deve ser sua racionalidade prática. As experiências e os conteúdos curriculares são considerados como meio de se atingir determinados objetivos de forma mais eficaz e científica possível. O enfoque efficientista que tenta padronizar os produtos educativos e curriculares, perde de vista o valor da experiência escolar, além de reduzir as habilidades e as competências do professor por meio do desarmamento intelectual

**d) a ponte entre a teoria e a ação:** nesta orientação o currículo é entendido como configurador da prática, como um objeto social oriundo de problemas sociais que deve ser entendido e praticado pela escola numa perspectiva dialética entre teoria e prática. Nesse sentido, a teoria curricular não pode ser indiferente às práticas pedagógicas e muito menos aos processos que determinam a caracterização do currículo. Diante disso, o currículo pode ser considerado como um objeto que estabelece a mediação entre as práticas escolares (oriundas do desenvolvimento curricular) e a sociedade.

Considerando as particularidades locais e as necessidades globais que todo cidadão precisa para ser inserido na sociedade, Gimeno Sacristán destaca que:

o interesse pelos problemas relacionados com o currículo não é senão uma consequência da consciência de que é por meio dele que se realizam basicamente as funções da escola como instituição. (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p. 17)

Gimeno Sacristán (2017) caracteriza o currículo escolar como algo que assegura a ligação entre a sociedade e a escola. Ele defende, sobretudo, a seleção de uma



determinada cultura envolvida no meio social, político e administrativo que envolva a realidade fora da escola com as condições do ambiente escolar.

## **2.2 A seleção cultural do currículo**

Entender a escola como um espaço de cultura é compreendê-la como lugar permeado por elementos culturais, passíveis de assimilação para cada fase, ciclo, etapa da escolaridade, levando em consideração o compromisso com a transformação da sociedade. A busca deste entendimento nos leva a pensar sobre as ações que a escola, dentro da sua especificidade, precisa desenvolver de modo a possibilitar aos educandos o desenvolvimento de competências para enfrentar os problemas da realidade.

É notório que as mudanças sociais interferem diretamente nas estruturas de todos os setores da sociedade que, por sua vez, interferem na escolha do conhecimento, na seleção cultural, que irão compor o currículo. Para Gentil e Sroczynski (2014, p 53) “o currículo é algo mais amplo que um conjunto de propostas escritas e constitui-se em determinadas relações sociais e culturais, e pode ser pensado a partir de diversas realidades”.

Para ilustrar a influência que uma mudança na sociedade tem na escola podemos, por exemplo, tentar entender o comportamento das famílias no desenvolvimento da humanidade. O cenário atual nos faz perceber que os alunos chegam às escolas cada vez mais cedo. As famílias possuem outra configuração (ou outras configurações) que demanda novas formas de organização, estrutura e cuidados. Então, a escola precisa se reinventar para “propiciar a aquisição de instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado” (SAVIANI, 2011, p. 23). Não cabe mais um currículo escolar que se preocupe apenas com a formação puramente pautada nos modos acadêmicos formalizados e, sobretudo, excludente; de uma formação que não carrega em si as necessidades reais, principalmente as que estão relacionadas com a formação de valores éticos e morais para a construção de caráter, bem como garantir a socialização dos conhecimentos “científicos, filosóficos e artísticos” (MALANCHEN, 2014, p. 190).

Para entender melhor qual é o papel da escola podemos pensar sobre quais são as necessidades vividas por uma sociedade, especificamente sobre a sociedade que está sendo vivida de forma direta, a sociedade da qual se faz parte. Compreender essa demanda

social pode ampliar as possibilidades curriculares da escola que, por meio da figura dos seus agentes, e mais diretamente o professor, deverá problematizar a realidade. Um dos meios para essa problematização é a reflexão sobre as práticas pedagógicas. O papel da escola uma vez compreendido e incorporado pelos agentes escolares, a seleção do tipo de conhecimento, de saber, de cultura a ser assimilado e vivenciado na instituição escolar, poderá ser feita por todos os profissionais de educação envolvidos; levando em conta que os indivíduos estão imersos em uma sociedade local, mas com possibilidades de extrapolar o conhecimento cultural sobre uma sociedade global. Sendo assim, os objetos de estudo no âmbito escolar não serão selecionados de modo aleatório, e nem poderão ser impostos por outras instâncias que não considerem a realidade local ou que encarem que há uma sociedade dotada de uma verdade absoluta que deve funcionar como modelo para outros tipos de realidades.

Nessas circunstâncias, o currículo passa a ser um plano de educação de formação geral como defende Gimeno Sacristán.

Na escolaridade obrigatória, o currículo costuma refletir um projeto educativo globalizador, que agrupa diversas facetas da cultura, do desenvolvimento pessoal e social, das necessidades vitais do indivíduo para seu desempenho em sociedade, aptidões e habilidades consideradas fundamentais, etc. (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p 55).

Quando o currículo assume todas essas funções, a escola deixa de ser uma mera transmissora ou informadora de saberes relativos ao conhecimento clássico<sup>7</sup>, passando a ser mais ampla, de formação geral, responsável pela função de socializadora de experiências e culturas diversas. A aprendizagem escolar e o currículo tornam-se cada vez mais complexos e diversificados, visto que a instituição educacional passa a assumir papéis que eram delegadas às outras instituições sociais (família, igreja, clubes...).

Dada a complexidade de se pensar num currículo que responda a tantas necessidades, ele passa a ser entendido, por meio de sua prática, como o ente de maior representatividade de cultura (a talvez o único) acessível para os alunos e para a comunidade em geral, ou seja, o reducionismo academicista clássico não é, por si só, suficiente para a realização de uma educação que desempenhe esta função socializadora, necessária para uma sociedade democrática e diversificada, onde cada aluno carrega

---

<sup>7</sup> Entende-se aqui por clássico “é aquilo que se firmou como fundamental, como essencial. Pode, pois, constituir-se num critério útil para a seleção dos conteúdos do trabalho pedagógico” (SAVIANI, 2011, p. 13).

consigo experiências vividas em outros meios sociais, diferentes da experiência escolarizada, e passa a compartilhá-las no espaço escolar com os professores e demais agentes.

(...) o currículo deve ser a base para a aprendizagem e acesso para a elaboração da informação, participação e entendimento da própria cultura em sua forma regional ou em caráter ampliado. O profissional da educação deve entender as origens do processo educacional na qual atua diretamente ou indiretamente de modo a aumentar a sua produtividade para com o trabalho realizado.

O currículo educacional deve respeitar a diversidade social e cultural e se adequar às peculiaridades dos sistemas educativos no qual será inserido e vivenciado. A construção do currículo social faz parte da identidade educacional, desta forma, organizar as diferenças das mediações e referências sociais contribui para o bom rendimento do processo ensino aprendizagem. (PESSOA e NONATO, 2013, p. 38).

Essas autoras acreditam que o currículo precisa ser visto como um meio que contribui tanto para produzir como para reproduzir as experiências educacionais de determinados grupos sociais, independente do segmento escolar.

Então, é válido questionar: quais parâmetros poderão ser levados em consideração na elaboração de um currículo que busque uma melhor adequação ao momento vigente? É, também, com o olhar para este questionamento que Lawton (1983, apud GIMENO SACRISTÁN, 2017, p. 59) aponta oito subsistemas culturais integrados entre si que devem ser considerados na elaboração da seleção cultural para compor um currículo escolar comum de base obrigatória: a estrutura e sistema social, o sistema econômico, os sistemas de comunicação, os sistemas de racionalidade, a tecnologia, o sistema moral, o de conhecimento e o estético.

Considerando esses subsistemas, ainda é possível pensar no que deve compor o núcleo básico curricular (áreas de conhecimento, disciplinas, temas transversais...). Para tanto, Skilbeck (1984, apud GIMENO SACRISTÁN, 2017, p. 60) sugere as seguintes áreas de experiências e conhecimento: a) artes e ofícios; b) estudos sobre o meio ambiente; c) habilidades e raciocínio matemático; d) estudos sociais, cívicos e culturais; e) educação para a saúde; f) modos de conhecimento científico e tecnológico; g) comunicação; h) pensamento moral, atos, valores e sistemas de crenças; i) mundo do trabalho, do lazer e estilo de vida.

Um problema a ser considerado nessa composição do núcleo básico curricular é que esses conhecimentos são valorizados de formas diferentes, uns colocados como mais importantes ou mais atraentes em detrimento de outros e, esta ideia é generalizada como

verdade, até mesmo entre profissionais da educação. Talvez esta seja uma das grandes dificuldades na elaboração de uma base curricular em que todos os conteúdos culturais estejam nivelados e oportunizados igualmente entre todos os alunos, especialmente entre os alunos com menores chances de ascensão social provocadas por um currículo impregnado de conteúdos puramente acadêmicos e elitistas. Isto pode ser melhor ilustrado por Gimeno Sacristán ao afirmar que:

No currículo tradicional da educação obrigatória, a primazia tradicional foi dirigida à cultura da classe média e alta, baseada fundamentalmente no saber ler, escrever e nas formalizações abstratas, e, por isso, o fracasso dos alunos das classes culturalmente menos favorecidas tem sido mais frequente, devido ao fato de que se trata de uma cultura que tem pouco a ver com seu ambiente imediato. A cultura acadêmica tradicional não é a dominante na cultura das classes populares. (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p 62).

Outra questão que também pode ser considerada um problema de ordem curricular é a não ampliação dos conteúdos curriculares para além do que já está posto, sem uma mudança do meio veiculador das práticas pedagógicas ou ainda a ampliação dos conteúdos com a utilização dos mesmos meios difusores dos saberes postos tradicionalmente. Tal fato pode tornar o currículo desestimulante e sem mudanças culturais significativas. Um exemplo disso é propor a construção de um saber que acontece num meio digital, que utilize novas tecnologias, como aplicativos de computadores ou celulares, e tentar ensinar e aprender por meios estáticos como o livro didático. De forma análoga acontecem com outros meios como a televisão e a internet, embora a seleção cultural nestes meios, de forma extraescolar, pode não apresentar critérios educativos com intenções pedagógicas claras, além de ter a possibilidade de levar o espectador para uma situação de alienação. Portanto, o envolvimento do professor na seleção dos conteúdos culturais e dos meios de divulgação tem importante funcionalidade para a elaboração do currículo, esta é uma forma de democratizar o acesso cultural a alunos de contexto culturais e sociais heterogêneos.

Gimeno Sacristán (2017) propõe um modelo de interpretação do currículo, considerando campos de atividades diferentes, mas inter-relacionadas. Nessa perspectiva, o currículo se desenvolve em diferentes dimensões: currículo prescrito, currículo apresentado, currículo moldado, currículo em ação, currículo realizado e currículo avaliado. Pela natureza da presente investigação, apenas as duas primeiras dimensões serão abordadas: o currículo prescrito e o apresentado.

### 2.3 A política curricular e o currículo prescrito

A elaboração de um currículo escolar deve considerar o contexto histórico e social ao qual este é dirigido. Para tanto, as políticas e o sistema administrativo interferem nesse trabalho de modo a definir – inclusive de modo implícito, sem evidências claras – o tipo de sociedade que se queira formar e as concepções de educação que se tem como pano de fundo do cenário social a ser construído, ou seja, o currículo pode ser entendido também como um meio de controle.

Quando se fala em currículo prescrito pelo sistema administrativo, estamos falando, no caso do Brasil, nas diretrizes, parâmetros ou orientações curriculares propostas pelas secretarias de educação, ou de modo mais abrangente pelo Ministério da Educação (MEC). Entretanto, se essas prescrições não forem oriundas do contexto escolar, se elas partirem de um sistema político administrativo distante da escola, poderá fazer com que, muito possivelmente, o currículo prescrito fique distanciado do que realmente é trabalhado em sala de aula, sem considerar, por exemplo, a diversidade regional de um país tão extenso e heterogêneo como é o nosso. Gimeno Sacristán esclarece que

A prescrição curricular que o nível político administrativo determina tem impacto importante para estabelecer e definir as grandes opções pedagógicas, regula o campo de ação e tem como consequência o plano de um esquema de socialização profissional através da criação de mecanismos de alcance prolongado, mas é pouco operativa para orientar a prática concreta e cotidiana dos professores. A determinação da ação pedagógica nas escolas e nas aulas está em outro nível de decisões. Quando se responsabiliza a administração, [...], de defeitos detectados na prática do ensino, como é o caso, por exemplo, da sobrecarga de programas, se está esquecendo desses outros níveis de determinação nos quais o currículo se fixa e ganha significação para os professores. (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p. 147)

A realidade vivida atualmente na educação brasileira dispõe de uma base curricular que procura garantir os mínimos para toda a nação. Entretanto, é preciso pensar no que nos é importante e necessário enquanto um país diverso, para não cairmos na armadilha da lógica da reprodução.

As mudanças curriculares podem não apresentar uma evolução positiva na qualidade da educação quando é determinada apenas pelo subsistema político administrativo. Gimeno Sacristán (2017, p. 244) defende que “é preciso descobrir o que ou quem define as situações com as quais os professores se encontram”.

Uma reforma num sistema curricular implica mudanças nas práticas educativas que, por sua vez, demanda alterações nas políticas acerca do currículo. Aceitar essas mudanças é reconhecer as transformações sociais como uma dinâmica real que possui relações com as práticas desenvolvidas na escola, além de outros espaços de socialização.

As prescrições curriculares impostas numa verticalização determinam o que e como a escola deve atender as demandas do subsistema político-administrativo. Dessa forma, a instituição escolar assume um papel passivo em cumprir com ordenações que podem não ter relação com a função da escolarização como, por exemplo, obedecer a um sistema acriticamente por uma determinação do Estado. Por outro lado, se a organização do currículo estiver pautada nos anseios e desejos daqueles que o utilizam como possibilidade de formação de cidadãos críticos e éticos, a instituição escolar passa a desempenhar uma funcionalidade menos assistencialista das demandas impostas pela administração e mais formativa, reflexiva e ativa do ponto de vista daqueles que estão relacionados diretamente com o sistema escolar. Caso contrário, quando esse currículo for apresentado aos professores, estes continuarão trabalhando de modo a obedecer a interesses outros, e não daqueles a quem o currículo deve servir – escola, famílias, sociedade como um todo.

A prescrição de um currículo pode ser entendida como mais uma constatação de que este deve ser oriundo de uma constituição social, fruto do interesse social e independente dos valores pessoais ou de determinados grupos sociais. Mas ela, a prescrição, não pode ser a protagonista curricular. A prática pedagógica deve, em maior instância, apresentar as necessidades que irão compor o currículo escolar. É nessa perspectiva que Gentil e Sroczyński (2014, p 53) analisam o currículo no nível da própria prescrição e no nível do seu processo de desenvolvimento e suas consequências para a prática pedagógica.

(...) o currículo, como prescrição, revela um roteiro para legitimar o trabalho docente. Esse roteiro indica o status curricular de determinadas áreas de conhecimento, revela lutas e manifestações em defesa de determinadas áreas, classifica saberes, classifica, de forma oculta, os professores que nele atuam. Já o currículo, em nível de processo e prática, revela saberes e fazeres da docência. (GENTIL e SROCZYNSKI, 2014, p 53)

Prescrever um currículo mínimo comum, de abrangência nacional, é pressupor um projeto cultural comum para toda a nação, que normalize uma cultura selecionada por um interesse carregado de intenções políticas, considerando a abordagem teórica discutida

aqui. Logo, não há uma neutralidade nessa escolha, independentemente do subsistema que a tenha feito. Sendo assim, diante das considerações à luz do referencial teórico, algumas reflexões podem ser desencadeadas, sendo propícias ao contexto brasileiro, tais como: qual é a cultura selecionada para a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? A cultura local está pressuposta na BNCC? As diferentes formas de ver, conceber e divulgar um tema específico em sala de aula é contemplada pela Base? Quais as evidências nesse documento que nos garante uma respeitabilidade às diferenças entre nós e a diversidade cultural em todo território nacional? Se essas evidências não existem, então, qual é o interesse envolvido na elaboração da BNCC? A quem serve? Que implicações poderão ter nas práticas educativas?

Considerando a diversidade social, cultural e econômica presente no nosso país, bem como os fins da educação; o currículo prescrito pode apresentar meios de controle e regulação dos mínimos estabelecidos que podem comprometer a qualidade da educação. E ainda, podem se tornar instrumentos puramente burocráticos e estéreis, deixando a escola sob o controle e manipulação de sistemas de inspeção de qualidade externos a ela.

Numa situação ideal o currículo deve proporcionar as possibilidades de estudos optativos, respeitando a diversidade local presente. Nesse sentido, são férteis perspectivas investigativas acerca dos desdobramentos da prescrição curricular, sobretudo as suas implicações no trabalho realizado pelos agentes escolares.

#### **2.4 O currículo apresentado aos professores**

O currículo prescrito tende a definir e regular as práticas pedagógicas sob a forma de controle do subsistema político administrativo. As condições de trabalho nas quais os professores estão submetidos reforçam as ações reguladoras dificultando a participação desses profissionais na reflexão sobre sua prática e sobre as possíveis mudanças a serem realizadas no currículo escolar.

Como consequência dessas condições, a prescrição curricular chega aos professores de algum modo, seja por meio de currículos regionais e locais que serão elaborados de acordo a prescrição, ou por meio de mecanismos que operam o seu desenvolvimento no âmbito escolar, como os livros-texto ou ainda por meio de

apostilados que entendemos aqui o currículo como forma de se ter acesso ao conhecimento.

Em Gimeno Sacristán (2017) podemos entender o currículo apresentado aos professores como produto elaborado por diferentes instâncias que traduzem o currículo prescrito em material pedagógico carregado de interpretação de quem o faz.

Diante disso os professores normalmente recorrem a esquemas de currículos pré-elaborados num formato de “tradutores” do currículo prescrito. No Brasil, este fenômeno está melhor representado pelo livro didático ou livro texto conforme aponta Gimeno Sacristán (2017) e outros materiais elaborados a partir da proposta curricular elaborada pelos respectivos sistemas, seja em nível estadual ou municipal.

Este aspecto se apresenta como um problema, pois pode-se considerar o que está apresentado no livro didático como única forma possível de ensinar, conseqüentemente os professores poderiam ter dificuldade de pensar em conteúdos diferentes dos tradicionais (SILVA, 1995).

Dentre os problemas ocasionados pela utilização exclusiva do livro didático (problemas de ordem econômica, cultural, intelectual, entre outras), é importante destacar aqueles de ordem pedagógica que afetam diretamente os sistemas educacionais - a desprofissionalização do professor.

A necessidade de elaborações intermediárias do currículo para os professores não pode, e nem deveria, se converter numa prática de controle e desprofissionalização dos mesmos. Ao contrário, as elaborações intermediárias deveriam ser um meio entre outros possíveis e necessários para o desenvolvimento do currículo no ambiente educacional, de preferência, envolvendo os agentes escolares para discussão, fomentando aspectos formativos e dando protagonismo aos professores.

Nesse sentido, Gimeno Sacristán (2017, p.151) afirma que “a política curricular mantém um sistema indireto de controle sobre o currículo que acaba tornando determinados meios (como o livro didático) elementos quase obrigatórios para guiar e controlar a prática docente”.

A desprofissionalização fica clara quando, ao trabalhar apenas com o livro-texto, o professor aliena-se a tal ponto de não planejar suas aulas com as adaptações adequadas



para cada turma, visto que o material já está pronto, tendo sido elaborado por agentes externos. O trabalho do professor fica limitado à apresentação desse material, reduzindo assim as suas competências intelectuais, pedagógicas e culturais.

Gimeno Sacristán (2017) considera que os meios utilizados para a apresentação do currículo aos professores são inerentes ao próprio trabalho docente e considera a dependência ocasionada por estes meios e pelos seus agentes mediadores,

Esta realidade nos leva a abordar a dependência profunda que deriva para o trabalho do professor e para o ensino em geral. A existência de agentes mediadores entre o currículo e os professores é um fato que deve ser considerado numa explicação do processo de construção dos currículos, porque essa prática introduz os condicionamentos próprios mais decisivos:

1) Por um lado, peculiares mecanismos de controle sobre a prática profissional dos professores e sobre os conteúdos e métodos do ensino. Ainda mais, quando sabemos que os controles sobre o currículo baseados no *processo* se apoiam no recurso eficaz de controlar as mensagens culturais e os códigos pedagógicos que chegam a alunos e professores.

2) De outro lado, a projeção dos condicionamentos inerentes a uma prática de produção e de mercado que persegue interesses que não são apenas os pedagógicos, com efeitos na configuração da realidade escolar. (...) A existência deste dado nos leva a refletir sobre suas consequências sociais e pedagógicas, assim como as alternativas possíveis e necessárias.

3) A dependência do professor quanto a estes meios, autênticos planejadores da prática, reflete a autonomia profissional real que tem o professor num aspecto que, à primeira vista, é verdadeira competência profissional dos docentes. (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p. 150-151).

Nesse sentido, os livros didáticos podem apresentar um caráter regulador e limitador da educação, considerando sua expressiva presença na prática pedagógica, possibilitando mecanismos de controle sobre a prática docente. Além disso, deve-se considerar que, por trás dessa função controladora, há o interesse mercadológico contido nas intencionalidades dessa tradução curricular que são bastante rentáveis sob o ponto de vista econômico, Gimeno Sacristán chama atenção para isso:

A competência profissional de desenvolver o currículo em princípio, uma das atribuições verdadeiras do professor, é compartilhada, quando não monopolizada pelos mecanismos de produção de material que há por trás de um número reduzido de firmas comerciais. (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p.154)

E ainda, os livros didáticos caducam muito rapidamente. No Brasil eles são renovados a cada quatro anos para uma mesma etapa da educação básica, por meio do

PNLD; em alguns casos sem diferenças substanciais de uma edição para outra, mas desfrutando de grande valor mercadológico no cenário editorial.

De certo modo, o professor tem grande possibilidade de ter sua prática, determinada por esse material. Nesse sentido, conforme alerta Gimeno Sacristán (2017), o planejamento da prática ocorre fora do âmbito de ação dos professores; o que pode implicar na diminuição da sua competência para a docência e pode implicar também na desprofissionalização dos professores como coletividade profissional.

A proposta de um currículo construído com base na prática pedagógica local, nada tem a ver com a reprodução integral de um material que foi elaborado externamente à realidade escolar. Não há como ter considerações instantâneas sobre as necessidades do meio social baseando-se em um único meio estático como é o caso do livro texto. Os problemas educacionais abordados em regiões diferentes apresentam características diversas impossíveis de serem solucionados por estratégias de ensino que não fazem parte daquela realidade. O movimento de construção de um currículo pode ser uma melhor representação da realidade quando a prescrição for motivada, ou mesmo substituída, por desdobramentos a partir do contexto escolar, com participação efetiva de seus agentes, com demandas e necessidades que emergem das práticas para serem discutidas na coletividade das políticas, de modo geral.

A partir de uma análise crítica do currículo com um olhar sobre a prática pedagógica, Felício e Possani (2013) apresentam contribuições em dois campos: o da própria prática como possibilidade de vivenciar novos modelos curriculares capazes de contribuir para uma melhoria na qualidade do trabalho pedagógico; e o da análise da prática curricular que ajuda a compreender as dificuldades em se propor e executar novos modelos curriculares.

Sobre os elementos propulsores de novas práticas, as autoras citadas acima dizem que por parte dos alunos há uma aceitação real das novas práticas pedagógicas (não prescritas) quando notam o significado e a importância da sua participação enquanto protagonista na construção do currículo; ainda que não seja uma aceitação imediata por se tratar de um ambiente de aprendizagem que se encontra afastado da zona de conforto deles. Outro elemento abordado é que a gestão institucional e o sistema de ensino ainda apresentam resistência a esse tipo de experiência. Isso pode ser justificado pela ausência

de uma prescrição e de abertura para práticas fora dos pressupostos filosóficos dos conteúdos e das metodologias de ensino já arraigadas.

Esse tipo de prática, eivada de significado e importância para os alunos, acaba ganhando um caráter “clandestino”, embora faça parte de uma luta que busca mudanças em espaços demarcados de poder. Desse modo, as práticas pedagógicas que se distanciam do que é comum podem ser encaradas, pelos mais conservadores, como uma transgressão curricular. Mas, é por meio da insistência de novos métodos, novos conteúdos e formas de ensinar que o movimento por renovação curricular pode ganhar força e se tornar, com o tempo, uma possibilidade incorporada ao currículo.

Numa situação de desenvolvimento curricular ideal, o professor deve ter oportunidade de criar todos os seus meios de ensino, de modo a não deixar sua capacidade criativa e intelectual sufocada pelo mínimo oferecido pelo livro texto. Isso não significa a exclusão desse material, mas a sua utilização como um meio possível, dentre tantos outros.

Diante do exposto, Pessoa e Nonato (2013) entendem que faz-se necessária a atualização dos profissionais da educação quanto à elaboração do currículo e a sua implementação na comunidade escolar, para que as práticas pedagógicas tenham resultados favoráveis à assimilação do conhecimento dentro e fora da escola. No entanto, é necessário destacar que a formação dos professores deve-se estar em destaque, como prioridade, não somente para se adequarem ou implementarem de modo acrítico, mas sim, de forma analítica e reflexiva sobre as reais necessidades de cada comunidade escolar.

Para que se concretize o que estas autoras propõem há de se investir na autonomia do professorado por meio de políticas curriculares condicionadas à prática, que estimulem a formação da categoria a buscar por métodos que contemplem, democraticamente, a formação integral do aluno enquanto um ser social; bem como a verificação quanto ao processo de desenvolvimento curricular. No momento presente se coloca também a necessidade de verificar as limitações ou possibilidades que a BNCC pode oferecer à elaboração de currículos e suas possíveis contribuições para a melhoria das práticas educacionais.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 A natureza da investigação

Por se preocupar em um aprofundamento da compreensão de um grupo social (GERHARDT, SILVEIRA, 2009), essa investigação se caracteriza numa abordagem qualitativa. Bogdan e Biklen (1994) definem a investigação qualitativa por meio de cinco características que explicitam o grau da natureza qualitativa da pesquisa, sem necessariamente que todas elas se apresentem numa mesma intensidade, podendo alguma dessas características não estar presente na investigação. Sinteticamente, segundo os autores supracitados, constatamos que:

- (a) “na investigação qualitativa a fonte directa dos dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal” (p. 47), embora o pesquisador utilize instrumentos diversos para coleta de dados no ambiente onde o fenômeno ocorre, como no nosso caso as notas de campo das visitas às escolas e às diretorias de ensino, as gravações em áudio das entrevistas e suas transcrições, ou ainda a utilização de documentos oficiais, ele ainda é o principal instrumento por ter um contato direto com a realidade estudada tornando-se o “instrumento-chave de análise” (p. 48) por se interessar pelo contexto.
- (b) “a investigação qualitativa é descritiva” (p. 48), pois não há, na abordagem qualitativa, uma representação numérica que possa representar as narrativas envolvidas e as substâncias encontradas na coleta da pesquisa como, por exemplo, as emoções e crenças envolvidas durante uma entrevista.
- (c) “os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos” (p. 49), o interesse está em verificar como o fenômeno acontece.
- (d) “os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva” (p. 50), não há um produto elaborado de antemão a ser confirmado. A inspeção das partes é que vão dando forma ao estudo e trazendo à tona as questões mais importantes. Por mais que se parta de um foco investigativo amplo, durante a investigação as especificidades vão surgindo num processo de “baixo para cima”.
- (e) “o significado é de importância vital na abordagem qualitativa” (p. 50) em outros termos podemos entender que uma preocupação do investigador qualitativo é compreender os significados que as pessoas dão ao que é vivenciado por elas, é entender o fenômeno pelo ponto de vista dos participantes da investigação.

Embora Bogdan e Biklen (1994) flexibilizem estas características para a investigação qualitativa ao dizer que “Nem todos os estudos que consideraríamos qualitativos patenteiam estas características com igual eloquência” (p. 37), a presente investigação apresenta muito fortemente todas essas cinco características. Consideramos as escolas e as diretorias de ensino como ambientes naturais para tratar de temas educacionais como o currículo e, o investigador como principal instrumento de coleta e análise de dados; os registros e as transcrições das falas dos participantes, bem como os documentos oficiais, ilustram e dão substâncias para as análises, sem a necessidade de dados quantitativos; o processo é o meio pelo qual buscamos a compreensão do fenômeno; as inspeções dos documentos e das entrevistas deram encaminhamentos para uma análise indutiva por meio das declarações das partes envolvidas e; os significados que cada participante explicita acerca do fenômeno estudado indicam o ponto de vista do local em que cada um se encontra.

Nesta mesma perspectiva de investigação qualitativa Lüdke e André (1986) colaboram dizendo que “a pesquisa qualitativa ou naturalista envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

De acordo com os objetivos da investigação qualitativa, Gil (2007) classifica-a em exploratória, descritiva e explicativa. Sob essa ótica e os objetivos estabelecidos, esta pesquisa pode se classificar em duas dessas categorias: a) exploratória – porque proporciona maior familiaridade com o problema e o aprimoramento das ideias por meio de um levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que possuem experiências com o problema pesquisado; b) descritiva – porque descreve características de um determinado fenômeno por meio de entrevistas, questionários ou observação; leva em conta as opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Lincoln e Guba (1985) desenvolvem um trabalho acerca da pesquisa naturalista, opondo-se aos métodos positivistas de pesquisa. Os autores ressaltam que a denominação naturalista representa a dimensão de campo da pesquisa, que ocorre em ambiente natural.

Para entender e classificar esta investigação segundo os referenciais e os procedimentos adotados, foi preciso planejar o seu desenvolvimento buscando entender quais são os participantes e o objeto da investigação. Os participantes são representantes

de duas diretorias de ensino de municípios do estado de São Paulo, professores e diretores e/ou coordenadores de algumas escolas dirigidas por essas diretorias. Mais adiante nós apresentaremos as características destas escolas e também destes participantes. O objeto de estudo é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – sua elaboração, sua implementação e algum de seus desdobramentos: notadamente na proposição do Currículo Paulista e na elaboração dos editais do PNL (Programa Nacional do Livro e do Material Didático).

### **3.2 A constituição dos dados**

Com base no exposto no parágrafo anterior, podemos olhar para os procedimentos de recolha de dados, adotados nesta investigação, de duas formas. A primeira remete ao estudo de documentos oficiais. A segunda investiga a apresentação e a implementação desses documentos nas instituições educacionais (diretorias de ensino e escolas), representadas por aqueles agentes que nelas atuam.

Dentre as classificações de pesquisas, com bases em procedimentos técnicos, propostas por Gil (2007), a que mais se aproxima desta investigação é a pesquisa documental focalizando a primeira parte. Esta é indicada para análise de documentos oficiais, podendo ainda ser reelaborados a depender dos objetivos da pesquisa. Esse tipo de pesquisa possui grandes proximidades com a pesquisa bibliográfica<sup>8</sup>, diferenciando-se pela natureza das fontes e pelo tipo de documento a ser analisado, neste caso, a exploração de um documento oficial que ainda não recebeu um tratamento analítico.

Na primeira parte a presente investigação utilizou como elementos para a análise documental: a BNCC e o Currículo Paulista.

Na segunda parte, a presente investigação utilizou como procedimento de recolha de dados as entrevistas semiestruturadas com os agentes educacionais das diretorias de ensino e das escolas mencionadas para melhor entender o processo de apresentação e de implementação da BNCC. A escolha da entrevista pode ser justificada por três tipos de

---

<sup>8</sup>A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (GIL, 2008, p. 50).

argumentos: de ordem epistemológica, de ordem ética e política e de ordem metodológica, como exposta por Poupart (2010).

O primeiro é de ordem epistemológica: a entrevista de tipo qualitativo seria necessária, uma vez que a exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais é considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais. O segundo tipo de argumento é de ordem ética e política: a entrevista de tipo qualitativo parece necessária, porque ela abriria a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais. Destacam-se, por fim, os argumentos metodológicos: a entrevista do tipo qualitativo se imporia entre as “ferramentas de informação” capazes de elucidar as realidades sociais, mas, principalmente, como instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores. (POUPART, 2010, p 216) [Grifo no original]

Assim, podemos compreender os múltiplos usos da entrevista numa pesquisa de abordagem qualitativa, levando em conta, ainda, que “o conhecimento obtido pela pesquisa é um conhecimento vinculado a critérios de escolha e interpretações de dados, qualquer que seja a natureza destes dados” (GATTI, 2002, p. 10). Dessa forma, nosso entendimento sobre os dados desta pesquisa relaciona-se com os métodos utilizados para compreender o objeto em estudo, para compreender o contexto da pesquisa descreveremos nos próximos parágrafos os procedimentos metodológicos utilizados na constituição dos dados.

Para nortear a análise documental, utilizamos Gimeno Sacristán (2017) como referencial teórico acerca da concepção e desenvolvimento de currículos. Ele analisa o currículo a partir de diferentes contextos e o concebe numa dimensão processual, o qual apresenta um caráter dinâmico e como um produto da confluência das práticas educativas a serem desenvolvidas na escola, e que recebe influências das realidades locais e globais.

Por meio da nossa escolha teórica e metodológica, fizemos uma análise do documento da BNCC e alguns de seus desdobramentos. Também priorizamos as falas dos atores escolares representantes de diferentes instâncias – representantes de Diretorias de Ensino, representantes da gestão escolar, de escolas vinculadas a essas Diretorias e de professores de Ciências da Natureza, Matemática e Língua Portuguesa das respectivas instituições escolares – obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas com especificidade para cada tipo de representante. Mais adiante nós apresentaremos as razões de escolha destas áreas de conhecimento, bem como os roteiros utilizados nas entrevistas semiestruturadas.

Para cada entrevistado e entrevistada buscamos entender suas concepções sobre a BNCC, como se deu o processo de elaboração do documento oficial, a participação deles na construção do documento da BNCC, aspectos relacionados à apresentação e à implementação deste documento aos professores e à escola de um modo geral, as possíveis vantagens e desvantagens consideradas e outras considerações que os depoentes colocaram durante a constituição dos dados.

### 3.3 Os procedimentos de análise dos dados

Para fazer a análise das entrevistas de modo a obter uma interpretação das mensagens emitidas pelos entrevistados utilizaremos a Análise Textual Discursiva (ATD); que, segundo a concepção de Moraes e Galiazzi (2016) “corresponde a uma metodologia de análise de informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos” (p. 13) e tem como intenção “a compreensão, a reconstrução de conhecimentos existentes sobre os temas investigados” (p. 33).

Moraes e Galiazzi (2016) apresentam três componentes sequenciáveis que colaboram com o processo de análise considerado pelo autor e pela autora de auto-organizado: desmontagem dos textos, estabelecimento de relações e captação do novo emergente.

Na desmontagem do texto, entendida também como a desconstrução e unitarização do *corpus* (nesta investigação o corpus será constituído a partir do teor das transcrições das entrevistas, a unitarização é entendida como cada unidade de análise ou de significado oriunda dessas transcrições), exige-se do pesquisador uma profunda intimidade com o material a ser analisado. Esta relação do pesquisador com o *corpus* é estabelecida após leituras com profundidade a ponto de ir adquirindo compreensão mais ampla e significados possibilitados pela teoria que fundamenta a investigação. Este é entendido pelos autores como polissêmico quando afirmam que “Todo texto possibilita uma multiplicidade de leituras” (MORAES e GALIAZZI, 2016, p. 35).

Ainda segundo esses autores, essa multiplicidade de leitura possibilita uma passagem de uma leitura do explícito (manifesto) para o implícito (o latente), condição para uma interpretação mais exigente e aprofundada, de sentido conotativo e não



compartilhada tão facilmente por diferentes leitores. Isso possibilitará um foco nos detalhes para perceber os diferentes sentidos e chegando às unidades de análise (unidades de significados ou de sentidos) e suas codificações para então chegar a construção de categorias de análise.

A categorização ou estabelecimento de relações é entendido como “um processo de comparação constante entre as unidades definidas no momento inicial da análise, levando a agrupamentos de elementos semelhantes. Conjuntos de elementos de significação próximos constituem as categorias” (MORAES e GALIAZZI, 2016, p. 44). Estes autores ainda atentam para o fato de que as categorias precisam ser nomeadas e definidas constantemente e cada vez com maior precisão, chegando a diferentes níveis de categorias. Para orientar a construção de categorias os autores apresentam três métodos: o dedutivo, o indutivo e o intuitivo. Na ATD o pesquisador pode assumir diferentes métodos de análise.

No método dedutivo, fundamentado no paradigma dominante da ciência, há uma presença maior da objetividade onde as categorias são deduzidas por meio da fundamentação teórica adotada na investigação – categorias *à priori*. “Um movimento do geral para o particular, implica construir categorias antes mesmo de examinar o ‘corpus’” (MORAES e GALIAZZI, 2016, p. 45). Neste método as categorias são elaboradas a partir da teoria que fundamenta a investigação. Pautando-se objetividade e na dedução o pesquisador atribui em qual categoria uma determinada unidade de significado se encaixa. A dedução está pautada no “paradigma das Ciências” o que implica na procura de objetividade, verificabilidade e quantificação. Mas isso pode não ser suficiente para a compreensão do fenômeno investigado.

No método indutivo, paradigma emergente de ordem subjetiva, as categorias são construídas por meio das unidades de análise, organizados em conjuntos de elementos semelhantes – categorias emergentes. “Este é um processo indutivo, de caminhar do particular para o geral” (MORAES e GALIAZZI, 2016, p. 45). Este método é pautado na subjetividade e na indução. O pesquisador busca teorias para fundamentar as categorias, o que implica na construção gradativa do objeto de pesquisa.

A construção de categorias pelo método intuitivo é atribuída a inspirações repentinas do pesquisador, como explica Moraes e Galiazzi (2016) “O processo intuitivo pretende superar a racionalidade linear que está implícita tanto no método dedutivo

quanto no indutivo e defende que as categorias tenham sentido a partir do fenômeno focalizado como um todo” (p. 46). Este método não exclui o dedutivo e o indutivo, pois a intuição está presente em ambos. O pesquisador parte de pressupostos que podem mudar ao longo da análise. A indução e a intuição estão pautadas no “paradigma emergente” e trazem dentro de si: a subjetividade, o foco na qualidade, a ideia de construção e a abertura ao novo.

Independentemente do método de construção de uma categoria, ela precisa oportunizar o entendimento do fenômeno em estudo, e isso é possível por meio de suas propriedades como a pertinência quanto aos objetivos e objetos de análise; a homogeneidade, quando sua construção parte de um mesmo contínuo conceitual e ainda; as categorias não são mutuamente exclusivas (MORAES e GALIAZZI, 2016).

Após a categorização e o entendimento de como as categorias se relacionam de modo a construir sentidos para o fenômeno em estudo, há uma estrutura para a orientação do metatexto, visto que este processo é auto-organizado, ou seja a captação do novo emergente.

A Análise Textual Discursiva visa à construção de metatextos analíticos que expressam os sentidos elaborados a partir de um conjunto de textos. A estrutura textual é construída por meio das categorias e subcategorias resultantes da análise. Os metatextos são constituídos de descrição e interpretação, representando o conjunto, um modo de teorização sobre os fenômenos investigados. A qualidade dos textos resultantes das análises não depende apenas de sua validade e confiabilidade, mas é, também, consequência do fato de o pesquisador assumir-se autor de seus argumentos. (MORAES e GALIAZZI, 2016, p. 55-56)

O metatexto é a última etapa do ciclo apresentado pela ATD, é o momento em que a descrição e interpretação serão materializadas de modo autoral com apresentação dos entendimentos sobre o fenômeno estudado.

Conforme Sousa e Galiazzi (2017, p. 528) três aspectos conferem validade à ATD: “clareza na expressão das categorias que se articulem com os objetivos da pesquisa, estabelecimento de *corpus* de análise com delimitações de unidades de significado com grau de exaustividade e saturação e homogeneidade das categorias” [grifo no original].

A delimitação do corpus de análise exige do pesquisador atenção ao fenômeno em sua totalidade. A delimitação se revela a partir da exaustividade, onde o pesquisador busca incluir os materiais que são efetivamente pertinentes ao estudo. Tal delimitação também

se revela pela saturação, momento em que o pesquisador percebe que a inclusão de novos materiais não trará novos elementos para a compreensão do fenômeno.

### **3.4 O estudo piloto**

Antes de ir, de fato, a campo para a obtenção dos dados da pesquisa, sentimos a necessidade de testar os instrumentos de recolha de dados, validando-os (ou não) levando em consideração a necessidade de estar atento e olhar criticamente a postura do pesquisador/entrevistador. Esses instrumentos (roteiros para as entrevistas) foram construídos coletivamente (pesquisador, orientador e coorientadora) baseando-se nos objetivos estabelecidos para a presente investigação e no método adotado para a obtenção e análise dos dados. Para tanto, elaboramos um primeiro roteiro para a entrevista semiestruturada (vide Apêndices D e E).

Para cada questionamento da entrevista semiestruturada foi verificada se as respostas obtidas correspondiam ou não ao que se pretendia em cada item. Caso o respondente demonstrasse um bom entendimento da pergunta, esta se manteria. Caso o sujeito demonstrasse não entender a pergunta, mesmo que parcialmente, respondendo-a com outros questionamentos ou dizendo que não entendeu, esta seria repensada coletivamente (pelo pesquisador, orientador e coorientadora) e, se necessário, seria modificada, ou eliminada ou ainda seria acrescida de perguntas ou termos complementares para buscar maior clareza por parte do respondente.

O estudo piloto foi aplicado em uma escola municipal, no município de Santa Gertrudes-SP. As escolhas da cidade e da escola deram-se por meio da proximidade geográfica da UFSCar e por apresentar uma boa abertura para receber pesquisadores.

Nesta escola foram entrevistadas uma coordenadora e uma professora de Língua Portuguesa que atua nos anos finais do ensino fundamental. As entrevistas foram realizadas pelo pesquisador, gravadas em áudio e posteriormente transcritas pelo pesquisador. Em seguida o conteúdo dos áudios e das transcrições foram analisados coletivamente (pelo pesquisador, orientador e coorientadora) com o olhar para a clareza na pergunta e na resposta em cada questionamento com vistas à realização de ajustes caso necessários. Observamos que, no geral, o instrumento se mostrou adequado para a recolha de dados, sendo necessários apenas alguns ajustes no teor de algumas questões e

sugestões ao pesquisador para que buscasse maior envolvimento do respondente no sentido de obter maior clareza no teor das respostas.

Os roteiros das entrevistas semiestruturadas, em sua forma definitiva, podem ser observados nos apêndices F, G, H e I desta investigação juntamente com os documentos do projeto de pesquisa (Apêndices A, B e C), roteiros do estudo piloto (Apêndices D e E) e transcrições de todas as entrevistas (Apêndices J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, W e X).

### **3.5 Participantes da pesquisa**

As escolhas dos participantes desta investigação foram realizadas em dois contextos educacionais: o contexto das diretorias de ensino e o contexto das escolas vinculadas a estas diretorias de ensino. Participaram desta pesquisa os representantes das Diretorias de Ensino, os gestores das escolas, os professores de Matemática, de Língua Portuguesa e de Ciências Naturais e os multiplicadores. Estes últimos são agentes das Diretorias de Ensino que foram selecionados para terem um primeiro contato com os estudos da BNCC e que, posteriormente, multiplicarão esses estudos com os demais professores das escolas.

Inicialmente os multiplicadores não faziam parte da nossa seleção de participantes, por não termos conhecimento da existência desses agentes. Foi durante uma das nossas orientações que, ao olhar para as entrevistas transcritas, notamos a existência do multiplicador a partir do teor de algumas falas dos participantes. Recorremos então à Diretoria de Ensino da cidade A (DEA) para entrar em contato com um desses agentes.

Do contexto das Diretorias de Ensino (DE) tivemos como colaboradores um Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico (PCNP) e uma multiplicadora, ambos da DEA. O Professor coordenador, representante desta diretoria, foi indicado pela sigla RDEA; a multiplicadora foi indicada pela sigla MUDEA.

Da Diretoria de Ensino da cidade B (DEB) tivemos a participação de uma Professora Coordenadora do Núcleo Pedagógico (PCNP), indicada pela sigla RDEB.

As escolhas das diretorias de ensino e das escolas deram-se pela proximidade geográfica com o campus da UFSCar em Araras-SP.

No contexto das escolas tivemos a colaboração de representantes da gestão escolar (coordenador ou coordenadora) e de professores de Ciências da Natureza, Matemática e Língua Portuguesa. As duas primeiras áreas do conhecimento foram escolhidas por serem foco do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da UFSCar (campus Araras-SP) e a última por ganhar um destaque na Base Nacional Comum Curricular – vale dizer que o mesmo destaque também é dado à Matemática.

As escolhas das escolas se deram levando em consideração o pertencimento das mesmas a estas Diretorias de Ensino. Consideramos também o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) como critério influenciador desta escolha. Assim, escolhemos uma escola com alto IDEB e outra com baixo IDEB dentro da mesma cidade.

A ideia inicial, para todas as escolas, foi entrar em contato com a gestão para apresentar as intenções de estudo, a documentação relativa ao projeto de pesquisa e fazer o convite para a participação da mesma. Neste momento nós apresentamos ao gestor uma carta (assinada pelo pesquisador, orientador e coorientadora) contendo informações a respeito das intenções da investigação (vide modelo desta carta no Apêndice B). Apresentamos também, em caso de aceite, um documento que deveria ser assinado pelo gestor, o qual foi denominado por Carta de Autorização (vide modelo desta carta no Apêndice A).

As condições das escolas são diferentes e isso influenciou na sua aceitação, ou não, dos participantes em conceder as entrevistas. Caso o convite fosse aceito, faríamos a apresentação do projeto de pesquisa aos professores em Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) e convidaríamos os professores e as professoras de Ciências da Natureza, Matemática e Língua Portuguesa para a participação por meio da concessão das entrevistas.

Explicamos que, para a realização das entrevistas, nós seguimos todos os requisitos exigidos pelo Comitê de Ética. O documento de aprovação do referido comitê para a realização da presente investigação encontra-se no Anexo B.

Explicamos também que a concessão da entrevista seria de livre e espontânea vontade do participante e que a mesma seria realizada por pelo pesquisador (por meio de gravação em áudio) e que ele seguiria um roteiro de perguntas previamente estabelecido com o objetivo de conhecer a opinião do respondente a respeito da BNCC.

Informamos que, em caso de aceite, o respondente assinaria o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), requisito exigido pelo Comitê de Ética (vide modelo do TCLE no Apêndice C).

Em decorrência das características e da dinâmica escolar a aceitação não ocorreu conforme o esperado. Em cada escola tivemos situações diferentes que serão descritas a seguir.

### **Os convites aceitos e não aceitos**

Descreveremos nos próximos parágrafos o processo de tentativa de coleta de dados nas escolas em que o convite foi aceito e também nas escolas em que o convite não foi aceito e, portanto, as entrevistas não aconteceram. Utilizamos os códigos E1, E2, E3 e E4 para as escolas que aceitaram o convite.

Na cidade CA (DEA - Diretoria de Ensino da cidade A) tivemos o convite aceito pelas escolas E1 e E2, onde todas as entrevistas planejadas foram realizadas. Na cidade CB (DEB - Diretoria de Ensino da cidade B) tivemos o convite aceito pelas escolas E3 e E4, mas as entrevistas foram realizadas apenas na escola E3.

Na DEA escolhemos duas escolas do município CA uma com alto IDEB (que chamaremos de E1) e outra com baixo IDEB (que chamaremos de E2).

Com a primeira escola fizemos um primeiro contato e obtivemos, prontamente, a aceitação em participar da investigação, esta foi a primeira escola a aceitar o convite e, portanto, codificada como E1.

Com a segunda escola fizemos duas tentativas presenciais e três ligações telefônicas. No primeiro contato, via telefone, fomos informados sobre os horários em que a diretora da escola estaria disponível para atendimento. Ao ir à escola, em um desses horários, constatamos que estava acontecendo uma reunião e, depois de algum tempo, o secretário informou que a reunião demoraria um pouco mais e aconselhou voltar outro dia. Mas, a diretora pediu que fosse explicado sobre o que se tratava e que depois ela daria um retorno. Após a explicação foi entregue para a escola uma cópia dos documentos referentes ao projeto de pesquisa (Apêndices A e B). Marcamos um retorno na escola. Ao retornarmos à escola no dia combinado, pela segunda ligação telefônica, a diretora estava

atendendo uma família e dizendo que seria inviável realizar esta pesquisa naquela escola, pois ela não estava com tempo para “ajudar”, visto que estava sem coordenadora, muitos professores estavam faltando e não haviam professores eventuais disponíveis para substituir os professores efetivos. Então, neste caso, outros funcionários estavam “tomando conta” das turmas para que os alunos não ficassem nos corredores sem realizarem alguma atividade escolar supervisionada por alguém. Uma semana depois entramos em contato com a escola, via telefone, para saber como andava a dinâmica escolar, se havia alguma mudança em relação ao que impedia a realização das entrevistas. Entretanto, a diretora questionou o motivo que levou à escolha daquela escola, informamos sobre os critérios de escolha das instituições escolares com base na diversidade entre os IDEB e ela reafirmou que não teria condições de realizar a entrevista naquela instituição.

Por este motivo, buscamos outra escola no mesmo município (CA) que aceitou o nosso convite, denominada aqui por E2 (escola com baixo IDEB). Então, no município CA, foi possível coletar dados em duas escolas, E1 e E2. As entrevistas foram realizadas com os gestores e também com os professores de Ciências, Matemática e Língua Portuguesa, em ambas as escolas.

Com as escolas pertencentes à DEB, as dificuldades relacionadas a abertura para a pesquisa foram maiores e mais burocráticas. Nesta diretoria de ensino, escolhemos duas escolas no município CB, uma com baixo IDEB e outra com alto IDEB (que chamaremos de E4). Esta última mostrou-se aberta, enquanto aquela não apresentou condições para a realização das entrevistas. Embora a escola E4 tenha aceitado o convite a participar desta investigação, depois de um tempo, apresentou algumas condições desfavoráveis à participar e declinou.

A escola que não aceitou o convite para participar desta investigação fica situada numa região suburbana do município CB e possui um dos menores IDEB do município. As condições são semelhantes às da escola com baixo IDEB do município CA, com falta de professores e funcionários, inclusive na gestão. No primeiro contato presencial foi possível falar com um coordenador que agendou reunião com a nova coordenadora, pois ele já havia se aposentado e ia parar de trabalhar, então não teria interesse em participar.

Numa segunda visita à esta escola em CB, tivemos contato com a nova coordenadora que, embora não se incomodasse em participar da pesquisa, não teria como.

Informou que não teria tempo nem mesmo se ela ficasse o dia inteiro na escola. Os motivos foram os mesmos apresentados pela escola de baixo IDEB da cidade CA: faltavam professores, gestores e funcionários. Nesta reunião não tivemos como conversar muito porque iria acontecer uma aplicação de provas em uma turma e a própria coordenadora que estava aplicando-a, visto que a professora estava afastada. Por todos estes motivos, esta escola não aceitou o convite para participar da nossa investigação.

Para selecionar uma nova escola no município CB, utilizamos o mesmo critério, selecionando mais uma escola com baixo IDEB. Esta escola fica situada numa região que, até o ano 2012, tinha como vizinho um grande terreno baldio servindo de depósito de lixo, sendo este um dos lugares que divide dois bairros com realidades sociais distintas. O local passou a ter pavimentação há menos de uma década. Duas das possíveis causas para isso são a mudança da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) que passa a ser ao lado desta escola; e a recente construção do Fórum, que influenciou consideravelmente na infraestrutura local.

Nesta escola foram realizadas quatro visitas. Na primeira conversamos com a diretora e o coordenador. Eles nos informaram que sentiríamos dificuldades por meio dos professores, pois já estão cansados de receber alunos da UNESP para realizar pesquisa e que estas pesquisas não têm retorno para a escola; ou seja, os resultados das pesquisas não são compartilhados com a escola. Mesmo com esta situação, a diretora nos pediu que retornássemos em outro dia para fazer a apresentação do projeto de pesquisa aos professores em um horário de ATPC.

No dia e horário combinados, a diretora e alguns professores foram convocados para uma reunião numa outra escola, então o coordenador remarcou nosso encontro para outro momento em que a diretora estivesse presente. Neste novo encontro conversamos informalmente com uma professora de Matemática que pediu para voltar outro dia, pois não havia ninguém da gestão na escola no momento. Na última tentativa de apresentar o projeto de pesquisa para os professores desta escola, o coordenador não permitiu que utilizássemos o ATPC para esta apresentação, nem mesmo que pudéssemos conversar com os professores das três áreas do nosso interesse. Portanto, sem a participação dos professores não faria sentido a participação somente da coordenação ou de outro representante da escola. O argumento apresentado foi o mesmo de antes – de que os professores não aceitariam participar por já estarem cansados de receber alunos da



UNESP e não ter retorno da pesquisa para a escola e não sentirem nenhuma mudança com as pesquisas. Nos orientou então a procurarmos outra escola, e se desculpou.

Assim, partimos para a escolha de outra escola. A escola escolhida será denominada aqui de E3 (baixo IDEB). A escola E3 é uma escola central e que outrora foi tida com uma escola de excelência no município CB. As entrevistas foram realizadas com as professoras e com a coordenadora.

A seguir apresentaremos de forma sintética os códigos utilizados para cada instituição e cada respondente e, em seguida, um quadro com uma visão geral da participação das escolas e diretorias de ensino.

Quadro 4 – Distribuição dos participantes desta investigação identificados por códigos

<b>Diretoria de Ensino A: DEA</b>	<b>Diretoria de Ensino B: DEB</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>○ 1 PCNP representante desta DEA: RDEA</li> <li>○ 1 multiplicadora da Diretoria de Ensino da cidade A: MUDEA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ 1 PCNP representante desta DEB: RDEB</li> <li>○ 1 multiplicador da Diretoria de Ensino da cidade B: MUDEB</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Escolas vinculadas à DEA           <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Escola E1</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Coordenadora C1</li> <li>➤ Professora de Ciências da Natureza CN1</li> <li>➤ Professora de Matemática MA1</li> <li>➤ Professora de Língua Portuguesa LP1</li> </ul> </li> <li>▪ <b>Escola E2</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Coordenador C2</li> <li>➤ Professor de Ciências da Natureza CN2</li> <li>➤ Professor de Matemática MA2</li> <li>➤ Professora de Língua Portuguesa LP2</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Escolas vinculadas às DEB           <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Escola E3</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Coordenadora C3</li> <li>➤ Professora de Ciências da Natureza CN3</li> <li>➤ Professora de Matemática MA3</li> <li>➤ Professora de Língua Portuguesa LP3</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 5 – Situação em relação às entrevistas realizadas e não realizadas

DIRETORIA	SITUAÇÃO	INSTITUIÇÃO	ENTREVISTA REALIZADA	ENTREVISTA NÃO REALIZADA
DEA	Contato realizado com três escolas, das quais duas aceitaram o convite (E1 e E2) e uma declinou.	DEA	RDEA	
			MUDEA	
		E1	C1	
			CN1	
			MA1	
			LP1	
		E2	C2	
			CN2	
			MA2	
LP2				
DEB	Contato realizado com quatro escolas, das quais 2 aceitaram o convite e duas não.	DEB	RDEB <sup>9</sup>	
		E3	C3	
			CN3	
			MA3	
			LP3	
		E4	C4	
			CN4	
			MA4	
			LP4	

Fonte: Elaborado pelo autor

Na escola E1, numa primeira visita, conversamos com a diretora sobre as intenções de estudo, prontamente ela fez uma apresentação da escola, contou que é uma escola central que recebe alunos de bairros com realidades bem diferentes, e que recebe alunos sazonalmente no período da noite a depender do tipo de trabalho, ofertado pelas empresas da região. Tanto os pais dos alunos quanto os próprios alunos, normalmente oriundos do sul de Minas Gerais, trabalham nestas empresas, predominantemente na agricultura e na indústria.

Em relação a aceitação da pesquisa, a diretora deixou claro que a escola está de portas abertas para receber professores e alunos das universidades e que este é um trabalho coletivo que para funcionar bem é necessário que haja esta parceria entre essas instituições educacionais.

Com a mudança da coordenação fomos orientados a conversar com a coordenadora para que ela representasse a escola nesta pesquisa. Isso aconteceu na

<sup>9</sup> A DEB informou que não há professores multiplicadores como houve na DEA.

segunda visita a escola E1. Na terceira visita pudemos conversar com as professoras no horário de ATPC e realizar as quatro entrevistas (três professoras e uma coordenadora).

Finalizadas as entrevistas na escola E1, partimos para a escola E2. Na primeira visita conversamos com o coordenador da escola e marcamos um encontro para realização da entrevista com o coordenador. Tudo ocorreu como o planejado nesta etapa.

Com os professores da escola E2 realizamos dois encontros em ATPC. No primeiro deles apresentamos as intenções de estudo e realizamos a entrevista com um dos professores. No segundo, finalizamos a entrevista com mais um professor e uma professora. As entrevistas aconteceram paralelamente às atividades da ATPC em uma sala separada com o combinado de que o professor faria as atividades previstas para a ATPC em outro momento a ser combinado com a coordenação.

Na cidade CB (DEB) tivemos duas escolas que, inicialmente, aceitaram o convite, mas apenas a escola E3 concedeu as entrevistas.

Na escola E3 conversamos com a coordenadora que demonstrou interesse em participar, mas nas quatro visitas feitas à instituição escolar não encontrávamos espaços para apresentação das intenções de estudos aos professores devido a dinâmica do calendário escolar, como correção de simulados de Saresp, aplicação da prova do Saresp e fechamento de notas bimestrais. Esta dinâmica foi um dificultador nas duas escolas de CB. Contudo, a coordenadora me enviou o contato das professoras que poderiam conceder a entrevista para que conversássemos com elas sobre o agendamento das entrevistas. Marcamos então as entrevistas fora do ambiente escolar por não conseguirmos encontrar um momento que isso pudesse ser feito na escola.

Foram então entrevistadas as professoras de Ciências da Natureza e Matemática. Deixamos agendada a entrevista com a professora de Língua Portuguesa, mas a agenda pessoal da professora não permitiu sua realização naquele momento, sendo realizada ao final do ano de 2019.

Entramos em contato com a coordenadora para agendar a entrevista com um representante da gestão escolar. Sempre que acontecia uma tentativa de agendamento, a coordenadora questionava o teor da entrevista e os motivos para que esta investigação estivesse sendo realizada naquela escola. Explicamos os critérios de seleção das escolas, bem como a segurança quanto ao anonimato dos sujeitos de pesquisa e da importância da

fala dos atores escolares para compreensão do objeto de estudo. Ainda assim houve resistência da coordenação que pediu para desistir da pesquisa, ou deixar para outro momento. Fizemos mais um contato no último bimestre letivo de 2019, e conseguimos realizar as entrevistas com a coordenadora e com a professora de Língua Portuguesa.

Na escola E4 a situação foi parecida com a escola E3. A dinâmica da escola era a mesma para toda a rede estadual de educação paulista. Embora a vice-diretora da escola E4 tenha mostrado uma abertura para realização das entrevistas, não conseguimos apresentar as intenções de estudo para os professores e, além disso, o trabalho interno da escola não possibilitou a conversa com a coordenadora que, em alguns momentos, estava em reunião com pais de estudantes, ou com supervisão escolar ou com estudantes. Portanto, esta escola tem representação nesta investigação, embora tenha aceitado o convite para participar.

Em um novo contato com a escola E4 pudemos agendar uma entrevista apenas com o professor de Ciências. Esta entrevista estava agendada para um horário vago do professor (uma aula vaga entre outras duas aulas). A realidade desta escola não difere muito das outras na questão de recursos humanos. Não havia professor suficiente para assumir as aulas em todas as classes, então este professor que concederia a entrevista precisou substituir duas outras professoras, simultaneamente, dividindo-se em duas salas de aula vizinhas, por este motivo não houve entrevista. Deixamos agendado, para uma semana depois, entrevista com o professor de Ciências. Mas, ele estava com licença médica e não pode comparecer na escola.

### **As entrevistas na DEA**

Antes de realizarmos uma primeira visita na DEA, entramos em contato por meio de ligação telefônica para tirar algumas dúvidas referentes a organização da diretoria, como por exemplo os dias e horários de trabalho da Dirigente de Ensino ou de outra representação da Diretoria.

Na primeira ida à DEA uma das funcionárias pediu uma explicação do motivo da visita e após isso nos apresentou os PCNP que informaram da ausência da dirigente, mas forneceu e-mail para contato. Enviamos um e-mail com os documentos relativos ao

projeto, obtivemos rapidamente uma resposta de que seria indicado algum PCNP para a realização da entrevista, visto que as férias da dirigente já se iniciaram.

Continuamos nosso contato por e-mail para acertarmos uma data de realização da entrevista. Na data combinada não foi possível a realização da entrevista devido um compromisso, não previsto, do PCNP em uma das escolas atendidas por ela. Retomamos o contato e combinamos uma nova data para a semana seguinte. Na segunda visita feita à DEA, o PCNP concedeu a entrevista.

A partir do conteúdo desta entrevista notamos a figura da “multiplicadora” (MUDEA). Esta tornou-se participante desta investigação por nos fazer pensar que sua voz pudesse contribuir para um melhor entendimento do objeto em estudo. Logo, elaboramos um roteiro de uma entrevista semiestruturada para ser realizada com esta participante.

Para encontrar a multiplicadora pertencente à DEA entramos em contato com o PCNP que nos concedeu a entrevista na condição de representante desta DE (RDEA). Ele nos forneceu um contato e a partir daí fizemos o convite à multiplicadora, que aceitou prontamente, e realizamos a entrevista.

### **As entrevistas na DEB**

Em uma primeira visita à DEB já tivemos contato direto com a Dirigente de Ensino. Após toda explicação das intenções de estudos e apresentação dos documentos relativos ao projeto de pesquisa, a mesma dirigente não aceitou participar até que ela comunicasse a um órgão superior às diretorias de ensino. Como a dirigente não deixou claro qual órgão é este, supomos ser a Secretaria Estadual de Educação e depois confirmamos nossa suposição ao entrar em contato com a secretaria via e-mail.

Por não se sentir segura em gravar áudio, sugeriu que a pesquisa fosse realizada e o entrevistador fosse escrevendo os dados, sem a gravação do áudio. Entretanto, esta forma de coletar os dados não faz parte do processo metodológico desta investigação, e por este motivo não realizamos a entrevista naquele momento.

Ainda com esperança de que pudéssemos realizar a entrevista em outro momento, deixamos com a secretária da dirigente de ensino os documentos do projeto e os enviamos

uma cópia por e-mail. Este documento foi encaminhado, também via e-mail, para a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que não nos deu uma devolutiva até que entrássemos em contato algumas vezes via ligação telefônica para saber do andamento.

Em uma das ligações telefônicas, a secretária nos pediu que enviássemos a documentação novamente com o roteiro da entrevista. Fizemos isso mais uma vez e não obtivemos resposta.

Como na DEA não realizamos a entrevista diretamente com a Dirigente de Ensino, pois foi realizada com um PCNP, resolvemos procurar os PCNP pertencentes à DEB. Conseguimos falar com o Núcleo Pedagógico de outra diretoria que nos forneceu o contato de uma PCNP da DEB. Fizemos um contato com esta via mensagens de aplicativo para celular. A PCNP se mostrou disposta a conceder a entrevista. Marcamos a entrevista e no dia de realização a PCNP não pode devido a uma formação que estaria acontecendo na diretoria. Remarcamos para a semana seguinte e mais uma vez não foi possível devido aos cuidados da gravidez da PCNP. Deixamos combinado para a semana seguinte, mas a PCNP nos informou, via mensagem de celular, que havia conversado sobre esta entrevista com a diretora do Núcleo Pedagógico e esta a informou que ela não poderia dar a entrevista sem antes ser autorizada pela Dirigente de Ensino.

Aproveitando a oportunidade, a PCNP nos orientou a enviar um e-mail para o gabinete, solicitando à dirigente uma entrevista com a PCNP, nos moldes formais, com as seguintes informações: tipo de curso que o pesquisador está matriculado, o propósito da entrevista, as perguntas que serão feitas e o dia e o horário que pode agendar. Depois que a dirigente autorizasse a entrevista poderíamos marcar uma data para a realização da mesma.

Ao final do ano de 2019 realizamos mais um contato com a DEB. Conversamos com a nova dirigente de ensino, por meio da secretária, que aceitou delegar uma PCNP para conceder a entrevista com a condição de que esta não seria gravada. Explicamos sobre a metodologia da pesquisa e da necessidade da gravação do áudio da entrevista e do anonimato das pessoas entrevistadas. Sendo assim, a entrevista foi realizada com uma representante da DEB.

## 4 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): UMA ANÁLISE CRÍTICA

### 4.1 O contexto educacional durante a criação da BNCC

Trazer o contexto histórico, político, econômico e social do período em que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi pensada, elaborada e implementada é importante para compreender melhor as características que permeiam este documento de abrangência nacional e por ser coerente com a fundamentação teórica desta investigação.

O texto da BNCC apresenta os marcos legais que a embasa. Para tanto, justifica a sua necessidade com base na Constituição Federal de 1988 que, no seu Artigo 205 afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

O fato desse documento (a BNCC) ser justificado por meio da Constituição Federal, não deveria, por este motivo ser passível de uma análise se as leis fossem claras e se o Estado realmente tomasse esse dever para si. Isso pode ser representado pela falta de ação do cumprimento do dever do Estado em relação à educação como, por exemplo, a valorização e incentivo à formação (inicial e continuada) dos professores; que não tem como acontecer sem estrutura adequada para o desenvolvimento do trabalho docente, ou as salas de aulas superlotadas, ou ainda, a falta de merenda escolar, ou a falta de profissionais de saúde, por exemplo, nas escolas. Diante do exposto, e diante da realidade educacional que vivenciamos, podemos questionar se a família cumpre com o dever descrito pela Constituição Federal ou ela se isenta e delega a educação de modo integral para a escola. Para reafirmar esse compromisso a Constituição Federal apresenta mais um artigo responsabilizando, também, a família no que tange, dentre outras coisas, à educação.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, Art. 227)

A Constituição Federal já previa uma Base Nacional Comum Curricular para educação brasileira, alertando sobre a necessidade de conteúdos mínimos curriculares para o ensino fundamental: “Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988). Este mesmo artigo ainda prevê o ensino religioso para a referida etapa escolar (com matrícula facultativa) e assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Além da Constituição Federal outros documentos legais são utilizados para enfatizar a necessidade de uma base curricular:

- a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 por meio do Inciso IV<sup>10</sup> do Art. 9º incube a União de

IV – estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum; (BRASIL, 1996)

E por meio do Artigo 26 que apresenta a seguinte declaração sobre os currículos:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996)

Por meio destes dois artigos, a LDB apresenta conceitos que nortearão a questão curricular no Brasil, diferenciando o que é básico e comum – as competências e diretrizes –, e o que é diverso – os currículos, cujo foco está no desenvolvimento das competências para alcançar as aprendizagens essenciais, entendidas pela LDB como conteúdos mínimos.

- b) Artigo 14 da Resolução do Conselho Nacional de Educação, fundamentado no Parecer CNE/CEB nº 7/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCN) reforça que

A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e

---

<sup>10</sup> O Inciso IV refere-se à Educação Básica e, neste mesmo Artigo 9º há um outro Inciso (IV - A) faz referência ao Ensino Superior.



gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais. (BRASIL, 2010)

- c) e a Lei 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e afirma a necessidade de uma base ao focar em 36 estratégias, por exemplo “estabelecer e implantar diretrizes pedagógicas e a base nacional comum dos currículos” e assegurar aos alunos dos ensinos fundamental e médio o direito e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para cada ano escolar. (BRASIL, 2014, p. 115)

Todos estes aspectos legais antecedem o início da elaboração da BNCC. Entretanto, em 16 de fevereiro de 2017 a LDB sofre uma alteração por meio da Lei nº 13.415/2017 apresentando nomenclaturas como “direitos e objetivos de aprendizagem” e “competências e habilidades” de modo a servir à elaboração da BNCC, especialmente para o ensino médio, visto que a Constituição Federal de 1988 prevê uma base nacional comum curricular para o ensino fundamental (BRASIL, 1988).

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

[...]

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino. (BRASIL, 2017)

A necessidade de uma base é reforçada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2010) que, no seu Artigo 14 afirma que:

A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades

desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais.

§ 1º Integram a base nacional comum nacional:

- a) a Língua Portuguesa;
- b) a Matemática;
- c) o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da História e das Culturas Afro-Brasileira e Indígena,
- d) a Arte, em suas diferentes formas de expressão, incluindo-se a música;
- e) a Educação Física;
- f) o Ensino Religioso.

§ 2º Tais componentes curriculares são organizados pelos sistemas educativos, em forma de áreas de conhecimento, disciplinas, eixos temáticos, preservando-se a especificidade dos diferentes campos do conhecimento, por meio dos quais se desenvolvem as habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania, em ritmo compatível com as etapas do desenvolvimento integral do cidadão.

§ 3º A base nacional comum e a parte diversificada não podem se constituir em dois blocos distintos, com disciplinas específicas para cada uma dessas partes, mas devem ser organicamente planejadas e geridas de tal modo que as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos. (BRASIL, 2010)

Essas Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN), definidas pelo CNE, são fundamentadas na LDB de 1996 e apresentam normas que orientam o planejamento curricular das escolas.

Em maio de 2015 o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) passaram a trabalhar para construir o documento que definiria os currículos escolares das escolas brasileiras.

Para chegar ao documento oficial e atualizado da BNCC, a terceira versão, foram realizadas outras duas versões preliminares. Alguns trabalhos como aqueles elaborados por Neira e Souza Júnior (2016), Fonseca (2018), Rocha (2016), Rodrigues (2016) e Heleno (2017) explicitam o processo na elaboração das versões 1 e 2, conforme discutido brevemente na introdução. A versão 1 foi disponibilizada, após a consulta pública da versão preliminar, pelo Ministério da Educação (MEC) em setembro de 2015. Em maio de 2016 foi divulgada a versão 2 após a consulta pública por meio on-line, como descrito na introdução deste trabalho, e por meio da Portaria nº 790/2016 o MEC cria o Comitê Gestor da BNCC e da reforma do ensino médio, que tem a função de acompanhar o processo de discussão da segunda versão da Base e de encaminhar a proposta final, além de propor subsídios para a reforma do ensino médio. Ainda segundo os autores e autoras mencionados neste parágrafo, em setembro de 2017, o Conselho Nacional de Educação

(CNE) retoma as consultas públicas para elaboração da terceira versão (referente à educação infantil e ao ensino fundamental) e, em menos de 3 meses, 15 de dezembro de 2017, o texto final do documento é aprovado pelo CNE e homologado pelo MEC após uma semana de ter sido apresentado a este Ministério. Fonseca (2018, p. 47) chama atenção para o termo “obrigatoriedade” que aparece no documento possibilitando o entendimento do seu caráter normativo e centralizador.

Em meio a uma grande instabilidade política, econômica e social em que o Brasil se encontrava durante os anos de elaboração da BNCC, vale a pena ressaltar a denúncia feita por Fonseca na sua dissertação de mestrado:

Posteriormente a publicação da segunda versão da BNCC, houve um desmembramento do documento em duas partes. O governo de Michel Temer decidiu, através de uma medida provisória, propor mudanças para o ensino médio e adiar homologação do documento. Essa decisão gerou críticas de especialistas, técnicos e profissionais da área da educação, uma vez que, desconsiderou os debates que haviam sido conduzidos em decorrência dos trabalhos realizados desde a primeira versão do documento. Diante desse contexto, as discussões sobre a BNCC ganharam força e o documento passou a ser um instrumento de propaganda midiática do governo federal, com promessas de projeção da educação brasileira, no que diz respeito à educação básica, a um novo patamar, onde o aluno terá a possibilidade de escolher a área em que irá cursar o ensino médio, de acordo com suas afinidades e anseios. (FONSECA, 2018, p. 114)

Durante o ano de 2018 alguns movimentos já foram acontecendo devido a implementação da BNCC da educação infantil e do ensino fundamental, como por exemplo o “Dia D” – Dia Nacional de Discussão sobre a BNCC, em 6 de março de 2018 – organizado pelo MEC, Consed e pela Undime com sugestões de atividades para as escolas e as secretarias de educação, disponibilizadas no *site* do MEC. Outro exemplo é a construção de currículos por parte dos estados. Neste mesmo ano, em dezembro, o documento da BNCC referente ao ensino médio é homologado.

É em meio a esse conturbado episódio da história brasileira e da história da educação brasileira que o MEC nos apresenta uma Base Nacional Comum Curricular que definirá a construção de currículos de todas as escolas de Educação Básica do Brasil (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).

Considerando a grande extensão do território nacional e a grande diversidade cultural e social que enriquece a nossa história, há razões para supor que aspectos comuns, homogêneos e centralizadores relacionados à prescrição curricular, ou à uma base

curricular comum que orientará a elaboração de currículos em todo o Brasil, poderá se apresentar como uma questão que demandará reflexão crítica.

## 4.2 A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se autodenomina como

um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2018, p. 7)

Para salientar a importância de uma base que sirva de norma para a elaboração de currículo e almeje assegurar os direitos de aprendizagem, a BNCC se utiliza do PNE como base argumentativa:

“o PNE afirma a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (meta 7), referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento” (BRASIL, 2018, p. 12)

A meta 7 busca dar sustentação à melhoria da qualidade da educação básica. Para tanto, toma como referência o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), buscando a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.

A referida Base busca se justificar, conforme Brasil (2018, p. 7-8), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) e no Plano Nacional da Educação (PNE) para orientar a “...formulação dos currículos (...) e das propostas pedagógicas das instituições escolares...” em todo o território nacional (nas esferas federal, estadual e municipal) e em todos os sistemas e redes de ensino (público e privado), com a promessa de políticas e ações acerca da formação de professores, avaliação e elaboração de conteúdos educacionais, e a intenção de ser balizadora da qualidade da educação brasileira.

Sobre a elaboração de conteúdos educacionais o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), agora entendido como Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), por englobar outros materiais além do livro didático também sofrerá

influência da BNCC; uma vez que no edital do PNLD 2019 (edital de convocação 01/2017) – disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – referentes à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental; já apresenta nos critérios de avaliação uma correspondência à versão da BNCC enviada ao CNE pelo MEC em abril de 2017, mesmo antes da sua homologação. Caso o documento da BNCC não fosse homologado, o edital já apresentava um item para tratar das eventuais alterações.

Acerca da elaboração de currículo local, a BNCC apresenta proposições para sua adequação de modo a tomar decisões referentes a “criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem” (BRASIL, 2018, p. 17).

Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (BRASIL, 2015) atenta para a importância de uma sólida formação do professorado que atuará em diversos níveis e modalidade educacionais, das diferentes áreas do conhecimento, bem como a relações entre elas e as dimensões envolvidas:

§ 2º No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional. (BRASIL, 2015, p. 3)

Também nesse sentido, Gimeno Sacristán (2017) argumenta sobre a prática pedagógica gravitando em torno do currículo e faz uma crítica colocando a formação de professores numa condição especial:

por diferentes razões, na teorização pedagógica dominante, existem mais preocupações pelo *como* ensinar que pelo *que* se deve ensinar. Se é evidente que ambas as perguntas devem ser questionadas simultaneamente em educação, a primeira fica vazia sem a segunda. Um vazio que é ainda muito mais evidente em toda a tecnocracia pseudocientífica que dominou e domina boa parte dos esquemas pedagógicos. A consequência desta crítica é importante não apenas para reconsiderar as linhas de investigação dominantes em educação, mas também, e especialmente, a formação de professores. (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p.30)

Considerando que a BNCC contribui para o alinhamento de “políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação” (BRASIL, 2018, p. 8) é importante a participação efetiva dos professores, com clareza sobre a realidade, para que, de fato, possibilite uma adequada aprendizagem para os alunos.

Nesse sentido, o trabalho docente precisa estar alinhado à realidade local da comunidade na qual está inserido, problematizando temas sociais e culturais pertencentes àquele contexto, permitindo a extrapolação dos conhecimentos locais para os conhecimentos globais, possibilitando aos cidadãos uma visão crítica de mundo.

Na tentativa de compreender o que a BNCC define por “aprendizagens essenciais”, notamos que o documento apresenta uma lista de dez competências gerais (vide Anexo A) que os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018, p. 8)

Na tentativa de entender o conceito de competência assumido pela BNCC, analisaremos, pragmaticamente, os seguintes termos contidos nessa definição: *mobilização, conhecimento como conceitos, conhecimento como procedimento, habilidades práticas, habilidades cognitivas, habilidades sociais, habilidades socioemocionais, atitudes, valores, resolver demandas complexas da vida cotidiana, pleno exercício da cidadania e mundo do trabalho.*

De acordo com a citação acima, “competência” é entendida como conhecimento mobilizado, mas antes de falar sobre conhecimento, queremos dar sentido ao que é o termo “mobilização”. Podemos recorrer a um dicionário para entendê-lo como a forma substantivada do verbo mobilizar, concluindo que possui relação direta com o ato de mover, de movimentar. Estar em movimento pressupõe a realização de algo, uma ação, fazer uso de algo, isso pode ser entendido como impulsionar a participação de se fazer algo, isto é entrar em movimento.

Conhecer está relacionado com o entendimento de conceitos e dos procedimentos. Em relação ao primeiro caso, o conhecimento no sentido do conceito supõe o domínio do

objeto a ser conhecido – na escola este objeto é tido como o conteúdo – e suas características e funcionalidades. Podemos entender conceito como “informação ordenada sobre as propriedades de uma ou mais coisas – objetos, eventos ou processos – que torna qualquer coisa ou classe de coisas capaz de ser diferenciada ou relacionada com outras coisas ou classes de coisas” (Klausmeier, 1977, p.312, *apud* Brito, 2001, p. 94).

A partir do entendimento sobre o significado de conceito, reforçamos nossa suposição da necessidade de um domínio sobre o que está sendo conhecido, no nosso caso, o conteúdo escolar. Este pode ser expresso por meio de um discurso escrito, ou pela oralidade ou ainda por meio de símbolos.

Sobre a tipologia do conhecimento Zabala (1998, p. 42-48) apresenta uma classificação em conceituais, procedimentais e atitudinais. De modo didático ele apresenta algumas ideias que nos levam a pensar sobre a natureza de cada tipo de conhecimento. A ideia de conceito para Zabala está relacionada com o “aprender a conhecer” e possui relação com a ideia de conceito já apresentada neste trabalho.

Outra concepção de conhecimento presente na BNCC é o conhecimento como procedimento. Zabala caracteriza este conhecimento como o

(...) que inclui entre outras coisas as regras, as técnicas, os métodos, as destrezas ou habilidades, as estratégias, os procedimentos – é um conjunto de ações ordenadas com um fim, quer dizer, dirigidas para a realização de um objetivo. (ZABALA, 1998, p. 43)

Um conhecimento como procedimento, neste sentido, significa aprender a realizar esquemas procedimentais práticos para agir dentro de um sistema, o que se assemelha a ideia de habilidade prática.

As habilidades postas na BNCC nos permitem entender que elas trazem consigo relações de sentidos práticos, cognitivos, sociais e emocionais. Elas são entendidas como entes dialogáveis com as competências gerais no sentido de apresentar o *como* fazer, assemelhando-se às ideias associadas ao conhecimento como procedimento. Mas, não há a definição explícita sobre o significado do termo habilidade, apenas que “estão relacionadas a diferentes objetos do conhecimento – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos – [...] organizados em unidades temáticas” (BRASIL, 2018, p. 28).

Consultando as tabelas de habilidades dos componentes curriculares contidas na BNCC, podemos trazer alguns termos que expressem as relações de sentidos práticos,

cognitivos, sociais e emocionais: i) exemplos de habilidades que expressam sentidos práticos: aplicar conhecimentos para resolver problemas, ser proativo, utilizar tecnologias... ii) exemplos de habilidades que expressam sentidos cognitivos: ter autonomia para tomar decisões, aprender a aprender, exercitar a curiosidade intelectual, recorrer a argumentos científicos, investigar... iii) exemplos de habilidades que expressam sentidos sociais: saber conviver, exercitar a empatia, exercitar o diálogo, respeito, reconhecer-se enquanto coletividade... iv) exemplos de habilidades que expressam sentidos emocionais: saber reconhecer as emoções, saber gerir sua expressão, desenvolver senso estético, conhecer, apreciar e cuidar da saúde física e mental...

As atitudes e os valores também não estão claros na BNCC. Entretanto, numa consulta ao Dicionário de Psicologia da *American Psychological Association* podemos identificar constructos da psicologia social referentes a estes termos. Para a *American Psychological Association* (2010, p. 109) a “atitude” pode ser entendida como “uma avaliação relativamente persistente e geral de um objeto, pessoa, grupo, assunto ou conceito”, e para “valor” a *American Psychological Association* (2010, p. 108) apresenta-o como um “princípio moral, social ou estético aceito por um indivíduo ou sociedade como um guia para o que é bom, desejável ou importante”.

A ideia sobre atitude e valores pode ser aproximada conceitualmente por Zabala (1998, p. 46)

Entendemos por valores os princípios ou as ideias éticas que permitem às pessoas emitir um juízo sobre as condutas e seu sentido. São valores: a solidariedade, o respeito aos outros, a responsabilidade, a liberdade, etc.

As atitudes são tendências ou predisposições relativamente estáveis das pessoas para atuar de certa maneira. São a forma como cada pessoa realiza sua conduta de acordo com valores determinados. Assim, são exemplo de atitudes: cooperar com o grupo, ajudar os colegas, respeitar o meio ambiente, participar das tarefas escolares, etc.

Por mais que esses termos estejam presentes na conceituação de competência dada pela BNCC, os seus significados ficam muito subjetivados e disponíveis para diversas interpretações, como ocorreu na escrita desse texto.

A BNCC não expõe um posicionamento sobre os significados desses termos, uma escolha conceitual, que muitas vezes são frutos de constructos teóricos de uma área do conhecimento, de modo que o leitor desse documento possa dispor de interpretações diversas sobre o conceito de competência de acordo com sua experiência de vida e



intencionalidades. Comério (2012, p. 34-38) faz uma discussão sobre habilidades e competências, identificando que o termo “competência” é tratado nos documentos do MEC na perspectiva de Perrenoud<sup>11</sup>, mas que não há um consenso sobre a definição do termo.

Como a BNCC pretende normalizar os currículos escolares brasileiros e conseqüentemente a elaboração de materiais didáticos – em especial e mais frequentemente, o livro didático – as interpretações sobre o termo “competências” ficarão à disposição dos autores e editoras desses materiais, entendendo de forma que melhor satisfizer os interesses de cada rede, sistema ou segmento empresarial, sobretudo da iniciativa privada. São essas instâncias que produzirão tais materiais que servirão de meios de divulgação e de conhecimento do currículo escolar de cada componente curricular para os professores. Dessa forma provoca-se uma diminuição da autonomia profissional do professor na elaboração de materiais e meios para o desenvolvimento do currículo escolar, na medida em que:

A ação homogeneizadora dos materiais, a influência de determinados grupos de especialistas, a própria capacitação do professorado, a pressão indireta sobre professores e escolas para que levem em conta as necessidades de atender a aprendizagens propedêuticas para níveis educativos posteriores, as demandas do mundo produtivo reclamando determinados conhecimentos e competências, etc. chegam a ser fatores muito mais decisivos de controle indireto, de homogeneização e restrição para as escolas e professores, que muitas pautas de controle explícitas sobre o desenvolvimento curricular nos sistemas centralizados. Fatores que ficam à margem da atuação da administração e dos professores. (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p. 121)

Diante do exposto podemos concluir que as diversas interpretações em torno dos termos habilidades e competências poderão contribuir tanto para a desprofissionalização docente, quanto para desqualificar o ensino que, por muitas vezes, é formatado por um recorte apresentado pelos livros didáticos.

A BNCC justifica, nos seus fundamentos pedagógicos, que o foco no desenvolvimento de competências deve-se ao fato de que esta já é uma prática comum em alguns países e em estados e municípios brasileiros na construção dos seus currículos. E apresenta mais um argumento que nos chama a atenção: o foco no desenvolvimento de competências é adotado, também, nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações

---

<sup>11</sup> Competência é entendido “como modalidades estruturais da inteligência que envolvem determinadas operações mentais que o sujeito realiza” (COMÉRIO, 2012, p. 37)

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) responsáveis, respectivamente, pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) e pelo Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE).

São as avaliações externas que medem e determinam, segundo seus critérios, a qualidade da educação de uma sala de aula, de uma escola, de um município, de um estado, de uma nação e, estão orientadas para o foco no desenvolvimento de competências. Segundo Gimeno Sacristán (2017, p. 29), “nos momentos em que se toma consciência da falta de qualidade no sistema educativo, a atenção se dirige para a renovação curricular como um dos instrumentos para sua melhora”. Como essa consciência é tomada por meio dos resultados das avaliações, então podemos inferir sobre a potencialidade que estas possuem sobre a elaboração, organização e desenvolvimento curricular, determinando além de seus conteúdos, os métodos de ensino praticados em sala de aula.

A influência que as avaliações externas possuem sobre o currículo, como explicitado, leva a BNCC a obrigar – já que não se trata mais de uma orientação ou um parâmetro, o documento se coloca como normativo e de abrangência nacional – a adoção do enfoque no desenvolvimento de competências, pois “as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências” (Brasil, 2018, p. 13) contudo, não mais com o discurso das avaliações, mas com o discurso do fortalecimento de ações que asseguram as aprendizagens essenciais indicadas pela BNCC.

Entretanto, outros fatores influenciam na aquisição dessas aprendizagens essenciais, como as temáticas oriundas do contexto local, as quais devem ser consideradas durante a elaboração e desenvolvimento do currículo, como por exemplo os problemas sociais externos à escola, fatores psicológicos e emocionais e, dentre tantos outros, o tipo de cultura oferecida e acessível àquela comunidade específica, que compõe uma sociedade global, como confirma Gimeno Sacristán:

“A realidade cultural de um país, sobretudo para os mais desfavorecidos, cuja principal oportunidade cultural é a escolarização obrigatória, tem muito a ver com a significação dos conteúdos e dos usos dos currículos escolares. A cultura geral de um povo depende da cultura que a escola torna possível enquanto se está nela. Assim como dos condicionamentos positivos e negativos que se desprendem da mesma”. (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p. 30).

### 4.3 A educação básica

Para a educação básica de um modo geral (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) a BNCC apresenta as dez competências gerais que os alunos devem desenvolver durante esta etapa com a finalidade de garantir uma formação humana integral para construir uma “sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2018, p. 25).

Consideramos conveniente expor o posicionamento da BNCC a respeito da aprendizagem, do desenvolvimento e das competências no contexto das etapas que constituem a educação básica, as quais são entendidas como:

- **Educação Infantil:** nesta primeira etapa da educação básica devem ser assegurados os “direitos de aprendizagem e desenvolvimento” entendidos como “condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural” (BRASIL, 2018, p. 35). Esses direitos estão relacionados aos verbos conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Outra característica dessa etapa é os cinco “campos de experiências” que “constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2018, p. 38). Esses campos de experiências são “o eu, o outro e o nós”, “corpo, gestos e movimentos”, “traços, sons, cores e formas”, “escuta, fala, pensamento e imaginação” e “espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”. Em cada um deles são definidos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento por faixa etária (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas).
- **Ensino Fundamental:** Esta etapa atende crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, está dividida em duas fases – anos iniciais e anos finais – e é composta por “áreas de conhecimento”, cada área possui competências específicas e são compostas por componentes curriculares que também possuem competências específicas. Tanto os anos finais quanto os anos iniciais são compostos por unidades temáticas, objetivos de aprendizagem e habilidades.
- **Ensino Médio:** Em termos estruturais o ensino médio está dividido em quatro áreas de conhecimento – Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas

Tecnologias, Ciência da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Apenas para as duas primeiras áreas de conhecimento há uma especificidade clara para os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, respectivamente. Os demais componentes curriculares (Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Biologia, Física, Química, Filosofia, Geografia, História e Sociologia) são tratadas amplamente dentro de suas respectivas áreas de conhecimento. Não há, por exemplo, um conjunto de habilidades específicas para o componente curricular “Filosofia”, o que existe são um conjunto de competências específicas para cada área de conhecimento e as habilidades para cada competência.

Como nossa atuação está voltada para os níveis de ensino fundamental e médio, faremos um estudo sobre como essas etapas da educação básica estão organizadas.

#### 4.3.1 O ensino fundamental

Conforme a BNCC etapa do ensino fundamental é formada por nove anos, sendo os cinco primeiros (1º ao 5º ano) referentes aos anos iniciais e os quatro últimos (6º ao 9º ano) referentes aos anos finais, ambos possuem as mesmas áreas de conhecimento e estas possuem os mesmos componentes curriculares, como ilustra a tabela abaixo.

Quadro 6 – Organização do ensino fundamental

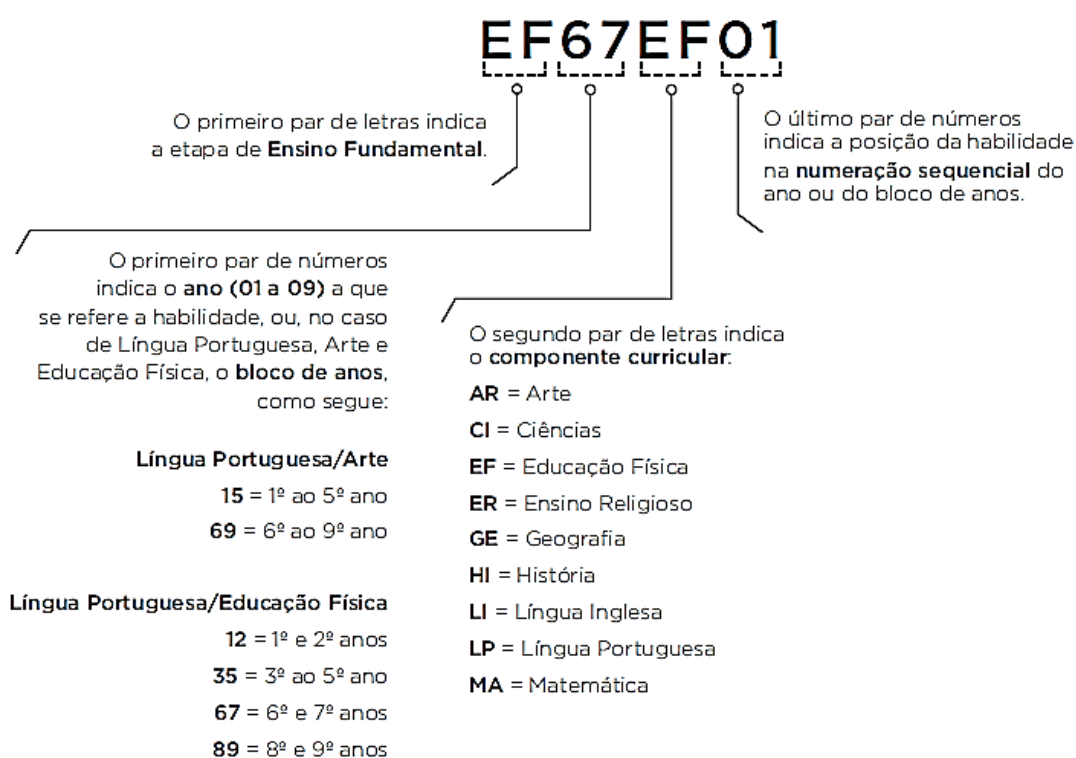
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	
Áreas de conhecimento	Componentes curriculares
Linguagens	Língua Portuguesa
	Arte
	Educação Física
	Língua Inglesa
Matemática	Matemática
Ciências da Natureza	Ciências
Ciências Humanas	História
	Geografia
Ensino Religioso	Ensino Religioso

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Brasil, 2018.

Para cada área de conhecimento e para cada componente curricular há uma lista de competências específicas da área e competências específicas dos componentes curriculares de cada área. As competências específicas são compostas por habilidades que estão relacionadas com os objetos do conhecimento – conteúdos, conceitos e processos – e estes, organizados em unidades temáticas.

As habilidades são entendidas como expressão das “aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares” (BRASIL, 2018, p. 29) e são representadas por códigos, como indica a Figura 1:

Figura 1 – Estrutura do código de uma habilidade na BNCC



Fonte: (BRASIL, 2018, p. 30)

Segundo esse critério, o código EF67EF01, por exemplo, refere-se à primeira habilidade proposta em Educação Física no bloco relativo ao 6º e 7º anos, enquanto o código EF04MA10 indica a décima habilidade do 4º ano de Matemática. (BRASIL, 2018, p. 30)

Seguindo o modelo explicado pela figura e interpretado pela citação acima, podemos entender que a habilidade EF04MA10 é uma habilidade do ensino fundamental (EF), do quarto ano (04), do componente curricular Matemática (MA) e é a décima habilidade do 4º ano (10).

#### **4.3.2 O ensino médio**

Após a educação infantil e a etapa do ensino fundamental, o ensino médio é a última etapa da Educação Básica brasileira, dividido em 3 anos de estudos. A atual configuração do ensino médio, antes da implementação da BNCC, possui os conhecimentos distribuídos por meio dos componentes curriculares, entendida como um “excesso de componentes curriculares, e uma abordagem pedagógica distante das culturas juvenis e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 461).

A partir da homologação da BNCC esta configuração passa a ser posta de modo semelhante ao ensino fundamental com a organização em áreas de conhecimentos compostas por componentes curriculares e por itinerários formativos, como previsto na alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 2018, p. 26):

Art. 36 . O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

A LDB estabelece que os sistemas de ensino poderão criar critérios que integrem os itinerários formativos juntamente aos incisos I a V do Art. 36. Dessa forma, tais itinerários formativos devem ter em sua composição os “arranjos curriculares” postos pela LDB. Assim, podem ser entendidos como um aprofundamento de uma ou mais áreas de conhecimentos (itinerários formativos acadêmicos) ou da formação técnica e profissional (âmbito da educação profissional), como prevê uma nota da BNCC (BRASIL, 2018, p. 467).

Por meio da alteração supracitada da LDB, a BNCC entende e organiza os “arranjos curriculares” em áreas do conhecimento e a formação técnica profissional. Por área do conhecimento apresentam-se as áreas de Linguagens e sua Tecnologia, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Uma diferença da organização das áreas do conhecimento do ensino fundamental para o ensino médio é a falta de competências e habilidades para os componentes curriculares no ensino médio. A BNCC apresenta uma nova estrutura do ensino médio que

[...] além de ratificar a organização por áreas do conhecimento – sem desconsiderar, mas também sem fazer referência direta a todos os componentes que compunham o currículo dessa etapa –, prevê a oferta de variados itinerários formativos, seja para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, seja para a formação técnica e profissional. (BRASIL, 2018, p. 468).

O documento da Base expõe as áreas do conhecimento do ensino médio como um aprofundamento do ensino fundamental. Para tanto, apresenta competências e habilidades para as áreas do conhecimento, mas não o faz para possíveis componentes curriculares destas. A exceção fica a cargo da Língua Portuguesa que, além das competências e habilidades da área, apresenta também “Habilidades de Língua Portuguesa”. As demais áreas do conhecimento são encaradas restritamente enquanto áreas, com competências e habilidades descritas para as áreas, sem especificidade para os possíveis componentes curriculares. A figura abaixo ilustra esta característica:

Figura 2 – Estrutura do ensino médio



(Fonte: BRASIL, 2018, p. 469)

Além do exposto para as áreas do conhecimento, a “formação técnica e profissional” é posta na seção dos itinerários formativos. Isto nos leva a compreender que o ensino médio é composto pela BNCC (áreas do conhecimento) e itinerários formativos, que podem fazer parte das áreas de conhecimento ou de uma “formação técnica profissional”. Estes últimos “devem ser reconhecidos como estratégicos para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, possibilitando opções de escolha aos estudantes” (BRASIL, 2018, p. 471. É por meio do contexto e das condições de cada escola e de cada sistema que os currículos serão organizados quanto a ofertas desses itinerários.

#### 4.4 Um desdobramento da BNCC: implicações na elaboração do Currículo Paulista

Após a homologação da BNCC os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão formular os currículos dos sistemas e das redes escolares bem como as propostas pedagógicas das instituições escolares, com base na normativa prescrita pelo documento



nacional. O estado de São Paulo já apresenta um currículo estadual denominado Currículo Paulista, homologado em agosto de 2019.

O Currículo Paulista define e explicita, a todos os profissionais da educação que atuam no Estado, as competências e as habilidades essenciais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes paulistas e considera sempre sua formação integral na perspectiva do desenvolvimento humano. (SÃO PAULO, 2019, p. 11)

O Currículo Paulista (CP) entende que a BNCC é uma norma e teve sua elaboração com base nesse entendimento, contemplando as 10 competências gerais da educação básica discriminadas pela BNCC.

Para a elaboração do CP, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) obteve parceria com a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo (UNDIME-SP), a mesma que elaborou a BNCC juntamente com outras instituições públicas e privadas (SÃO PAULO, 2019, p. 20). O processo de elaboração do CP foi análogo ao da elaboração da Base, com consultas públicas tanto para profissionais da educação quanto para a sociedade civil.

Na seção de “introdução” do texto do CP é feita uma apresentação quantitativa da educação do estado de São Paulo, seguida de um histórico das discussões curriculares estaduais e as mudanças ocorridas na União e no referido estado.

Um dos documentos que orientou a elaboração do CP foi o Plano Nacional da Educação (PNE), mais especificamente a meta 7 do PNE que sinaliza a intenção de:

fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio. (BRASIL, 2014, p. 31).

Uma das justificativas para a proposição do CP está baseada ainda nos índices de referências nacionais que são obtidos por meio das avaliações externas e do fluxo de estudantes nas redes de ensino. Esta maneira de justificar a proposição de um currículo nos permite entender que uma possível função do CP é atender as avaliações externas, de modo semelhante àquilo que já tínhamos como hipótese no caso da BNCC, ou seja, a avaliação realizada não é necessariamente da aprendizagem, mas do que foi posto no currículo via demandas das avaliações externas.

Embora o principal balizador da qualidade da educação brasileira seja expresso por meio de um índice (IDEB), a BNCC prescreve a elaboração de currículos com o foco no desenvolvimento de competências em todos os municípios do país, visto que este também é o foco nas avaliações internacionais.

Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol). (BRASIL, 2018, p. 13)

O CP pressupõe uma pactuação entre Estado e Municípios para garantirem a qualidade da educação, com foco na equidade (entendida aqui como algo imparcial e respeitador da igualdade de direitos de cada um), de modo a estabelecer um regime de colaboração, inclusive, com a rede privada (SÃO PAULO, 2019, p. 26).

Espera-se que todas as escolas (re)elaborem suas Propostas Pedagógicas de maneira a dar respostas efetivas às necessidades, às possibilidades e aos interesses dos estudantes, segundo suas identidades linguísticas, étnicas e culturais a luz do Currículo Paulista.

Portanto, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das diferentes redes de ensino, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem considerar a necessidade de superação das desigualdades educacionais. Para essa superação, é necessário que o planejamento mantenha claro foco na equidade, o que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. (SÃO PAULO, 2019, p. 26)

Dado o exposto, podemos entender o CP como uma prescrição curricular que também orientará a elaboração das propostas pedagógicas das instituições escolares do estado de São Paulo com o planejamento voltado para o suprimento das necessidades dos estudantes de cada instituição. Esta ideia nos remete ao desenvolvimento humano de forma plena, entendida pelo CP como “Educação Integral”.

#### **4.4.1 A Educação Integral nos fundamentos pedagógicos do Currículo Paulista**

O compromisso com a Educação Integral está presente no discurso da BNCC e do CP. Nota-se que o conceito de educação integral, presente na BNCC, se refere “à

construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea.” (BRASIL, 2018, p. 14). Assim, diferentes experiências vivenciadas na infância e na juventude devem ser consideradas como potencialmente relevantes para a criação de “novas formas de existir”.

Este conceito está associado a uma educação ao longo da vida na perspectiva do desenvolvimento humano, para além da formação escolarizada e não ao tempo de jornada escolar da cidadã ou cidadão (SÃO PAULO, 2019 e BRASIL, 2018).

O Currículo Paulista considera a Educação Integral como a base da formação dos estudantes do Estado, independente da rede de ensino que frequentam e da jornada que cumprem. Dessa maneira, afirma o compromisso com o desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões intelectual, física, socioemocional e cultural, elencando as competências e as habilidades essenciais para sua atuação na sociedade contemporânea e seus cenários complexos, multifacetados e incertos. (SÃO PAULO, 2019, p. 28)

O compromisso com a Educação Integral nos fundamentos pedagógicos do CP está diretamente relacionado com as 10 competências gerais da BNCC, com um destaque para as competências socioemocionais, mas de modo indissociáveis às competências cognitivas.

É importante destacar que o desenvolvimento das competências socioemocionais não tem como escopo conformar subjetividades, isto é, não deve haver nenhum tipo de determinismo sobre o que o estudante deve se tornar, uma vez que seu desenvolvimento está relacionado ao ato de aprender a ser. Nesse sentido, quando se atribui significado ao que é ser responsável, colaborativo etc., isto é, quando se aprende a ser, é possível fazer escolhas entre querer ser, ou não, de uma determinada maneira, em uma dada situação. Dessa maneira, esse querer advém da singularidade construída a partir das percepções gestadas no vivido, ainda que sob influência dos códigos culturais. (SÃO PAULO, 2019, p. 32)

Além do compromisso com o desenvolvimento das competências e com a Educação Integral, o CP apresenta também um compromisso com a alfabetização, o letramento e os (multi)letramentos em todas as áreas do conhecimento. O CP entende a alfabetização como “capacidade de compreender e analisar criticamente diferentes gêneros que circulam em diferentes esferas da atividade humana em diversas linguagens” (SÃO PAULO, 2019, p. 36).

Esse conceito extrapola a ideia clássica de alfabetização como ler e escrever. Pressupõe criticidade na leitura de mundo possuindo termos aproximados em todas as

áreas do conhecimento: nas humanidades, mais especificamente na geografia, o termo “alfabetização cartográfica”; na área da matemática, “alfabetização matemática”; e, nas ciências naturais, “alfabetização científica”.

O Projeto de Vida dos estudantes também é estimulado pelo CP. Embora a BNCC oriente este projeto para os anos finais do ensino fundamental, no CP a orientação é que na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental sejam desenvolvidas práticas que possibilitem o desenvolvimento progressivo de “competências e habilidades relativas à autoria e ao protagonismo, inclusive em relação as escolhas que possam convergir para a construção de seu Projeto de Vida.” (SÃO PAULO, 2019, p. 39).

Juntamente ao Projeto de Vida, as Tecnologias Digitais são consideradas enquanto fundamentos para o desenvolvimento da Educação Integral. Neste caso, estas são vistas como produto a ser consumido pelos estudantes e como meio de produção de outras tecnologias. De fato,

É preciso considerar que o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) envolve postura ética, crítica, criativa, responsável. Essa postura precisa ser trabalhada na escola associada ao desenvolvimento de competências e habilidades voltadas à resolução de situações problema, ao estímulo ao protagonismo e à autoria. (SÃO PAULO, 2019, p. 40).

A última etapa apresentada nos fundamentos pedagógicos do CP diz respeito ao processo de avaliação a serviço das aprendizagens de todos os estudantes. Entendendo assim, a avaliação é vista como “um espaço crítico-reflexivo da prática docente” (SÃO PAULO, 2019, p. 42) que pode ser utilizado para pensar sobre o ensino, a aprendizagem, e sobre a importância da multiplicidade dos métodos e dos instrumentos de avaliação.

#### **4.4.2 Estrutura do Currículo Paulista**

O CP está organizado em duas etapas da educação básica – educação infantil e ensino fundamental, esta última dividida em “anos iniciais” e “anos finais”, os cinco primeiros anos e os quatro últimos anos, respectivamente.

O ensino fundamental está organizado por área de conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso) e por componente curricular com suas respectivas habilidades, por sua vez, articuladas com os objetos de conhecimento, outrora identificados por conteúdos.

A área de Linguagens é constituída pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa. A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é constituída pelos componentes curriculares: Geografia e História. A área de Ciências da Natureza engloba o componente curricular: Ciências. As áreas de Matemática e Ensino Religioso são constituídas por componentes curriculares que levam o mesmo nome.

Para a educação infantil são reservados os campos de experiência (o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; e, espaços, tempos, quantidades, relações e transformações), em conformidade com a BNCC.

Em uma análise das competências específicas e habilidades de cada área do conhecimento o documento paulista não apresenta diferenciação com relação às competências e habilidades apresentadas na BNCC. O mesmo ocorre com as unidades temáticas e as habilidades de cada componente curricular. Por exemplo, para a área de Matemática, no âmbito do ensino fundamental, no CP são apresentadas as mesmas cinco unidades temáticas propostas pela BNCC (Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas, Probabilidade e Estatística).

O exposto acima nos permite entender que, embora no discurso a BNCC apresente os mínimos curriculares para a educação brasileira, na prática temos o estado de maior economia do país – com maior participação no produto interno bruto do Brasil<sup>12</sup> – fazendo desses mínimos curriculares a sua totalidade, não apresentando nada além do prescrito pela Base para as áreas de conhecimento.

#### **4.4.3 A área de Matemática no Currículo Paulista**

A matemática é entendida como uma construção humana tanto pela BNCC quanto pelo CP, que possuem argumentos que enfatizam sua importância pela utilidade, sua compreensão enquanto linguagem e vista como uma ciência que possui “características próprias de pensar e de investigar a realidade” (SÃO PAULO, 2019, p. 303).

---

<sup>12</sup><https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php> Acesso em 20 de julho de 2019.

A BNCC considera os diferentes campos que constituem a Matemática. Estes campos reúnem um conjunto de ideias que produzem articulações entre eles. Assim, a equivalência, a ordem, a proporcionalidade, a interdependência, a representação, a variação e a aproximação constituem o conjunto de ideias fundamentais da matemática. O CP incorpora essas ideias e discrimina o entendimento sobre cada uma delas, o que não acontece na BNCC. Essa mesma situação ocorre com as oito competências específicas para a área e com as cinco “unidades temáticas” propostas pela BNCC, para o ensino fundamental: números, álgebra, geometria, grandezas e medidas, probabilidade e estatística.

Embora a BNCC apresente os “processos matemáticos” (resolução de problemas, investigação, desenvolvimento de projetos e modelagem) como formas privilegiadas da atividade matemática. Esses processos “são, ao mesmo tempo, objeto e estratégia para a aprendizagem ao longo de todo o Ensino Fundamental” (BRASIL, 2018, p. 266). O CP entende esses processos como um meio para o desenvolvimento do letramento matemático, colocando a resolução de problemas como uma atividade central, em termos de estratégia metodológica, e a associa à utilização de jogos, materiais manipuláveis e das tecnologias digitais. Além do destaque dado à modelagem matemática como uma estratégia de concretizar o objeto de conhecimento estudado numa dada unidade temática.

Cada habilidade específica do CP, conforme a BNCC, possui um objeto de conhecimento atrelada a ela. Tomando como exemplo a habilidade EF06MA02<sup>13</sup> que diz:

(EF06MA02) Reconhecer o sistema de numeração decimal, como o que prevaleceu no mundo ocidental, e destacar semelhanças e diferenças com outros sistemas, de modo a sistematizar suas principais características (base, valor posicional e função do zero), utilizando, inclusive, a composição e decomposição de números naturais e números racionais em sua representação decimal. (BRASIL, 2018, p. 301)

Este caso trata-se do sistema de numeração decimal: características, leitura, escrita e comparação de números naturais e de números racionais representados na forma decimal. Esta mesma habilidade aparece no CP com uma diferença sutil, mas alertando mais fortemente sobre o processo histórico envolvido na construção daquele objeto de conhecimento.

(EF06MA02) Reconhecer o sistema de numeração decimal como fruto de um processo histórico, percebendo semelhanças e diferenças com outros sistemas de numeração, de modo a sistematizar suas principais características (base,

---

<sup>13</sup> Habilidade número 2 de Matemática para o 6º ano do ensino fundamental.

valor posicional e função do zero), utilizando, inclusive, a composição e decomposição de números naturais e números racionais em sua representação decimal. (SÃO PAULO, 2019, p. 346)

Uma outra forma de adaptação feita pelo CP em relação às habilidades da Base é a fragmentação de uma habilidade em duas ou mais. Tomemos como exemplo a habilidade EF06MA04 da BNCC, que diz:

(EF06MA04) Construir algoritmo em linguagem natural e representá-lo por fluxograma que indique a resolução de um problema simples (por exemplo, se um número natural qualquer é par). (BRASIL, 2018, p. 299)

No CP esta habilidade foi fragmentada em outras três:

(EF06MA04A) Reconhecer um fluxograma a partir da sua estrutura e de seus elementos.

[...]

(EF06MA04B) Ler e interpretar um fluxograma, reconhecendo seus benefícios para a compreensão de um dado contexto.

[...]

(EF06MA04C) Construir algoritmo em linguagem natural e representá-lo por fluxograma que indique a resolução de um problema simples (por exemplo, se um número natural qualquer é par). (SÃO PAULO, 2019, p. 346)

Essas quatro habilidades (EF06MA04, EF06MA04A, EF06MA04B e EF06MA04C) referem-se aos mesmos objetos de conhecimento (fluxograma para determinar a paridade de um número natural, múltiplos e divisores de um número natural e números primos e compostos).

Uma observação a ser feita nesta habilidade é a inserção do objeto de conhecimento “fluxograma” que não era previsto nos documentos oficiais anteriores à Base, como os PCN, por exemplo. A representação do pensamento computacional está associada aos algoritmos e aos fluxogramas, os quais podem se tornar objetos de estudo no âmbito da Matemática. Por exemplo, no Currículo Paulista, para a unidade temática Geometria, do 7º ano, se observa a habilidade: “(EF07MA26) Descrever, por escrito e por meio de um fluxograma, um algoritmo para a construção de um triângulo qualquer, conhecidas as medidas dos três lados.” (SÃO PAULO, 2019, p. 353).

Em contrapartida, as razões trigonométricas não aparecem, nem na BNCC do ensino fundamental, nem no CP como objetos de conhecimento no ensino fundamental, como está disposto nos currículos de matemática das escolas, de maneira geral.

A equação polinomial do 2º grau (do tipo  $ax^2 + bx + c = 0$ ), antes trabalhada no 9º ano do ensino fundamental, agora, de acordo com a Base, está planejada para o 8º ano

as equações do tipo  $ax^2 = b$ , e para o 9º ano está prevista a resolução de equações polinomiais do 2º grau por meio da fatoração. De forma análoga ocorre com a fatoração de expressões algébricas, agora faz parte dos objetos de conhecimento do 9º ano, antes do 8º ano.

A menos dessas adaptações das habilidades da BNCC para as habilidades do CP, não há diferenças substanciais nem alterações dos objetos de conhecimento no CP além do mínimo curricular prescrito pela Base.



## 5 UM OLHAR PARA AS ENTREVISTAS

Como dissemos anteriormente, utilizamos a Análise Textual Discursiva (ATD) no tratamento dos dados obtidos por meio das entrevistas. O posicionamento dos entrevistados acerca das questões propostas a eles gerou as unidades de significado. O estabelecimento de relações entre estas unidades constituiu o processo de categorização e possibilitou a compreensão do fenômeno estudado. A atenção ao fenômeno, em sua totalidade possibilitou a delimitação do *corpus* de análise.

Diante do *corpus* analisado, composto por entrevistas com representantes das Diretorias de Ensino (RDEA, MUDEA e RDEB), coordenadores de escolas pertencentes a estas diretorias (C1, C2 e C3) e dos professores de Ciências da Natureza, Matemática e Língua Portuguesa (CN1, CN2, CN3, MA1, MA2, MA3, LP1, LP2 e LP3), fizemos uma análise considerando as intencionalidades do nosso estudo e outros temas que emergiram dessas entrevistas. Para tanto, as unidades de análises foram agrupadas por temáticas gerando as seguintes categorias iniciais: entendimentos sobre a BNCC, organização do documento da BNCC, elaboração da BNCC, apresentação da BNCC, processo de implementação da BNCC, mudanças com a implementação da BNCC, diversidade regional, avaliação, acompanhamento, formação docente, desconhecimentos e incertezas, materiais e meios, vantagens, retrocesso ou desvantagens, importância da BNCC, currículo paulista, ano de transição, PPP – Projeto Político Pedagógico, considerações, e preocupações.

Essas categorias foram reorganizadas em categorias mais abrangente, consideradas categorias finais, por entendermos que possuem algumas características comuns que podem ser analisadas conjuntamente, dada que suas unidades de análises também possuem aproximações. Vale destacar que as categorias iniciais e finais se diferenciam por sua amplitude. O quadro abaixo ilustra o processo de passagem das categorias iniciais para as categorias finais.

Quadro 7 – Categorias iniciais e finais

Categorias iniciais	Categorias finais
Entendimentos sobre a BNCC	Compreensões acerca da BNCC
Organização do documento da BNCC	
Apresentação da BNCC	
Elaboração da BNCC	Processo de elaboração da BNCC
Avaliação	
Acompanhamento	
Formação docente	
Desconhecimentos e incertezas	
Materiais e meios	
Processo de implementação da BNCC	Implementação da BNCC
Mudanças com a implementação da BNCC	
Currículo Paulista	Currículo Paulista
Ano de transição do Currículo Paulista	
PPP	
Considerações sobre a BNCC	Considerações acerca da BNCC
Preocupações	
Vantagens	
Retrocesso ou desvantagens	
Importância da BNCC	
Diversidade regional	

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise que se segue foi realizada por categorias considerando o posicionamento dos entrevistados acerca das questões propostas a eles.

### 5.1 Compreensões acerca da BNCC

Os representantes das Diretorias de Ensino apresentam um discurso de entendimento sobre a BNCC bem próximo do que o documento oficial se define<sup>14</sup>, entendendo como uma norma de abrangência nacional como diz RDEA e RDEB, respectivamente:

<sup>14</sup> A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de

Para todo segmento de educação do país é um norteador, um documento orientador, um documento que vai nortear as competências e os objetos de conhecimento básicos determinados para todas as crianças nessa faixa etária. Então eu vejo como um documento importantíssimo, até mesmo para gente alinhar o que a gente espera de determinação de algo único para todas escolas do país de Norte a Sul. Desde lá do Norte ao Sul do país. A gente ter uma fala única com relação ao que deve ser desenvolvido de competências mínimas, habilidades mínimas e competências para desenvolver essas crianças. (RDEA)

A BNCC para essa diretoria de ensino é um documento norteador de todo o nosso trabalho. (RDEB)

Para os coordenadores, apesar de entenderem que há uma relevância em termos nacionais, as respostas acerca da compreensão da BNCC não foram claras no sentido do entendimento do documento oficial, por desconfiar que há uma intencionalidade política ou por entender que foi uma imposição ou ainda por olhar como uma tentativa de homogeneidade curricular positiva.

Têm vários momentos que está sendo meio imposta, a gente achou que apesar das consultas que eles fizeram e tudo mais, a gente acha ainda que não é o mais adequado. [...]. Então para a gente, não está muito claro ainda as discussões que eles fizeram. Participei de uma orientação técnica, mas é tudo muito superficial (C1)

A proposta é boa! Mas a gente sente que é muito político a coisa (C2)

Então, eu penso que a BNCC é necessária, por que a gente já recebeu alunos de outros estados, às vezes de escola particular e realmente às vezes havia discrepância curricular, principalmente em matemática. Então ter uma única referência nacional é importante tanto para particular, pública, municipal e entre as federações. (C3)

Os depoimentos dos coordenadores, aqueles que fazem as formações nas escolas com os professores, não possuem a mesma clareza quanto ao entendimento da BNCC

como os dos representantes das Diretorias de Ensino. De certa forma, isso chega aos professores por meio do filtro destes coordenadores. O entendimento no meio docente fica dividido, alguns destes, a depender das condições de trabalho, conseguem ter acesso ao material e um olhar mais crítico, outros ainda estão na fase do desconhecimento do documento, no ouvir falar sobre, mas sem contato direto ou com pouco contato. A falta de clareza pode estar relacionada com a falta ou o pouco contato direto com o documento da Base. Em alguns casos, bastante frequente na nossa amostra, há uma confusão entre a Base e o Currículo Paulista – que se encontrava em elaboração durante o desenvolvimento das entrevistas. Esta constatação pode ser inferida com base nos depoimentos a seguir.

Eu já acho o currículo meio confuso [...]. Tem conteúdo que é muito repetitivo, do nosso currículo do estado de São Paulo. (CN1)

É o essencial. (LP1)

BNCC, por enquanto, está um pouco complicado para entendermos. É uma mudança de currículos? É. Mas não está chegando exatamente quais são essas mudanças. Estamos um pouco perdidos em relação ao assunto. Sabemos que é uma mudança, é uma interação de atividades entre disciplinas, mas as informações estão vindo muito vagas. Ano passado nós tivemos uma pequena oficina, foi muito pouco, foi muito jogado, nosso coordenador tentou explicar a BNCC para nós, mas ficou muito confuso. Acho que para nossa escola, hoje, ela está um pouco fora da nossa realidade, dos nossos alunos. (CN2)

Existem pouco detalhes. O coordenador nos passou o que ele tinha em um dia só, eu não sinto muita firmeza com relação a esse assunto, para falar sobre esse assunto com muitos detalhes. (MA2)

Quando você fica mudando muito uma coisa, é porque o antigo não está funcionando direito, é difícil dizer, a não ser experimentar, como esse caderno que trabalhávamos e depois de alguns anos podemos avaliar melhor, você só pode avaliar alguma coisa na prática, não dá para avaliar sem você trabalhar, no caso com esse novo currículo, eu acho que a ideia é unificar o currículo do país todo, eles defendiam tanto um currículo regional e hoje eles já estão pensando ao contrário, afinal de contas, para eles o que é o certo? O que é o bom? Você trabalhar com o regional ou com uma coisa uniforme? " Eu acho que não é bom trabalhar com uniforme, uma coisa só para todo mundo, tem que ser diferenciado. (MA2)

Eu não sei o que falar para você, eu não sei o que responder. Eu tenho a impressão assim: nas nossas orientações o coordenador nos mostrou vídeo, embora já faz um tempo. Currículo comum mais ou menos como era na época das apostilas? É isso? A apostila servia para todo Estado e o currículo igual para todos, mais ou menos a mesma coisa? (LP2)

É muito importante, na verdade o ano letivo é trabalhado em cima... a gente tem todo o currículo, a gente trabalha em cima do currículo. (CN3)

Nós tentamos fazer uma formação no começo do ano passado com os professores a respeito da BNCC, para que ficasse bem claro para os professores ao trabalhar dentro da escola que a Base Nacional Curricular não é o currículo, e sim uma base que dá propriedades no caso, trabalhando em cima de competências e habilidades, para que a escola tenha autonomia de fazer o seu próprio currículo, mas não ficou bem claro para escola e o pessoal ainda acha que a BNCC é o currículo que nós temos que trabalhar na escola. (MA3)

Para nós foi meio confuso. Assim, é uma coisa que vem pronta, eu nunca participei de nada que possa melhorar ou acrescentar nessa BNCC, embora eles falem que há uma gestão democrática. E eu entendo assim, olha, "vem isso aqui, você vai dar isso aqui", como algo imposto. E eu fico vendo, por mim, como professora hoje, que estou quase aposentando, como que os professores novos se viram com isso? Eu acho difícil estar se preparando para isso. Eu vejo assim, bem confuso, bem imposto. (LP3)

Em contraposição aos depoimentos anteriores, alguns outros professores compreendem a BNCC de forma aproximada à compreensão dos representantes da diretoria de ensino, o que nos permite entender que não há uma uniformidade de compreensão para a categoria profissional.

Eu acho que a Base Nacional vai direcionar os professores. Foi discutido ao longo desses últimos anos toda essa proposta, os professores foram consultados diversas vezes, eu estive na plataforma, enviei várias questões daquilo que eu era contrária ou

que era favorável, mas eu acho que a BNCC, no meu ponto de vista, vai direcionar os professores para trabalhar novas questões em sala de aula. (MA1)

Que a BNCC é um documento normativo, feito para parametrizar as competências e habilidades mínimas dentro de uma escola, onde ela vai ter que aprimorar o currículo, feito ou adaptado por essa escola, então ela é um documento normativo que serve de base, serve de noção e apoio para que as escolas estabeleçam qual vai ser o currículo e assim pensar em metodologias a serem trabalhadas. (MA3)

Na tentativa de tornar a BNCC mais acessível, a DEA selecionou alguns professores para o papel de multiplicador – MUDEA – (esta função não foi encontrada na DEB). Ouvimos uma multiplicadora que tem a incumbência de socializar com os demais professores da área as orientações técnicas fornecidas pela DEA e pela SEE-SP, e que após ter realizado uma dessas orientações compreende a BNCC do seguinte modo:

O que eu compreendi...é uma tentativa de tornar o currículo mais... trabalhando mais as disciplinas, mais com tecnologia, com informática, amarrando mais com a leitura. Eu lembro que foi isso que a gente discutiu nos dias que se seguiram lá, que também não foi muita novidade. Eu tive a impressão que são coisas que a gente já discutia há muitos anos, para mim não tiveram grandes novidades, dentro da área de matemática não teve uma coisa que nunca foi discutido, até porque a gente vem de uma... você também lá na sua faculdade já discutia bastante informática, já discutia o uso de outras disciplinas fazendo essa mescla com outras disciplinas. Então, é algo que é uma necessidade e as pessoas estão tentando organizar.

Quando foram questionados sobre a organização do documento, os representantes das Diretorias de Ensino compreendem a organização por área de conhecimento e a presença das habilidades e das competências gerais de cada área de conhecimento. Isso acontece de modo parcial entre os professores, mas alguns (pelo menos 1 de cada escola e, portanto, de cada diretoria) apresentaram respostas que demonstram ainda não conhecer o documento:

Que eu me lembre, que eu entrei faz pouco tempo na plataforma, ele é organizado por disciplinas e também por Ensino Fundamental I, II e Médio. (MA1)

E a estrutura dela nós não chegamos a conhecer. (CN2)

Como está organizado? Não sei falar para você. (CN3)

Eu não sei explicar para você. (LP2)

Não faço ideia. (MA3)

Essa multiplicidade de ideias e entendimentos ou não sobre a BNCC, e como ela está organizada, já aponta para uma heterogeneidade de significados, algumas inclusive com lacunas e muitas dúvidas sobre o que esta Base pode representar. Embora outros profissionais da educação já tenham condições de expressar um conceito bem próximo do que é exposto no documento oficial, vale ressaltar que os profissionais que ainda não demonstram um conhecimento íntegro sobre o documento da BNCC são, em sua maioria, os professores, ou seja, aquelas que atuarão de modo mais direto com a sala de aula e o desenvolvimento discente em relação ao desenvolvimento das competências propostas pela Base. Uma das possíveis razões para este quadro pode ser explicada pelas condições de trabalho que são oferecidas ao professorado.

No “Quadro 2” desta investigação (elaborado a partir de ROCHA, 2016) é apresentado uma comparação entre os entendimentos e os posicionamentos daqueles que planejam a proposta curricular (instituições públicas e privadas) e aqueles que a legitimam e a executam (entidades científicas do campo da Educação). Alguns dos entendimentos atribuídos pelas instituições públicas e privadas, como por exemplo “habilidades fundamentais para os estudantes” e “norte pedagógico”, estão próximos das ideias e argumentos apresentados pelos entrevistados (em sua maioria são aqueles que executarão a Base).

A “tentativa de homogeneização e uniformização” criticada pelas entidades científicas do campo da Educação – grupo que se manifestou contra os posicionamentos das instituições públicas e privadas – é entendida por grande parte dos entrevistados como uma característica positiva, mas esses mesmos entrevistados valorizam (como veremos mais adiante) a necessidade da diversidade curricular nas escolas. Esta contradição nos permite inferir que: embora a BNCC tente garantir os mínimos curriculares (homogeneização no entendimento dos entrevistados), não há como deixar de considerar

a diversidade curricular, pois “os currículos são diversos” (BRASIL, 2018, p. 11), o que pode ser justificado, inclusive, devido as diferenças socioculturais de cada contexto.

Ao que as entrevistas indicam, a BNCC foi apresentada para as Diretorias de Ensino via Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, e em outro momento com a participação de coordenadores, PCNP e, no caso da DEA, de professores multiplicadores. Esta apresentação já teve como objetivo a elaboração do Novo Currículo Paulista, como pode ser comprovado nas falas dos representantes das diretorias.

Quando chegou para a gente veio via Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, eles apresentaram o primeiro documento que para análise. Ela apresentou para a gente em São Paulo, nós analisamos primeiramente as habilidades e, depois que começou a vir a versão com documento completo que a gente foi analisar o documento completo. (RDEA)

[...] foi um encontro com professores e coordenadores, onde foram discutidas as competências gerais e as competências específicas, nós chamamos um professor de cada segmento para que seja um multiplicador lá, foi discutido as competências gerais e as competências específicas atreladas as gerais e o que gente poderia de olhar para o nosso currículo e ver o que contemplava e o que não contemplava, o que precisava ser revisto no nosso currículo, então esse movimento já ocorreu. (RDEA)

A Secretaria de Educação do Estado São Paulo ela foi muito articulada em relação a isso. Primeiramente nós recebemos a Base via Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e cada PCNP de cada Diretoria estudava por área o que a Base propunha. A pedido da Dirigente Regional de Ensino dessa diretoria específica, na época ela queria que cada PCNP já fizesse um levantamento do que tinha em comum entre a Base com o currículo atual do Estado de São Paulo e o que tinha de diferenças. Então foi um pedido específico da nossa dirigente, cada PCNP a seu modo fez esse comparativo, esse estudo. (RDEB)



Os relatos dos coordenadores demonstram que a apresentação da BNCC e a apresentação do CP<sup>15</sup> para as escolas não foram simples e claras, ainda paira no ar uma insegurança e resistência sobre o novo, entendido por C1 como algo imposto.

Na verdade, eu falo que ela não foi apresentada, ela foi imposta. Então, são coisas que estão sendo impostas, realmente, pelo governo, "vai ser feito isso e é dessa maneira, eu estou pedindo sua opinião para lá na frente...". O que eles deixam transparecer é isso "estou pedindo sua opinião, o que você acha que podia mudar aqui? Essa habilidade está correta? Esse conteúdo está correto, para esse ano, para essa série? ", foi perguntado? Foi perguntado. Porém, a gente não viu as mudanças acontecerem do jeito que a gente esperava, aí eles chegaram "a BNCC é isso, é desse jeito e vai funcionar a partir de tanto...". Meio que eles fizeram uma consulta, ninguém sabe se foi lido alguma coisa da consulta que foi feita, porque eles fazem a consulta, mas a gente não tem uma ideia se alguém abriu lá e falou "deixa eu ver o que a escola tal pensa a respeito disso". (C1)

A gente teve orientações técnicas, OTE's como se fala na diretoria de ensino, duas ou três no ano passado e tudo que eu recebia lá eu passava aqui para os meus professores em ATPC, nas reuniões semanais, o mesmo material eu passava na íntegra e do mesmo jeito, agora todos são receptivos? A maioria não é. (C2)

A gente recebeu e teve que elaborar um material em menos de uma semana. Foi oferecido pela diretoria de ensino: "olha, tem um site do MEC, a BNCC está lá, faça o dia D". Só que o dia D, se você for ver, devia parar um dia inteiro só para discutir isso, mas não teve esse tempo. (C3)

De um lado nós temos a apresentação, e já um processo de implementação, da BNCC para as DE, via SEE-SP. Do outro, as DE fazem esse movimento para as escolas na figura dos coordenadores e/ou multiplicadores. Estes reproduziram o movimento de apresentação para os professores de suas escolas por meio da ATPC. Esta ação foi relatada por todos os entrevistados – ou que iria acontecer ou que já havia acontecido. Mesmo

---

<sup>15</sup> Em muitos momentos a BNCC e a elaboração do CP são confundidos pelos entrevistados. É importante entender que o CP é um desdobramento da BNCC e, de certa forma, algo mais materializado e mais próximo da escola na fala dos profissionais entrevistados.

com esta apresentação, os professores ainda julgam causar confusão por não entenderem sobre as possíveis mudanças e compartilhem da mesma sensação de vagueza. Segue algumas das respostas sobre a indagação sobre a forma de apresentação da BNCC para os professores.

A gente até teve uma ATPC que nós fizemos uma análise da BNCC com o currículo do estado de São Paulo, e, algumas mudanças são boas, no sentido pedagógico, de conhecimento, mas algumas, na minha área, não gostei muito. (CN1)

Através da coordenadora. Ela envia os e-mails e também trabalha isso na ATPC, a última vez que eu estive com ela na DE, a gente fez uma ATPC apenas sobre a BNCC, para passar as novidades para os professores. (MA1)

Foi na ATPC. (LP1)

Foi apresentada através do nosso coordenador. E o coordenador nos mostrou bem resumidamente. Até eles, os coordenadores da rede, tiveram dificuldades quando foi apresentado pela DE, então ficou uma coisa muito vaga, e por ser vago na diretoria, chegou para nós do mesmo jeito, os coordenadores não têm culpa, do jeito que foi apresentado para eles também foi apresentado para nós. Ficamos alguns ATPC's tentando entender, mas foi muito complicado. (CN2)

O único momento que ela chegou, foi na ATPC que o coordenador passou para a gente, de resto, nada. (MA2)

Então, quando nos foi passado, o coordenador passou em vídeo, nos explicou o que ele sabia. Disse que foi feito uma pesquisa com os professores, até então eu não sabia que pesquisa era, talvez seja essa que você esteja fazendo, é o que eu sei. (LP2)

Chega pela coordenação, a gente tem o ATPC, que é o trabalho dos professores, a gente se reúne toda semana, a coordenadora mostra para a gente todos os trabalhos que têm por fora da escola, sobre esses documentos e vários outros assuntos. (CN3)

Em uma ATPC onde minha coordenadora me trouxe dezoito páginas e falou assim: "fica do interesse de vocês, quem quer, lê, quem não quer, não lê". (MA3)

Eu acho que precisaria ter um consenso maior. No meu ponto de vista está muito jogado. Vem um e fala uma coisa, vem o secretário e fala outra coisa. (LP2)

Uma possível explicação desse desconhecimento parcial por parte dos coordenadores e professores participantes da pesquisa, pode estar atrelada ao tipo participação que estes profissionais tiveram na elaboração do documento que materializa a BNCC, entendida por Rocha (2016) como “aparência de participação” e, portanto, a formulação do documento da Base pode ser entendida como não democrática uma vez as condições para uma participação efetiva não foram garantidas (ROCHA e PEREIRA, 2018), mas entendida pela BNCC como “participação ampla da sociedade” (BRASIL, 2018, p. 5). O processo de elaboração é a nossa segunda categoria a ser analisada.

## **5.2 Processo de elaboração da BNCC**

Embora a revisão de literatura já aponte para algumas características da elaboração da BNCC, bem como se deu o seu processo com as consultas públicas e os seminários regionais, nossa pesquisa também se propôs a entender como se deu o processo de elaboração e a participação desses profissionais nessa etapa.

Os representantes das Diretorias de Ensino não possuem informação sobre a real participação dos professores na elaboração da BNCC, especificamente no caso das necessidades do professorado:

*Foi ouvido os professores? Foi ouvido a necessidade dos professores nessa questão para dar conta da abordagem na Base? Então, não sei, não dá clareza. (RDEA)*

*Da Base nas escolas, nós tivemos um acompanhamento mais pontual para saber realmente se o professor que produziu. Se realmente o professor opinou, se ele entrou na consulta pública e fez sua indicação, e isso nós não tivemos clareza. (RDEA)*

*Eu confesso que no processo de elaboração da BNCC eu não tomei parte, não me apropriei muito disso. (RDEB)*

Os coordenadores expressaram suas opiniões sobre as condições que não favoreceram uma boa participação docente na elaboração da BNCC, desde recursos tecnológicos, como computadores e internet, como meios de participação, até tempo devido as grandes jornadas de trabalho, alguns trabalhando na rede pública e privada. Outra característica marcante, explicitada pelos coordenadores, são os curtos prazos que o sistema administrativo – DE e SEE-SP – disponibilizaram para o envio das possíveis contribuições docentes.

Você lê o documento e você imagina eu ter que levar 40 professores em média, eu não tenho 40 computadores para pôr as pessoas lendo. Nem dá para imprimir um documento de 369 páginas. Então foi um dificultador. (C3)

Aí meu professor tinha que sentar na frente do computador, olhar o currículo, o conteúdo todo dos quatro anos e analisar, se ele estava de acordo ou não, em duas horas, três horas. Você acha que meu professor consegue depois de um dia de nove, dez aulas, sentar com calma e ler todo o currículo, dar a sua opinião, se está adequado, se não está adequado, se precisa mudar? (C1)

Um problema que a gente observou, é que assim, a gente recebia "olha, se tem consulta pública, vocês têm que aplicar com os professores até semana que vem", "tem que responder até sexta-feira"... sempre prazos muito curtos e para gente se aprofundar num tema tão importante, específico. Às vezes a gente não tinha nem recurso para imprimir toda a BNCC para cada professor ter acesso, então ia para sala de informática, cada um lia sua parte, mas integrar tudo isso, foi um desafio. [...] às vezes os professores reclamam: "eu não fui consultada"... Eles foram consultados, mas para você ser consultado de alguma coisa, você tem que ter uma base, concorda? Então, para eu falar assim para você: "olha, você concorda com o que está aqui no currículo de geografia?" Você tem que ler o currículo, conhecer profundamente, saber como é o currículo de outros estados, e nem sempre o professor tem este esse olhar. Então ele vai ter um olhar muito fechado para sala de aula, para vivência regional dele. [...] A única coisa que eu questiono é o tempo em que os professores não se sentiram consultados. Claro que eles se sentiram incomodados, eu sei que também existem prazos, mas eu já sabia que existia um plano decenal de educação e que já estava esgotando o prazo. Quando está esgotando o prazo, existe até uma estratégia, [...] eles deixam para o último ano que é

para não ter mesmo muita opção de mudança. Se não, não sai, né?  
(C2)

Sobre a questão do tempo, CN1 e MA1 apresentam os seguintes posicionamentos:

É que eu acho que gente deveria ter um tempo maior, a gente olhou esse documento, a gente analisou numa ATPC, que dura uma hora e pouco, eu acho muito pouco tempo e tinha que dar uma resposta daquilo que você queria, que você achava que era importante, que você queria e não estava justo, eu acho que isso deveria ter tido um tempo maior, para a gente analisar de verdade, não fazer de conta que está analisando. A gente colocou as observações que a gente achou importante que deveria manter, aquilo que deveria incluir, e muita coisa do que a gente colocou, não tem nem pó. (CN1)

Foi excelente porque ela contou com a colaboração de todos os professores, todos puderam entrar na plataforma, colocar quais seriam os conteúdos trabalhados. E eu achei muito bom que, por exemplo, na última vez que eu entrei tem um conteúdo que eu acho que era Produtos Notáveis, foi jogado, colocado agora para o 9º ano. Então, eu achei que não, tem que ser trabalhado no 8º ano, o aluno já tem maturidade para trabalhar com o abstrato. Eu já peguei, mandei lá na plataforma explicando certinho o porquê de ter que fazer uma nova reformulação, eu não sei se eles vão levar em consideração, mas eu conversei com outras pessoas de outras escolas que também mandaram essa mesma sugestão.

Embora duas professoras da mesma escola (CN1 e MA1) apresentem opiniões diferentes sobre a questão do tempo, elas concordam que suas contribuições podem não serem levadas em conta, como também acredita C2 quando diz “Já está feita, a coisa”, referindo-se tanto à BNCC quanto ao CP.

Na nossa revisão de literatura Rocha e Pereira (2016) já aponta para a aparente participação dos professores durante a elaboração da BNCC, mais precisamente no período de consulta pública. Essa aparente participação também foi motivo de denúncia nesta investigação por parte dos coordenadores e dos professores, com exceção de LP1, que embora não tenha tido contato com a Base, afirmou que “Se foi o mesmo que eles mandaram e que nós fizemos na ATPC, está perfeita. [...] seria interessante se eles mandassem tanto a apostila e os livros que coincidissem.”

Esta participação docente na elaboração das versões da BNCC pode ser entendida por meio de Rocha (2016):

Então, ao refletirmos sobre as oportunidades de participação e debates na elaboração da BNCC, identificamos que além do caráter aligeirado da política e das influências de instâncias privadas na elaboração do documento, os canais de discussões e contribuições foram tendenciosos. Estes se dispuseram com base em uma metodologia de participação por via eletrônica, onde demonstraram apenas querer a legitimidade do que estava proposto através de aceitação ou discordância do objetivo. Logo, não tipificamos esse processo como uma iniciativa de abertura e construção democrática. (ROCHA, 2016, p. 24-25)

Dado o período de consulta pública para elaboração da BNCC, julho a setembro de 2017 para o ensino fundamental e de maio a setembro de 2018 para o ensino médio, a participação docente na escola acontecia, segundo as entrevistas, no horário de ATPC, com duração de 50 minutos cada, um tempo relativamente curto para pensar sobre um documento de amplitude nacional acerca da educação brasileira.

*Essa Base Nacional... a gente acha que ainda que não ouviu muito bem os professores, apesar dos especialistas dizerem que estão fazendo, mas acho que faltou aquele pezinho da sala de aula para entender realmente como é a dinâmica, como tudo está funcionando. (C1)*

Os trechos que se seguem são recortes de algumas das falas dos professores sobre a necessidade da participação deles na elaboração da BNCC.

*Os professores não participaram, que eu saiba, não houve uma participação, então não posso falar nada sobre o que eu não ajudei a elaborar. (MA2)*

*Eu acho meio complicado porque alguns elaboradores não estão na escola, [...]. Deveria ter mais professores que já trabalharam em escolas. [...] eu nunca ouvi algum professor falando que foi trabalhar nesse tipo de elaboração de documento. (CN3)*

*Então eu acho que quem vai montar essa BNCC, para implementar mesmo, teria que ser o pessoal atuante. Não o pessoal que se afastou, que está distante. Olha o pessoal que saiu ano passado. A realidade hoje já é outra. (LP3)*

Esta última fala, de LP3, carrega uma importância ímpar devido à experiência da docente em contextos diferentes, já que trabalhou de 1975 a 1989, e manteve-se distante da docência por 10 anos, retornando em 1999.

A professora MA3 permaneceu em silêncio sobre a participação docente na elaboração da BNCC, fazendo sinal de negação como se desconhecesse do que se trata.

Quanto a realização de avaliação dos sistemas de ensino para elaboração da BNCC, os entrevistados se ativeram ao fato da influência das avaliações externas na elaboração da BNCC e dos possíveis currículos que a terão como base, mais uma vez corroborando o que apresentamos na fundamentação teórica.

As avaliações externas são entendidas por Gimeno Sacristán (2017) como uma das funções reguladoras do currículo junto com outros aspectos postos como “mecanismos explícitos ou ocultos pelos quais se exerce o controle sobre a prática e a avaliação da qualidade do sistema educativo” (p. 110). Ainda segundo o mesmo autor, a avaliação de um sistema educativo por meio de uma avaliação externa, tem resultados pouco eficazes para melhorar a qualidade do sistema, e que pode ser interpretado como um domínio de sistema imposto pelo subsistema administrativo (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p. 118).

A fala do RDEA faz uma referência à matriz de avaliação das provas externas como Saresp, SAEB e Prova Brasil e sua influência na elaboração da BNCC e, conseqüentemente, na construção dos currículos escolares.

*Outra coisa foi o início da matriz, da grade de habilidades, principalmente na área de matemática, eu percebi que os primeiros momentos elas pareciam com um caráter muito de matriz de referência de avaliação, que depois com as indicações pública, com a audiência pública, isso foi se melhorando até a finalização, a versão final, que hoje já se limpou um pouco disso. Mas ainda percebo esse tipo de caráter dentro, o que me incomoda um pouco, porque a gente passa a trabalhar voltando o olhar para matriz de avaliação, é como se fosse uma pedagogia da avaliação, isso me incomoda um pouco. (RDEA)*

A coordenadora C1 e o coordenador C2 confirmam a influência, e continuidade, dessas avaliações externas para alcançar os índices desejáveis da escola e da rede estadual.

As avaliações são realizadas sempre, a gente tem várias formas, a Prova Brasil, o Saresp, que daí é o resultado do IDEB, o IDESP também que sai. Então a gente é constantemente avaliado. E tem ainda, em cima do currículo, a gente tem em todos os bimestres as AAP's, de matemática e de língua portuguesa. Eles falam que os acompanhamentos serão os mesmos. Serão essas avaliações que nós temos, a Prova Brasil, as AAP's (Avaliações de Aprendizagem em Processo), eles falam que essas avaliações externas continuam. (C1)

A Secretaria Estadual tem uma meta alta até 2020. A gente tem que dar conta dessa meta, e para dar conta dessa meta tem que trabalhar o que vai cair na prova, e o que vai cair na prova é a matriz. (C3)

O que se pode inferir aqui é que as avaliações externas poderão ditar as elaborações de currículo, visto que há uma pressão sobre a escola para alcançar os índices desejáveis, que são medidos por tais avaliações. De certo modo esta situação funciona como um controle do será ensinado nas escolas em todos os níveis educacionais.

Os participantes desta investigação também se posicionaram a respeito da formação docente. O RDEA chama atenção para o caso da Matemática, em que o pensamento algébrico e geométrico já é abordado nos anos iniciais do ensino fundamental. Sobre a necessidade da formação de professores ele afirma que:

Com relação as unidades temáticas novas, eu percebo que vai demandar muita formação com relação a álgebra, principalmente nos anos iniciais, que a formação inicial do professor nem sempre aborda. E com relação a geometria também, porque a Base está apresentando muitas questões de transformação, transformação no plano e os professores iniciais têm muitas dificuldades nessas questões, então vai demandar formação. (RDEA)



De um modo mais geral a coordenadora C1 aponta para as dificuldades dos professores no que tange às habilidades e ao ensino por competências, além do pouco espaço de formação continuada nas ATPC. Esta necessidade de formação também é sentida pelo coordenador C2 e pela coordenadora C3.

Os professores ainda têm muita dificuldade. Tudo gira em torno das habilidades e das competências, os alunos têm que ter algumas habilidades para atingir algumas competências, e a gente percebe que têm muitos professores que não tem muita ideia disso, falta essa formação, essa conversa com os professores, falta uma orientação técnica, um aperfeiçoamento disso para que eles entendam melhor como é que funciona essa questão das habilidades, o currículo é baseado muito nisso, em habilidades e competências. Nós temos a ATPC que deveria ser voltado bastante para isso, porém, também é falho. (C1)

Pelo que ouço e o que estou vivenciando até como coordenador, eu não tenho visto nada assim no sentido até de treinar, ou de preparar, ou de reciclar, não sei também qual seria o termo. (C2)

Mas é só essa questão do tempo, porque daí nós tivemos algumas reuniões pedagógicas, falamos nos ATPCs, mas nem sempre o próprio professor está interessado nisso. Ele fala "ah, não concordo", "mas você não concorda com o que?", "ah, não concordo..." Não tem um argumento, "Olha, não concordo porque esse conteúdo é importante para isso, isso e isso". Eu tenho alguns professores que têm essa clareza, mas para ele poder pensar, a gente tem que ter dado a ele uma base maior, mas a gente não teve tempo em ATPC. Se eu tive menos de uma semana para que eles lessem... como uma pessoa lê a BNCC em menos de uma semana? Eu não conheço de cabo a rabo. Se eu falar para você que eu conheço, eu não conheço! Eu li partes dela. E essa adaptação que está acontecendo, é com o tempo. E o professor leva um tempo também, aí a cabeça do professor fica assim: "o que eu estou fazendo está errado? A partir de quando que é isso? Eu acho que é importante a opinião do professor sim, mas com mais tempo para ele poder refletir sobre o que ele vai responder. (C3)

Partindo-se para o grupo de professores, estes dizem ignorar quaisquer ações do Estado para a formação continuada em termos da reforma curricular "Até onde eu li não

tem curso, nem formação de professor” (CN2), “Não tenho detalhes” (MA2). Mas reconhecem a necessidade de capacitações “Acho que mais capacitação, mais informação antes de começarmos a projetar” (LP2).

Outra preocupação dos professores diz respeito ao trabalho por meio de competências e habilidades, um fator ignorado por parte da categoria que se preocupa com os conteúdos com um fim em si mesmo.

Eu não sei se foi identificado a necessidade de formação do professorado, mas há necessidade com toda certeza e, principalmente, acredito que é uma formação que vai tempo, porque os professores que trabalham comigo dentro da escola do período regular, nós não estamos acostumados a trabalhar com competência e habilidades, a gente pega o conteúdo e simplesmente lê, olha, e trabalha em cima do conteúdo, a gente esquece completamente o que é uma competência, o que é uma habilidade, o que são aqueles eixos que são trabalhados na questão de “observar, interpretar, executar” que são os grupos de classificação que nós sabemos que tem, que são norteadores dentro de um currículo, isso se trata de currículo pensando nas competências e habilidades mínimas da BNCC, nós não sabemos trabalhar com isso, porque nos meus planos de ensino, até hoje, me deparei com isso, eu não sei classificar. (MA3)

Com base nesta fala acima, torna-se evidente um olhar para a formação do professorado e para os meios que farão parte dessa formação. A fundamentação teórica apresenta no presente estudo faz este alerta como uma forma de evitar a desprofissionalização docente.

A necessidade de elaborações intermediárias do currículo para os professores, sendo uma necessidade conjuntural, não pode nem deveria se converter numa prática de controle e desprofissionalização dos mesmos, mas ser um meio entre outros possíveis e necessários. Daí que a política curricular deveria se perguntar que tipos de meios podem ser mais úteis para instrumentar um determinado currículo, que sejam ao mesmo tempo eficazes no auxílio aos professores e no desenvolvimento de sua profissionalização. (GIMENO SACRISTÁN (2017, p. 151)

Ainda nesse sentido, a fala da professora CN1 já expressa o controle e a consequente desprofissionalização do professor que aceitar acriticamente, mesmo sem concordar, com as determinações impostas do sistema político administrativo.

Eu acho que o papel do professor é o principal. Se o ele não conseguir entender o contexto, ele vai passar algo, não por conta de incompetência, por conta de incoerência. Você tem que ter coerência, você pode não concordar, mas você tem que seguir, é o seu patrão que está pedindo. Infelizmente é uma coisa que vem imposta. Mas eu acho que ele é a chave para dar certo, se o professor se empenhar, se ele realmente desenvolver e o aluno tiver realmente aberto a isso, daí dá certo. (CN1)

De certo modo, acatar de maneira acrítica o que o patrão está pedindo mesmo não concordando – neste caso temos o Estado enquanto patrão – é abrir espaço para que o controle e a desprofissionalização docente se efetive que, por sua vez, “implica exercer o controle fora do âmbito dos que realizam a prática” (Gimeno Sacristán, 2017, p. 154).

Além da influência das avaliações externas, da necessidade de formação do professorado, os entrevistados foram questionados sobre os possíveis meios e materiais que farão, de certo modo, a apresentação do currículo para o professor, como o livro-texto (Gimeno Sacristán, 2017) entendido aqui no Brasil por livro didático e, mais especificamente, no estado de São Paulo o material apostilado conhecido informalmente como “caderno do aluno”. As respostas, de um modo geral, apresentam um desconhecimento do tipo de material que pode fazer essa aproximação entre a prática em sala de aula, a BNCC e o currículo desenvolvido pelo estado de São Paulo, o CP.

Neste caso, a importância do livro didático foi lembrada pela coordenadora C1 ao dizer que “Olha, não podemos descartar o livro didático, [...] temos esse material e, obviamente, a gente tem também as apostilas, esse material do currículo paulista”. O coordenador C3 mostra-se preocupado com a falta de alinhamento do material fornecido pelo governo com as matrizes de referência das avaliações externas e com a BNCC.

A gente está aguardando as instruções da Secretaria Estadual. Teve essa primeira orientação de usar o guia de transição, foi o material que veio e depois retornou. É que o Saresp é a principal referência do estado. Ele quer que os alunos tenham um bom desempenho, tem metas para cumprir. A Secretaria Estadual tem uma meta alta até 2020. A gente tem que dar conta dessa meta, e para dar conta dessa meta tem que trabalhar o que vai cair na prova, e o que vai cair na prova é a matriz. Então, primeiro era,

depois não é mais. Vai chegar um material, está para chegar semana que vem um material e eu acho que esse material deve estar mais voltado para a BNCC, mas eu não tenho certeza, porque nós recebemos o material logo no começo do segundo semestre. "Nossa, aliviou, né? Chegou o material!". A hora que bateu o olho no material tinha caso que não batia nem com a BNCC, nem com a matriz curricular. Era de chorar. Então está um desencontro que a gente não via há muito tempo no estado. (C3)

### 5.3 Implementação da BNCC

O processo de implementação da BNCC na visão dos representantes das duas diretorias de ensino, se confunde com as orientações técnicas sobre o CP. "Nós já começamos na Secretaria um curso que já está em andamento, na verdade não é curso, a gente está com uma orientação técnica, discutindo" (RDEA). Já a representante RDEB nos apresenta um pouco mais de informações, mas é importante lembrar que o tempo das entrevistas foram bem distantes e acreditamos que algum movimento já possa ter acontecido no espaço entre a entrevista com o RDEA (novembro de 2018) e a RDEB (novembro de 2019).

Quando fala implementação da Base nós entendemos aqui que agora é a implementação do nosso Currículo Paulista que está totalmente alinhado com a Base. São Paulo começou com as primeiras orientações a respeito da implementação. A primeira orientação de São Paulo foi mês passado, foram chamadas diretoras e diretores de núcleo pedagógico da diretoria, esses diretores replicaram essa primeira formação de São Paulo com os PCNP e com supervisores da diretoria. [...] Semana passada novamente os diretores do núcleo foram chamados, mas aí já não tinha relação propriamente dita com a Base, mas sim, com o novo programa de São Paulo, que é o Inova Educação com três novos componentes curriculares na nossa secretaria. É um movimento de implementação que está ocorrendo, a gente sabe que nós seremos chamados por área para implementar agora esse currículo, mas especificamente nenhuma área ainda foi chamada, a gente está na expectativa. [...] Haverá formações em São Paulo e orientações para implementação desse currículo. Nesse momento eu não tenho nenhum norte para te dar porque eu não fui orientada em relação a nada ainda. (RDEB)

Ao que esta fala indica, o CP está sendo uma forma indireta de levar a BNCC para as escolas, até mesmo por se tratar de um desdobramento, em formato de currículo prescrito pelo subsistema administrativo, da BNCC.

*Se nós formos fazer uma análise do nosso currículo que será implementado, que já chama de um Novo Currículo Paulista, existe um alinhamento e uma proximidade muito grande entre os PCN e a BNCC. (RDEB)*

Embora outros agentes entrevistados não puderam informar ou não possuíam informações sobre o processo de acompanhamento da implementação da BNCC e mesmo sobre as perspectivas após a implementação da BNCC, a RDEB apresenta os PCNP como agentes responsáveis, nesse processo, por acompanhar o desenvolvimento curricular.

*Toda vez que a Secretaria implementa alguma coisa, independente de currículo ou não, sempre há o monitoramento, acompanhamento e alinhamento. Então, garanto que sim, que esse acompanhamento efetivo ocorrerá, principalmente porque a função do PCNP na parte pedagógica, inclusive é essa, de fazer os acompanhamentos diretamente com as escolas para saber como é que está se organizando esse desenvolvimento do currículo, isso sempre ocorreu e agora de maneira muito mais intensiva, por que as escolas vão precisar de apoio em relação a isso, e os PCNP são preparados para que a gente consiga dar essa ponte que as escolas precisam de maneira mais pessoal e afetiva mas, de que maneira isso se dará... ainda não fomos orientados pela secretaria. (RDEB)*

Uma mudança curricular vai exigir mudanças em outras instâncias, principalmente no que se refere à escola e a organização das aulas. O coordenador C2 relata como foi em 2008 com a chegada de novos materiais na rede pública estadual paulista e faz uma analogia possível com a BNCC, mas com maior magnitude por se tratar de uma abrangência nacional.

*Na prática, como aconteceu no currículo paulista há tempos atrás quando ele foi implantado, isso que a gente chama de apostila, o currículo paulista no começo teve problema, foi se adaptando até chegar naquilo que chama "caderno do aluno" e o "caderno do*

professor", uma coisa complementando a outra. No início muitas divergências, aí no finalzinho a coisa acontecendo de uma forma mais harmoniosa, eu imagino que como todo início, a BNCC não vai ser diferente, até porque qual é a ideia? Base nacional, em dimensões continentais. Então o que você fala no seu estado da Bahia, com todo respeito, é diferente do Rio Grande do Sul, eu entendo que você possa e deva ter para nortear um currículo base, matemática, português, e tudo mais, mas tem que ter algumas adaptações regionais. (C2)

Essa situação também é entendida na categoria dos professores como algo conflitante, como afirma a professora CN1.

Mas eu acho que vai ser esse conflito, teriam que ter momentos na escola para gente realmente sentar e estudar de verdade com os colegas, com o pessoal da área, para trocar informações. [...] Teria que dar um tempo para a gente se ambientar com a BNCC, para depois implantar. O problema das políticas da educação é que elas são jogadas no seu colo e você tem que se virar, então muitas vezes essa coisa de você fazer emergencialmente não sai muito bem. (CN1)

Há ainda uma preocupação com a estrutura das escolas e os recursos a serem utilizados durante o desenvolvimento curricular após a implementação.

Eles tinham que mexer também nas estruturas das escolas, para poder implementar a base. [...] Em material mesmo porque tem escolas - aqui não -, mas eu já trabalhei em escolas que as apostilas que enviam não são o suficiente, as avaliações que mandam, as diagnósticas, não são suficientes. Eles pedem para ministrarmos aulas mais dinâmicas, fora da sala de aula, mas a escola não está preparada, não tem material básico. Então, para implementar a Base eles vão ter que mudar e preparar as escolas para receber isso. (LP1)

Essa última fala pode ser entendida como um alerta a respeito de outros problemas que assolam a realidade das escolas públicas e também como um apelo aos cuidados com

a escola para receber a nova proposta curricular que demandas recursos. E pela experiência desta professora, a falta de investimento em materiais não permite o bom desenvolvimento do trabalho algo constatado mesmo antes da implementação da Base.

Os professores foram questionados também sobre as políticas de formação docente quanto à implementação da BNCC. De um modo geral estão recebendo e-mails dos órgãos relacionados à educação e fazendo algumas discussões nas ATPC. Todavia a professora MA3 acredita que são poucos os professores que verificam os e-mails, além disso, muitos professores desconhecem sobre as possíveis ações formativas.

Por enquanto que eu saiba não. Pelo menos, não diretamente, um treinamento, alguma coisa que sei lá, não houve nada, a não ser que busquemos informação, mas essa informação não está chegando até nós assim naturalmente. (MA2)

Eu realmente não vou saber responder essas perguntas. Eu estava aqui na época? Estava. Primeiro: já faz algum tempo; segundo: acabou caindo no esquecimento, certo? Terceiro: não sei, parecia uma coisa assim tão distante, que a gente acabou que... "ah, vai ficar por isso mesmo". Enfim, eu acho que não vou conseguir responder para você. (LP2)

Não falaram para a gente se vai ter curso, se não vai ter curso para a gente aprender, porque na maioria das vezes a gente tem a coordenação, nos fala sobre o assunto e aí nos informa "olha, os professores vão ter que fazer um curso assim, assim, assim" aí quando a coordenação nos informa, eles informam a data, o que a gente vai ter que fazer, muitas das vezes os cursos extracurriculares que a gente faz, a gente faz pela internet, que é a distância, daí a gente, às vezes, tem que ir lá na secretaria de ensino, que é em outra cidade. (CN3)

Existem as formações que deveriam ser passadas, mas isso não acontece, porque recebemos tudo por e-mail e nos ATPCs não são feitos. Existem os cursos oferecidos dentro da Diretoria de Ensino, dentro das plataformas que nós professores estamos inseridos. Por exemplo, na intranet tem toda a documentação da BNCC, acessível a todos professores, todo professor que é da rede estadual. Como eu tenho a minha secretaria digital, eu tenho acesso a tudo, mas são pouquíssimos que acessam, que não fazem nem conhecimento do que é isso. (MA3)

O que está vindo é por e-mail. Eles sempre fazem orientações técnicas na diretoria. (MUDEA)

Como a BNCC provocará a criação de novos currículos, logo uma reforma curricular, isso pode demandar mudanças após a implementação da Base. A RDEB acredita que a mudança está no ensino, mais especificamente na aprendizagem por meio do desenvolvimento das habilidades e não do conteúdo que é um meio para tal.

Se a aprendizagem é o centro, eu tenho que mudar na implementação o foco da nossa tradição, principalmente na nossa rede. O que eu vou ensinar? Quando o professor, ao planejar a aula dele, tem essa primeira pergunta a ser respondida, "o que eu vou ensinar? Substantivo? Segunda Guerra Mundial?", com a Base o ideal é que ao planejar as aulas, eu tivesse que me atentar ao como eu vou ensinar, porque eu tenho habilidades específicas a serem desenvolvidas e para aquela habilidade ser contemplada eu preciso pensar em como eu vou fazer isso, de forma planejada e para quem eu vou fazer isso. (RDEB)

Os coordenadores e a MUDEA acreditam que, embora aconteçam algumas mudanças, estas não são tão intensas quando se pensa em um currículo para o estado de São Paulo, visto que muito da prática nessas escolas já tem uma relação forte com o que a BNCC prescreve, como se pode observar nos trechos a seguir. Mas, ao mesmo tempo fica claro um distanciamento revelado nos questionamentos e nas dúvidas que os entrevistados possuem. Muito disso pode ter uma influência dos seus elaborados, como a UNDIME-SP e outras instituições privadas que possuem sede no estado de São Paulo (Fundação Lemman, Itaú Social, Natura, UNICEF...).

Mudança eu acredito que não vai haver, tendo em vista a minha escola. Se eu pegar a minha escola não vai haver grandes mudanças, porque hoje a gente já tem um currículo oficial que a gente trabalha com ele, então se pensar em mudanças.... Vão vir muitas novidades? Não acredito nisso, acredito que vai vir para a gente, vai melhorar, vai ajudar, só vai padronizar e com algumas mudanças, algumas melhoras de repente, ou não. Uma incógnita ainda. (C1)



Vai haver mudança e a gente vai ter que se adequar, vai ser feito o que? A BNCC, nova, o nosso currículo, antigo. Vai ter que haver um casamento entre os dois, então nosso currículo está sendo reformulado e tomando todos os padrões da BNCC. (C1)

Para nós do estado de São Paulo acho que não muda muita coisa, porque a gente já tem um caminho que tem percorrido desde... há tempo que esse novo currículo foi implantado, com essas apostilas e tudo mais, com habilidades e competências como a BNCC também prega. Eu acredito que vai ser nesse sentido, vai ser um negócio não muito diferente. (C2)

Para o fundamental eu não vejo muita mudança. Eu acho que vai até facilitar ter uma mesma divisão dos conteúdos. Isso facilita em termos pedagógicos, vamos dizer assim, caso o aluno se transfira. (C2)

Não lembro. Mas nós fomos fazendo discussões, na verdade ao longo do ano. Nós fomos conversando sobre a base, sobre as mudanças que vinham, mas o que chegamos à conclusão é que, para a gente, não ia mudar muito no nosso currículo, porque o Estado de São Paulo já tem uma proposta que caminha no mesmo sentido do que foi discutido. (MUDEA)

Quanto às mudanças os professores se dividem, alguns acreditando que há uma proximidade muito grande do currículo do estado de São Paulo com as prescrições da Base e, portanto, não terão mudanças (ou pelo menos não muitas mudanças), outros acreditam que a mudança pode acontecer devido a abrangência nacional da BNCC – neste caso, acreditam que facilitaria a adaptação dos alunos em casos de transferências de escola ou de cidade ou estado –, ou ainda por este documento ter proximidades com outros países que trabalham com o desenvolvimento de habilidades para o alcance das competências. E ainda tem quem não acredite que a BNCC “dê certo”. Todas essas situações são ilustradas nos depoimentos que seguem.

Esse material do currículo do estado de São Paulo, ele tem umas apostilas por série, por matéria, e não bate com o livro didático, o livro didático é federal. Então, a gente acaba tendo que fazer um jogo aí, fazer uns resumos, colocar muita coisa na lousa, perde-se muito tempo, porque você não tem algo visual ali para eles estarem seguindo, então é muito fraca a apostila em relação a conteúdo, ela

não tem conteúdo nenhum, você tem que preparar o aluno. Falam-se assim "ah, o material do estado vem pronto!". Não vem pronto! Ele vem algumas atividades, alguns textos, e já está bem defasado. Então, eu acredito que alguns pontos vão ser bons, porque vai fazer todo mundo chacoalhar, e fazer realmente olhar com outro olhar para esse aluno. Vai ser uma adaptação tanto para o aluno quanto para nós que já estamos acostumadas desse jeito, principalmente quem está muito tempo já na educação na sala de aula. (CN1)

A gente está esperando que haja uma alteração no currículo, porque não tem casado assim com a BNCC, tem bastante divergência, a gente foi ver, eu da área, a professora de ciências disse que teve muita alteração. Então, eu acho que o governo vai ter que alterar alguma coisa para o ano que vem. (MA1)

O que dá entender que muda é a autonomia dos alunos. Ela vai interagir várias disciplinas. E tem que mudar a autonomia do aluno. É ele que tem que entender o que vai querer para a vida dele, o professor está ali, lógico que ele vai se preparar para essas mudanças, mas a principal mudança é o aluno. (CN2)

Mudanças acredito que não, eu acho que é a forma de complementação... Bom, se eles querem unificar tem que ter mudança, e eu acho que a ideia é preparar... é aquela velha história "preparar melhor o aluno para o mercado de trabalho", "preparar melhor o aluno para realidade do aluno", só que é como estou falando para você, a realidade de cada aluno, de cada região é diferente. (MA2)

Então eu não sei se vai mudar muita coisa no ensino. Eles estão querendo unificar o ensino, o MEC junto com a BNCC, tanto do público quanto do particular, as séries... ter todo um currículo igual. [...] Vai ter uma mudança porque eles vão querer unificar, para que todos os ensinos, público e particular, estejam na mesma categoria aí. (CN3)

Não acredito que vá haver mudanças, mas haverá adaptações, devem ser feitas adaptações, primeiro por conta das competências e habilidades mínimas que nós trabalhamos dentro da Base, e são as que a gente considera como elementares e, a partir dessas competências e habilidades que a Base Nacional traz pra gente, nós vamos nos remeter ao currículo, pensando no que ele nos traz de conteúdo, habilidade e competência, pois, ele é dividido assim, a

questão é: "qual metodologia esse currículo trabalha?", "nós trabalhamos essa metodologia?", "eu trabalho essa metodologia?", "Eu sei qual metodologia o currículo que o Estado de São Paulo me propõem?", não! Então, nesse aspecto, eu acho que não vai mudar, mas serão feitas adaptações, que possamos compreender melhor e trabalhar com conforto e dentro da sala de aula e, você conseguir fazer com que você entenda o que você está trabalhando e onde você quer chegar com seu aluno ali, naquele caso, e não simplesmente conteúdo. (MA3)

A chegada da BNCC, que são as habilidades, que eu acho super legal porque nos Estados Unidos eles trabalham com habilidades já faz muito tempo. E, pelo que fiquei sabendo, na Alemanha também, tudo trabalha com habilidades. Isso que é importante. (LP3)

Vamos por uma BNCC real que vá formar esses meninos, um sistema que vai exigir deles... mudaria tudo no sistema nacional, pensou? Quem está em Pernambuco, que é bem classificado, vem para cá e tem o mesmo sistema de ensino, o mesmo estímulo, sabe? Mudaria muito se fosse aplicado no sentido real e todos seguissem, porque você sabe que na sala de aula o próprio professor vai mudando e acaba não implementando bem aquilo lá, então seria uma coisa excelente essa modificação. (LP3)

Eu acho que como nós já trabalhamos, como o projeto do Estado, e cada região, cada cidade enfim, é uma realidade diferente. Na verdade, cada escola de uma cidade é uma realidade diferente, não acredito que dê certo. Nós já tivemos dificuldades, já tivemos que fazer adaptações no nosso currículo justamente por isso, porque no caso a nossa comunidade é uma comunidade carente, então não conseguimos fazer exatamente do jeito que eles querem, no caso, estou comparando com o que já tínhamos, não tem como fazer daquele jeito, acho que agora vai ser bem pior. (LP2)

De uma análise geral dessa categoria podemos inferir que o processo de implementação da BNCC ainda é repleto de lacunas quanto à informação disponibilizada, principalmente aos professores. Além disso, a implementação deve demandar políticas de formação do corpo docente, visto que o professor é o principal articulador do processo de implementação, o que por si só não é suficiente uma vez que a escola necessita de uma

reforma estrutural, com destaque para os recursos materiais, para cumprir com os mínimos exigidos pela Base.

As escolas precisarão definir seus currículos levando em conta o currículo regional (como o Currículo Paulista para o estado de São Paulo), além da BNCC, o contexto em que a escola está inserida e suas especificidades locais; uma vez que a Base indica apenas os mínimos curriculares e metodologias de ensino que estejam alinhadas ao desenvolvimento das habilidades e das competências propostas pela Base.

Em muitos momentos o processo de implementação da BNCC se confunde com os processos de elaboração e implementação do CP, nossa próxima categoria de análise.

#### **5.4 Currículo Paulista**

Esta categoria tornou-se relevante devido as convergências nas falas dos entrevistados de colocar o Currículo Paulista (CP) como uma materialização, ou desdobramento da BNCC, ou ainda por confundi-los.

Como já mencionado nesta investigação, o CP está em fase de implementação. No ano de 2008 houve uma mudança curricular no estado de São Paulo, onde os professores passaram a ter contato com o material didático do aluno (caderno do aluno ou apostila do aluno como ficou popularmente conhecido) e o material de apoio ao professor (caderno do professor), esta foi a forma de “apresentação do currículo”. É importante destacar que embora esses materiais sejam materiais didáticos e não o currículo em si, o conteúdo do currículo e as formas através das quais ele nos é apresentado, é uma opção historicamente configurada. Conforme Gimeno Sacristán (2017), essa opção se sedimenta dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregada de valores e pressupostos políticos, sociais, de instrumentação e de mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares.

O RDEA relembra o momento descrito no parágrafo anterior, sobre 2008, e faz uma comparação com o novo currículo que está sendo implementado em detrimento de outrora não se realizar ações para a política de formação docente, sobre a temática ele afirma que:

Isso está acontecendo primeiramente com o professor coordenador e um professor, para ele replicar isso na escola. Então já está em andamento. Eles têm prazo até final de novembro para fazer esse movimento e, dar a devolutiva para a diretoria via plataforma que a gente criou, onde eles vão postar registro reflexivo do que eles fizeram, registro fotográfico, registro das atividades para gente ter a certeza que o professor teve contato, que o professor está sendo instruído, para a gente não ter o mesmo problema que aconteceu em 2008 quando o nosso currículo chegou na rede. Ele chegou sendo um material didático em sala de aula, o professor sem formação... e tudo foi acontecendo junto. E aí, o que acontece? Há uma aversão do professor diante do material, não entende as concepções, não entende como foi elaborado. Então, até hoje a gente discute o currículo para que eles saibam utilizar da melhor forma possível. Para evitar isso, a Secretaria resolveu sair na frente e começar a discutir as concepções, o porque está sendo mudado, se está de acordo com a base, se está de acordo com as competências e habilidades da base. Para depois quando das elaborações do material de apoio, desse material didático, a gente começar a discutir o conteúdo didático do que está posto lá, as atividades, o porquê que elas estão lá, qual o motivo delas estarem lá, quais concepções teóricas estão por trás. Isso que eu falo que peca na Base, ela não traz isso! (RDEA)

Esta preocupação é alertada já na nossa fundamentação teórica quando do “currículo apresentado” em forma de material didático gerando uma dependência do professor quanto aos meios (GIMENO SACRISTÁN, 2017). Entretanto não há uma recomendação da eliminação desses materiais concebidos como “pré-elaborações do currículo para seu ensino” (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p. 149).

A dependência dos professores quanto aos meios que apresentam o currículo é um fenômeno desenvolvidos em muitos sistemas educativos, transformando-se numa peculiaridade do sistema curricular, que expressa as condições do cargo do professor. Uma norma de comportamento tão desenvolvida e estável deve ter causas que a expliquem.

[...]

Recomendar a eliminação de qualquer meio que proporcione ao professor modelos pré-elaborados do currículo, como são os livro-texto, supõe deixar boa parte deles sem saída alguma. (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p. 149)

Por outro lado, o mesmo RDEA acredita que o CP não trará muitas mudanças.

Mudança nós não temos muitas, talvez com relação a algumas habilidades. Habilidades que não apareciam no nosso currículo e que vão aparecer agora. (RDEA)

Fazendo uma análise do CP e olhando para a BNCC (seção 4.4 desta dissertação), fica evidente o quanto esses documentos são parecidos, inclusive em não ultrapassar o mínimo curricular prescrito na Base. Essa análise concorda com a experiência vivida pela RDEB

As habilidades de Português previstas na Base estão presentes no currículo. O que mudou, às vezes, é que era uma habilidade muito grande, eles desdobraram em item "A", item "B", mas não tiveram grandes diferenças.

[...]

Com o olhar já para o Currículo Paulista, que não foge da estrutura da Base, porque o currículo ele está completamente casado com a Base, nosso Currículo Paulista. Quem faz uma leitura do nosso currículo tem uma hora que até pensa que está lendo a Base, eles são muito próximos realmente. (RDEB)

O ano de 2019 ficou conhecido na rede estadual paulista como o “ano de transição”, pela fala dos depoentes foi um ano turbulento em termos de currículo. A rede estadual de ensino estava com o mesmo currículo desde 2008, mas sem poder utilizar os materiais de apoio, visto que a sua validade legal era até 2018 (ano em que foi realizada a entrevista com o RDEA).

Como o ano que vem é um ano de transição, nós não temos material elaborado de acordo com a Base, principalmente para os anos finais. O que os anos finais fizeram? No momento de discussão das concepções do nosso currículo e as concepções da Base, e discutimos uma melhor maneira de articular o material que a gente tem, os materiais que são lançados na rede para já irem atendendo as habilidades que são postas na Base, que a gente possa adequar.

Então, eles [os professores], já estão sendo orientados de como proceder ano que vem. (RDEA)

Entre os coordenadores e os professores, o ano de transição demandou adaptações rápidas e objetivas, mas com alguns problemas curriculares, como por exemplo a mudança de um objeto de conhecimento (até então chamado de conteúdo) de um ano para outro.

Você vai adequar esse caderno com esse currículo. Então, se aqui está falando para trabalhar capoeira e no currículo oficial fala que não é para trabalhar capoeira no nono ano, é para trabalhar no oitavo, então você vai trabalhar no oitavo ano. Vai ficar muito mais difícil até para a gente que já está com o bonde andando. Com essas mudanças, a professora de ciências mesmo, no dia que a gente estava conversando, de repente o que ela já ensinou lá no sexto ano, esse aluno vai aprender de novo porque ele vai voltar ao conteúdo, não vai ser só uma parte, vai voltar todo aquele conteúdo, ele não vai andar para a frente. Esse aluno do nono ano, se falar “ah, ele não vai aprender capoeira o ano que vem”... ele vai sair sem ter aprendido um conteúdo. É mais ou menos assim. (C1)

Esse ano ainda está confuso por conta dessas mudanças, está começando a mudança. Mas eu não acredito que vá mudar tudo já o ano que vem como eles falam, eu duvido. Eu acho que ainda vai ter bastante confusão. (C3)

Outro agravante nesse ano de transição foi a chegada de um “guia de transição” baseado na BNCC que orientaria o desenvolvimento curricular da escola durante um tempo.

Na verdade, já tem alguns anos essa matriz curricular. Agora como tem a BNCC, então tem um guia de transição, esse guia de transição veio até com material para gente trabalhar o primeiro mês de aula com o guia de transição, então você entende o que? Que é para trabalhar a BNCC. Então os professores fizeram todo o plano de trabalho deles em cima da BNCC no primeiro semestre. Quando houve uma reunião, no segundo semestre, recebemos a notícia que “olha, não! Seus alunos foram mal na avaliação, porque você não está

trabalhando em cima da matriz”, no caso específico, por exemplo, de matemática do oitavo ano. Oitavo ano não batia a matriz curricular do estado de São Paulo com a BNCC. Os conteúdos foram diferentes, as crianças foram mal na avaliação. Eu fiquei muito brava, porque não foi culpa do professor, não foi culpa dos alunos, foi uma orientação que eu recebi. Aí fizeram até videoconferência, então não fui só eu que errei. Se fizeram uma videoconferência é porque o estado inteiro está errando, que é para seguir a matriz curricular da Secretaria Estadual. Agora não tem mais guia de transição, não tem mais BNCC, mas tem todo material, tem algumas dicas de materiais para trabalhar sobre isso. Para o professor fica o trabalho. Tem que trabalhar a matriz, vamos ser avaliados pela matriz... então a gente fica com esse impasse no estado de São Paulo, não sei os outros como vão ser. (C3)

Na seção 4.4.3 desta dissertação, comentamos sobre essas mudanças no currículo de matemática, alguns objetos de conhecimento que eram trabalhados em um ano, passaram a ser trabalhados em outro ano, principalmente entre os oitavos e nonos anos, este último foi o ano que realizou o SARESP em 2019. A fala da coordenadora C1, embora diga respeito, principalmente, ao componente curricular de matemática, esse movimento dos professores planejarem com fundamentos na BNCC e depois retornar ao currículo de 2008 foi geral, para todas as componentes curriculares.

No começo do ano veio: “vamos parar com isso, vamos mudar, mas não vamos parar com habilidades”. Então nós pegamos a banca de habilidades e montamos o nosso, e agora em agosto veio essa bendita dessa retroação “olha, veja o de 2008, agora vocês vão fazer como estava lá”. Agora em agosto eu montei o meu plano, desmonto. Agora você vai se basear no plano de 2008. Segue o mesmo planejamento de currículo do estado de São Paulo lá de 2008. Até vir novas ordens. Então nossa última informação foi essa daí. (LP3)

Essa mudança pode ser justificada pelas avaliações externas, estas ainda foram realizadas com base no currículo de 2008, tendo em vista que, embora homologada, a BNCC não estava implementada, o estado de São Paulo não possuía um currículo vigente,



ativo. Portanto, foram as avaliações externas que ditaram o que seria trabalhado nas escolas.

Então, na verdade a gente está aguardando as instruções da Secretaria Estadual. Teve essa primeira orientação de usar o guia de transição, foi o material que veio e depois retornou. É que o Saresp é a principal referência do estado. Ele quer que os alunos tenham um bom desempenho, têm metas para cumprir. A Secretaria Estadual tem uma meta alta até 2020. A gente tem que dar conta dessa meta, e para dar conta dessa meta tem que trabalhar o que vai cair na prova, e o que vai cair na prova é a matriz. Então, primeiro era, depois não é mais. Vai chegar um material, está para chegar semana que vem e, eu acho que esse material deve estar mais voltado para a BNCC, mas eu não tenho certeza, porque nós recebemos o material logo no começo do segundo semestre. "Nossa, aliviou, né? Chegou o material!". A hora que bateu o olho no material tinha caso que não batia nem com a BNCC, nem com a matriz curricular. Era de chorar. Então está um desencontro que a gente não via há muito tempo no estado. (C3)

Além do SARESP a coordenadora C3 chama a atenção para a Avaliação de Aprendizagem e Processo (AAP).

Mas nós tivemos um outro entrave, que quando a gente começou a fazer as avaliações estaduais, que são essas AAP, que são Avaliação de Aprendizagem e Processo, é uma prova que ela é feita para todas as escolas estaduais de português e matemática para ver como o aluno está se desenvolvendo e para gente refletir sobre os dados. Então a gente aplica, digita no sistema, o sistema joga gráficos para podermos avaliar quais as habilidades não estão sendo desenvolvidas. Só que essas avaliações ainda estão em cima da matriz curricular de 2018, então nós estamos trabalhando com dois currículos: 2018 e, na verdade, a gente está trabalhando com uma adaptação da BNCC ainda, entendeu? Então isso está sendo um desafio para a gente. Dar conta disso tudo não está sendo fácil. (C3)

Diante do exposto sobre o ano de transição e pensando nos anos seguintes, os professores, coordenadores e representantes das Diretorias de Ensino foram questionados sobre a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. De modo unânime este foi considerado um projeto que necessita da participação de todos, inclusive da sociedade civil, pela sua característica democrática.

O PPP de uma escola... a primeira premissa é ser democrático e, dessa forma, tem que ter a participação de todos. A gente não consegue fazer efetivamente um projeto se chamarmos toda a comunidade, isso fica inviável, mas a gente tem que ter uma representatividade de membros diversos dessa comunidade. (RDEB)

Quando a gente vai fazer o plano, todo mundo tem que dar opinião, optar, dar o seu ponto de vista. (C1)

O projeto pedagógico é um documento muito importante dentro da escola. Quando os pais, quando a comunidade, quando reflete sobre alguma coisa é extremamente válido, porque tem ali realmente, muitas vezes, uma visão que eu tenho, você não tem, o outro tem, é essa troca. O pai, a família, a comunidade estando dentro da escola, participando ativamente, ela vê a escola com outros olhos também, ela valoriza mais o trabalho do professor, o trabalho da gestão. Então eu acho que a comunidade, o professor, a gestão, tem que trabalhar, tem que trabalhar junto sim, isso é muito positivo. (CN1)

Esse projeto pedagógico da escola, ele é feito com a presença da gestão, dos pais, dos alunos, dos professores. É um processo bem democrático. De todas as escolas que eu participei, todos tem voz ativa, todos podem se colocar. (MA1)

O relato da coordenadora C3 apresenta como os alunos podem contribuir positivamente para a elaboração de ações que devem ser previstas no PPP

Tem representante dos professores, dos gestores, então quem participa: a diretora, a vice-diretora, os alunos e pais. Isso é para acontecer em todas as escolas. A gente tem que tirar foto, mandar para a diretoria, mostrar que está fazendo. É superimportante ter uma gestão democrática, e também um exercício que a gente está aprendendo a ouvir o aluno. Você tem que saber o que você vai

apresentar para ele, qual é a parte dele nesse processo. E entre eles, por exemplo, eles definiram que seria interessante fazer uma palestra com os outros alunos explicando a importância da prova, e eles falarem isso. Montaram um *Power Point*, mostraram os resultados que tinham no sistema, os gráficos, tudo, e explicaram para os alunos como eles iam proceder na prova. Achei superinteressante! Eu nem tinha expectativa disso tudo, que eles iam ter essa ideia, essa valorização. Então é a gestão democrática, eu acho que é o caminho mesmo. Às vezes é meio dolorida, quer dizer, você ouve coisas que você não estava preparada, mas você tem que estar aberta para mudar as estratégias, para ver o que está funcionando. Acho que é bem legal. (C3)

Esta mesma coordenadora deixa claro que embora tenha essa participação democrática, existem orientações de instâncias superiores para a elaboração do PPP.

Bom, na verdade a proposta curricular, o Projeto Político Pedagógico da escola, sempre é feito pela escola com base no que tem no MEC e que tem na SEDUC. Se você entrar no site do MEC ou BNCC, e buscar acho que volume 2, já existe o documento. Salvo algumas adaptações que não estão sendo feitas, eu entendo que já existe esse documento e que a gente vai implantar conforme orientação. (C3)

Os três professores da escola E3, atentam para o papel do professor na construção do PPP.

O professor ele vai ali direcionar os pais ao que vai acontecer na escola, como que vai ser transmitido o conhecimento para os filhos, e os pais também darem a opinião de como que poderia, porque eu acho que a escola deveria ser isso, deveria ser um trabalho não só de professores e gestores que trabalham na área, mas da comunidade inteira. Eu acho muito importante ter esse trabalho com todos e não só professores e gestores, seria legal, até mesmo se os alunos pudessem participar, porque aí os alunos hoje, estão no século XXI, não é eles falarem o que "aí, eu quero aprender tal coisa", mas, "a gente poderia aprender dessa forma? Seria mais legal assim...". Ter uma conversa para que o estudo não se torne uma coisa obrigatória em sentido de "eu vou porque eu sou

obrigado”, mas “eu vou porque eu gosto”. Pelo menos eu acho que seria muito legal um trabalho assim. (CN3)

Então vem o diretor, ele vai aceitar os pais, e o professor vai ser o que vai executar isso aí. Ele vai precisar de informação de todos os lados, vai precisar de ajuda de todos os lados, porque ele que vai ser o implementador. (LP3)

O papel do professor na escola, pensando no projeto pedagógico, é pensar enquanto mediador. Ele é ponte entre a gestão, o aluno e os pais desses alunos, porque a proposta pedagógica deveria ser regida por todos. Se todos tivessem ciência do que se passa, o que a escola quer para aqueles alunos, o que ela traz e, o professor cabe como mediador porque ele está tanto entre a gestão, então ele tem a parte burocrática que ele responde que é a gestão, mas ele tem o aluno como próximo, e ele tem o aluno mais próximo ainda porque ele está dentro da sala de aula, ele está aprendendo, ele está ensinando, ele está trocando informações o tempo todo com aqueles alunos que vão repassar para seus pais, então se o professor não fizer essa mediação, não tiver essa discussão, esse debate, vai ficar sempre aquela coisa hierárquica: a diretora, a coordenadora e a vice-diretora institui, escreve, os professores corrigem e aquilo simplesmente engaveta. Por que os pais não têm ciência, só tem ciência quem é curioso, por que eu nunca vi na minha vida, um pai, pelo menos nessa escola, ou um aluno falar de proposta pedagógica, eu acredito que nem a APM que é a associação de pais e mestres, saiba o que é isso, pois não é lido, não é feito. (MA3)

Sobre a participação dos pais, e, portanto, da sociedade civil, o coordenador C2 apresenta a realidade da comunidade em que atua e nos leva a inferir que, embora a elaboração do PPP seja democrática em tese, nem sempre ela é participativa na prática.

Que jeito que você vai fazer essa escola trabalhar, funcionar, produzir como a BNCC quer, se a comunidade não participa? Vou dar um exemplo rápido e prático, todo final de bimestre a gente tem o conselho de classe, a gente faz um estudo do aluno, um rendimento, aquela coisa, estuda gráficos, logo na sequência a gente tem a reunião de pais. Quem vem? Qual o índice de participação dos pais nessas reuniões? Eu não posso chegar em valores percentuais, mas é bem baixo. O trabalho existe, a gente

faz de tudo, teve ano que a gente já anunciou até na rádio "reunião de pais, escola E2, dia, sei lá, 25, às 13h, das 13h às 16h". Inclusive com aquela fala Rodrigo, a mãe chega aqui e fala "olha eu estou com feijão no fogo, onde que eu tenho que assinar?" Essa é a realidade. Você percebe por que eu fico com o pé atrás? Não é que a tese não é boa, mas eu tenho que trabalhar com a prática. (C2)

As falas dos professores desta mesma escola E2 vão no mesmo sentido do exposto pelo coordenador.

É sempre toda a equipe pedagógica, gestora, professores, os pais podem participar, que eu saiba é assim. Se vai ser eu, não sei. O papel do professor é... ele que conhece a prática dentro da sala de aula, ele que sabe direito o que funciona ou não, só que tem um tabu que não podemos falar que é sobre disciplina, você vai falar de disciplina é perigoso, é proibido porque sempre cai naquela história: "professor é gestor da sala de aula", "professor é que define regras e comportamentos e tal" mas se não está funcionando, então é culpa do professor, nunca é o desinteresse do aluno, o desinteresse da família, sempre assim. Não sei se você tem a prática da sala de aula, você sabe como funciona hoje. Acho que cada um tem sua maneira de atuar de pensar, mas é o que eu penso, e acho que é difícil. (MA2)

Acho que o professor... nós conhecemos a nossa realidade, as vantagens, o que é justo, o que dará certo, o que acha o que não dará, nós temos que dar nossas opiniões. (LP2)

Embora a participação de todos na elaboração do PPP não aconteça de forma ideal e equitativa, ela é reconhecida como necessária para um desenvolvimento curricular democrático e participativo.

O Currículo Paulista pode ser entendido como um currículo regional, fruto de um desdobramento da BNCC que reorientará a elaboração dos projetos pedagógicos das escolas paulistas, já apresentando algumas características mais gerais do estado de São Paulo. De modo semelhantes, espera-se que os outros estados brasileiros elaborem seus currículos de modo a considerar seus contextos locais e atendendo aos mínimos propostos pela Base Nacional.

## 5.5 Considerações acerca da BNCC

Nesta categoria os entrevistados apresentam vantagens e desvantagens de termos uma base curricular de abrangência nacional e sua importância, além de apresentarem considerações pessoais.

Muitos dos entrevistados consideraram importante ter uma base curricular de abrangência nacional, e apresentaram adjetivos e expressões muito similares na justificativa da importância da BNCC, termos e ideias como por exemplo “padronizar o currículo”, “homogeneizar”, “ganho para o território nacional”, “falar a mesma língua no país inteiro”, “acabar com a discrepância curricular”, “ser comum a todo o território nacional”, “guia nacional”, “norte”, “fio condutor”, entre outros. Além da ideia, questionável, de que os alunos transferidos de escolas terão uma continuidade por igual na escola que o receberá. Esta última ideia parece não levar em consideração a autonomia do professor ao planejar e executar suas aulas em conformidade com o momento histórico e a realidade em que os alunos se encontram.

*A BNCC é um ganho para o território nacional do Brasil. Há um tempo já se discute qual é o currículo mínimo que os alunos do Brasil deveriam aprender. Essas discussões vêm de longa data, mas nunca teve um movimento para que isso se concretizasse. Eu acho que há falha nisso tudo. É que como nós temos no Brasil um grande número de professores, pensando em território nacional, eles não se sentem parte disso, eles não se sentem consultados, eles não se sentem participantes disso tudo. E aí, tem a resistência. E com a resistência algumas práticas importantes elas ficam difíceis de se cumprir. (RDEB)*

*Quando se pensa numa base comum para o país todo, é superimportante isso, é superimportante que todos falem a mesma linguagem. Se a gente quer um país igualitário de norte a sul, com as mesmas condições, eu tenho que tentar oferecer essa equidade para eles, eu acho que isso a Base traz de bom, eu vejo isso como algo bacana da Base, esse olhar para todas as crianças do país com equidade. Desde a criancinha lá do Norte e Nordeste, sem condições, que vai para escola a pé e descalça, mas o olhar que vai ser oferecido para ela é o mesmo que vai ser oferecido para as crianças daqui da nossa região, que é uma das mais ricas da América Latina, que as crianças vão de carro, vão com os pais. É oferecer*

para elas essas mesmas condições... condições nas funções didáticas, no intelecto, para que todos tenham condições de serem críticos, que desenvolvam o funcionamento crítico igual. Não é porque ela está lá andando descalço, que ela não tem a capacidade de ter o mesmo intelecto que uma criança que está aqui. Isso é o que eu acho que traz de mais importante na Base, o que eu vejo de importante na base. (RDEA)

Então, eu penso que a BNCC é necessária, por que a gente já recebeu alunos de outros estados, às vezes de escola particular e realmente às vezes havia discrepância curricular, principalmente em matemática. Então ter uma única referência nacional é importante tanto para particular, pública, municipal e entre as federações. Ah, eu penso que ela é importante sim, como eu disse, para padronizar o currículo. É difícil você imaginar o que está sendo trabalhado. (C3)

Seria homogeneizar os conteúdos, todos serem trabalhados a nível nacional, eu acho isso importante. Eu já cheguei a ver pesquisas de que o Nordeste não cumpre esse currículo, lugares que é mais forte, mais fraco. Já peguei alunos que vieram do Nordeste, muitos que os pais faziam safra, e a hora que chega aqui em São Paulo, precisa ver como que eles estavam defasados. (MA1)

A vantagem é que vão estar todos com o currículo igual. Foi o que eu falei, vai estar todo mundo preparado igual, vão estar todos no mesmo nível para concorrer a uma faculdade, concurso. Não vai haver aquela coisa "eu estudo em escola particular tenho mais vantagens". (LP1)

Eu acho que é importante para que os professores trabalhem numa mesma língua, para que eles consigam colocar o ensino como um só, não ter essa desigualdade nem de professor, por exemplo "a minha matéria é mais importante que a sua matéria", isso tem muito em escolas, infelizmente. Eu acho que a importância é isso, não sei se vai funcionar porque a gente sabe que, como tudo, no papel é muito lindo, só que vai para realidade e acontece várias coisas, mas eu acho importante para isso, para os professores falarem a mesma língua. Eu vejo vantagem, que todas as escolas estariam no mesmo nível. Eu não vejo desvantagem, porque estando no mesmo nível, os alunos vão estar, por exemplo, na mesma disciplina. Claro, às vezes tem alguma escola ou outra que está um pouco atrasada, dependendo da maneira como é a sala, como que são os alunos. Mas

eu vejo como? O aluno sai de uma escola, vai para outra, ele não vai estar em desigualdade com aquela outra escola que ele chegou, porque ele vai estar no mesmo nível, na verdade deveria estar no mesmo nível que os outros alunos da outra escola que ele estava. (CN3)

Eu acho que é a unificação. Olha, o país tem um projeto, você entendeu? Vamos unificar isso aí. Então eu acho que a BNCC se aplicar direitinho como eles querem e bem planejado vai ser um espetáculo. Não vai ser já a mudança, sabe? Mas teria que ser... Então o Brasil inteiro com um tipo de ensino unificado. (LP3)

Eu acho que a maior vantagem é conscientizar o professor que precisa ser feito uma mudança. Então, por exemplo, o uso da informática há muitos anos isso já é discutido, e agora está bem claro. Sempre foram colocadas essas discussões, mas agora está como uma proposta mesmo. (MUDEA)

Esses depoimentos vão de encontro ao que defendemos na fundamentação teórica do presente estudo, um currículo plural, heterogêneo, equitativo, diverso e dinâmico. O fato de termos uma mesma base curricular para todas as escolas não garante que a aprendizagem será a mesma em todos os locais, nem mesmo na mesma sala de aula, isso pode ser entendido levando-se em conta a não neutralidade de cada aluno, de cada família, de cada professor, escola, comunidade, cidade, estado, entre outras instâncias. As diferenças culturais interferem no desenvolvimento curricular e escolar como um todo.

Deve-se ter presente, seja qual for a opção curricular que em cada caso se adote, que todos esses componentes culturais transformados em conteúdos do currículo oferecem desiguais oportunidades de conexão entre a experiência escolar e a extraescolar nos alunos procedentes de diferentes meios sociais. (GIMENO SACRISTÁN, 2017, p. 61)

Desse modo, a BNCC não dá garantia de equidade, nem ao menos de igualdade em oportunidade, embora alerte que “os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes (BRASIL, 2018, p. 15).

Se dentro de uma mesma sala de aula o nível dos alunos não é o mesmo, as aprendizagens não são as mesmas, fica inimaginável um país inteiro, diverso como o



Brasil, estar nivelado por meio de um documento único que prescreve os mínimos curriculares. Se as condições que uma criança de classe média tem para chegar até a escola não são as mesmas de uma criança da periferia, então o capital cultural também é diferente, os interesses também o são.

Essa diversidade regional também emergiu nas considerações dos entrevistados como um dificultador da implementação igualitária da Base.

Nós temos um documento onde vai compor os objetos de conhecimentos definidos únicos para região de Norte a Sul, com liberdade da gente colocar especificidade de cada região, uma parte tanto sociocultural e até mesmo socioeconômica de cada região, a gente sabe que tem uma diversidade muito grande no país todo então, isso eu creio que a base vai determinar. (RDEA)

Essa afirmação nos leva à ideia de currículos plurais. E tomando a Base como reguladora dos mínimos, entendemos também que as especificidades de cada região devam aparecer nos currículos regionais e/ou locais, como orienta o CP.

O Estado de São Paulo é constituído por uma população representativa de diversas regiões do país. Tal especificidade evidencia a necessidade de se considerar a diversidade cultural no momento da construção do Currículo Paulista. Como previsto na LDB, os municípios têm autonomia para definir as políticas públicas que viabilizem a oferta e o acesso a um atendimento de qualidade, de forma a respeitar o contexto social, histórico e cultural em que estão inseridos. (São Paulo, 2019, p. 50-51)

Entretanto, as habilidades e os objetos de conhecimentos postos na BNCC estão *ipsis litteris* no CP. O que nos leva a questionar sobre o espaço no CP para as características próprias do estado de São Paulo; e ainda, como os outros estados inserirão suas particularidades nos currículos regionais.

A gente está usando um currículo que ainda aqui, cidade onde nós estamos, pelos nossos índices, a gente consegue atender esse currículo, porém se você pegar outras regiões do Brasil, a gente sabe que aquilo ali é totalmente inviável e que nunca vai ser feito, nunca vai ser atingido, porque são salas multisseriadas, são bem diferentes, o contexto e a situação em todos os sentidos, das escolas e tudo mais. (C1)

Então o que você fala no seu estado da Bahia, com todo respeito, é diferente do Rio Grande do Sul, eu entendo que você possa e deva

ter para nortear um currículo base, matemática, português, e tudo mais, mas tem que ter algumas adaptações regionais, eu não vejo isso. (C2)

Não sei, e não acredito. Porque como eu disse das diferenças regionais. Vamos fazer de CA por exemplo, todas as escolas são iguais? Não. Uma cidade relativamente pequena, mas com realidades diferentes. Zona leste, sem qualquer preconceito, mas é diferente daqui da zona sul. E2 e a escola X, duas escolas que têm ensino médio e fundamental, sem qualquer preconceito, são regiões diferentes, com populações diferentes, não haverá diferença no ensino das escolas? Sim. O que dizer de cidades e de estados? Então eu não sei se houve essa preocupação. (C2)

Quando você fica mudando muito uma coisa, é porque o antigo não está funcionando direito, é difícil dizer, a não ser experimentar, como esse caderno que trabalhávamos e depois de alguns anos podemos avaliar melhor, você só pode avaliar alguma coisa na prática, não dá para avaliar sem você trabalhar, no caso com esse novo currículo, eu acho que a ideia é unificar o currículo do país todo, eles defendiam tanto uma currículo regional e hoje eles já estão pensando ao contrário, afinal de contas, para eles o que é o certo? O que é o bom? Você trabalhar com o regional ou com uma coisa uniforme? " Eu acho que não é bom trabalhar com uniforme, uma coisa só para todo mundo, tem que ser diferenciado. (MA2)

Existem temas que não conseguimos abordar com nossos alunos aqui e, existem temas que precisamos trabalhar com eles que são da vivência deles, então fica muito distante da realidade na qual eles vivem. (LP2)

Foram apontadas também as desvantagens da BNCC, como as orientações didáticas e pedagógicas para trabalhar os objetos de conhecimento e ter maior chance de desenvolver as habilidades necessária para o alcance das competências.

Mas também tivemos retrocesso, principalmente se a gente comparar a Base com os Parâmetros Curriculares Nacionais. O que os Parâmetros trouxeram para gente? Além dos objetivos de aprendizagem, eles trouxeram também indicações didáticas, pedagógicas, coisa que a Base não traz, principalmente com relação às pesquisas, com algumas unidades temáticas. "Como a criança

aprende determinadas unidades temáticas? Qual a melhor forma de ensino? O que as pesquisas apontam que a criança aprende mais e melhor com relação à pesquisa desse determinado tema? " Então isso também me incomoda na Base, porque fica muito solto. Então eu acho que se a Base, além de trazer os objetos de conhecimento essenciais, deveria ter trazido também algumas questões didáticas de cada conteúdo abordado, de cada objeto de conhecimento abordado, acho que isso faltou. A desvantagem da BNCC eu já te falei, que ela não traz indicações didáticas, isso é um dificultador (RDEA)

Outros temas também foram considerados como desvantagens, como por exemplo a imposição da Base, as desigualdades entre as regiões brasileiras, a transição com os alunos que estão no meio do processo educativo, a estrutura e os investimentos em casa escola e a falta de formação continuada para os professores. Como ilustradas nas falas que seguem.

A gente enxerga ser tudo igual, perfeito, porém a desvantagem é que não vai funcionar, eu acho que nesse primeiro momento do jeito que está sendo imposto não vai funcionar. Eu acho que a desvantagem é essa, vai complicar muito. Eu acho que essa desigualdade que a gente tem hoje não vai conseguir atingir todo mundo do jeito que deveria, eu acredito que vai continuar assim: umas regiões vão ter esse currículo e outras não, não tem como. (C1)

E a desvantagem está sendo essa transição, de você pegar o aluno que já está no percurso... para quem está chegando agora, para o aluno que está no 6º ano, que vai estar no 7º, ano que vem, pra essas crianças não vai fazer diferença se você vai trabalhar o currículo do começo ao fim. Mas para quem está no meio do processo, quem está no 7º, 8º e 9º ano, por exemplo, que é nosso caso, eu acho que ele deixa de ter alguns conteúdos importantes para o vestibulinho, para ele competir com outras particulares, para os meus competirem com particulares também. Então eu tenho aluno que não teve física. Ele teria agora, mas foi substituído, então essa transição está sendo desvantagem, a forma como está acontecendo. (C2)

A desvantagem... vão ser as escolas que não têm estruturas corretas para isso, porque têm escolas que ganham verbas a mais, outras menos, e essas com verbas menores não vão conseguir se adaptar. (LP1)

É o que eu falei, não podemos desconsiderar o regionalismo, desconsiderar as diferenças que existem entre um estado e outro, estou falando sobre a minha opinião, o que eu ouvi falar sobre a BNCC. (MA2)

E desvantagens não tenho conhecimento dela, pode gerar confusão, e aí uma má aplicação disso na escola, pode ser interpretado simplesmente como um papel ou uma informação a mais, ou continuar do jeito que está... mascarando como as coisas estão acontecendo. E aí, nós não temos uma significativa aprendizagem do aluno pensando nessa mudança como melhoria. (MA3)

As desvantagens... vão pegar muita gente mal preparada. Você sabe disso. Vai pegar muita gente que não quer mudar. Resistência à mudança. Os alunos que estão acostumados a esse tipo de paternalismo, tudo ajuda, eles vão ter que sair, e eles gostam de sair da zona de conforto. Mas que vai ter uma resistência, vai. (LP3)

A formação docente foi a característica mais presente no momento em que os entrevistados deixaram suas considerações e suas preocupações acerca da BNCC. Muitos deles não se sentem preparados por não terem a formação, estudo, que desejariam para conhecer o documento da Base. Quanto a espaço para deixarem suas considerações, os termos mais frequentes estão relacionados com a formação continuada dos professores: conhecer o documento, estudo, orientação, capacitação, atualização e formação de professor.

As minhas considerações gerais eu acho que são para que os professores principalmente, mas todos devem conhecer, conheçam o documento, estudem o documento para que possam participar dessa escuta ativa que ainda virá em relação ao ensino médio, porque essa chamada da rede é relevante e a gente não pode se omitir nesse momento. (RDEB)

Eu acho que a divulgação dela... deveria ter sido bem mais divulgada, bem mais estudada, que nós deveríamos sim ter tido muito mais

orientações, muito mais acesso à essa BNCC, a esse plano todo, acho que faltou isso mesmo, a gente ter esse acesso, poder dar mais opinião, poder falar o que realmente a gente pensa, poder ajudar na hora de fazer, falar "não, isso aqui é legal, isso não é, isso é viável, isso não é". Acho que seria mais isso mesmo. (C1)

Essas reuniões de ATPC, por exemplo, eu acho que elas devem ser direcionadas para estudo mesmo. Toda mudança é importante, a educação precisa de um "chacoalhão", o aluno precisa de um "chacoalhão", alguns professores precisam entender da real importância e valorizar aquilo que eles são dentro de sala de aula, da importância que tem tanto um professor de primeiro ao quinto, do que cuida do pequeno, nós do ensino fundamental, médio, professores da graduação, de pós, eu acho que tem que entender o valor e valorizar seu aluno também. Você não pode esquecer que tem esse lado da empatia também. Se você não tiver empatia, hoje você não dá aula. Então eu acho que a BNCC vai dar um chacoalhão em todo mundo. A gente, às vezes, está acomodado um pouco naquela situação cronológica, e ela vai dar um pouco desse ânimo, se ela for bem trabalhada, se o professor for preparado, e o aluno também conscientizado que a mudança é importante, que ele precisa disso também. Tem que preparar esse professor, tem que dar capacitações, tem que fazer ele trocar experiência, informação, e tirar as dúvidas que ele tenha com relação a isso, que independe do tempo que você está no magistério, as coisas mudam muito, a gente está aberta à mudança. O professor que não estiver aberto à mudança, ele está perdido, mas a gente precisa do preparo, eu acho que isso é importante. (CN1)

Eu acho que ela é um documento onde todos que estão dentro da secretária do estado de São Paulo, independente do seu cargo hierárquico, administrativo ou não, devem estudar, primeiramente. Acho que eles devem conhecer muito bem, saber diferenciar a BNCC do currículo, do projeto pedagógico, estar bem claro para cada um o que é a BNCC, o que é o currículo que a escola vai adotar, o que é o projeto pedagógico, ter bem nítido os parâmetros que você tem que pensar, que você vai analisar a partir da BNCC para a elaboração dos outros documentos vigentes daquela escola, então a partir do momento que você estuda a BNCC, você a conhece a fundo, você consegue ter ferramentas e propriedades para trabalhar ou formar um currículo, formar um projeto pedagógico

que seja eficaz, não que só fique no papel, que seja utópico, que nada daquilo vai ocorrer. (MA3)

## 5.6 Olhando para as categorias

Na Análise Textual Discursiva as categorias são definidas e expressas a partir dos elementos que as constituem. A partir deste momento inicia-se o processo de explicitação de relações entre elas com o intuito de expressar a compreensão do todo. Nesse sentido, podemos inferir que o entendimento que os agentes educacionais entrevistados possuem sobre a BNCC é diversificado, e em alguns casos ainda vago, demonstrando um desconhecimento sobre a temática, exceto para aqueles que estão mais fortemente ligados à gestão ou supervisão escolar.

As consultas públicas para elaboração da BNCC e do CP não atenderam às necessidades dos professores participantes. Estes não sentiram que foram ouvidos, e ficam com a sensação de que a BNCC é uma obra de profissionais que desconhecem a realidade da escola.

As avaliações externas são fontes de elaboração dos currículos, ditando, de certo modo, o que deve ser ensinado para o alcance de determinadas expectativas educacionais. As preocupações com os índices balizadores da educação acarretam uma pressão na instituição escolar que faz com o que foco das atenções seja mais fortemente voltado para o preparo para as avaliações externas do que para a formação do cidadão crítico que dê significado real para o que está a aprender desenvolvendo as habilidades e as competências exigidas.

A implementação da BNCC se confunde com a elaboração e implementação do CP. Mas os agentes entrevistados não possuem informações concretas sobre as políticas e ações planejadas para a implementação da Base. Entretanto, reconhecem que as escolas ainda não possuem estrutura para que o proposto na BNCC seja desenvolvido nas condições desejáveis. Acreditam ainda que para o estado de São Paulo haverá poucas mudanças em termos dos objetos de conhecimento, uma vez que consideram que o Currículo Paulista já considera muito do que está posto na Base.

Os entrevistados ficaram divididos quando a importância, vantagens e desvantagens de ter uma base normatizadora de uma educação nacional. Enquanto um

grupo defende a ideia de um currículo homogêneo, igual para todas as escolas das diferentes regiões brasileiras, outro grupo encara isso como uma dificuldade de implementar a BNCC levando em consideração que as diferenças regionais são importantes para elaboração de currículos locais, em decorrência da necessidade de considerar o contexto da comunidade.

Duas grandes questões são postas como preocupações por parte dos entrevistados. Uma diz respeito à falta de orientação didática e pedagógica na Base para o desenvolvimento das habilidades e das competências por meio dos objetos de conhecimento. A outra refere-se a falta de espaço para formação docente como estudo, atualização e falta de recursos materiais.

De forma análoga como apresentado por Rocha e Pereira (2016), sintetizadas no “Quadro 3” desta investigação, os entrevistados apresentam posicionamentos similares aos analisados por estas autoras quando dividem as produções acadêmicas em três grupos: 1) oposições à ideia de BNCC; 2) críticas ao processo de tessitura do documento; 3) defesa de uma BNCC.

Durante a análise das entrevistas não temos, claramente, uma posição contrária à ideia de BNCC, mas há a presença de algumas características defendidas por este grupo opositor, como por exemplo a “tentativa de homogeneidade” presente em quase unanimidade dos entrevistados, os interesses políticos presentes na fala do C2, a vinculação à política de avaliação como instrumento de regulação e, ainda, a reprodução da experiência internacional como cita a própria BNCC

“o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos: Austrália, Portugal, França, Colúmbia Britânica, Polônia, Estados Unidos da América, Chile, Peru, entre outros” (BRASIL, 2018, p. 13)

A professora LP3 concorda com esse ponto de vista ao dizer “Eu penso assim, se implementar direitinho, como manda a lei, eu acredito que no exterior faça isso. No meu ponto de vista nós deveríamos copiar alguns países que dão certo e vim implementar na nossa cultura aqui”.

Os entrevistados também fizeram críticas ao processo de tessitura do documento, como já foi discutido nesta investigação, por entenderem que a escrita deveria emergir dos profissionais das escolas e não de elaboradores externos a estas. Entendida na visão de Rocha e Pereira (2016) como uma “política não democrática”.

Embora os motivos da defesa de uma BNCC pelos entrevistados não estejam totalmente alinhados aos mesmos motivos do grupo que defende uma BNCC apresentados por Rocha e Pereira (2016), há convergência quando este último grupo argumenta a favor de uma “possibilidade do documento promover justiça social” e os entrevistados (RDEA, RDEB e CN3) trazerem termos semelhantes a justiça social, como promoção da igualdade e equidade, por se tratar de um documento de abrangência nacional.

Se acreditamos que um currículo deve emergir das práticas sociais, do contexto em que estamos inseridos, como sugere a fundamentação teórica utilizada na presente investigação, então não há coerência em recebermos uma normatização curricular imposta por uma instância que não seja a realidade local, ou ainda que não a considere como ponto de partida para a extrapolação do conhecimento dessa realidade. Embora a BNCC não se defina como um currículo, mas como uma norma para elaboração deste, o Currículo Paulista sendo um de seus produtos, portanto um currículo, deve levar em conta a necessidade local, suas potencialidades e limitações, confirmando a hipótese desta investigação.



## 6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto na questão de pesquisa, na confirmação da hipótese e nos objetivos desta investigação, faremos uma breve consideração da revisão de literatura, da fundamentação teórica e dos dados aqui apresentados, expondo nossas ideias quanto a temática em questão, as discussões envolvidas e entendendo que a BNCC não foi elaborada, nem implementada, do modo como os nossos pressupostos teóricos indicam.

Pensar em um currículo comum para o Brasil, principalmente em um momento de instabilidade política e econômica, em um contexto multifacetado, heterogêneo e complexo que nos encontramos pode trazer consequências negativas por representar um retrocesso na educação e, conseqüentemente, na sociedade de um modo geral. Esta situação fica mais agravante quando temos documento que adquire as características de uma prescrição curricular nacional, oriunda de instâncias administrativas; por vezes influenciadas pelo setor privado, como explicitado na introdução da presente investigação. É neste cenário que ocorre a implementação da Base Nacional Comum Curricular, definidora dos mínimos curriculares.

Foi possível observar que a BNCC assume, mesmo que de forma implícita, o caráter de prescrição curricular. De fato, na BNCC encontramos a seguinte orientação:

Com a homologação da BNCC, as redes de ensino e escolas particulares terão diante de si a tarefa de construir currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC, passando, assim, do plano normativo propositivo para o plano da ação e da gestão curricular que envolve todo o conjunto de decisões e ações definidoras do currículo e de sua dinâmica. (BRASIL, 2018, p. 20)

Também foi possível observar que o CP assume explicitamente os preceitos do currículo prescrito. No CP encontramos a seguinte orientação:

Esperamos que essas definições orientem a (re)elaboração da Proposta Pedagógica de cada escola do território estadual, de maneira a que se promova, em cada uma delas, a necessária organização dos tempos e dos espaços, bem como práticas pedagógicas e de gestão compatíveis com as aprendizagens essenciais que se pretende garantir a todos os estudantes. (SÃO PAULO, 2019, p. 11- 12)

Esta (re)elaboração do currículo do estado de São Paulo corrobora com nossa hipótese por se tratar de um currículo regional, fruto de um desdobramento da BNCC.

A construção de currículos deve ser orientada pela experiência da prática docente. É por meio dos currículos praticados que deverão surgir os documentos oficiais orientadores de currículos escolares com métodos, formas e códigos pedagógicos advindos de baixo para cima, contrário ao que está sendo proposto pela BNCC que tem o processo de implementação partindo do sistema administrativo, representado pelas instituições elaboradoras da Base, chegando até as escolas – onde será executado – por meio dos currículos regionais, locais e, possivelmente, por outros meios, tradutores do currículo, como é o caso do livro didático em consonância com os editais do PNLD.

Diante da verticalização da implementação da BNCC, da política neoliberal na educação e na BNCC (NAKAD e SKAF, 2017; ROCHA, 2016; HELENO, 2017), caracterizada pela influência da iniciativa privada e mercadológica, imposta pelos elaboradores das prescrições curriculares, como é o caso da Base, dos livros e materiais didáticos, produtos de um dos desdobramentos da Base, podemos afirmar que este é mais um dos fatores que impulsionam a desprofissionalização do trabalho docente. O professor é afastado do seu exercício político, pedagógico e educacional por não ser o principal elaborador do currículo a ser desenvolvido por ele próprio, sendo impelido a ser um reproduzidor passivo, acrítico e descomprometido com o poder educacional que ele dispõe para formar cidadãos críticos e participativos.

Além da desqualificação do trabalho docente já citado, o caráter homogeneizador da BNCC coloca em risco a democracia na medida em que as diferenças regionais são postas em uniformidades, ampliando a possibilidade de avaliações em larga escala que podem não representar os feitos educacionais e culturais de uma nação heterogênea, multicultural, multiétnica e, sobretudo, socialmente desigual. Uma prescrição comum a todas as escolas está distante de uma solução para os nossos problemas educacionais, como denuncia a CNTE (2015, p. 416) ao entender a BNCC como um documento descritivo “em forma de receituário, numa lógica pouco permeável a adaptações pelos projetos pedagógicos das escolas”

Peroni e Caetano (2015) apontam para influência da iniciativa privada na elaboração da BNCC como definidora dos conteúdos e da gestão pedagógica inclusive da escola pública, correndo o risco de termos o setor privado tomando as decisões acerca do conteúdo da educação pública. Isso nos permite entender que a BNCC está a serviço da iniciativa privada e seus interesses, como por exemplo um dos desdobramentos da Base

é a publicação do edital de convocação de editores para o processo de inscrição e avaliações de obras didáticas, para professores e estudantes, pelo PNLD 2019.

O referido edital permite que a indústria editorial produza materiais impressos (e em Braile para o material do estudante) e digitais para todos os municípios brasileiros, o que pode ser converter numa prática de controle e desprofissionalização dos professores implantada por um subsistema político-administrativo (GIMENO SACRISTÁN, 2017) em relação à prática pedagógica que se realiza na escola, caso esse material seja um meio único. Isto acontece na medida em que os livros-texto ainda são uma prática comum, única e muito frequente na formação continuada do professorado, ditando-lhe o que ensinar e como ensinar, de um modo aparentemente válido para todos os contextos.

Rocha e Pereira (2016) ao fazer um mapeamento analítico sobre as produções científicas em torno da BNCC, entre os anos de 2010 a 2015, entenderam que há

(...) preocupações relacionadas à BNCC quanto à garantia do espaço da diferença, ao retorno da lógica tecnicista sob os pilares neoliberais da responsabilização, à insipiente participação dos profissionais da Educação, às implicações de uma BNCC nas políticas da formação docente e de avaliação e ao prejuízo da autonomia docente. (p. 230)

A formação docente ficará a cargo do material digital exigido pelo edital do PNLD 2019 que irá contar com planos de desenvolvimento bimestral e ou trimestral, além de sequências didáticas, de propostas de acompanhamento da aprendizagem. Apresenta-se então como um programa a ser cumprido pelos professores como uma norma, visto que esse edital está alinhado à BNCC e todo o seu contexto - e interesses - de elaboração.

Embora os elaboradores da BNCC tenham aberto um espaço virtual e espaços físicos por meio dos seminários regionais para elaboração do documento que materializa a BNCC, os relatos das entrevistas deixam entender que a participação docente não foi eficaz devido a múltiplos fatores, mas o tempo e o pouco contato com o material foram fatores fundamentais para que a esta participação ficasse na superficialidade, e quando houve um grupo de professores mais ativo na escrita de contribuições para a plataforma online das consultas públicas, estes profissionais não se sentiram ouvidos e, portando, não se sentiram representados.

A BNCC foi apresentada para os coordenadores escolares por meio das Diretorias de Ensino que, por sua vez, teve a apresentação da Base via Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e do Ministério da Educação. Esses coordenadores (e em alguns

casos os professores multiplicadores) fizeram a apresentação do documento da BNCC para os professores por meio das ATPC nas escolas. Esta forma de apresentação foi criticada pelos professores por ter um tempo curto, embora reconheçam que é o momento possível de realização desse estudo e de encontro com os outros professores da escola. Um espaço que é necessário, mas que ainda não é suficiente para responder às necessidades de formação docente quanto à BNCC, neste caso.

Uma situação razoável para uma melhor participação docente na elaboração da BNCC poderia acontecer a partir de uma reforma no sistema educacional brasileiro que abarcasse desde a formação continuada do professorado até as questões trabalhista. Professores trabalhando nos três turnos (manhã, tarde e noite) em instituições públicas e privadas, não apresentam condições favoráveis a uma contínua formação, nem a garantia de uma aula que considere todos os contextos em que trabalha, visto que a política de remuneração, em muitos casos, exige essa carga de trabalho. Pensar numa participação real, efetiva e profunda, a ponto de intervir na elaboração de um documento como o da Base, demanda estudo, pesquisa, reflexão sobre a prática, busca por inovação, escolas com estruturas física e tecnológica adequadas para seu bom funcionamento e, sobretudo, tempo hábil para propor mudanças possíveis de realizações.

Esta investigação teve uma amostra diversificada de professores, coordenadores escolares e representantes das Diretorias de Ensino. Os entrevistados possuíam conhecimentos em diferentes níveis a respeito da BNCC. Os representantes da Diretorias de Ensino demonstraram um entendimento mais assertivo quanto a natureza e características da Base. No entanto, coordenadores e professores têm conhecimentos diversificados, alguns se aproximando mais do conhecimento dos representantes das Diretorias de Ensino, outros demonstraram não conhecer o documento da Base com detalhes, e alguns casos este era confundido com o currículo em si.

As entrevistas revelam ainda que a BNCC é confundida com o CP em algumas situações, como as consultas públicas para elaboração desses dois documentos e a referência a ser utilizada para elaborar os planos de ensino do ano de 2019.

A falta de clareza acerca das ações de ordem administrativa, de supervisão e pedagógica para implementação da BNCC é encarada pelos professores como uma lacuna na formação docente, seja inicial ou continuada. Estes não têm informações das possíveis

ações e dos possíveis meios que os formarão para trabalhar com a Base, mas reconhecem a necessidade dessa formação.

No CP, um dos desdobramentos da BNCC em forma de currículo, foi identificado a seleção cultural presente no currículo de Matemática, como previsto nos nossos objetivos. Entendendo que a BNCC define os mínimos curriculares para os currículos das escolas brasileiras, é possível supor que os currículos podem trazer uma seleção cultural que vá além desses mínimos. Todavia, a realidade encontrada no CP para a área de Matemática, em termos da seleção cultural, como os objetos de conhecimento, não prevê algo que vá além da prescrição mínima nacional. Como uma forma de superar os mínimos curriculares postos pela BNCC e pelo CP, esperamos que as escolas, durante a elaboração de suas propostas pedagógicas, tenham em mente a superação desses mínimos.

Após a homologação da BNCC o próximo desafio é sua implementação. De acordo as entrevistas concedidas para esta investigação, para termos uma implementação de fato ainda há um longo caminho a ser percorrido com etapas que envolvem: a reestruturação das escolas – principalmente no que se refere a estrutura física e de materiais como os espaços para laboratórios de ciências e de informática –; a elaboração de materiais e meios que orientem o desenvolvimento curricular, mas que não sejam um guia único ou um receituário supostamente válido para toda a nação; e, entre outras necessidades que esta dissertação não pode prever devido suas limitações, a contínua formação docente de modo que os professores conheçam, entendam e critiquem a BNCC e seus currículos locais que são derivados deste primeiro documento, bem como o entendimento da relação que os currículos e a BNCC têm com as avaliações externas e os interesses envolvidos nestas.

Vale salientar ainda que, embora existam políticas públicas educacionais no Brasil, estas são implementadas de cima para baixo tornando a sua implementação ainda mais desafiadora. A orientação defendida por esta investigação é de uma política educacional que precisa escutar as escolas e seus envolvidos, sobretudo os professores que estão diretamente ligados ao desenvolvimento curricular na realidade em que atua, para que haja uma maior possibilidade de efetivação de tais políticas.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Trad. Maria J. Alvarez; Sara B. dos Santos; Telmo M. Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição de República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 20 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Resolução CNE/CEB nº 4/2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Resolução MEC/CNE nº 2/2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base.** Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 14. abr. 2020.

BRITO, M. R. F. **Psicologia da Educação Matemática: teoria e prática.** Florianópolis: Insular, 2001.

CAIMI, F. E. **A História na Base Nacional Comum Curricular: pluralismo de ideias ou guerra de narrativas?** Revista do Lhiste, Porto Alegre, v. 3, n.4, p. 86-92, jan/jun., 2016.

CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Considerações da CNTE sobre o Projeto de Base Nacional Comum Curricular.** Elaborado preliminarmente pelo MEC. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 411-420, jul./dez. 2015.

FELÍCIO, H. M. S.; POSSANI, L. F. P. **Análise crítica de currículo: um olhar sobre a prática pedagógica.** Currículo sem Fronteiras, v.13, n.1, p. 129-142, jan/abr, 2013.

FINI, D. A.; SILVA, N. C. S. C.; SANTOS, K. C. S. **A criação de uma base nacional comum curricular favorece a aprendizagem dos estudantes?** In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, XVIII., 2016, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá: UFMT, 2016. p. 9189-9193.

FONSECA, C. A. **O lazer na Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** uma análise documental. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

FONSECA, D. J. R.; PANIAGO, M. L. F. S. **Análise discursiva sobre a Base Nacional Comum Curricular.** In: XIV Semana de Licenciatura e V Seminários da Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática, 2017, Jataí, GO. Anais... Goiás: Instituto Federal de Goiás, 2017. Disponível em: <https://ifg.edu.br/servidor/135-ifg/eventos/eventos-realizados/4886-xiv-semana-de-licenciatura-e-v-seminario-da-pos-graduacao-em-educacao-para-ciencias-e-matematica>. Acesso em 20/03/2019.

GENTIL, H. S.; SROCZYNSKI, C. I. **Currículo prescrito e currículo modelado:** uma discussão sobre teoria e prática? Revista Educação em Questão, Natal, v. 49, n. 35, p. 49-74, mai/ago, 2014.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIMENO SACRISTÁN, J. G. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017

HELENO, C. R. **Contribuição à crítica da Base Nacional Comum Curricular – a máscara do conformismo na educação do Banco Mundial.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

HORNBURG, N. SILVA, R. da. **Teorias sobre currículo:** uma análise para compreensão e mudança. Vol. 3 n. 10 - jan.-jun./2007.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic Inquiry.** Londres: Sage Publications. Lisboa – Portugal, 70. ed. 1985.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, E. **Base Nacional Curricular Comum:** novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03, p.1530 - 1555 out/dez, 2014.

MALANCHEN, J. **A pedagogia histórico-crítica e o currículo:** para além do multiculturalismo das políticas curriculares nacionais [tese]. Araraquara (SP): Universidade Estadual Paulista; 2014.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva.** 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

NAKAD, F. A.; SKAF, G. J. P. **Desafios para implementação da base nacional comum curricular** [dissertação de mestrado]. São Paulo, SP: Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo; 2017.

PACHECO, J. A. **Currículo:** Teoria e Práxis. Porto: Porto Editora, 2001.

- PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. **O público e o privado na educação:** projetos em disputa? Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.
- PESSOA, J. B.; NONATO, E. M. **Currículo:** elemento básico de articulação das práticas educativas. Revista Formação@Docente, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 35-42, jan/jun, 2013.
- POUPART, J. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- ROCHA, N. F. E. **Base Nacional Comum Curricular e micropolítica:** analisando os fios condutores [dissertação de mestrado]. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba., 2016.
- ROCHA, N. F. E.; PEREIRA, M. Z. C. **O que dizem sobre a BNCC?** Produções sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no período de 2010 a 2015. Revista Espaço do Currículo, João Pessoa, v.9, n.2, p. 215-236, mai/ago, 2016.
- ROCHA, N. F. G.; PEREIRA, M. Z. C. **A prosopopeia da base nacional comum curricular e a participação docente.** Horizontes, v.36, n.1, p. 49-63, jan/abr. 2018.
- RODRIGUES, V. A. C. **A Base Nacional Comum Curricular em questão** [dissertação de mestrado]. São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.
- SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. **Currículo Paulista.** São Paulo, SP, 2019.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- SILVA, T. T. **Documentos da identidade:** uma introdução às teorias de currículo. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SILVA, T. T. (org.) – **Alienígenas na sala de aula:** Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1995.
- SOUSA, R. S.; GALIAZZI, M. C. **A categoria na análise textual discursiva:** sobre o método e o sistema em direção à abertura interpretativa. Revista Pesquisa Qualitativa, v.5, n.9, p. 514-538, dez. 2017.
- VENCO, S. B.; CARNEIRO, R. F. **“Para quem vai trabalhar na feira... essa educação está boa demais”:** a política educacional na sustentação da divisão de classes. Horizontes, v.36, n.1, p. 7-15, jan/abr. 2018.
- VIEIRA, J. S.; FEIJÓ, J. R. O. **A Base Nacional Comum Curricular e o conhecimento como commodity.** Educação Unisinos, v.22, n.1, p. 35-43, jan/mar. 2018.
- ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.



## APÊNDICES

## APÊNDICE A – CARTA DE AUTORIZAÇÃO

**CARTA DE AUTORIZAÇÃO**

Ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),

Prezado Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar, na função de representante legal da gestão da [NOME DA ESCOLA], informo que o projeto de pesquisa intitulado “Currículo e Base Nacional Comum Curricular: uma análise crítica da prescrição” apresentado pelo (a) pesquisador (a), Rodrigo Rios Nascimento e que tem como objetivo principal fazer uma análise crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas possíveis implicações na prática pedagógica, foi analisado e considerando que o mesmo siga os preceitos éticos descritos pela resolução 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, fica autorizada a realização do referido projeto apenas após a apresentação do parecer favorável emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar.

Dados do Responsável Legal Pela Instituição na qual ocorrerá a Pesquisa:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail (se possuir): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Representante legal da gestão da [NOME DA ESCOLA]

## APÊNDICE B – INTENÇÕES DE ESTUDOS

## INTENÇÕES DE ESTUDO

A (o) diretora (o) da [NOME DA INSTITUIÇÃO]  
Ilma. (o). Sra. (o).

Por meio deste documento apresentamos a nossa intenção de realizar um estudo na [NOME DA INSTITUIÇÃO]. O estudo intitulado “Currículo e Base Nacional Comum Curricular: uma análise crítica da prescrição” será realizado por mim, Rodrigo Rios Nascimento, como parte dos estudos para a elaboração da Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, *campus* Araras-SP), sob a orientação do Prof. Dr. Paulo César de Faria e sob a coorientação da Profa. Dra. Elaine Gomes Matheus Furlan.

O estudo tem o objetivo de analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), levando em consideração: seus propósitos, as possíveis implicações na prática pedagógica, a seleção curricular dos mínimos, o processo de apresentação e implementação nas diretorias de ensino e nas escolas e, como se dará a produção de meios didáticos para orientar a prática educativa.

Quanto ao sigilo da pesquisa, nenhuma outra pessoa além do pesquisador, do seu orientador e da sua coorientadora poderá conhecer qualquer informação que poderemos ter sobre os participantes envolvidos no estudo. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com a anuência dos participantes e os diálogos realizados serão registrados por meio de gravações em áudio.

Vale ressaltar que a pesquisa será submetida aos membros do Comitê de Ética da UFSCar. Uma vez aprovada os participantes serão contatados no sentido de autorizar a sua participação no presente estudo por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os participantes serão informados de que todo material coletado será utilizado única e exclusivamente para fins do estudo. O nome dos participantes, bem como a sua identidade pessoal será mantido em sigilo, não sendo revelados em momento algum, inclusive nos documentos de divulgação dos resultados do estudo.

A temática do estudo (análise da BNCC) possui grande relevância visto que se trata de um tema latente no atual cenário da educação brasileira. Os resultados do estudo se tornarão públicos por meio da dissertação de mestrado (produto final da pesquisa) e de artigos científicos divulgados em congressos, encontros, simpósios e revistas especializadas.

---

Rodrigo Rios Nascimento  
Telefone: (19) 981737020  
e-mail: riosrodrigo1@yahoo.com.br

---

Prof. Dr. Paulo Cezar de Faria  
Telefone: (19) 98144-5959  
e-mail: paulofaria@ufscar.br

---

Profa. Dra. Elaine Gomes Matheus Furlan  
Telefone: (16) 981913733  
e-mail: elainefurlan.ufscar@gmail.com

Araras, 17 de setembro de 2018

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você foi selecionado (a) e está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “Currículo e Base Nacional Comum Curricular: uma análise da prescrição” por ser um agente educacional no contexto escolar em que será desenvolvida esta pesquisa, que tem como objetivo fazer uma análise crítica da Base Nacional Comum Curricular e suas possíveis implicações nas práticas educacionais. Espera-se que os resultados deste estudo tragam benefícios e amplie as discussões científicas a respeito do currículo da educação básica. No entanto, a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento; sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Portanto, você foi selecionado para participar, mas sua participação não é obrigatória; se concordar, sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a uma entrevista. Embora toda pesquisa com seres humanos envolva a possibilidade de risco, entende-se que no caso deste estudo possa ocorrer a exposição de informações relativas ao trabalho desenvolvido, assim como, possíveis considerações, mesmo que indiretas, que considerem as dimensões moral, intelectual e/ou social no ambiente de trabalho e nas interações próprias neste contexto, que poderão ser evidenciadas no Trabalho de Dissertação de Mestrado ou em outras publicações. No entanto, esta pesquisa pretende minimizar os possíveis riscos coletando e analisando os dados de forma sigilosa e científica, respeitando as garantias confidenciais dos envolvidos, inclusive assegurando a dignidade e a autonomia dos participantes da pesquisa em sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, por meio de manifestação expressa, livre e esclarecida, seja por este Termo ou durante a realização da entrevista, da observação e dos grupos focais. Este estudo, por se tratar de uma Dissertação de Mestrado, será desenvolvido por um aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Matemática, acompanhado por um professor orientador e por uma professora coorientadora, com reuniões periódicas durante a execução do plano de trabalho. Reforçamos que antes de cada procedimento, o pesquisador deverá informar o participante a respeito do instrumento que será utilizado, explicando sua forma de participação. Desta forma, esta pesquisa garante total sigilo e assegura a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos, ou seja: a. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. b. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, pois serão utilizados códigos numéricos para representar os participantes. Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

---

Pesquisador: Rodrigo Rios Nascimento

Pesquisadores principais: Paulo César de Faria e Elaine G. M. Furlan  
 Universidade Federal de São Carlos/*campus* Araras - Rodovia Anhanguera, Km 174  
 Araras - São Paulo – Brasil - Telefone: (19) 3543-2965

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br**

**Local e data**

---

Sujeito da pesquisa

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## APÊNDICE D – ROTEIRO DA ENTREVISTA DO ESTUDO PILOTO PARA PROFESSORA

### Roteiro para a realização da entrevista semiestruturada – Estudo Piloto

#### Para as(os) professoras(es) das escolas

Caracterização dos participantes. (Pedir uma autodescrição física e da trajetória profissional)

1. Considerando que você está representando esta escola, nesta entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a BNCC para esta unidade escolar?

2. E você, professor (a), como compreende a BNCC?

3. Como este documento está organizado?

3.1. Qual é a estrutura, a organização, apresentada pela BNCC para os diferentes segmentos da educação básica? (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).

4. Considerando as características deste documento o que você imagina que poderá acontecer com a implantação, de fato, da BNCC?

4.1. O que muda com a chegada da BNCC?

(na escola, nas práticas e no contexto educacional, de modo geral).

5. O que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?

(como se deu o processo de elaboração?)

5.1. Foi realizada uma avaliação do sistema escolar?

(Foram consideradas as desigualdades entre as escolas?)

5.2. Foram diagnosticadas necessidades de formação do professorado?

(Se “sim”, como aconteceram? A DE, a escola e seus agentes participaram? O que você sabe a respeito? Acompanhou o processo? Como?)

6. Como a BNCC foi apresentada à esta unidade escolar?

(como as informações chegaram / estão chegando aos professores?)

7. Há algum tipo de orientação para a implementação da BNCC?

7.1. Como ocorreu/ocorrerá essa orientação?

(Orientação do MEC para a escola; orientação da DE para a escola e da gestão da escola para os professores)

8. Para a implementação da BNCC terá algum curso/formação?

8.1. O que está previsto?

(Qual formato? Onde? Como? Tempo?)

9. Hoje há uma proposta curricular definida para o Estado de São Paulo. Com a chegada da BNCC haverá mudanças no currículo? Como fica isso?

9.1. Quem vai, de fato, elaborar a nova proposta curricular para a escola?

9.2. Serão criados materiais e meios para a elaboração do currículo?

10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implantação da BNCC?

(Qual o papel do professor no contexto da BNCC?)

11. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada da BNCC?

11.1. Qual é a importância da BNCC?

12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola. Para a elaboração deste projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos? (Nesse sentido qual é o papel dos professores?)

13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?

13.1. Há alguma questão que você considera preocupante?

APÊNDICE E – ROTEIRO DA ENTREVISTA DO ESTUDO PILOTO PARA  
COORDENADORA

**Roteiro para a realização da entrevista semiestruturada – Estudo Piloto**

**Para as(os) coordenadoras(es) ou diretoras(es) das escolas**

Caracterização dos participantes. (pedir uma autodescrição física e da trajetória profissional)

1. Considerando que você está representando esta escola, nesta entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a BNCC para esta unidade escolar?
2. E você, professor (a), como compreende a BNCC?
3. Como este documento está organizado?
  - 3.1. Qual é a estrutura, a organização, apresentada pela BNCC para os diferentes segmentos da educação básica? (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).
4. Considerando as características deste documento o que você imagina que poderá acontecer com a implantação, de fato, da BNCC?
  - 4.1. O que muda com a chegada da BNCC?  
(na escola, nas práticas e no contexto educacional, de modo geral).
5. O que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?  
(como se deu o processo de elaboração?)
  - 5.1. Foi realizada uma avaliação do sistema escolar?  
(Foram consideradas as desigualdades entre as escolas?)
  - 5.2. Foram diagnosticadas necessidades de formação do professorado?  
(Se “sim”, como aconteceram? A DE, a escola e seus agentes participaram? O que você sabe a respeito? Acompanhou o processo? Como?)
6. Como a BNCC foi apresentada à esta unidade escolar?  
(como as informações chegaram / estão chegando a vocês professores?)
7. Há algum tipo de orientação para a implementação da BNCC?
  - 7.1. Como ocorreu/ocorrerá essa orientação?  
(Orientação do MEC para a escola; orientação da DE para a escola e da gestão da escola para os professores)
8. Para a implementação da BNCC terá algum curso/formação?
  - 8.1. O que está previsto?  
(Qual formato? Onde? Como? Tempo?)
9. Hoje há uma proposta curricular definida para o Estado de São Paulo. Com a chegada da BNCC haverá mudanças no currículo? Como fica isso?
  - 9.1. Quem vai, de fato, elaborar a nova proposta curricular para a escola?
  - 9.2. Serão criados materiais e meios para a elaboração do currículo?
10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implantação da BNCC?  
(Qual o papel do professor no contexto da BNCC?)

11. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada da BNCC?

11.1. Qual é a importância da BNCC?

12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola. Para a elaboração deste projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos? (Nesse sentido qual é o papel dos professores?)

13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?

13.1. Há alguma questão que você considera preocupante?



APÊNDICE F – ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA REPRESENTANTE DAS  
DIRETORIAS DE ENSINO

**Roteiro para a realização da entrevista semiestruturada**

**Para os (as) representantes da Diretoria de Ensino**

Caracterização dos participantes. (pedir uma autodescrição física e da trajetória profissional)

1. Considerando que você está representando a Diretoria de Ensino nesta entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a BNCC para esta diretoria de ensino?

2. E você, professor (a) coordenador (a) da DE, como compreende a BNCC?

3. Como este documento está organizado?

3.1. Qual é a estrutura, organização, apresentada pela BNCC para os diferentes segmentos da educação básica? (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).

4. Considerando as características deste documento o que você imagina que poderá acontecer com a implantação, de fato, da BNCC?

4.1. O que muda com a chegada da BNCC?

(Na escola, nas práticas e no contexto educacional, de modo geral)

5. O que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?

(Como se deu o processo de sua elaboração?)

5.1. Foi realizada uma avaliação do sistema escolar?

(Foram consideradas as desigualdades entre as escolas?)

5.2. Foram diagnosticadas necessidades de formação do professorado?

(Se “sim”, como aconteceram? A DE, a escola e seus agentes participaram? O que você sabe a respeito? Acompanhou o processo? Como?).

6. Como a BNCC foi apresentada à esta diretoria de ensino?

(como as informações chegaram / estão chegando?)

6.1. E como a DE pretende apresentar a BNCC para as escolas?

7. Há algum tipo de orientação para a implementação da BNCC?

7.1. Como ocorreu/ocorrerá esta orientação?

(Orientação/percurso do MEC para a DE, ou para as escolas e orientação da DE para as escolas)

8. Para a implementação da BNCC terá algum curso/formação?

8.1. O que está previsto?

(Qual formato? Onde? Como? Tempo)

9. Hoje há uma proposta curricular definida para o Estado de São Paulo. Com a chegada da BNCC haverá mudanças no currículo? Como fica isso?

9.1. Quem vai, de fato, elaborar a nova proposta curricular (para as escolas)?

9.2. Serão criados materiais e meios para a elaboração do currículo?

10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implantação da BNCC?

(Qual o papel da Diretoria de Ensino no contexto da BNCC?)

11. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada da BNCC?

11.1. Qual é a importância da BNCC?

12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola. Para a elaboração deste projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos?

(Nesse sentido qual é o papel da diretoria de ensino?)

13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?

13. 1. Há alguma questão que você considera preocupante?

APÊNDICE G – ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA O (A) COORDENADOR (A)  
DAS ESCOLAS

**Roteiro para a realização da entrevista semiestruturada**

**Para os (as) diretores(as) ou coordenadores(as) das escolas**

Caracterização dos participantes.

(pedir uma autodescrição física e da trajetória profissional)

1. Considerando que você está representando a gestão desta escola, nesta entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a BNCC para esta unidade escolar?

2. E você, diretor (a) ou coordenador (a) da escola, como compreende a BNCC?

3. Como este documento está organizado?

3.1. Qual é a estrutura, organização, apresentada pela BNCC para os diferentes segmentos da educação básica? (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).

4. Considerando as características deste documento o que você imagina que poderá acontecer com a implantação, de fato, da BNCC?

4.1. O que muda com a chegada da BNCC?

(Na escola, nas práticas e no contexto educacional, de modo geral)

5. O que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?

(Como se deu o processo de sua elaboração?)

5.1. Foi realizada uma avaliação do sistema escolar?

(Foram consideradas as desigualdades entre as escolas?)

5.2. Foram diagnosticadas necessidades de formação do professorado?

(Se “sim”, como aconteceram? A DE, a escola e seus agentes participaram? O que você sabe a respeito? Acompanhou o processo? Como?).

6. Como a BNCC foi apresentada à esta unidade escolar?

(Como as informações chegaram / estão chegando?)

7. Há algum tipo de orientação para a implementação da BNCC?

7.1. Como ocorreu/ocorrerá esta orientação?

(Orientação do MEC para a escola e orientação da DE para a escola)

8. Para a implementação da BNCC terá algum curso/formação?

8.1. O que está previsto?

(Qual formato? Onde? Como? Tempo)

9. Hoje há uma proposta curricular definida para o Estado de São Paulo. Com a chegada da BNCC haverá mudanças no currículo? Como fica isso?

9.1. Quem vai, de fato, elaborar a nova proposta curricular (para a escola)?

9.2. Serão criados materiais e meios para a elaboração do currículo?

10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implantação da BNCC? (Qual o papel da gestão da escola no contexto da BNCC?)

11. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada BNCC?

11.1. Qual é a importância da BNCC?

12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola. Para a elaboração deste projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos? (Nesse sentido qual é o papel da gestão desta escola?)

13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?

13.1. Há alguma questão que você considera preocupante?

## APÊNDICE H – ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA OS (AS) PROFESSOR (AS) DAS ESCOLAS

### **Roteiro para a realização da entrevista semiestruturada**

#### **Para os(as) professores(as) das escolas**

Caracterização dos participantes. (pedir uma autodescrição física e da trajetória profissional)

1. Considerando que você está representando esta escola, nesta entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a BNCC para esta unidade escolar?
2. E você, professor (a), como compreende a BNCC?
3. Como este documento está organizado?
  - 3.1. Qual é a estrutura, a organização, apresentada pela BNCC para os diferentes segmentos da educação básica? (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).
4. Considerando as características deste documento o que você imagina que poderá acontecer com a implantação, de fato, da BNCC?
  - 4.1. O que muda com a chegada da BNCC?  
(na escola, nas práticas e no contexto educacional, de modo geral).
5. O que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?  
(como se deu o processo de elaboração?)
  - 5.1. Foi realizada uma avaliação do sistema escolar?  
(Foram consideradas as desigualdades entre as escolas?)
  - 5.2. Foram diagnosticadas necessidades de formação do professorado?  
(Se “sim”, como aconteceram? A DE, a escola e seus agentes participaram? O que você sabe a respeito? Acompanhou o processo? Como?)
6. Como a BNCC foi apresentada à esta unidade escolar?  
(como as informações chegaram / estão chegando a vocês professores?)
7. Há algum tipo de orientação para a implementação da BNCC?
  - 7.1. Como ocorreu/ocorrerá essa orientação?  
(Orientação do MEC para a escola; orientação da DE para a escola e da gestão da escola para os professores)
8. Para a implementação da BNCC terá algum curso/formação?
  - 8.1. O que está previsto?  
(Qual formato? Onde? Como? Tempo?)
9. Hoje há uma proposta curricular definida para o Estado de São Paulo. Com a chegada da BNCC haverá mudanças no currículo? Como fica isso?
  - 9.1. Quem vai, de fato, elaborar a nova proposta curricular para a escola?
  - 9.2. Serão criados materiais e meios para a elaboração do currículo?
10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implantação da BNCC?  
(Qual o papel do professor no contexto da BNCC?)

11. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada da BNCC?

11.1. Qual é a importância da BNCC?

12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola. Para a elaboração deste projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos? (Nesse sentido qual é o papel dos professores?)

13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?

13.1. Há alguma questão que você considera preocupante?

## APÊNDICE I – ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA AS MULTIPLICADORAS

### Roteiro para a realização da entrevista semiestruturada

#### Para as multiplicadoras

Caracterização dos participantes. (pedir uma autodescrição física e da trajetória profissional)

1. Considerando a entrevista que realizamos com o representante da Diretoria de Ensino nós identificamos a presença de um multiplicador no processo de implantação da nova proposta curricular do Estado de São Paulo, neste momento representado aqui por você. Você poderia detalhar o papel deste multiplicador?
2. Como foi realizada a escolha dos multiplicadores? Você foi convidado? Houve um processo seletivo? Houve um edital? Houve uma indicação?
3. E você, como compreende a BNCC?
4. O que é a proposta curricular do Estado de São Paulo (currículo versão 0, ou versão 1)?  
Que informações você tem a respeito da elaboração desta proposta? Como foi elaborada? Quem elaborou a proposta curricular? Foram criados materiais e meios para a elaboração da proposta curricular? Consulta pública?
5. Qual é a relação entre o documento da BNCC e a proposta curricular (currículo versão 0, ou versão 1)?
  - 5.1. O que lhe foi apresentado? Foi a BNCC ou a proposta curricular? Foi apresentado pela Secretaria da Educação ou pela Diretoria de Ensino?
  - 5.2. Algo foi proposto para estabelecer uma discussão/vínculo entre o documento da BNCC e o documento da proposta curricular? Ou a proposta curricular já foi apresentada como um desdobramento já pronto da BNCC? Como isso aconteceu?
6. Como a proposta curricular está organizada, no segmento que você representa? (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).
7. Há algum tipo de orientação para a implementação da proposta curricular?
  - 7.1. Como ocorreu/ocorrerá esta orientação?  
(Orientação/percurso para a implementação nas escolas)
  - 7.2. Qual é o seu papel na implementação da proposta curricular? Detalhe a sua função neste processo de implementação (vide pergunta 1).
8. Para a implementação da proposta curricular terá algum curso/formação?
  - 8.1. O que está previsto? (Qual formato? Onde? Como? Tempo)
9. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implantação da proposta curricular?  
(Qual o papel da Diretoria de Ensino no contexto da nova proposta curricular?)

10. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada da nova proposta curricular?

10.1. Qual é a importância da BNCC para a proposta curricular?

11. No contexto da BNCC e da nova proposta curricular há alguma orientação para a elaboração do projeto pedagógico da escola?

12. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a proposta curricular?

13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?

14. Sobre tudo isso, você teria alguma questão que considera preocupante?



APÊNDICE J – ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DE  
ENSINO DEA: RDEA

**Transcrição da entrevista com o representante da Diretoria de Ensino.**

**Legenda:**     **Negrito:** entrevistador.  
                  Normal: entrevistado.

**Eu queria que primeiro você fizesse uma caracterização sua, que você fizesse uma autodescrição da sua trajetória profissional.**

Eu me formei em 1993 em matemática, eu fiz primeiro Ciências Físicas e Biológicas, depois me formei em Matemática pela faculdade de Ciências e Letras de São José do Rio Pardo, nesse período eu comecei a lecionar. Lecionei durante 2 anos e em 1995 teve uma reformulação na rede estadual e eu acabei ficando sem aula, porque na época eu era CT que hoje eles chamam de categoria O. Nesse meio tempo eu tinha outras ocupações, outros trabalhos e eu parei de lecionar e prestei concurso em 1998, não passei, eu desisti. Eu falei: *“eu não quero lecionar mais, vou continuar com o meu trabalho”*. Eu tinha montado um comércio, e fiquei com o comércio. Em 2003 teve um concurso novamente, eu estava em um momento que eu havia casado, estava esperando um filho, aí eu falei: *“Eu preciso voltar para a minha área de formação”*, prestei o concurso e passei. Mas eu fui chamado em 2004 e ingressei então como efetivo em 2005. Ingressei em São Paulo, porque na época não era regional ainda, ingressei na capital, na zona sul de São Paulo, eu trabalhei um ano lá, até que fui conversar com uma amiga minha diretora de escola sobre a possibilidade de realmente ficar ou faltar, ela falou: *“Trabalha certinho que você consegue remoção em breve”*. Então eu trabalhei muito certinho em São Paulo, ia todos os dias para a escola, foi uma vida muito difícil porque eu pegava um ônibus, demorava duas horas e meia para chegar na escola, demorava mais três para voltar para casa, então praticamente perdia o dia todo só para lecionar no período da manhã, mas fiz essa vida. Depois pedi remoção e acabei vindo para cidade CA, depois de CA eu pedi remoção novamente, fui para a região de Ribeirão Preto que é São Simão. Quando eu pedi remoção em 2006, em 2007 eu vim para Santa Cruz das Palmeiras. Teve o credenciamento de professor governador do núcleo pedagógico em 2008, eu prestei, passei, passei pela banca aqui e vim trabalhar aqui, estou até hoje. É um trabalho de formação, formação de formadores que no caso são os PCs, os coordenadores das escolas, e formação de professores também na área de matemática.

**A sua função na diretoria...**

Na diretoria eu sou Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico na área de Matemática.

**Há uma divisão de coordenação por área?**

Divisão por áreas? Sim, nós só não temos profissionais de Sociologia, Filosofia, Geografia no momento também está afastada. Nós só no temos esses profissionais, os demais são todos com Professor Coordenador na função.

**1. Considerando que você está representando a Diretoria de Ensino nesta entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a BNCC para esta diretoria de ensino?**

Eu acho que não só para essa, como para todas, para todo segmento de educação do país é um norteador, um documento orientador, um documento que vai nortear as competências e os objetos de conhecimento básicos determinados para todas as crianças nessa faixa etária. Então eu vejo como um documento importantíssimo, até mesmo para gente alinhar o que a gente espera de determinação de algo único para todas escolas do país de Norte a Sul. Desde lá do Norte ao Sul do país a gente ter uma fala única com relação ao que deve ser desenvolvido de competências mínimas, habilidades mínimas e competências para desenvolver essas crianças. Eu acho um documento importante sim.

## **2. E para você, como você compreende a BNCC?**

Da mesma forma. Um documento que vai nortear principalmente, além das competências cognitivas, as emocionais que apresenta nesse documento. O que traz de novo nesse documento são essas competências emocionais, porque as cognitivas a gente já tinha, até então com orientações curriculares, com parâmetros, o que eu vejo de novidade é muito relacionado as competências emocionais mesmo, o conviver, o comunicar-se, o viver em sociedade mesmo. E que a gente vê muito claramente nesse componente curricular religioso, eu vejo muito fortemente ali, apesar da competência geral e a competência específica de casa área apresentarem também competências socioemocionais, eu vejo fortemente dentro do ensino religioso.

## **3. Como é que esse documento está organizado?**

A organização do documento?

### **3.1. Isso, qual a estrutura e organização da BNCC?**

A gente vê os componentes curriculares, as áreas de conhecimento, são cinco áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Eu acho importantíssimo ter uma área só para a Matemática, acho que é desvincular das Ciências da Natureza, assim como nosso currículo paulista, o currículo oficial de São Paulo já é desvinculado. A gente tem Matemática e as suas tecnologias desvinculadas de Ciências da Natureza, eu acho importante. Aí dentro de cada área de conhecimento a gente tem os componentes curriculares, dentro de Linguagens a gente vai ter Arte, Educação Física, Língua Portuguesa e o ensino da Língua Inglesa.

### **3.1. E como fica os diferentes segmentos da educação básica nesse documento?**

Educação infantil, ensino fundamental, agora eu não estou lembrado, educação dos anos iniciais e educação dos anos finais, são três segmentos.

## **4. Considerando as características deste documento o que você imagina que pode acontecer com a implantação, de fato, da BNCC?**

Pensando no que pode acontecer? Nós temos um documento onde vai compor os objetos de conhecimentos definidos únicos para região tanto de Norte a Sul, com liberdade da gente colocar especificidade de cada região, uma parte tanto sociocultural e até mesmo socioeconômica de cada região, a gente sabe que tem uma diversidade muito grande no país todo então, isso eu creio que a base vai determinar. Agora falando da área de Matemática, o que eu vejo são temas importantes, unidades temáticas importantes como

a álgebra sendo destaque, assim como na década de 80 nós tivemos destaque para geometria, que era uma unidade temática esquecida, eu vejo a importância que tem de destacar a álgebra, porque a álgebra é uma área de conhecimento, um desenvolvimento... na verdade, a gente tem um desenvolvimento de pensamento diferente, único, que é o pensamento algébrico com destaque, que até então nós sempre tivemos apresentando a dificuldade dos alunos a partir do oitavo ano, os alunos começam a ver algébrica e sempre tem uma grande dificuldade. Agora começando desde o primeiro ano o desenvolvimento do pensamento algébrico, eu creio que vai obter melhor essa aprendizagem dessa unidade temática para os próximos anos, isso eu achei importante.

#### **4.1. E pensar no contexto da escola, nas práticas, na educação de um modo geral, o que é que muda com a chegada da BNCC?**

Eu acho que é com a relação do que está posto, com relação às práticas de investigação, de modelagem matemática, de aprendizagem significativa que também estão presentes no nosso currículo, e que a gente agora só faz adequações no currículo do estado São Paulo, mas ele já preconiza essas questões, principalmente com relação a aprendizagem significativa.

#### **5. E o que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?**

Da elaboração? Com relação às pessoas que elaboraram?

#### **Também, como se deu o processo de elaboração...**

Com relação aos profissionais envolvidos na BNCC eu conheço poucos, então os profissionais que são referências na minha formação, na minha trajetória profissional, eu não vi nenhum deles presente lá. Então quando você tem pessoas desconhecidas, você tem que pesquisar um pouquinho a mais sobre elas, até mesmo para a gente ter uma confiabilidade maior no trabalho dessas pessoas. Então, eu tive essa dificuldade. Outra coisa foi o início da matriz, da grade de habilidades, principalmente na área de matemática, eu percebi que os primeiros momentos elas pareciam com um caráter muito de matriz de referência de avaliação, que depois com as indicações pública, com a audiência pública, isso foi se melhorando até a finalização, a versão final, que hoje já se limpou um pouco disso, mas ainda percebo esse tipo de caráter dentro, o que me incomoda um pouco, porque a gente passa a trabalhar voltando o olhar para matriz de avaliação, é como se fosse uma pedagogia da avaliação, isso me incomoda um pouco. Então, nós tivemos avanços, ganhos? Tivemos! Mas também tivemos retrocesso, principalmente se a gente comparar a Base com os Parâmetros Curriculares. O que os parâmetros trouxeram para gente? Além dos objetivos de aprendizagem, eles trouxeram também indicações didáticas, pedagógicas, coisa que a Base não traz, principalmente com relação às pesquisas, com algumas unidades temáticas. *“Como a criança aprende determinada unidades temáticas? Qual a melhor forma de ensino? O que as pesquisas apontam que a criança aprende mais e melhor com relação à pesquisa desse determinado tema?”* Então isso também me incomoda na Base, porque fica muito solto. Então, quem ainda utilizar os parâmetros para pensar sobre isso, pode construir um currículo bacana, porque vai lá naqueles referências e busca o que há de novo em cima daqueles referências para elaborar o seu currículo, principalmente com relação as questões didáticas do conteúdo, é nesse momento que eu falo, é nesse ponto que eu chamo atenção. Se realmente acontecer isso, tudo bem! Se não, fica complicado. Porque cada estado, cada rede vai buscar uma

metodologia, vai buscar algo próprio, principalmente a rede municipal. A rede municipal tem muito pouco profissional especialista que podem dar conta disso e isso me assusta um pouco. Então eu acho que se a Base, além de trazer os objetos de conhecimento essenciais, deveria ter trazido também algumas questões didáticas de cada conteúdo abordado, de cada objeto de conhecimento abordado, acho que isso faltou.

### **5.1. Foi realizada uma avaliação do sistema escolar?**

O que foi feito na diretoria... o que nós fizemos foi deixar as escolas cientes dessa consulta pública, agora uma avaliação com relação ao impacto... não!

### **Foi considerado desigualdade entre as escolas na hora de elaborar a base?**

Em relação aos elaboradores? Se eles pensaram na desigualdade das escolas?

### **É, durante a elaboração esse tipo de avaliação foi considerado?**

Ih, eu creio que não. Eu não faço ideia!

### **5.2. Sobre os professores, teve algum diagnóstico/necessidade de formação do professor?**

Sim, principalmente com relação as unidades temáticas novas. Eu percebo que vai demandar muita formação com relação a álgebra, principalmente nos anos iniciais, que a formação inicial do professor nem sempre aborda e, com relação a geometria também, porque a Base está apresentando muitas questões de transformação, transformação no plano e os professores iniciais têm muitas dificuldades nessas questões, então vai demandar formação. Eu creio que pensaram quando elaboraram, pensaram nessa possibilidade, de ter formação principalmente nessas unidades temáticas tidas como novas, apresentadas na Base.

### **Você saberia informar como aconteceu esse diagnóstico?**

Não!

### **A DE, as escolas, os agentes das escolas participaram desse diagnóstico?**

Eu não faço ideia! Porque na verdade, esse tipo de pergunta que você está fazendo para mim, é mais questionável a eles. Pelo documento a gente não percebe como é que foi feito esse tipo de trabalho, não dá clareza se feito esse tipo de abordagem antes da elaboração, por isso que eu falo, eu desconheço muito das pessoas que elaboraram, isso que é difícil para gente. Se fossem pessoas mais conhecidas, principalmente da nossa região de São Paulo, pessoas que eu tenho mais contato. Por exemplo, a professora Celia Maria Carolina foi uma das pessoas que eu aprendi muito e que esteve presente nos Parâmetros Curriculares e não esteve presente agora, uma das autoridades da Educação Matemática nos anos iniciais que ajudou a construir os parâmetros e que é muito reconhecida até fora do país, não estava presente nesse momento, então muito me assusta de colocarem pessoas novas e esquecerem aquelas que tem um histórico de formação, de formação sendo orientadora de mestrado e doutorado nessa área, entendeu? Por isso que eu falo, por conta de desconhecer muito das pessoas e não ter muito contato com essas pessoas,

eu sei muito pouco sobre como foi pensado a elaboração. Porque o que está posto na Base, não te dá clareza desse pensamento na hora da elaboração. Eles pensaram na necessidade de se atualizar algo, porque de tempos em tempos nós precisamos atualizar currículo, isso é fato, porque a sociedade muda. O que é um currículo? É tudo o que eu penso que a sociedade precisa para o momento, devido a evolução tecnológica, a evolução em questões humanas mesmo. Lógico que tem que pensar em elaboração, em renovação de currículo de tempos em tempos, então eu penso que levaram muito em consideração isso para fazer e, nestas questões que você está falando também: foi ouvido os professores? Foi ouvido a necessidade dos professores nessa questão para dar conta da abordagem na base? Então, não sei, não dá clareza, a única coisa que a Base fala é que, a partir do momento que a Base está aí posta, junto vem a formação de professores e a avaliação daquilo, que é fato. Toda a vez que se constrói um currículo, ele está baseado em três vertentes: o que eu vou colocar de objeto de conhecimento, de abordagem em relação as expectativas, habilidades; o desenvolvimento disso, a formação paralela para que isso ocorra e; avaliação que é o final, para ver se realmente aquilo está dando certo, se as crianças estão aprendendo bem, melhor, mais.

## **6. Como a BNCC foi apresentada para essa diretoria de ensino?**

Quando chegou para a gente veio via Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, eles apresentaram o primeiro documento que para análise. Ela apresentou para a gente em São Paulo, nós analisamos primeiramente as habilidades e, depois que começou a vir a versão com documento completo que a gente foi analisar o documento completo. No primeiro momento, como nós trabalhamos com habilidades também, nós analisamos as habilidades da Base para ver se estavam de acordo com o nosso currículo. A gente fez um comparativo e, nesse comparativo, nós já fomos fazendo adequações na nossa grade de habilidades do currículo, isso depois que nós apontamos o que tem no nosso material, o que estava posto lá e o que a gente “achava” o que deveria ser mudado, nós elaboramos um documento e mandamos, postamos na consulta pública, isso foi feito tanto a nível central – a nível de secretária, porque eu faço parte de um grupo lá, principalmente dos anos iniciais, nós fizemos esse movimento lá –, quanto aqui também, a nível de Diretoria para que os professores também pudessem opinar sobre isso.

## **Como é que pretende apresentar a BNCC para as escolas?**

Nós já fizemos isso, nós já estamos fazendo desde o ano passado. No primeiro momento foi um encontro com professores e coordenadores, onde foram discutidas as competências gerais e as competências específicas, nós chamamos um professor de cada segmento para que seja um multiplicador lá, foi discutido as competências gerais e as competências específicas atreladas as gerais e o que gente poderia de olhar para o nosso currículo e ver o que contemplava e o que não contemplava, o que precisava ser revisto no nosso currículo, então esse movimento já ocorreu. Depois, paralelo a isso, nós fizemos um movimento também com a supervisão de ensino, o mesmo movimento que foi feito com os gestores das escolas e os professores, foi feito com a supervisão, com o núcleo de supervisão para que eles tivessem cientes, tivesse conhecimento e, agora nós estamos no processo da versão zero do Currículo Paulista, nós discutimos o que estava posto na versão zero, para novamente os professores opinarem sobre a consulta pública, agora estamos aguardando para semana que vem a versão 1, que novamente nós vamos discutir com todos, com gestores primeiro, depois com os professores para que isso chegue na escola, e que também possam opinar e possam participar dessa nova consulta pública,

creio que será aberta porque eles estão pedindo um relatório nesse encontro agora. Então nós organizamos da seguinte forma: dia 25 nós faremos com gestores, coordenadores e a supervisão de ensino também, a gente vai discutir o texto introdutório e as competências específicas de cada componente curricular e responder o relatório, esse é um relatório a parte, é da versão 1. Para o dia 26, essas pessoas que participaram no dia 25 vão participar com a gente e com os professores na hora da discussão de novo, do texto introdutório e das competências gerais e específicas de cada componente curricular para complementar o relatório e postar o relatório lá, que é o que está sendo pedido para ter uma maior transparência, uma clareza na elaboração da versão final do Currículo Paulista.

## **7. Há algum tipo de orientação para a implementação da BNCC?**

Quem está comandando para a gente é a Secretaria e um time que estão a frente, estão ditando pauta, a data de encontros, isso tem um movimento que está sendo feito tanto da secretaria, quando do time.

### **Então esse movimento já está sendo feito... como é que acontece?**

No primeiro momento eles elaboram a pauta, eles determinam data para que isso ocorra, é vindo para rede, a gente faz com os professores, elabora um documento e envia para eles.

### **Nessa data, o que acontece em termos de orientação? Qual o tipo de orientação...**

Você quer saber qual o tipo de atividade?

**Sim.**

Eu vou citar da versão zero do currículo, o que é que nós fizemos? Nós olhamos o texto introdutório de cada componente curricular, isso foi elaborado pela Secretaria, e pela UNDIME e postaram lá, para cada segmento: educação infantil, anos iniciais e anos finais. Eles estão com um vídeo orientador, de como eles elaboraram e pensaram, com um texto introdutório para cada componente curricular onde discorre sobre a área e depois, a grade de habilidades que eles elaboraram mediante o que está posto na Base, aí nós analisamos, olhamos a posição das habilidades e também, eles colocaram alguns indicadores de ponto de atenção, o que seria os pontos de atenção? Aquilo que não pode faltar, que não pode descuidar do olhar com relação ao que está posto em cada habilidade. E aí sim, nós podemos opinar ali e dizer o que gostaríamos que permanecesse, que fosse alterado, o que fosse mudado. E agora na versão 1 é que nós vamos ter contato novamente para saber quais mudanças foram feitas, se nós estamos de acordo. Porque novamente vai ter esse movimento, agora a gente vai olhar de novo... as mudanças que eles fizeram mediante as indicações no texto introdutório, as competências gerais de cada componente curricular e as competências específicas, depois para as habilidades, normalmente tem esse movimento.

### **Com a BNCC já aconteceu a mesma coisa?**

Você está falando da BNCC lá atrás? Lá atrás nós fizemos esse movimento, a nível regional foi passado e nós fizemos um documento, tanto em São Paulo quanto aqui, de opinar sobre o que estava posto lá. Para nível de escola, foi somente um comunicado que

teriam que reproduzir isso na escola e assim fazer o mesmo com o professor. O que garantiu isso? Aí nós não temos controle do que realmente ocorreu. Agora na versão do currículo [do Currículo Paulista], a gente está com um controle maior, porque está fazendo aqui, entendeu? Não tem como falar “não foi feito”. A nível de escola, acompanhamento, não foi feito. De Base nas escolas, nós tivemos um acompanhamento mais pontual para saber realmente se o professor que reproduziu. Se realmente o professor opinou, se ele entrou na consulta pública e fez sua indicação, isso nós não tivemos clareza. Com relação a versão zero e a versão um que vai ser agora... a versão zero com certeza, 100% das nossas escolas tiveram a orientação, tiveram formação e o professor teve esse momento de esclarecimento, que era o momento de opinar, a consulta pública estava aberta, o que ele opinar e como opinar isso foi feito com eles. E novamente nós vamos fazer isso agora na versão um, combinar na “versão final” do Currículo Paulista.

**Pensando na orientação, teve alguma orientação, um percurso, sobre a BNCC do MEC para a Diretoria de Ensino, ou já direto para as escolas, ou da DE para as escolas...?**

O que eu percebo é que o MEC entrou em contato, primeiramente, com a Secretaria de Educação. Foi ela que depois entrou em contato com a gente, então eles que passaram a informação que estava aberta a audiência pública, vamos olhar para o que está posto lá. Então esse movimento sei que foi feito via Secretaria, depois para a gente. Agora se foi o MEC que entrou em contato com a Secretaria, eu já desconheço. Porque o primeiro contato que eu tive com a Base, que estava posta para a consulta pública, foi via Secretaria. Eu estava lá em um grupo de estudo e elaboração de materiais, que na época a gente estava pensando na reformulação do currículo de matemática e, aí veio a Base e nós tivemos que pensar na reformulação com um olhar para a Base. Começamos a discutir as habilidades da Base e, nesse meio tempo, já fazer a análise para responder à consulta pública que estava no momento. Isso veio bem no momento que a gente estava com esse estudo. Agora, como chegou via Secretaria, se veio do MEC ou não? Eu desconheço. Eu sei que já estava aberta, então eu entrei, já pude consultar porque já estava no site do MEC, agora como deu esse tramite? Desconheço.

**8. Para a implementação da BNCC terá algum curso/formação?**

Nós já começamos na Secretaria um curso que já está em andamento, na verdade não é curso, a gente está com uma orientação técnica, discutindo. Como o ano que vem é um ano de transição, nós não temos material elaborado de acordo com a Base, principalmente para os anos finais. O que os anos finais fez? Os anos finais pensou, no momento de discussão das concepções do nosso currículo e as concepções da Base, e discutiu uma melhor maneira de articular o material que a gente tem, os materiais que são lançados na rede para já irem atendendo as habilidades que são postas na Base, que a gente possa adequar. Então essa discussão já teve a formação em São Paulo, no mês passado, e será passado essa formação, essa semana e semana que vem, com os professores e coordenadores da nossa diretoria. Então, eles [os professores], já estão sendo orientados de como proceder ano que vem. Só que nós começamos essa discussão somente com a componente Matemática. A Secretaria não disponibilizou os materiais para as demais áreas do conhecimento. Dizem que vão fazer com as demais áreas do conhecimento. Matemática já saiu na frente com essa discussão. Eu creio que para o ano que vem vai demandar muita formação com relação ao que está posto lá. Como a gente não tem o material específico ainda, está em elaboração, estão pensando na elaboração, para 2020 a

gente vai ter uma elaboração mais pontual, que você vai discutir o conteúdo didático que está sendo posto lá, no momento não dá para discutir. O conteúdo didático nós estamos discutindo com os anos iniciais, porque o material já foi reformulado, ele só não foi impresso ainda. O material dos anos iniciais de matemática (EMAI) [Educação Matemática no Anos Iniciais], ele está reformulado e, para o ano que vem pretende-se fazer mais algumas adequações, pelo menos com relação à parte tecnológica, e ir para a impressão. Então em 2020, praticamente o material dos anos iniciais está pronto. Como já estava pronta toda essa parte de organização das habilidades, nós estamos discutindo o conteúdo didático presente no material, aliás, os anos iniciais vem discutindo cada conteúdo didático há tempos, desde a inauguração do EMAI. Então os professores e coordenadores têm muita formação com relação a isso, até os próprios coordenadores são formados com relação ao próprio conteúdo matemático mesmo, com o conteúdo didático dele. Então eles têm muita propriedade na hora que você chega para questionar alguma coisa, porque o coordenador dos anos iniciais tem que dar conta daquela matemática, ele é polivalente, ele tem que dar conta do primeiro ou quinto ano, a gente subentende isso. Os demais coordenadores, do sexto ao nono, nós sabemos que eles não têm, porque aí tem a especificidade de cada área, ele não consegue domínio de tudo. O que a gente faz com a formação do coordenador? A formação do coordenador dos anos finais... ele tem a formação com as concepções de cada área, isso ele dar conta, isso ele tem. Aí quando você vai para o conteúdo mesmo, o conteúdo didático, objeto de conhecimento didático, a gente vai lidar diretamente com o professor. Então, a Secretaria em matéria de matemática já começou a formação, a gente pretende ter várias formações em cima do movimento da base e do movimento do nosso currículo, nosso currículo tem que ser adequado agora.

**Eu queria que você falasse sobre essa formação, o formato dela, como e onde ela vai acontecer, em que tempo...**

Essa primeira formação ocorreu com a gente em São Paulo, eles trataram primeiramente das questões psíquicas e cognitivas, foi até discutido com uma neurocientista, ela trouxe a estruturação mental primeiro, para depois discutir as competências cognitivas que vão ser postas no novo currículo, na nova versão, e depois discutimos como estruturar as habilidades no mapa cognitivo. Justamente porque a gente precisa fazer as adequações. A gente tem em matérias de habilidades e materiais didáticos para pensar no movimento que o professor dê conta de levar isso para dentro da sala de aula.

**Com os professores?**

Isso está acontecendo primeiramente com o professor coordenador e um professor, para ele replicar isso na escola. Então já está em andamento. Eles têm prazo até final de novembro para fazer esse movimento e, dar a devolutiva para a diretoria via plataforma que a gente criou, onde eles vão postar registro reflexivo do que eles fizeram, registro fotográfico, registro das atividades para gente ter a certeza que o professor teve contato, que o professor está sendo instruído, para a gente não ter o mesmo problema que aconteceu em 2008 quando o nosso currículo chegou na rede. Ele chegou sendo um material didático em sala de aula, o professor sem formação... e tudo foi acontecendo junto. E aí, o que acontece? Há uma aversão do professor diante do material, não entende as concepções, não entende como foi elaborado. Então, até hoje a gente discute o currículo para que eles saibam utilizar da melhor forma possível. Para evitar isso, a Secretaria resolver sair a frente e começar a discutir as concepções, o porque está sendo mudado, se



está de acordo com a base, se está de acordo com as competências e habilidades da base. Para depois quando das elaborações do material de apoio, desse material didático, a gente começar a discutir o conteúdo didático do que está posto lá, as atividades, o porquê de elas estão lá, qual o motivo de elas estarem lá, quais concepções teóricas estão por trás. Isso que eu falo que peca na Base, ela não traz isso! Por exemplo, quando eu falo em questões de números, o que a gente tem lá dos parâmetros em relação ao conhecimento numérico pelas crianças? Ah, a gente tem as ideias de Gary, a gente tem ideias... começando lá, as ideias de Piaget, Constance, a gente tem ideias básicas, ideias que permanecem e outras que não permanecem mais, aí vem Gary, Cecília Parra, Patrícia Sadovsky sobre as hipóteses de escrita numérica, isso tudo está posto lá nos parâmetros e, tem indicações na Base? Não! Então, se a gente olhar para isso e evoluir, olhar o que tem de novo em pesquisa com relação a como que a criança aprende número. Até então, o que a gente colocou nos anos iniciais é o que está posto lá. Como que a criança pensa... o que a criança pensa sobre os números? Hoje não é mais por seriação e classificação dos números, é porque números familiares e frequentes, número como função social... Mediante isso que foi posto em 1996, nós tivemos evoluções também em matéria de pesquisa, então isso tem que ser pesquisado e trazido para os nossos materiais, coisa que a gente não tem nos anos finais, essa discussão didática, do conteúdo didático, de como a criança aprende cada conteúdo e, quais atividades que, mediante pesquisas, fazem com que a criança aprenda mais e melhor. Foi o que a gente colocou no material dos anos iniciais, olhando para os parâmetros e não olhando para Base, porque a base não traz isso, ela traz uma grade de habilidades só, e somente... e traz algumas questões com o olhar para a competência afetiva e emocional e, um olhar para as competências tecnológicas, só traz isso, ela não traz indicação de nada, essa é a minha crítica em cima da base.

### **9. Hoje há uma proposta curricular definida para o Estado de São Paulo. Com a chegada da BNCC haverá mudanças no currículo? Como fica isso?**

Isso eu já falei bastante para você, mas vou retomar. Mudança nós não temos muitas, talvez com relação a algumas habilidades. Habilidades que não apareciam no nosso currículo e que vão aparecer agora. Com matéria às concepções, com matéria à metodologia, o nosso currículo já tem e vai além, isso que nós estávamos discutindo, por exemplo, quando eu falo de aprendizagem significativa, o nosso currículo não está explícito. Toda vez que você pega uma situação de aprendizagem, ela traz um levantamento de conhecimento prévio, o que a criança sabe como ponto de partida. Isso está na teoria da aprendizagem significativa. Agora, a abordagem está sendo maior sobre a aprendizagem significativa para que o professor perceba isso, o nosso material já contempla isso, ele só vai ser explicitado agora nas discussões, mas já contempla, a gente já contempla o sociointeracionismo, o nosso material é construtivista e sociointeracionista... a interdisciplinaridade entra, as disciplinas, os componentes curriculares, isso já preconiza. Ele já preconiza a escola aprendente, ele já preconiza muita coisa... a parte socioemocional... então as adequações do nosso currículo serão pouquíssimas com relação as concepções, agora com relação às atividades, eu creio que a gente vai pensar não em situações de aprendizagem, mas em sequências didáticas, então talvez venha com essa abordagem... não sei pois está sendo idealizado ainda, tem uma equipe em São Paulo, uma equipe curricular de matemática pensando nisso. Eu até questionei, eu estive lá nessa formação para desencadear a discussão da versão zero, teve essa discussão e eu questionei: que formato que vai ter? Sequência didática? Situação de aprendizagem? Porque os nossos materiais trazem algumas situações de aprendizagem, não todas. E as situações de aprendizagem você tem uma aqui, depois tem uma gama de

algo que fica esquecido entre as duas e depois você tem outra. Ele dá essa margem de pensamento ao professor, coisa que também complica o professor, porque eu penso que esse material didático tem que ter aula a aula, aula 1, aula 2, aula 3, aula 4... para o professor, com todas as indicações de questionamentos, de perguntas que vierem para serem feitas durante a aula, porque nós sabemos que ele tem 2, 3 jornadas, ele nem tem tempo de preparar tanta aula assim, então se a aula vier pronta para ele, melhor ainda. Então eu penso nisso! Então, adequações nós vamos ter poucas com relação as concepções, agora com relação a elaboração de materiais eu acho que isso vai ser uma discussão muito grande e tem que ser uma discussão muito grande.

### **9.1. Quem vai, de fato, elaborar a nova proposta curricular para as escolas?**

A nova proposta curricular? Bom, o Estado de São Paulo. Já está sendo elaborado a versão do currículo, a atualização do currículo, então isso fica a cargo deles e, também vai ficar a cargo deles a elaboração das sequências didáticas. Chegando na escola, a escola tem a liberdade de elaborar a proposta curricular dela, só que a proposta pedagógica dela é elaborada em cima do currículo e das atualizações curriculares dela, não tem como fugir. É um processo em cadeia, o que ela vai colocar na proposta pedagógica dela? Ela vai colocar as questões da escola, as questões específicas da unidade escolar, o que ela quer, o que ela pensa sobre o que os alunos dela necessitam. Mas as questões pedagógicas, as questões didáticas, são postas pelo currículo oficial, não tem como fugir, ele vai estar ali dentro. O que tem liberdade da escola, são as questões específicas da comunidade, do entorno e tudo mais, isso eles colocam a parte na proposta pedagógica deles, agora as diretrizes centrais é da Secretaria e da Diretoria, não tem como fugir. Eles não vão ter essa liberdade de pensar em um material didático para eles, o material didático vem da Secretaria.

### **9.2. Serão criados materiais e meios para a elaboração do currículo?**

Sim, já decorri sobre eles. Os anos iniciais já estão bem encaminhados, os anos finais estão pensando. Já pensou até na formação que a gente tem, já pensou em uma formação junto com os professores, justamente para evitar o desconforto que teve em 2008. A gente já vai começar pensando em uma estruturação para que venha algo com a maior clareza para o professor, para ele ter maior clareza do trabalho e para desenvolver um trabalho melhor na sala de aula e, conseqüentemente, a gente ter o que? Uma melhor aprendizagem, que é a nossa proposta, a nossa meta é a melhoria do aprendizado das crianças.

## **10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implantação da BNCC?**

Sim, nós já fazemos um acompanhamento. No nosso trabalho a gente sempre fez acompanhamento do currículo na nossa área de conhecimento. Desde que eu entrei, praticamente eu vim para diretoria junto com o currículo, em 2008, quando foi elaborado a primeira versão do currículo, e nesse meio tempo a gente tem um cronograma de acompanhamento. Além das formações, que é demanda da Secretaria, nós demandamos formações das observações que a gente viu lá. Pelo menos duas vezes na semana nós estamos nas escolas observando a prática do professor, observando o trabalho do professor coordenador e, mediante do que é observado, demanda formação tanto na escola quanto para gente aqui. Outro indicador de formação que nós temos é a plataforma “Foco

Aprendizagem”, que é onde é postado os resultados educacionais da Secretaria. E nós temos a plataforma da Secretaria digital, onde é postado bimestralmente resultados de avaliação de processos que a gente tem. Temos três avaliações processuais ao ano que são os indicadores do que está acontecendo nas escolas. Então, quando a gente olha para esses indicadores, eles já demandam formação principalmente em cada componente curricular. Quando eu olho no resultado, eu vejo que os números racionais ainda é um nó na nossa rede. Qual a formação que eu ofereço para os meus professores? Vamos discutir sobre os números racionais, mas discutir não só o conteúdo, discutir o conteúdo didático, como eu ensino aquilo? Como as crianças aprendem melhor com os números racionais? O que elas pensam sobre os números racionais? Que é o ponto de partida ensinar e eles aprenderem. Então, nós já temos esse formato de acompanhamento de formação, a Base e a nova versão curricular paulista... nós vamos seguindo o mesmo formato, porque você tem que dar a formação e ir lá, *in loco*, ver o que está acontecendo, senão você não consegue mudar a realidade. Talvez seja necessário solicitar mais recurso para que haja mais acompanhamento, porque esse ano nós ainda tivemos recurso e acompanhamento. O ano passado, por conta de crise e um monte de questões da Secretaria, nós ficamos muito tempo parado, muito distante da escola, teve pouca formação, teve distanciamento. E quando tem distanciamento o que ocorre? Para! Esse ano nós voltamos fortemente com formações. Formações tanto do professor-coordenador, quanto dos gestores e para os professores. Está contente? Não! O que eu gostaria de estar era todo mês com os meus professores, uma vez por mês com os professores e nós não temos nem pernas e nem recurso para isso no momento, o ideal seria todo mês, mensalmente, contato com os professores, discutindo os problemas que eu percebo nos resultados educacionais. O professor na sala de aula, o coordenador na escola observando o dia a dia sabem realmente o que a escola precisa, então o processo maior de formação deveria ser com o coordenador mesmo, porque é ele que está formando o professor lá, nos momentos de formação, os momentos formativos de ATPC. É ele que está em contato com o professor todos os dias, eu não posso estar na escola todos os dias, mas ele está. Então se a gente tivesse até mesmo essa rotina de formação de professor-coordenador, lógico que a gente teria resultados melhores com relação a isso, então processo formativo a gente tem, o que a gente não tem talvez, são recursos necessários e condições adequadas para esse processo formativo. Por conta do que? Por conta de política pública! A gente sabe que está atrelado a política pública, então nem sempre a gente tem recurso necessário, nem sempre você tem condições necessárias. Agora, que tem um formato de acompanhamento, isso nós temos desde 2008. E ele foi se aprimorando com o tempo. Eu lembro que 2008, formação de sala de aula era uma coisa, hoje a formação de sala de aula é completamente outra. Nós evoluímos nestas questões, até mesmo porque teve muito estudo sobre isso, muita formação sobre isso, nós fomos buscar lá com Pedro Reis em Portugal, nós fomos buscar várias questões fora para melhoria desse tipo de trabalho e evoluímos, graças a Deus, evoluímos muito, muito, muito mesmo.

## **11. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada da BNCC?**

Eu não vejo tantas desvantagens. Eu vejo somente vantagens. A desvantagem da BNCC eu já te falei, que ela não traz indicações didáticas, isso é um dificultador, mas fora isso, é só vantagem. Porque de tempos em tempos a gente tem que evoluir do currículo, a gente tem que atualizá-lo. Quando se pensa numa base comum para o país todo, é superimportante isso, é superimportante que todos falem a mesma linguagem, e ofereça igualdade e, mais importante ainda, equidade! Eu acho que a palavra equidade é tudo aqui dentro da Base, porque igualdade você pode oferecer, mas a equidade é muito mais forte.

Equidade é você olhar além das questões de necessidade, em questão de todos terem a mesma coisa, é você olhar para a necessidade de cada um, a igualdade traz isso. Olhar para a necessidade de cada criança na sala de aula e saber o que exercer para elas, e a base está com esse olhar. Isso é muito importante para o país. Se a gente quer um país igualitário de norte a sul, com as mesmas condições, eu tenho que tentar oferecer essa equidade para eles, eu acho que isso a Base traz de bom, eu vejo isso como algo bacana da Base, esse olhar para todas as crianças do país com equidade. Desde a criancinha lá do Norte e Nordeste, sem condições, que vai para escola a pé e descalça, mas o olhar que vai ser oferecido para ela é o mesmo que vai ser oferecido para as crianças daqui da nossa região, que é uma das mais ricas da América Latina, que as crianças vão de carro, vão com os pais. É oferecer para elas essas mesmas condições... condições nas funções didáticas, no intelecto, para que todos tenham condições de serem críticos, que desenvolvam o funcionamento crítico igual. Não é porque ela está lá andando descalço, que ela não tem a capacidade de ter o mesmo intelecto que uma criança que está aqui. Isso é o que eu acho que traz de mais importante na Base, o que eu vejo de importante na base.

**12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola. Para a elaboração deste projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos?**

É superimportante, é o que a gente prega hoje! A elaboração do projeto pedagógico da escola preconiza tudo isso hoje, sempre preconizou! A gente nunca desvinculou isso, não tem como desvincular. Todas as orientações nossas em relação ao projeto pedagógico da escola, é que seja feito nesse coletivo, e a Base preconiza isso também.

**Qual o papel da diretoria de ensino nesse sentido?**

A formação, a formação dos gestores. Desde que eu estou aqui, desde 2008, a gente faz esse trabalho com os gestores e com o professores-coordenadores, todos estão cientes que a proposta, o PPP, é construído no conjunto, coletivo. Não é a equipe gestora que determina, é algo bem democrático, é uma gestão democrática.

**13. Agora para gente finalizar, quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?**

Eu acho que eu já falei muito sobre elas. Eu já falei da equidade que para mim é superimportante isso, das competências socioemocionais, que é superimportante pontuar. As pessoas perderam os valores, e você vem de uma região que valoriza muito isso. Eu creio que na Bahia esses valores são muito importantes, muito destacados, nós temos algumas regiões que perderam isso, é complicado. A gente vê algumas regiões de São Paulo, algumas regiões do Rio que perderam alguns valores relacionados com a vida, ao outro, ao semelhante, e a Base tenta resgatar isso quando ela coloca essas competências socioemocionais, eu vejo muito isso no ensino religioso, eu destaco algo superimportante ali, porque eu vejo uma chance de a gente começar a resgatar esses valores que foram perdidos nas últimas décadas, eu acho superimportante.

**E tem algo que você considera preocupante?**

Eu já falei o que é preocupante para mim na Base, as questões didáticas! Não ser transparentes, isso me preocupa muito, deixar livre para cada rede pensar no seu currículo e na metodologia, é muito sério isso, é o que eu falei. Na rede Estadual a gente tem um histórico e nós temos um currículo. Nem todas as redes têm, a municipal principalmente. E a municipal tem um agravante: nem sempre tem um especialista para isso, especialista em currículo. Então eu acho que a elaboração nas redes municipais vai ser um nó, vai ser muito difícil, pode acontecer de tudo, pode ter currículo de todo tipo, com concepções variadas, ultrapassadas, até pensar em ter algo mirabolante que eles possam criar, inventar. Secretaria tem especialista, vários! Bons? Ruins? Tem, mas tem especialistas! Agora a rede municipal eu tenho medo, tenho preocupação porque nós temos pouquíssimas especialistas nas redes municipais. As particulares têm vida própria, nós sabemos que elas fazem o que querem, isso também me preocupa porque alguém lá, MEC, vai ter que olhar para isso, principalmente que caminho vai tomar o vestibular com a base comum do ensino médio? Para que eles também sigam um caminho bacana, porque do jeito que está também não pode ficar, essa formação alienada, quadrada, eu acho complicado também, é isso que me preocupa na Base. Espero que tudo que eu disse, contribua em alguma coisa, que você consiga fazer um trabalho bacana, que a sua pesquisa não fique somente em documento, que sirva para mudar alguma coisa, para mudar as pessoas, assim como eu vejo que algumas pesquisas que eu me baseei para elaborar materiais, para estudo, para levar para o professor, mudaram a realidade dele, a realidade da sala de aula. É isso que eu penso nas pesquisas. No Brasil se usa muito das pesquisas de vocês. O que eu acho lamentável, principalmente em educação nos tempos atuais, esperamos que agora com a nova gestão do governo passe a valorizar mais os pesquisadores, que até então a gente vê que estão esquecidos e desvalorizados. O país que não valoriza pesquisa, tem retrocesso. A gente viu isso nesses últimos anos, um retrocesso em linha de pesquisa, cortando-se verbas, desvalorizando o pesquisador, enquanto qualquer país de primeiro mundo valoriza pesquisador, porque isso é evolução. É lamentável. Mas a gente vai mudar isso ainda, se Deus quiser, no futuro a gente vai ter bons governantes que valorizam esse tipo de trabalho, porque eu procuro valorizar quando eu pego alguma pesquisa para estudar e para levar para os meus professores em sala de aula. É mediante isso que a gente vai mudar a realidade. Se eu não vou atrás da pesquisa, não é do meu achismo que eu vou fazer transformação.

## APÊNDICE K – ENTREVISTA COM COORDENADORA C1 DA ESCOLA E1

**Transcrição da entrevista com a coordenadora C1 da escola E1**

**Legenda:**     **Negrito:** entrevistador.

Normal: entrevistado.

**Primeiro eu queria que você fizesse uma caracterização sua, uma descrição, tanto da sua formação quanto da sua trajetória profissional até chegar aqui na E1.**

Eu fiz licenciatura em Matemática, me formei no ano de 2004. Porém eu trabalhava em empresa privada, no financeiro, eu saí da empresa privada no ano de 2011, no ano de 2012 eu entrei na sala de aula, para conhecer e ver se realmente era o que eu queria. Em 2013 eu fiquei o ano inteiro como professora eventual no estado, prestei o concurso no final do ano de 2013 e comecei o ano de 2014 já como efetiva. Eu sou professora efetiva de Matemática. Nessa sequência eu me efetivei na escola José Ometto, e vim para aE1 em 2016. Normalmente eu dou aula nos nonos anos e na EJA, nesse ano de 2018 eu estou como coordenadora, foi meu primeiro ano como experiência de coordenadora. Nesse período de 2013 até 2017 eu fiz outras faculdades, eu fiz pedagogia, fiz uns pós em Ciências e fiz uma pós em Psicopedagogia, que agora estou no final, falta fazer o TCC.

**1. Considerando que você está representando a escola nessa entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a BNCC para esta escola, para esta unidade escolar.**

Para a unidade escolar, o que foi muito discutido aqui em alguns momentos foi a forma que ela está sendo colocada. Tem vários momentos que está sendo meio imposta, a gente achou que apesar das consultas que eles fizeram e tudo mais, a gente acha ainda que não é o mais adequado. Se você pegar bem essa BNCC está muito em cima do nosso currículo do estado de São Paulo, então eu achei que eles fizeram muitas mudanças, mas só mudaram de lugar, o nosso currículo. Então eles não repensaram o currículo, a gente enxerga que não houve... não pensaram um jeito de refazer esse currículo com caderninho do aluno. A gente entende mais que foi mais uma mudança mesmo de... por exemplo, em determinado ano ele estuda isso, eles só fizeram essa mudança. Então “ah, não vai mais estudar no sexto, ele vai estudar isso no oitavo”. Então para a gente, não está muito claro ainda as discussões que eles fizeram. Participei de uma orientação técnica, mas é tudo muito superficial, é uma coisa que apesar de eles falarem que está sendo feito consultas, pedindo opiniões e tudo mais... Está sendo reformulado o ensino médio. Essa base nacional... a gente acha que ainda que não ouviu muito bem os professores, apesar dos especialistas dizerem que estão fazendo, mas acho que faltou aquele pezinho da sala de aula para entender realmente como é a dinâmica, como tudo está funcionando.

**2. E para você, coordenadora da escola, como você compreende a BNCC?**

Eu acho que ela é necessária, a gente precisa sim ter uma base nacional, precisa essa reformulação, precisa que todo mundo em todos os lugares tenha acesso a mesma informação da mesma forma. Só que infelizmente isso não acontece. A gente está usando

um currículo que ainda aqui, cidade onde nós estamos, pelos nossos índices, a gente consegue atender esse currículo, porém se você pegar outras regiões do Brasil, a gente sabe que aquilo ali é totalmente inviável e que nunca vai ser feito, nunca vai ser atingido, porque são salas multisseriadas, são bem diferentes, o contexto e a situação em todos os sentidos, das escolas e tudo mais.

### **3. Como é que esse documento está organizado?**

Você fala em termos?

#### **Documento da Base.**

Por ciclos mesmo, continua do mesmo jeito, pelos ciclos. Que na verdade ele vai atingir nesse primeiro momento o ensino médio. E agora está sendo organizado o “Currículo Zero”, que foi feito uma versão, agora para o estado de São Paulo que está sendo reformulado, que agora tá sendo feito o estudo do currículo que eles chamam de “Versão Um”, seria o nosso currículo para o próximo ano já, que é feito meio que um casamento entre essa base, a BNCC, com o nosso currículo do estado de São Paulo, onde foi feito agora essa adequação, vai começar pelo ensino médio e depois vai atingir o ensino fundamental, pensando nessa saída que o aluno sai daqui e vai para o ensino médio, mas ainda é meio confuso, que apesar deles falarem que a partir do ano que vem tem um currículo novo, eu não tenho material novo, vai ser todo material adequado, vai ter que haver uma adequação do próprio professor para a sala de aula. Eu vou começar um currículo para o estado de São Paulo, vai começar a trabalhar a partir do próximo ano letivo, principalmente para o ensino médio. Porém, eu não tenho esse material impresso, eu não tenho nada, o que a gente vai trabalhar? Vai trabalhar com o material que foi feito lá em 2014 e ele vai ser aplicado a partir de 2019, ainda vai ser aplicado nesse ano, só que o professor que vai ter que fazer essa adequação, então a gente vai ter que se virar ali para atender os alunos.

### **4. Considerando as características desse documento, o que você imagina que poderá acontecer com a implantação, de fato, da BNCC, da Base?**

O que vai acontecer de fato é difícil a gente conseguir imaginar, porque ele traz para a gente algumas habilidades e competências que vai girar em torno deles. O que vai acontecer de fato, eu não sei se vai funcionar, eu tenho minhas dúvidas quanto a isso, se isso realmente vai funcionar.

#### **4.1. O que muda, por exemplo, com a chegada da BNCC?**

Mudança eu acredito que não vai haver, tendo em vista a minha escola. Se eu pegar a minha escola não vai haver grandes mudanças, porque hoje a gente já tem um currículo oficial que a gente trabalha com ele, então se pensar em mudanças.... Vão vir muitas novidades? Não acredito nisso, acredito que vai vir para a gente, vai melhorar, vai ajudar, só vai padronizar e com algumas mudanças, algumas melhoras de repente, ou não. Uma incógnita ainda.

## 5. O que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?

A elaboração, como tudo é feito, são pessoas que têm aquele estudo, têm conhecimento, têm tudo, porém não têm a experiência, o que falta em todas essas elaborações. Seja essa do caderno do aluno, seja do currículo, seja até propriamente dita da BNCC que vai substituir nosso currículo. É a sala de aula, é o professor dar mais opiniões, estar ali junto, para sentir mesmo o que é e como está funcionando tudo. Porque tudo que eles fazem, eu sei que são especialistas, os melhores nas suas áreas, que estudam, enfim..., mas eu acho que ainda falta, eu bato sempre nesse ponto, eu acho que falta esse acesso. Esse professor que tem esse contato que vai trabalhar com esse conteúdo, dar a opinião dele. Porque nem tudo que está nesses caderninhos, nesse currículo, que a gente tem o currículo e tem o caderninho do aluno, tem coisas nele que são absurdas. Se você pensar, você fala “nossa, não é possível”, isso é totalmente fora da realidade do aluno. Então, palavras, mesmos conceitos que às vezes eles trazem, as próprias questões que são elaboradas, é muito fora. Teve uma vez que eu estava dando uma questão de matemática e era bem assim: “no bosque tinha macaquinhos saltitantes... uma equação matemática quer ser feita tal que...”. Bosque? O aluno não usa mais falar “o bosque” ele não tem esse conhecimento desse bosque, “macaquinho saltitante”, como assim macaquinho saltitante? É uma coisa muito... é tipo aquela cartilha antiga que todo mundo fala “não, vamos sair”... que B de barriga, U de unha, essa coisa, parece que volta nisso... totalmente fora da realidade do aluno, você coloca lá “macaquinho saltitante” os alunos olhavam “macaquinho saltitante, é?”. Eu acho que tudo tem que caber dentro da imaginação dele, então quando você fala assim “ah, um bosque” ou você fala “uma floresta”, uma floresta ele já imagina uma floresta, agora você fala um bosque ele tem que buscar lá no chapeuzinho vermelho, que lá tinha essa relação de bosque, de coisinha, “macaquinho saltitante nas árvores”, ele tem que ficar olhando imaginando o macaquinho pulando na árvore. Então fica para o nono ano, deveria trazer uma coisa mais assim... mais adequada, mais voltada para eles, coisas que eles consigam imaginar. E tendo em vista até mesmo a questão financeira de muitos alunos, que eles não têm acesso a muitas coisas, a gente está em uma escola boa, onde muitos alunos já viajaram até para o exterior, tem um conhecimento de mundo bem diferente, só que isso só no período da manhã, a tarde eu tenho alunos aqui que são extremamente carentes, que vem para a escola para poder ter a refeição do dia. Então muitas coisas que eles colocam lá, umas imaginações que o aluno não tem, ele não tem como imaginar aquela situação, se imaginar naquela situação para resolver, tudo muito incompleto, que você tem que ficar voltando e não tem um casamento, não existe um livro didático que casa com a apostilinha, o caderninho do aluno, você não consegue pegar um único livro didático que você fala “você pode usar, são dois volumes do caderno do aluno, esse livro didático você pode usar ele junto, que você tem o conteúdo”, não. Você não tem todo o conteúdo das apostilas no livro, então você não consegue, aí você tem que trazer um terceiro livro, ou um quarto, ou um quinto livro, só que o seu aluno não tem acesso a esses três livros, ele tem acesso somente àquele que a escola vai estar oferecendo e, que não é um para cada aluno no meu caso, aqui na minha escola, eu não tenho um livro para cada aluno, eu tenho que... que ele possa levar para casa, para fazer uma atividade em casa, eu não tenho. Os meus livros ficam na escola, porque eu não tenho quantidade suficiente de livro. Então o professor trabalha dentro da sala de aula com o livro didático, ele não pode levar o livro, porque se o professor quiser dar uma atividade diferenciada “ó, leva o livro, vai fazer uma pesquisa” não, ele não pode. Se ele tirar, para o pessoal do período da tarde vai fazer falta, que eu tenho trinta e cinco livros em cada sala para atender os meus alunos.



### **5.1. Ainda sobre essa elaboração da BNCC, foi realizada uma avaliação do sistema escolar?**

As avaliações são realizadas sempre, a gente tem várias formas, a Prova Brasil, o Saresp, que daí é o resultado do IDEP, o IDESP também que sai. Então a gente é constantemente avaliado. E tem ainda, em cima do currículo, a gente tem em todos os bimestres as AAP's, de matemática e de língua portuguesa, somente.

#### **O que é AAP?**

São as Avaliações de Aprendizagem em Processo. Então, por exemplo, termina o terceiro bimestre tanto de matemática quanto de língua portuguesa, o governo do Estado manda essa avaliação, onde vai levar em consideração o que o aluno aprendeu naquele bimestre e mais algumas coisas dos bimestres anteriores. Sempre dez questões... doze questões... baseado naquele conhecimento que ele teve até aquele momento.

#### **E foi considerada, por exemplo, as desigualdades entre as escolas?**

Eu entendo que não, que não houve essa consideração, porque essa BNCC vai usar quem? O nosso aluno que está em uma cidade pequena, porém com um certo desenvolvimento, uma escola no centro, que é bem estruturada. E quem vai usar? Aquela pessoa que mora lá no interiorzinho, lá do Nordeste, que não tem nem água para tomar... ele vai usar o mesmo currículo? É como eu falo: esse currículo, com a gente, vai ser sim trabalhado. Acredito que quem está aqui, principalmente nas regiões Sudeste e Sul, vai conseguir com mais facilidade. Mas quem está no Norte, Nordeste, cidades onde o desenvolvimento não chegou, eu acredito que não vai atingir esse pessoal, não.

### **5.2. E foi diagnosticada alguma necessidade na formação do professorado?**

Foi, eu acho que foi, sim. É que quando nós conversamos com os professores... não era eu quem estava nessa época da BNCC, quando foi feito um trabalho maior era outra coordenadora, mas quando essa coordenadora estava aqui, ela foi seguindo todos os processos e nós também. Esse ano teve uma atividade que foi feita com a BNCC, eu trouxe para os professores, foi feito uma OTE falando sobre as habilidades, como deveriam ser desenvolvidas, quais eram as dez principais competências e tudo mais. A gente percebe o quê? Que os professores ainda têm muita dificuldade. Tudo gira em torno das habilidades e das competências, os alunos têm que ter algumas habilidades para atingir algumas competências, e a gente percebe que têm muitos professores que não tem muita ideia disso, falta essa formação, essa conversa com os professores, falta uma orientação técnica, um aperfeiçoamento disso para que eles entendam melhor como é que funciona essa questão das habilidades, o currículo é baseado muito nisso, em habilidades e competências, mas tem professor que a gente conversa e fala assim “mas que habilidade você trabalhou com o seu aluno?”, “Ah então, esse bimestre eu ensinei isso pra ele”, porém qual habilidade ele não contemplou? Porque se ele ficou com uma nota menor que cinco, ou até mesmo cinco, ele não deve ter contemplado todas as habilidades, alguma

coisa ficou faltando, porque se ele ficou com cinco de média, ele está muito ali, muito em cima. Quando se vê uma nota assim entende-se que o aluno está bem no “basiquinho” mesmo, que ele entendeu bem pouquinho do que foi passado, que faltou bastante. Então aí você faz o questionamento “E aí professora, qual habilidade ele não contemplou? ”, “Ah, eu acho que foi essa”, “Mas qual o plano de intervenção? ”. Nós trabalhamos em cima dos planos de intervenção! “O que você vai fazer para recuperar esse aluno? ”. Nossa recuperação é contínua! Então, se o meu aluno não contemplou aquela habilidade, o professor vai ter que voltar naquela habilidade, que ele não pode sair daquele ano sem saber aquilo. Dependendo da disciplina ele não consegue ir para frente, porque ele precisa daquela habilidade para conseguir ir andando. Eu acho que falta sim, falta mais dessas orientações, nós temos o ATPC que deveria ser voltado bastante para isso, porém, também é falho.

## **6. E como foi que a BNCC foi apresentada para essa escola?**

Na verdade, eu falo que ela não foi apresentada, ela foi imposta. Porque ninguém chegou e falou “olha, o que você acha?”. Não, eles falaram “olha, dá uma olhada no currículo, dá uma olhada nisso e dá a sua opinião”, mas ela vai acontecer. Eles já chegaram tipo “isso vai acontecer, você querendo ou não”. Então, são coisas que estão sendo impostas, realmente, pelo governo, “vai ser feito isso e é dessa maneira, eu estou pedindo sua opinião para lá na frente...”. O que eles deixam transparecer é isso “estou pedindo sua opinião, o que você acha que podia mudar aqui? Essa habilidade está correta? Esse conteúdo está correto, para esse ano, para essa série? ”, foi perguntado? Foi perguntado. Porém, a gente não viu as mudanças acontecerem do jeito que a gente esperava, aí eles chegaram “a BNCC é isso, é desse jeito e vai funcionar a partir de tanto...”. Meio que eles fizeram uma consulta, ninguém sabe se foi lido alguma coisa da consulta que foi feita, porque eles fazem a consulta, mas a gente não tem uma ideia se alguém abriu lá e falou “deixa eu ver o que a escola tal pensa a respeito disso”.

## **E essas informações continuam chegando na escola?**

De tempos em tempos. Esse ano chegou, no início do ano, essa informação da BNCC, mas com essa carinha “olha, a partir do ano que vem são essas habilidades” pronto, morreu o assunto. E agora voltou para mim, porém ainda não foi divulgado em ATPC, ainda não foi feito. Foi terça-feira passada, que agora eu vou trabalhar com o professor específico de matemática, não é um trabalho de todas as áreas. Eles orientaram para que fizesse um trabalho com os professores de matemática, porém eu entendo que é um trabalho que tem que se estender para todas as disciplinas. Porque não vai ser reformulado nenhum caderninho do aluno, nenhum material para o ano que vem, vai ser reformulado de acordo com a BNCC. O nosso material é o material velho, a gente vai ter que trabalhar o currículo novo, então o que acontece? A gente vai ter que estudar muito bem para que na hora de montar o meu plano de ensino anual, como eu vou fazer? “Esse conteúdo não é mais para esse ano, não é mais para esse bimestre, não é mais para esse semestre. Eu vou ter que falar para o meu aluno que ele tem que guardar aquele caderninho para o próximo... sabe? Então a gente vai ter que ter esse jogo de cintura. E é só o professor de matemática? Não, todos eles. Eu não vou ter material novo, como que eu trabalho um currículo com um material que está totalmente ultrapassado, inadequado?”

## **7. Há algum tipo de orientação para a implementação da BNCC?**

Só teve essa, só essa orientação que nós tivemos na terça-feira passada, que eu fui e levei uma professora de matemática que vai me ajudar depois a desenvolver esse trabalho com os professores.

### **7.1. Como foi que ocorreu essa orientação?**

Foi uma reunião que a delegacia de ensino fez aqui em CA, no polo da OAB. Tinham alguns professores dos anos finais, os coordenadores dos anos finais, que é do sexto ao nono ano, alguns professores e alguns coordenadores das escolas estaduais daqui de CA.

## **8. Para implementação da BNCC vai ter algum tipo de curso, algum tipo de formação?**

Assim... específico, específico... o que vai ter é isso, são essas que tiveram e que eu acredito que vai ter mais, são essas orientações. Eu espero que no início do ano que vem, que aconteça o que? As PCNP's. Professores que são do núcleo pedagógico específicos, tem o planejamento sempre no início do ano. Em um dia desse planejamento eles separam todos os professores por área, eu acredito que nesse planejamento, do ano que vem, eles devam falar sobre isso. Porque eu não vejo outro assunto. Eles vão ter que passar as orientações e ensinar mesmo, conversar com esses professores para que eles consigam se organizar, para que consigam trabalhar o ano inteiro, porque eles não vão conseguir trabalhar com o material velho, desatualizado e pensando no novo. Você imagina o quanto isso vai ser confuso? Você pega uma pessoa de 9º ano que recebe um material velho, mas fala "olha, entra aí com o currículo novo, é esse currículo você vai ter, porque ele já está indo para o ensino médio, lá no ensino médio a BNCC está mais forte". Agora o que eles vão chamar aqui no estado de São Paulo? É o Currículo Versão Um, que também vai ser implantado. Eles fizeram esse Versão Zero. Fizeram assim, fizeram uma OTE, eu fui, por exemplo, em uma quinta-feira, "C1, segunda-feira é a ATPC, já passa para os professores porque segunda-feira vocês terão uma consulta". Aí meu professor tinha que sentar na frente do computador, olhar o currículo, o conteúdo todo dos quatro anos e analisar, ver se ele estava de acordo ou não, em duas horas, três horas. Você acha que meu professor consegue depois de um dia de nove, dez aulas, sentar com calma e ler todo o currículo, dar a sua opinião, se está adequado, se não está adequado, se precisa mudar?

## **9. Você já comentou também sobre essa proposta curricular para o estado de São Paulo, há uma proposta definida para o estado de São Paulo. Com a chegada da BNCC haverá mudanças nesse currículo? Como é que fica isso?**

Vai, sim. É o que eu falei, vai haver mudança e a gente vai ter que se adequar, vai ser feito o que? A BNCC, nova, o nosso currículo, antigo. Vai ter que haver um casamento entre os dois, então nosso currículo está sendo reformulado e tomando todos os padrões da BNCC.

### **9.1. Quem é que vai, de fato, elaborar a nova proposta curricular para a escola?**

Para escola? Eu não sei... porque eles falam até... às vezes em nomes de pessoas que... isso que a gente quer saber mesmo, de nomes de pessoas... dizem que são quem? São os profissionais de cada área que vão estar elaborando, especialistas em currículo, são eles que vão elaborar, principalmente os especialistas das áreas e os especialistas em currículo. Mas ter certeza, conhecer, ouvir falar... é tudo muito vago ainda, a gente não consegue. Você entra, assiste um vídeo, às vezes a pessoa fala, fala, fala, fala... e não falou nada.

### **9.2. Serão criados materiais e meios para a elaboração do currículo?**

O nosso currículo ele já vem impresso, normalmente é isso que acontece, a gente já tem, em forma de caderno mesmo, o nosso currículo impresso, que já vem com todo o conteúdo, constando o conteúdo, habilidades, competências, tudo certinho. É o que a gente chama de “livrinho preto”, que se chama nosso próprio currículo do estado de São Paulo, hoje é o nosso currículo atual, é separado por ano, por disciplina. Essa é a disciplina de linguagens [mostrando o currículo], é que eu peguei um qualquer ali, então tem língua portuguesa, é o nosso currículo mesmo, ele é todo baseado aqui, então eu tenho tudo. Já tem um currículo, então a partir de janeiro, para o próximo ano letivo, a gente volta com esse currículo. Ele vem impresso, não sei se vai vir impresso mais, não sei como vai ser feito a divulgação. Até o presente momento, até esse ano, esse é o nosso currículo oficial do estado de São Paulo, traz toda a proposta, todo o conteúdo, por exemplo, aqui é uma quinta série, um sexto ano, então ele traz o conteúdo geral, conteúdo de leitura escrita, que são os principais, a questão da leitura, escrita, aqui as habilidades, a hora que o professor trabalhar esse conteúdo, vai estar contemplando essas habilidades. O nosso currículo é espiral, então o que ele aprendeu aqui, aí ele vai voltar no mesmo conteúdo, em um outro momento, ou ele volta dentro do próprio ano ou no ano seguinte, é certeza, ele sempre tem essa volta, então ele começa... estuda um pouquinho ali o conteúdo, aquela habilidade, no próximo ano ele retoma aquela habilidade, vai o tempo inteiro refazendo essa retomada. Já traz tudo aqui, a gente faz o plano de ensino, faz tudo com base nisso, e com esse currículo do estado... tem esse que eu estou falando, do caderno do aluno, mas não sei se você conhece o caderno do aluno, vou pegar um aqui... [mostrando o caderno] são vários, está vendo? Esse aqui é o caderno do professor, e é dentro do próprio currículo também, tem todas as orientações dentro de cada um. Esse aqui é um de Educação Física e fala do tema, da situação, das possibilidades de se trabalhar com outras disciplinas. Traz todas as orientações que são necessárias, se esse conteúdo pode ser indisciplinar ou não, o conteúdo tema, o principal, as competências, as habilidades, as sugestões, traz até uma sugestão sobre como trabalhar. Aqui está falando da capoeira, traz aparelho de som, CD com músicas, arcos, onde ele pode estar trabalhando, traz as figuras e tudo mais, esse aqui é o do professor, mas o do aluno é muito próximo, não vai trazer essa parte de conteúdos, habilidades, mas traz já as figuras, traz as questões todas nesse próprio caderninho. O que vai acontecer o ano que vem? Eu não vou ter esse material aqui, esse material impresso, não sei se vai chegar, eu acredito que não chega. Essa Versão Um foi discutida com um professor da minha escola que foi chamado, um professor de história, teve uma orientação técnica na sexta-feira, foi pego um professor de história de uma escola, um professor de ciências do outro, um de geografia do outro, eles se reuniram semana passada um dia inteiro para discutir sobre isso, sobre essa BNCC que vai ser implantada. Então a discussão ainda está acontecendo, mas já é fato de que ela vai acontecer a partir do dia primeiro de fevereiro, não existe outra possibilidade. Só que é assim, esse meu material

foi distribuído, era um material que deveria somente ter sido usado do ano de 2014 a 2017, porém nós usamos ele no ano de 2018 e nós vamos usar novamente no ano de 2019. Só que com essa mudança... esse currículo casa com esse caderninho. Se você pegar aqui o primeiro bimestre, o que tem aqui, está aqui [comparando o caderninho com a proposta curricular]. Para o ano que vem, eu vou ter esse caderno e eu não vou ter esse currículo, eu vou ter um currículo totalmente diferente, eu acredito que impresso não vai chegar, o que vai chegar para a gente vai ser um material por e-mail. “Olha, o currículo vai ser esse”. Você vai adequar esse caderno com esse currículo. Então, se aqui está falando para trabalhar capoeira e no currículo oficial fala que não é para trabalhar capoeira no nono ano, é para trabalhar no oitavo, então você vai trabalhar no oitavo ano. Vai ficar muito mais difícil até para a gente que já está com o bonde andando. Com essas mudanças, a professora de ciências mesmo, no dia que a gente estava conversando, houve muitas mudanças, de repente o que ela já ensinou lá no sexto ano, esse aluno vai aprender de novo porque ele vai voltar ao conteúdo, não vai ser só uma parte, vai voltar todo aquele conteúdo, ele não vai andar para a frente. Esse aluno do nono ano, se falar “ah, ele não vai aprender capoeira o ano que vem” ele vai sair sem ter aprendido um conteúdo. É mais ou menos assim.

### **Por uma questão de sequência de ano?**

É uma questão de sequência didática mesmo. Por isso que eu falo que o principal da BNCC é para o ensino médio, porque se você reformular o ensino médio (primeiro, segundo e terceiro), quem entrar no primeiro, ufa! Tudo bem! Vai conseguir pegar tudo certinho. Você imagina se está reformulando e já começa com o terceiro ano? O que vai acontecer? Esse aluno vai deixar de ter o conteúdo? Porque se de repente o conteúdo saiu do terceiro e foi para o segundo ou foi para o primeiro? Ele vai rever um conteúdo? Isso não está claro. Quem começa no primeiro, começa com o conteúdo novo, e continua o antigo? Não faz muito sentido, mas eles deveriam ter pensado nessas possibilidades do aluno, porque ele vai deixar de ver alguma coisa e não pode acontecer de ele ver mais que uma vez, mesmo o currículo sendo em espiral, tem coisas que não dá.

### **10. Será adotado algum tipo de acompanhamento no processo educativo a partir da implementação da BNCC?**

Eles falam que os acompanhamentos serão os mesmos. Serão essas avaliações que nós temos, a Prova Brasil, as AAP's (Avaliações de Aprendizagem em Processo), eles falam que essas avaliações externas continuam.

### **E qual o papel da gestão da escola nesse contexto?**

É tentar fazer essa mediação, auxiliar. No meu caso, como coordenadora, é dar esse suporte para o professor, ajudar a entender o que vem de novo e fazer esse jogo aí, fazer um meio de campo para que ele entenda como vai ter que trabalhar com o currículo novo, com o material velho, até fazer essa transição, tentar deixar bem claro ao máximo possível como é que vai funcionar, quais são as prioridades, quais são as habilidades prioritárias, as competências, é dar esse suporte, não tem outro jeito. Hoje, o que a gente faz é o que? A gente auxilia os professores, mas a maioria deles já sabe trabalhar com o material, então

fica mais fácil, eles já sabem, eles vêm para mim “olha, eu tenho esse conteúdo, eu posso ao invés de trabalhar nessa situação desse jeito, posso fazer outro? Olha está falando de capoeira, posso ao invés de só passar isso, passar um filme que fala sobre?” Enfim, então a gente troca, só faz essa troca de informação e eu vou auxiliando eles. Hoje é assim, mas para o próximo, não! Vai ser bem mais difícil, não vai ser só fazer isso. O professor tem o conhecimento da disciplina dele, do conteúdo que ele trabalha e tudo mais, das ideias dele, é ele quem trabalha na sala, ele que molda as aulas de acordo com as salas, porque em uma mesma escola você pode ter... eu tinha quatro anos o ano passado de matemática em uma mesma escola, eu não dava as mesmas aulas, as minhas aulas eram diferentes, o que eu trabalhava de repente com uma sala, eu não trabalhava da mesma forma na outra, você não consegue trabalhar exatamente igual com todas. Acredito que a dificuldade maior vai ser essa, do professor ter que adequar material, se ele tiver esse material, porque ali vai ter que fazer uma busca muito grande, esse é um dos nossos grandes problemas, é a falta de material, a gente não tem material o suficiente. Um exemplo, veio agora para a gente uma pesquisa do PNLD Literário, na verdade não é pesquisa, é para a escolha do PNLD Literário. Eu entrei lá, a data era do dia 18 ao dia 31 de outubro, eu entrei e falei “eu vou imprimir a lista para conversar com os professores, para a escolha os livros”. Aí qual é a minha surpresa? Do sexto ao nono ano não tem livro, não tem livro para escolha, então quem vai escolher livro? O ensino infantil, até o quinto ano, tem muitas opções, e os alunos do ensino médio. Quem está do sexto ao nono ano não tem escolha de livro... quer dizer, ele não precisa ler? Ele não precisa de nada? As escolas hoje têm uma biblioteca, têm! Uma biblioteca que não funciona de forma adequada, porque eu não tenho uma pessoa que trabalha na biblioteca, eu tenho a minha professora, a gente conta com a boa vontade da professora, tem uma professora de Língua Portuguesa, não só uma, várias, aí elas levam eles até a biblioteca, eles escolhem, mas eu não tenho uma organização, se você falar “você tem esse livro? ”, eu não tenho certeza se eu tenho o livro, onde eu vou encontrar esse livro? Acontece isso, esse grande problema que a gente tem, a falta do material também.

### **11. Quais as vantagens e as desvantagens com a chegada da Base?**

Eu acho que a vantagem é o que eu já falei, todo mundo vai ter o mesmo acesso, vai ser tudo por igual. Todo mundo não, né? Porque escola particular ainda vai poder usar o seu currículo, mas a grande maioria. Isso seria uma grande vantagem, todo mundo estudar... porque a gente traz o aluno de outro estado, de outra região, ele chega aqui, ele não teve acesso e não sabe aquele determinado conteúdo, a região dele é diferente, isso seria uma vantagem. A gente enxerga ser tudo igual, perfeito, porém a desvantagem é que não vai funcionar, eu acho que nesse primeiro momento do jeito que está sendo imposto não vai funcionar.

#### **Você acha que não vai funcionar...**

Eu acho que do jeitinho que eles estão fazendo... Se ficar claro que vai ser dessa maneira, “não, é assim que vai funcionar realmente”, hoje... Eles precisariam que... para que funcionasse, trazer um material para a escola, um material atualizado, um material muito bem feito, um material pensado com os professores, que a gente pudesse opinar “olha, vamos por uma questão assim, vamos fazer assado, vamos fazer desse jeito...”. Eu acho que a desvantagem é essa, vai complicar muito. Eu acho que essa desigualdade que a

gente tem hoje não vai conseguir atingir todo mundo do jeito que deveria, eu acredito que vai continuar assim: umas regiões vão ter esse currículo e outras não, não tem como.

### **11.1. Qual é a importância da BNCC?**

Eu acho que a BNCC tem determinados tópicos que julgam importantes, determinadas habilidades, que seriam aquelas dez habilidades. Eu acho que é importante, eu vejo como importante essa relação, focar realmente, porque a gente às vezes tenta abranger muita coisa, acha que tudo tem que ser feito, o que eu achei interessante é isso que vai ser dez habilidades, não só dez, mas nesse primeiro momento dez que são mais importantes, e que é o foco dela. Seria aquele foco que vai ser mais específico, eu achei importante isso de ser mais específico mesmo, de você... porque hoje o que a gente tem? A gente tem um milhão de habilidades, competências, que o aluno tem que saber, saber, saber... só que na verdade, eu não acho que todas o aluno realmente precisa saber, mas eu falo às vezes que é importante que ele saiba menos, com muito mais qualidade. Às vezes tem aquele professor, ele pode não ter tantos títulos, porém ele tem um conhecimento que consegue passar para os alunos, tem uma aula maravilhosa, ele pode não ser o gênio, mas ele consegue com o pouco conhecimento que tem, consegue passar para os alunos. Eu acho que isso é importante, reduz essa relação de que “nossa, tem tantas habilidades, tantas... não sei o que, tantas, tantas...”, e o meu aluno fica meio perdido, até o professor fica perdido com essa relação de tantas habilidades, tantas competências, o foco acaba se perdendo, então às vezes menos ajuda mais.

### **12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola. Para a elaboração deste projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos?**

Sim, totalmente. Eu acho superimportante. Quando a gente vai fazer o plano, todo mundo tem que dar opinião, optar, dar o seu ponto de vista.

### **E qual é o papel da gestão aí?**

É intermediar, fazer reuniões convocando esses pais, convocando a comunidade, os professores, e passando isso, passando todo o conteúdo, o que vai acontecer, como está, e ir apresentando a BNCC para quem ainda não teve acesso, não sabe. É fazer essa apresentação, essa mediação e adequar. Ver o que é mais viável, porque o plano é isso, plano de gestão é a gente ver o que? O que é mais viável para nossa comunidade naquele ano, naquele momento, o que a gente vai atender e, não pensar em projetos mirabolantes que não é possível de ser atendido.

### **13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?**

Eu acho que a divulgação dela deveria ter sido bem mais divulgada, bem mais estudada, que nós deveríamos sim ter tido muito mais orientações, muito mais acesso à essa BNCC, a esse plano todo, acho que faltou isso mesmo, a gente ter esse acesso, poder dar mais

opinião, poder falar o que realmente a gente pensa, poder ajudar na hora de fazer, falar “não, isso aqui é legal, isso não é, isso é viável, isso não é”. Acho que seria mais isso mesmo.

### **13.1. Há alguma questão que você considera preocupante?**

Eu acho que a falta do material. Eu acho que é o mais preocupante, que eles vão impor e a gente não vai ter o material adequado para estar implementando, estar trabalhando em sala, eu acho que isso é o mais preocupante. No meu ponto de vista é a falta do material, a gente precisaria ter o material já adequado, aí você orienta os professores, você faz um trabalho com eles nos ATPC's, “olha, esse aqui é o seu material que vai funcionar a partir do ano que vem, essas são as orientações, é assim que você vai trabalhar com os seus alunos, o material você vai usar dessa maneira, desse jeito, essa aqui são as habilidades principais...”. Poder dar esse suporte para o meu professor com o material adequado, é isso que mais me preocupa, o ano que vem a gente não vai ter esse material adequado, isso já foi dito na orientação pelos PCNP's, eles são os coordenadores e já falaram que não vai ter. Então, acho que isso é o mais preocupante.



APÊNDICE L – ENTREVISTA COM PROFESSOR DE CIÊNCIA DA NATUREZA  
CN1 DA ESCOLA E1

**Transcrição da entrevista da professora de Ciências da Natureza CN1 da escola E1**

**Legenda:**     **Negrito:** entrevistador.  
                  Normal: entrevistado.

**Primeiro eu queria que você se caracterizasse, fale um pouco sobre sua formação e sobre trajetória profissional**

Meu nome é CN1, sou professora há vinte e quatro anos, fui quinze anos coordenadora em uma escola de ensino fundamental II e ensino médio, meu cargo era aqui na E1, então eu me afastava, pegava as aulas, me afastava e era coordenadora. Quando o governo instituiu que ia ficar um coordenador só nas escolas – que eram dois, um de médio e um de fundamental –, eu tenho dois filhos, a situação ficou complicada com o horário e eu acabei vindo pra sala de aula depois de todo esse tempo, embora eu sair da sala por necessidade, eu estava dando aula em Limeira, e na época muito difícil, então eu vim pra coordenação para resolver uma situação de transporte, administrativo, que eu sempre gostei muito da sala de aula, e voltei, e não volto mais pra coordenação de forma alguma, a não ser que eu seja obrigada, eu gosto muito da sala de aula.

**A sua área é...**

Ciências. Eu sou formada em Biologia e Pedagogia.

**1. Considerando que você está representando a escola nessa entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a BNCC para esta unidade escolar**

Então, as mudanças são complicadas... mudanças sempre conflitos. A gente até teve uma ATPC que nós fizemos uma análise da BNCC com o currículo do estado de São Paulo, e, algumas mudanças são boas, no sentido pedagógico, de conhecimento, mas algumas, na minha área, não gostei muito. É claro que grupos de conteúdo, de habilidades, que estão sendo desenvolvidos principalmente no nono ano, sexto ano, acho até que são viáveis. Até comentei com a C1 que eu achei assim muito fora da realidade, eu não sei se eles vão ajustar, como é que vai ser, embora se saiba que o nosso currículo, do estado de São Paulo, não é um currículo que abrange o Brasil todo, então ele foi elaborado também de uma maneira muito particular, então ele foge muito daquilo que é o currículo hoje, pelo menos na área de ciências. Então, algumas coisas eu acho que ele vai até atrapalhar um pouco a cabeça do aluno, infelizmente.

**2. E para você, professora né, como é que você compreende essa BNCC?**

Eu acho que é urgente a mudança. O seu olhar para o aluno, olhar para aquilo que ele realmente precisa aprender, para as coisas da vida, porque eu acho que você tem que relacionar, hoje e sempre, muito do cotidiano, a minha área é uma área muito

efervescente, o tempo inteiro informação, às vezes eles trazem coisas que eu nem cheguei a ter conhecimento, porque a gente também não conhece tudo, então a gente vai pesquisar, a gente vai saber. Algumas mudanças são boas e algumas eu não gostei de verdade dentro da BNCC, principalmente sexto ano, eu acho que o sexto ano eles carregaram muito o conteúdo, o oitavo eles afrouxaram muito, então eu acho que vai puxar muito esse pessoal que vai chegar, e eu não sei se eles vão conseguir, se realmente for daquela forma, vencer aquelas habilidades desenvolvidas ali, eu achei meio complicado nessa área de ciências. Eu não sei as outras áreas porque nem deu para a gente conversar muito com os outros colegas sobre isso, mas até o dia que a gente estava analisando, eu falei pra C1: “meu Deus do céu, não sei como é que vai ser...”. Porque tem conteúdo do sexto ano, habilidades desenvolvidas ali, que eles estão puxando do nono para o sexto... então ficou um negócio meio difícil do aluno digerir. Eu já acho o currículo meio confuso, embora eles falem que é espiral, que o aluno volta e vê todo aquele conteúdo de novo, tem conteúdo que é muito repetitivo do nosso currículo do estado de São Paulo, então eu acho que nisso vai ser bom, porque você vê que não tem repetição de habilidades e de conteúdo de um ano para o outro, é uma coisa sequencial mesmo.

### **3. E como é que esse documento está organizado?**

Ele está por série, por série não, por ciclo, sexto ano, sétimo ano, oitavo ano, nono ano, eu não vi ensino médio, que é biologia, eu não vi. Então aí você pega por série, pelo ano, e você vê lá as habilidades que vão ser desenvolvidas no primeiro bimestre, no segundo bimestre... como que é tudo isso daí. Então a partir disso daí, está organizado por série... por ano... que não é mais série, é ano, por ciclo.

### **4. Considerando as características desse documento, o que você imagina que poderá acontecer com a implantação, de fato, da BNCC?**

Primeiro uma dificuldade, eu acho. Eu acho que tanto do professor, quanto do aluno, porque o professor está naquela... eu ainda que voltei... então para mim, não é cansativo ainda, o currículo, porque faz pouco tempo. Embora na coordenação, a gente tinha contato com todas as áreas, mas na sala de aula é diferente. Então, eu acho que essa implantação vai ser um avanço, em determinados pontos, mas em determinados outros pontos vai ser um conflito grande, do professor porque ele vai ter que fazer toda sua prática, ver de outro jeito, não existe um livro único, um apoio, que você possa entregar na mão do aluno e falar “olha, você vai ter isso como apoio”, a BNCC ela misturou tudo, então você não consegue, hoje você ainda tem no sexto ano, você pega... porque o currículo... eu não sei se você tem acesso a esse material do currículo do estado de São Paulo, ele tem umas apostilas por série, por matéria, e não bate com o livro didático, o livro didático é federal. Então, a gente acaba tendo que fazer um jogo aí, fazer uns resumos, colocar muita coisa na lousa, perde-se muito tempo, porque você não tem algo visual ali para eles estarem seguindo, então é muito fraca a apostila em relação a conteúdo, ela não tem conteúdo nenhum, você tem que preparar o aluno. Falam-se assim “ah, o material do estado vem pronto! ”. Não vem pronto! Ele vem algumas atividades, alguns textos, e já está bem defasado. Então, eu acredito que alguns pontos vão ser bons, porque vai fazer todo mundo chacoalhar, e fazer realmente olhar com outro olhar para esse aluno. Vai ser uma adaptação tanto para o aluno quanto para nós que já estamos acostumadas desse jeito, principalmente quem está muito tempo já na educação na sala de aula.

#### **4.1. E o que é que muda com a chegada da Base na escola?**

Eu acho que tem que ter dentro da escola. Essas reuniões de ATPC, por exemplo, eu acho que elas devem ser direcionadas para estudo mesmo, para gente sentar com alguém, embora não tenha ninguém, sou eu e eu mesma, tem uma outra professora agora com umas aulas na escola, mas ela tem aula em outra escola, então geralmente quando tem reunião sou eu comigo mesma. Mas, por exemplo, eu tenho professores de português, dois, três, geografia, eu acho que é interessante a gente estudar. Teria que dar um tempo para a gente se ambientar com a BNCC, para depois implantar. O problema das políticas da educação é que elas são jogadas no seu colo e você tem que se virar, então muitas vezes essa coisa de você fazer emergencialmente não sai muito bem, de cara, depois você vai se aprimorando, porque você vai ter que buscar conteúdo em outros locais, você vai ter que pesquisar, graças à Deus que a gente tem internet que ajuda pra caramba. Mas eu acho que vai ser esse conflito, teria que ter momentos na escola para gente realmente sentar e estudar de verdade com os colegas, com o pessoal da área, para trocar informações. Vai ter muita mudança, pelo menos na minha área, isso que eu estou falando para você, eu não sei da dos outros. Por exemplo, estava conversando com a professora de Português, ela é muito pé no chão, e ela falou que da parte dela, ela gostou. Então, é muito particular de cada um.

#### **5. E o que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?**

Demorou bastante para ser elaborada. Foi aí a muitas mãos. Mas em que sentido da elaboração?

##### **Como se deu esse processo de elaboração...**

Teve toda parte pedagógica, toda a construção cognitiva, aí tiveram opinião dos professores, teve opinião da comunidade, tiveram várias reuniões na diretoria, mas sempre muito superficial, eu acho que não foi uma coisa muito aprofundada, agora quando veio o documento propriamente dito, é que eu acho que gente deveria ter um tempo maior, a gente olhou esse documento, faz um mês mais ou menos, a gente analisou numa ATPC, que dura uma hora e pouco, eu acho muito pouco tempo, e tinha que dar uma resposta daquilo que você queria, que você achava que era importante, que você queria e não estava justo, eu acho que isso deveria ter tido um tempo maior, pra gente analisar de verdade, não fazer de conta que tá analisando. Tem do sexto ao nono ano, não é uma coisa que você olha assim, teria que ter um tempo maior, porque a elaboração demorou anos para ficar pronta, não sei para você desde quando que está sendo falado, mas já faz uns dois, três anos que ela vem falando “aí a BNCC, a BNCC”, acho que foi pouco falado, foi pouco preparado, quando veio... “ ah, você vai dar opinião e tal, você vai...”. O ano passado mesmo, eles colocaram o currículo e que eles tinham os planos de fazer. A gente colocou as observações que a gente achou importante que deveria manter, aquilo que deveria incluir, e muita coisa do que a gente colocou, não tem nem pó. Então eu acho que sim, é muita gente envolvida e pouco tempo, porque eu acho que tinha que ter, que tinha que acontecer realmente, era um preparo, como eu já falei, não jogar, vamos preparar, vamos estudar, pegar no planejamento para começar bem. Você pega um

documento desse e já começa o ano com ele sem um preparo - porque estão falando que é 2019, já! - A gente já vai entrar de sola em um negócio que é novo, uma situação nova, essa situação da habilidade ainda é um bicho papão. Quando você fala “ah, eu vou desenvolver a habilidade do aluno...” você acha que determinada situação desenvolve uma habilidade, eu acho que desenvolve outra, o outro colega acha que é outra. Então, a visão é muito múltipla. Acho que deveria ter mais estudo, sermos mais preparados.

### **5.1. Foi realizada uma avaliação do sistema escolar?**

Foi. Foi aquilo que eu falei para você, foi mandando para as escolas, a gente teve acesso, e a gente entrava dentro de cada tópico. Se a gente concordava, se achava que estava dentro, eu acabei analisando algumas coisas do sexto ano, eu coloquei que eu achava que está muito além daquilo.

### **Foi considerada as desigualdades entre as escolas?**

Eu acho que não, eu acho que foi uma coisa só, mas alguns conteúdos foram nivelados por baixo, muita coisa está faltando, por exemplo, oitavo ano, que particularmente eu gostava mais de quando era antes, não sei se você vai lembrar da época da escola, oitavo ano a gente via sistemas, desde célula até o sistema nervoso, todos os sistemas, digestório, tudo... o currículo já quebrou isso, e a BNCC quebra mais, o aluno não vai ver isso nunca mais, quando ele chegar em biologia no ensino médio é outro conteúdo, então ele não vai mais ver, e uma coisa puxa a outra. Então eu acho assim... algumas coisas ele puxou demais, e outras ficou faltando. Então eu não acho que foi uma coisa que atingiu um global, e eu não sei se a escola vai ter... ou a diretoria, ou sei lá... vai poder adequar, eu não sei se vai poder adequar, eu acho que vai ter que seguir como currículo, a gente não pode fugir do currículo, a gente tem que seguir o currículo, embora às vezes a gente brigue com a coordenadora, coitada, que ela não tem culpa, também já fui, eu sei que a gente não tem culpa. Eles vêm com umas análises por bimestre hoje para a gente ver qual habilidade que aluno... e vem uma coisa pronta. Eu falo “não, não tem nada a ver isso que eles estão colocando, eu estou em outro momento”. Ainda, a gente tem essa possibilidade, que a diretoria tem essa... agora eu não sei quando for a BNCC, se a gente vai ter essa liberdade.

### **5.2. Foram diagnosticadas necessidade da formação do professorado?**

Não foi feito nenhuma análise, não foi feito um questionamento, um questionário se o professor queria... isso não foi feito, eu acho que precisa fazer. Uma escola particular por exemplo, ela vai no início do ano adotar, vai mudar a apostila, vai mudar como está organizado, ela vai fazer um preparo com seu professor. Não vai entrar assim, começar a trabalhar do nada. Não foi feito, mas eu acho que deveria fazer.

## **6. Como foi que a BNCC foi apresentada para essa escola?**

Foi através dos ATPC's mesmo, ela foi colocando, a outra coordenadora, antes da C1, que a C1 está esse ano, quando saiu toda a situação da BNCC ela veio, ela trouxe toda

aquela parte legal, a gente estudou em planejamento, mas não tinha fechado o que cada série iria desenvolver, era só aquela coisa assim “a comunidade necessita de tal coisa, o aluno necessita de tal coisa, o professor pede tal coisa”. Então, era mais opiniões, reflexões, do que as habilidades propriamente ditas, o que realmente fechou foi agora e o ano passado, que veio o documento para gente fazer ressalvas, aí a gente mandou, mas algumas ressalvas não foram atendidas.

### **Como foi que essas informações chegaram, como é que elas estão chegando para vocês?**

Tem o portal da educação que a gente acessa, tem uma plataforma que tem o documento, se você quiser acessar, olhar, tudo bonitinho com mais calma, e a escola sempre está colocando para a gente discutir, é que os espaços da escola são muito limitados, porque inclusive, a nossa escola particularmente teve uma mudança drástica esse ano, essa escola não tem quadra, então a educação física era feita em horário oposto, esse aluno tinha três dias na semana que ele saia uma aula mais cedo, e aí a supervisora invocou que tinha que ser no período, que o professor tinha que caminhar com o aluno até lá, voltar, mesmo que perdesse dez, quinze minutos da outra aula, não tem problema, entendeu? Então, houve uma mudança drástica, então muita coisa que aconteceu... acabou tendo que correr atrás de outras coisas, então mudou um pouco a situação da escola, esse ano está meio complicado. Então esses momentos que talvez fossem para estar discutindo mais, acabou tendo que discutir outra coisa, mas isso foi uma particularidade daqui.

### **7. E há algum tipo de orientação para implementação da BNCC?**

Por enquanto, não.

### **Nenhum tipo de orientação? Nem do MEC para a escola, da DE para a escola, da escola para os professores?**

Por enquanto só esse documento que veio para a gente analisar, se estava de acordo ou não. Aí não veio uma resposta se aquilo foi, como é que foi... por enquanto elas não retomaram ainda, se já foi feito uma estimativa... se teve mais positivos, negativos, quais as mudanças, por enquanto não tem nada. Porque também eles lançam de ontem para hoje. Um negócio meio à toque de caixa, mas por enquanto não.

### **8. E para implementação da BNCC, vai ter algum curso, alguma formação?**

Então, a gente não sabe

#### **8.1. Não tem nada previsto?**

Nada previsto, e a gente espera que sim. Porque é uma mudança grande. Embora a gente tenha noção do conteúdo que é dado em cada série, de repente a maneira como é colocada, não sei se vai ter um material, se vai ignorar todo esse material do estado...

**E qual formato você acha que esse curso, essa formação teria que ter?**

Primeiro presencial, eu acho que on-line nesse momento não, acho que futuramente, um aperfeiçoamento, uma coisa assim, acho que dá para ser a distância, mas agora eu acho que tem que ser presencial. O professor tem que ir, tem que discutir com os colegas, porque eu acho que quando a gente troca ideia com outra escola, com outro profissional, muda um pouco, abre a cabeça da gente, às vezes você fala “pô, eu não pensei em fazer assim”, o outro fala “não pensei que dava certo fazer desse jeito”. Que nem eu aqui, como eu falei para você, não tem com quem trocar, é eu e eu. A outra professora às vezes está num período e eu estou no outro, ela faz ATPC em outra escola, a gente quase não se encontra. Então quando você consegue reunir o povo da sua área, a diretoria esse ano fez duas reuniões assim, é importante porque você consegue conversar com os seus colegas, você consegue até se acalmar, você fala assim “meu problema também é o problema dele, a minha angústia também é a dele”, então acaba mudando a maneira de você enxergar, você fica mais tranquilo eu acho.

**9. Hoje há uma proposta curricular definida para o Estado de São Paulo. Com a chegada da BNCC haverá mudanças no currículo? Como fica isso?**

Eu acredito que vai ter que mudar, porque vindo do federal para o estadual, vai ter que mudar e se adaptar de novo, porque aí todo esse material que o estado desenvolveu...

**Por que de novo?**

Porque a nossa proposta ela é nova, ela não é antiga, ela tem uns sete, oito anos mais ou menos, então essa proposta que hoje se encontra, ela também foi jogada no colo do professor assim “ó, a partir de agora você vai ter que desenvolver o currículo dessa forma, e vai ser assim”, também não foi preparado. No início, o material, como a diretoria também não tinha esse acesso, essa convivência, era obrigado, você tinha que usar aquele material de fio à pavo. Aí eles foram analisando e foram vendo que esse material era muito pobre de conteúdo, não dá para trabalhar só com aquilo, o aluno fica perdido, ele começa a falar de umas coisas que se você não tiver uma base atrás... o professor que fala assim “ah não, tem o caderno do aluno e tem o caderno do professor, o caderno do professor você não precisa preparar aula”, mentira! Você tem que prepara sua aula, se você vir só com aquilo ali o aluno não entende nada. Então, por isso que eu falo, antes desses oito anos era aquele conteúdo da minha época, ainda lá atrás. De ciências era ar, água e solo no sexto ano; sétimo, seres vivos; sistemas, física e química no nono. Agora ele misturou tudo, por exemplo, o universo você vê no sexto, no sétimo e no oitavo, o aluno fica até enjoado, sistema ele quebrou, no nono ano que você precisa realmente preparar esse aluno para o vestibulinho, que eles têm vontade de fazer, do Cotil... você tem que dar uma parada naquilo que você está desenvolvendo e achar uma brecha para desenvolver o conteúdo que o Cotil exige, e não é o que o estado exige. Então o professor tem que se virar. Agora, se esse negócio for jogado de novo, vai ser outro conflito. Hoje,

o professor já tem conhecimento de cabo a rabo daquele caderninho do currículo, tem condição de discutir sobre isso, mas porque já tem uma vivência.

### **9.1. E quem é que vai de fato elaborar essa nova proposta curricular para escola?**

Não sei se isso vai vir pronto da secretaria de educação ou se cada escola vai ter essa liberdade de flexionar, ou diretorias. Não sei como que vai ser essa elaboração. A gente não tem essa informação ainda. Se vai ser uma coisa já imposta de cima pra baixo como foi o currículo do estado de São Paulo. Primeiro era uma proposta, estava escrito “proposta”, no outro ano já veio como currículo, então eu não sei se isso vai ser de cima pra baixo e se vai ter que cumprir ou se a diretoria vai ter uma flexibilidade de reunir as suas escolas e ver a sua necessidade, não sei.

### **9.2. Serão criados materiais e meios para a elaboração do currículo?**

A gente também não sabe. Eu acredito que sim, tem que ter alguma base porque como ele não tem um referencial em livros, você vai ter que... a gente tem um monte de livro, porque professor tem mania de livro, vê um livro e acha lindo, quer levar embora, não tem jeito. Ou a gente vai ter que realmente preparar tudo de novo, porque está tudo virado, e até uma adaptação, por exemplo, um conteúdo que eu via no nono, que eu estou vendo no sexto por exemplo, é um outro contexto, eu não posso chegar com aquilo lá e jogar no colo do aluno como se ele tivesse no nono, então eu vou ter que ter todo um cuidado. Então, se fosse coerente, se eles quisessem realmente que desse certo, eles tinham que ter um material bom e preparar o professor com esse material. Ele pode seguir outras coisas, eu acho que a gente tem que fazer coisas diferentes com o aluno, uma aula diferente, uma coisa para sair dali, mas eu acho que deveria ter sim um material para seguir, para a gente se orientar e orientar o aluno.

## **10. E será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo, a partir da implementação da BNCC?**

Quando foi o currículo do estado de São Paulo, o coordenador era muito cobrado. Se o professor estava trabalhando o material, se ele estava seguindo o currículo, até hoje isso. A gente tem o diário de classe, que a gente tem que registrar direitinho, se não a coordenadora olha todo bimestre, então a gente tem a certeza de que aquilo tem que ser cumprido. Então, acredito que vai ter sim. E a diretoria pega bastante no pé, também nesse sentido. A DEA vem, manda para o PCNP, que é a professora coordenadora do núcleo, acompanhar a coordenação e a coordenação acompanha as salas de aula, assiste a aula do professor, vê se ele está desenvolvendo o currículo, se está sendo realmente feito da maneira como é para fazer... a coordenadora tem que assistir a aula, dentro daquilo que ela consegue.

## **E qual é o papel do professor nesse contexto, nesse acompanhamento do processo educativo?**

Em que sentido você está falando?

## **No sentido mesmo de qual é a função do professor no contexto da BNCC**

Eu acho que o papel do professor é o principal. Se o ele não conseguir entender o contexto, ele vai passar algo, não por conta de incompetência, por conta de incoerência, você tem que ter coerência, você pode não concordar, mas você tem que seguir, é o seu patrão que está pedindo. Infelizmente é uma coisa que vem imposta. Mas eu acho que ele é a chave para dar certo, se o professor se empenhar, se ele realmente desenvolver e o aluno tiver realmente aberto a isso, daí dá certo.

## **11. Quais as vantagens e as desvantagens com a chegada da BNCC?**

Toda a mudança vai gerar um conflito, então eu acho que a desvantagem vai ser essa mudança bruta no que o professor está acostumado a fazer, que ele vai ter que refazer toda a vida dele, no sentido de preparo das aulas, tudo isso vai gerar um certo conflito, mas, e, ao mesmo tempo, muitas coisas que estão na BNCC são boas, são da realidade, então vai trazer um novo fôlego talvez, para a educação.

### **11.1. Qual é a importância da Base?**

É esse olhar para educação. A educação é a base de qualquer situação, em qualquer idade, em qualquer tempo, a educação é a base. Pensando na BNCC para fazer o aluno crescer, para fazer a escola ter mais valor, o professor... é positivo. Isso precisa dar certo, para dar certo precisa ter o preparo, senão não dá certo, dá só mais ou menos certo.

## **12. A BNCC ela se apresenta como um documento para elaboração do projeto pedagógico da escola, para elaboração desse projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre gestores e professores, pais e alunos?**

Eu acho. O projeto sempre. O projeto pedagógico é um documento muito importante dentro da escola. Quando os pais, quando a comunidade, quando reflete sobre alguma coisa é extremamente válido, porque tem ali realmente, muitas vezes, uma visão que eu tenho, você não tem, o outro tem, é essa troca. O pai, a família, a comunidade estando dentro da escola, participando ativamente, ela vê a escola com outros olhos também, ela valoriza mais o trabalho do professor, o trabalho da gestão. Então eu acho que a comunidade, o professor, a gestão, tem que trabalhar, tem que trabalhar junto sim, isso é muito positivo.

### **E nesse sentido, qual é o papel do professor?**

No sentido da proposta?

**É, da proposta do plano pedagógico, de compartilhar essas ideias...**



É, eu acho que ele tem que estar preparado, a proposta é algo que tem que ser estudado, colocado ali detalhes de tudo que vai ser desenvolvido durante o ano. O papel dele é realmente de conscientizar da importância de tudo aquilo. Muitas vezes a gestão é pedagógica, eu tenho um diretor que gosta da parte pedagógica e têm diretores que não gostam muito da parte pedagógica, parte mais para o administrativo, então o professor acaba sendo essa ponte para fazer com que todo mundo se envolva, eu acho que ele é o grande elo aí.

### **13. Quais as considerações gerais que você gostaria de deixar sobre a BNCC?**

Toda mudança é importante, a educação precisa de um “chacoalhão”, o aluno precisa de um “chacoalhão”, alguns professores precisam entender da real importância e valorizar aquilo que eles são dentro de sala de aula, da importância que tem tanto um professor de primeiro ao quinto, do que cuida do pequeno, nós do ensino fundamental, médio, professores da graduação, de pós, eu acho que tem que entender o valor e valorizar seu aluno também. Você não pode esquecer que tem esse lado da empatia também. Se você não tiver empatia, hoje você não dá aula. Então eu acho que a BNCC vai dar um chacoalhão em todo mundo. A gente, às vezes, está acomodado um pouco naquela situação cronológica, e ela vai dar um pouco desse ânimo, se ela for bem trabalhada, se o professor for preparado, e o aluno também conscientizado que a mudança é importante, que ele precisa disso também. Muitas vezes aquilo que está ali, determinado, são coisas muito do cotidiano dele, então isso também chama a atenção, no caso da minha área, eu não sei as outras.

### **Para finalizar, há alguma questão que você considera preocupante?**

Eu vou insistir nisso, se não preparar o professor não dá certo. Eu vou insistir, vou ser meio redundante, mas eu acho que a situação é essa “ah resolveu? Vai ser assim? Vai ser imposto? Vai ser todo mundo igual? Vai ser o Brasil inteiro igual? Então vai ser isso? ”. Então vamos lá, vamos preparar o professor para ele poder caminhar, e não impor para ele daquela forma. Ele vai se preparando, vai buscando material, ele vai chegar na sala sabendo o que ele tem que fazer, porque se de repente fizer um material maravilhoso, mas não der tempo de a gente estudar, você vai chegar e vai ficar meio perdido com aquilo na sua mão. Tem que preparar esse professor, tem que dar capacitações, tem que fazer ele trocar experiência, informação, e tirar as dúvidas que ele tenha com relação a isso, que independe do tempo que você está no magistério, as coisas mudam muito, a gente está aberto à mudança. O professor que não estiver aberto à mudança, ele está perdido, mas a gente precisa do preparo, eu acho que isso é importante.

## APÊNDICE M – ENTREVISTA COM PROFESSOR DE MATEMÁTICA MA1 DA ESCOLA E1

### Transcrição da entrevista da professora de Matemática MA1 da escola E1

**Legenda:**     **Negrito:** entrevistador.  
                  Normal: entrevistado.

#### **Primeiro eu queria que você se apresentasse e contasse um pouco da sua trajetória profissional.**

Eu me chamo MA1, sou formada em Matemática pela Universidade Federal de São Carlos, tenho pós-graduação, pela Universidade Federal Fluminense, em Novas Tecnologias para o Ensino da Matemática, já fiz diversos cursos de extensão, inclusive que o governo oferece pelas plataformas. Sou professora efetiva aqui na escola E1, e já faz dezesseis anos que eu estou lecionando matemática.

#### **1. Considerando que você está representando a escola, nesta entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a BNCC para esta unidade escolar?**

Eu pedi remoção para cá faz 2 anos. Eu acho que a Base Nacional vai direcionar os professores, foi discutido ao longo desses últimos anos toda essa proposta, os professores foram consultados diversas vezes, eu estive na plataforma, enviei várias questões daquilo que eu era contrária ou que era favorável, mas eu acho que a BNCC, no meu ponto de vista, vai direcionar os professores para trabalhar novas questões em sala de aula.

#### **2. E para você, professora, como você compreende a BNCC?**

Por exemplo, a gente não fica tão preso no currículo do estado de São Paulo, porque aqui, não sei se você sabe, é extremamente engessado, o currículo, e ele dá abertura para a gente trabalhar questões – claro que a gente tem que sempre procurar se basear no currículo – mas a gente pode diferenciar as aulas, pode explorar novas metodologias, novos conceitos, para a gente trabalhar o currículo do estado de São Paulo.

#### **3. Como este documento está organizado? Entenda “este documento” como a BNCC, como ele está organizado?**

Que eu me lembre, que eu entrei faz pouco tempo na plataforma, ele é organizado por disciplinas e também por Ensino Fundamental I, II e Médio.

#### **4. Considerando as características desse documento, como é que você imagina o que poderá acontecer a implantação, de fato, da BNCC?**

Eu acho que tem que vir de cima pra baixo, por exemplo, a gente teve vários cursos na DE, inclusive eu estive lá representando a escola com a dirigente, para a gente ser multiplicadora na escola. Eu penso que vem uma hierarquia de cima pra baixo e a gente

teve várias... por exemplo, a coordenadora deu tempo para a gente discutir, para a gente refletir, para a gente questionar a BNCC na íntegra. É que eu vim de remoção de outra escola, mas continua no mesmo critério, nesse caso.

#### **4.1. E o que muda com a chegada da BNCC?**

Eu fiquei muito contente, não é o caso dessa escola, mas em outra escola que eu estava a gente recebia alunos do Brasil inteiro, era mais periférica e aquilo, não sei se você sabe, tem safra, das usinas, cana-de-açúcar. E vinha muita gente de fora, por exemplo, quando você fala em BNCC, você quer em nível nacional trabalhar os mesmos conteúdos, claro que de forma diferente, mas vai ter um conteúdo fixo também para ser seguido, eu acho isso importantíssimo. Não é o caso da escola, porque os alunos aqui são fixos, vamos dizer assim, eles entram e saem bonitinhos, eu acho excelente.

#### **4.1 O que você pode falar dessa mudança que a BNCC vai fazer em relação as práticas educacionais, o contexto educacional de um modo geral?**

O professor tem que estar mais aberto à novas práticas em sala de aula. E precisa mudar o jeito de dar aula, a metodologia, até para atrair o aluno que, por exemplo, pode interagir mais na aula, pode se colocar. O professor dar mais abertura e a escola também, eu penso assim, não sei se me coloquei direito, se me expressei corretamente, de exatas é complicado.

#### **5. O que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?**

Foi excelente porque ela contou com a colaboração de todos os professores, todos puderam entrar na plataforma, colocar, por exemplo no meu caso, matemática, especificamente, quais seriam os conteúdos trabalhados ao longo do Ensino Fundamental II, que é o caso que eu dou aula. E eu achei muito bom que, por exemplo, na última vez que eu entrei tem um conteúdo que eu acho que era Produtos Notáveis, foi jogado, colocado agora para nono ano. Então eu achei que não, tem que ser trabalhado no oitavo ano, o aluno já tem maturidade para trabalhar com o abstrato. Eu já peguei, já mandei lá na plataforma, explicando certinho o porquê de ter que fazer uma nova reformulação, eu não sei se eles vão levar em consideração, mas eu conversei com outras pessoas de outras escolas que também mandaram essa mesma sugestão.

#### **5.1. Foi realizada uma avaliação de sistema escolar?**

Dentro das escolas você fala?

#### **Isso, se foram consideradas desigualdades entre as escolas, por exemplo...**

Eu não estou lembrada disso, eu acredito que sim, porque tem muita diferença sim. Eu vim de outra escola que era muito baixo o índice do Saresp, e vim nessa escola, eu acho que talvez na elaboração não, eu acho que na aplicação talvez haja diferença.

## **5.2. Foram diagnosticadas necessidades de formação do professorado?**

Ah, precisa! Inclusive na outra escola a gente tinha um professor da UFSCar que em todas as quartas-feiras ele vinha no ATPC, a gente trabalhava o currículo do estado de São Paulo, a gente tinha um tempo só nosso, dos professores de matemática, para a gente discutir o currículo e para a gente também associar com a BNCC, foi aberto isso em outra escola. É que faz quase dois anos que eu estou aqui. Aqui eu não sei se teve essa discussão, mas com certeza sim.

### **Você está falando que nessa formação que veio alguém da UFSCAR.**

Isso!

### **Na DE, nas escolas, os agentes educacionais participaram?**

Sim! Participaram, só que aí os professores multiplicadores foram enviados à DE. O coordenador escolheu por área, mas especificamente eu me lembro que foi um de português e matemática, a gente foi na DE, a gente teve essa formação, foi explanado tudo sobre a BNCC, inclusive a dirigente mesmo que estava lá pessoalmente.

## **6. Como a BNCC foi apresentada a esta Unidade Escolar?**

Essa aí eu não me lembro porque eu não estava aqui, eu vim de outra escola, mas lá faz muito tempo já que existe essa discussão, acho que uns três a quatro anos já.

### **Como as informações chegaram, como é que estão chegando para vocês professores?**

Através da coordenadora. Ela envia os e-mails e também trabalha isso na ATPC, a última vez que eu estive com ela na DE, a gente fez uma ATPC apenas sobre a BNCC, para passar as novidades para os professores.

## **7. E há algum tipo de orientação para a implementação da BNCC?**

Sim, a própria coordenadora tem feito isso, embora eu estivesse com ela como professora multiplicadora, eu fico mais com os professores de matemática, de vez em quando ela abre um espaço lá, mas ela faz no geral com todas as disciplinas.

### **7.1 E como foi que ocorreu, ou como ocorrerá, essa orientação?**

Na última vez, eu acho que faz uns trinta dias, ela levou a gente na sala de informática, a coordenadora. Foi separado por disciplina: ciências, português, história... a gente leu na íntegra a BNCC e ele deu abertura para os professores, um de cada disciplina, para elencar

aquilo que não considera correto, que poderia haver alguma alteração. Então, faz uns trinta dias, ela deu esse ATPC, foi especificamente sobre isso.

## **8. Até implementação da BNCC haverá algum tipo de curso, formação...?**

A formação já vem sendo dada na DE já faz um tempo, é que nem eu falei para você, faz uns três anos que a gente vem discutindo essa BNCC.

### **8.1. E tem alguma coisa em relação a isso que está previsto?**

Que eu saiba não. Tem apenas os cursos na plataforma do governo que ele oferece aos professores, mas não são especificamente da BNCC.

## **9. Hoje há uma proposta curricular definida para o estado de São Paulo.**

Isso, sim!

### **Com a chegada da BNCC, haverá mudança no currículo? Como é que fica isso?**

A gente está esperando que haja uma alteração no currículo, porque não tem casado assim com a BNCC, tem bastante divergência, a gente foi ver, eu da área, a professora de ciências disse que teve muita alteração. Então, eu acho que o governo vai ter que alterar alguma coisa para o ano que vem.

### **Que tipo de alteração você fala, divergências...?**

A apostila que a gente usa – a gente fala apostila, mas é caderno do aluno – está desde o ano de 2008, e até hoje ela não teve uma atualização, faz dez anos que é a mesma, posso garantir isso para você. A gente espera... vai trocar governador e tal... a gente esperava que houvesse uma atualização. E a gente espera que venha do governo. Não depende só da gente, por exemplo os Produtos Notáveis caíram tudo para o nono ano, mas como, se está tudo na apostila do oitavo? Então o governo vai ter que fazer essa alteração, entendeu? Matemática que eu me lembre, era só isso, mas se essa professora falou que estava de... tudo ao contrário.

### **9.1. E quem vai, de fato, elaborar nova proposta curricular para a escola?**

Eu creio que não é nem a DE. Acho que vem lá de São Paulo, da secretaria da educação. Com os órgãos competentes que fazem isso. Mas é como eu falei para você, está bem desatualizada a que a gente usa hoje.

### **9.2. Serão criados materiais e meios para elaboração do currículo?**

Se o professor poderia opinar no currículo, na elaboração desses cadernos?

**Se com a chegada da BNCC serão criados esses meios e materiais para elaborar o currículo?**

Eu acredito que sim, mas eu acho que o professor... não creio que seja consultado pelo governo. Porque quando foi aplicado esse caderno – e eu me lembro perfeitamente, eu estou na rede desde 2002 –, “olha gente, agora vai usar esse caderno, a proposta é essa, está aqui”, eu entrei várias vezes no “fale conosco”, mandando reclamação, mandando opinião, e até hoje não consegui retorno, não posso mentir para você, eu não sei se eles vão consultar.

**10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implementação da BNCC?**

Eu acredito que quem vai acompanhar a aplicação seja a coordenadora da escola, ela é muito atuante, ela é formada em matemática também, a C1, então ela dá bastante respaldo para os professores, ela está sempre ali com a gente, ela participa de todos os cursos da DE.

**E qual é o papel do professor nesse contexto da BNCC?**

Acho que é o papel final, de aplicar a BNCC, trazendo todos essas atualizações, modo diferente de trabalhar o currículo. Eu acho que o professor tem que está muito antenado hoje em dia, para dar conta de tantas mudanças.

**11. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada da BNCC?**

Eu acho que vejo apenas vantagens de você ramificar o currículo e relacioná-lo. Eu acho isso importantíssimo, acho que já deveria ter sido feito há muito tempo. Sinceramente, eu não vejo desvantagem.

**11.1. E qual é a importância da BNCC?**

Seria homogeneizar os conteúdos, todos serem trabalhados a nível nacional, eu acho isso importante. Eu já cheguei a ver pesquisas de que o Nordeste não cumpre esse currículo, lugares que é mais forte, mais fraco. Já peguei alunos que vieram do Nordeste, muitos que os pais faziam safra, e a hora que chega aqui em São Paulo, precisa ver como que eles estavam defasados. Isso eu vi na prática no dia-a-dia, muitos, muitos mesmo! E eu acho que vai ajudar muito aos alunos, tenho certeza disso.

**12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola...**

Sim!

**...para a elaboração desse projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos?**

Ah sim, esse projeto pedagógico da escola, ele é feito com a presença da gestão, dos pais, dos alunos, dos professores. É um processo bem democrático. De todas as escolas que eu participei, todos tem voz ativa, todos podem se colocar.

**E nesse sentido, qual é o papel do professor?**

Você fala no projeto pedagógico?

**Isso, e nesse compartilhamento...**

Eu acredito que o professor vai aplicar essa BNCC, no meu ponto de vista. A direção dá muito ouvido ao que o professor coloca, questão de conteúdos, metodologias, sempre leva muito em consideração aquilo que o professor geralmente faz no início do ano nesse projeto pedagógico, no planejamento feito no começo do ano.

**13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?**

Eu estou muito feliz da aplicação da BNCC, por conta do currículo do estado de São Paulo, o governo vai ser obrigado, vai ter que rever toda essa proposta que ele colocou para a gente e que já faz dez anos, até hoje não foi atualizada. Então, vai forçar o governo a rever esses materiais pedagógicos. Por isso eu estou muito contente. A gente espera, faz muito tempo, por atualizações.

**13.1. E alguma questão que você considera preocupante?**

Na BNCC? Não, eu acredito que não. Eu acho que eles deram abertura para todos, para se expor, se colocar, questionar... faz bastante tempo, acho que uns quatro anos, mas está tudo tranquilo.

APÊNDICE N – ENTREVISTA COM PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA  
LP1 DA ESCOLA E1

**Transcrição da entrevista da professora de Língua Portuguesa LP1 da escola E1**

**Legenda:**     **Negrito:** entrevistador.  
                  Normal: entrevistado.

**Primeiro eu queria que você se apresentasse e contasse um pouco da sua trajetória profissional.**

Eu sou a LP1, sou formada em Letras na Faculdade Euclides da Cunha, em São José do Rio Pardo, eu moro em Santa Cruz das Palmeiras, viajo 75 km para vir, mais 75 km para ir embora, todos os dias. Têm dias que eu saio de casa as 5:30 da manhã e chego em casa mais ou menos umas 8:00 da noite. O dia todo ministro aula aqui na E1 e em outra escola da rede.

**1. Nossa pesquisa é sobre a BNCC. Considerando que você está representando a escola, nesta entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a BNCC para esta unidade escolar?**

Foi como nas outras escolas em que eu trabalhei, é o essencial. É o que todos pedem e o que nós trabalhamos mesmo.

**2. E, para você, professora, como você compreende a BNCC?**

Eu acho interessante, seria bom se funcionasse de verdade, porque não é a mesma coisa que se vê. Minha filha estuda na Etec, está com dezesseis anos, está no ensino médio e há matérias que ela estuda que as turmas do ensino médio da escola pública nunca viram.

**3. Como este documento... o documento que eu falo é a BNCC, a Base Nacional Comum Curricular, como é que ele está organizado?**

Então, é pelo material que vem do Estado.

**3.1 E como é que esta essa estrutura, sua organização, para os diferentes segmentos da educação?**

Como eu te explico isso?

**Você teve contato com a BNCC?**

Não.

**4. Considerando as características desse documento, o que você imagina o que poderá acontecer a implantação, de fato, da BNCC?**



Eu acho que ficaria perfeito, ia ser como no comercial mesmo.

#### **4.1 O que é que muda com a chegada da BNCC?**

Queria mesmo que fosse a outra, a outra de Português, falei para ela [a coordenadora] que eu não estava pronta.

#### **5. O que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?**

Se foi o mesmo que passaram para a gente, que eles mandaram e que nós fizemos na ATPC, está perfeita. A matéria por sala para a faixa etária deles, seria interessante se eles mandassem tanto a apostila e os livros que coincidissem. Tem disciplina, igual a geografia, que o livro é totalmente incoerente com o que vem no caderno do aluno.

##### **5.1. Você sabe se foi realizada uma avaliação de sistema escolar?**

Não é o Saresp que eles fazem?

##### **5.2 E foram diagnosticadas necessidades de formação do professorado?**

Eu acho que não.

#### **6. Como a BNCC foi apresentada a esta unidade escolar?**

Foi na ATPC. E daí mostrou na base do Currículo Mais.

##### **O que é esse Currículo Mais?**

É uma... como é que eu falo? ...vem do estado mesmo, como se fosse um site, vem explicando passo a passo, tem várias matérias, vários programas para trabalhar com os alunos, algo bem didático mesmo, para eles saírem da “casinha”, para não ficarem só na lousa, giz e livro.

#### **7 E há algum tipo de orientação de como será essa implementação da BNCC?**

Não houve nada.

#### **8. E para a implementação da BNCC haverá algum tipo de curso, formação...?**

Eu acredito que sim.

##### **Você sabe se há alguma coisa prevista para isso?**

Marcado, ainda não.

#### **9. Hoje nós sabemos que há uma proposta curricular definida para o estado de São Paulo. Com a chegada da BNCC, haverá mudança no currículo? Como é que fica isso?**

Algumas coisas, algumas coisas que vão acrescentar.

### **O que por exemplo você acha que vai mudar?**

Vai acrescentar, né? Eles tinham que mexer também nas estruturas das escolas, para poder implementar a base.

### **Na estrutura da escola..., mas em que sentido?**

Assim em material mesmo porque tem escolas – aqui não –, mas eu já trabalhei em escolas que as apostilas que enviam não são o suficiente, as avaliações que mandam, as diagnósticas, não são suficientes. Eles pedem para ministrarmos aulas mais dinâmicas, fora da sala de aula, mas a escola não está preparada, não tem material básico. Então, para implementar a Base eles vão ter que mudar e preparar as escolas para receber isso.

### **9.1. E quem vai, de fato, elaborar nova proposta curricular para a escola?**

Quem que vai fazer isso? Eu não sei.

### **9.2. Serão criados materiais e meios para elaboração do currículo?**

É exatamente isso que eu falei, que precisava mexer na estrutura para entregar esses materiais, esses meios, porque nós não temos nada para trabalhar diferente com eles.

## **10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implementação da BNCC?**

Eu creio que sim. Agora, que tipo de processo que eles vão fazer eu não sei.

### **E nesse sentido, qual é o papel do professor?**

Eu acho que o professor vai ter que ser preparado para isso.

## **11. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada da BNCC?**

A vantagem é que vão estar todos com o currículo igual. A desvantagem, vão ser as escolas que não têm estruturas corretas para isso, porque têm escolas que ganham verbas a mais, outras menos, e essas com verbas menores não vão conseguir se adaptar.

### **11.1. Qual é a importância da BNCC?**

Foi o que eu falei, vai estar todo mundo preparado igual, vão estar todos no mesmo nível para concorrer a uma faculdade, concurso. Não vai haver aquela coisa “eu estudo em escola particular tenho mais vantagens”.

## **12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola. Para a elaboração desse projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos?**

Eu creio que sim, eu acho que na educação trabalha todo mundo junto. Na escola, o diretor, os professores, os pais, todos tem um papel fundamental para isso.

**E qual é o papel do professor, nesse sentido, nesse compartilhar?**

É mostrar o caminho das pedras para eles, eu acho.

**13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?**

Eu acho que vai ser um projeto muito interessante, vai funcionar bem, se todo mundo estiver preparado para receber.

**13.1. Há alguma questão que você considera preocupante?**

É só mesmo o fato das escolas não estarem preparadas, sem estruturas prontinhas para recebe-las, mas isso é algo bem maior do que nós, tem que vir lá do Ministério da Educação, porque não é só aqui, a situação...não somos só nós...como.... Ser igual para todos. Imagina aquelas escolas de pau a pique que estão no meio do mato, como chegará isso a eles? Aquelas escolas que nós vemos nas reportagens, elas não têm lousa, não tem banheiros, não tem o que comer, tem que levar água de casa, como vai ser aplicado isso para eles? É isso.

## APÊNDICE O – ENTREVISTA COM COORDENADOR DA ESCOLA E2

**Transcrição da entrevista com o coordenador C2 da escola E2**

**Legenda:**     **Negrito:** entrevistador.

Normal: entrevistado.

**Para iniciar eu queria que você fizesse uma caracterização sua, falasse da sua formação e da sua trajetória profissional.**

Eu sou, por formação, hoje ela chama Uniararas, mas é da década de 80, tenho o “DNA”- Data de Nascimento Avançada – então me formei, eu sou da 8ª turma da Uniararas, não fiz nenhuma pós-graduação. Fiz alguns estágios na USP, tentando alguma coisa dentro da oceanografia, dentro da biologia, mas não consegui, quando eu vi que não ia dar nada, que eu fiz alguns exames até para o mestrado, falei “tenho que ganhar a vida”, aí me casei e vim morar aqui em CA, passei no concurso de professor do estado e aí fiquei. Se acomodou ou não, eu não sei, mas é que eu gosto do que eu faço.

**Você ficou muito tempo como professor?**

Como professor, oficialmente falando, desde 86, então são 22 anos. Só que antes eu já dava aula, como eu fui intercambista de Rotary, eu morei um ano fora, então eu aprendi bem a língua inglesa, e aí de 80 até 85 eu dei aula de inglês em cursos particulares, Fisk, Pink and Blue, aquelas coisas todas. Se eu contar todo esse tempo, e eu conto, porque é magistério, são 38 anos, 23 só aqui na escola E2. Eu me efetivei aqui pertinho da escola, no Padovani que é um bairro próximo, e de lá em 96 eu vim para cá e aqui fiquei. E agora em dezembro completa 2 anos que eu estou na coordenação, mas em dezembro eu aposento.

**1. Considerando que você está representando a gestão da escola nessa entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a Base Nacional Curricular Comum para essa unidade escolar.**

Com todo esse tempo de magistério, eu tenho uma visão crítica e segundo um cara famoso aí que dá palestra, é conhecido no Brasil e tem um parente aqui que é política na cidade, eu sou professor velho, porque eu já passei por muita experiência, muita mudança e nenhuma delas mudou de fato, nenhuma delas trouxe benefícios para a educação. Com 38 anos dá para sentir isso, não dá? Então, a BNCC... a proposta é boa? A proposta é boa! Mas a gente sente que é muito político a coisa e, com aquela história de querer que vai aumentar a hora-aula, aquela coisa toda, eu não sinto aquilo como... sabe quando alguém fala de alguma mudança em qualquer setor? “Nossa, essa daí vai ser legal, essa vai vingar”, na educação... [fazendo sinal de negação] e começa pelo seguinte Rodrigo, se eu pensar no estado de São Paulo, eu peguei desde o começo, 1994, a progressão continuada, em linhas gerais, se você for conversar com os especialistas, eles não vão dizer em linhas gerais que a progressão continuada é o aluno frequentar a escola e ele está aprovado, aprendendo ou não. Aí você tem que pegar alguns jornalistas que pusessem mão e os

caras da Folha, também conhecidos, mas que ficam em uma sala climatizada e não sabem a realidade, aí quando o aluno não sabe fazer dois mais dois, quando ele não faz uma redação adequada, decente, com vocabulário e outras coisas dentro da educação, aí a escola é que não presta... então dentro de São Paulo, você tendo a progressão continuada, como é que você vai aplicar essa BNCC? Então fica difícil. Eu sou meio cético, sabe São Tomé que só acredita vendo? Eu estou por aí, me perdoe a sinceridade, o lado “velho” como diz aquele sociólogo, não vou nem falar o nome que me dá urticária.

## **2. E você enquanto coordenador da escola, como é que você compreende a BNCC?**

Dentro da BNCC, nós temos agora, tentando implantar no estado de São Paulo a versão paulista, do currículo paulista, teve a versão zero, estamos na versão um, que é uma adaptação da BNCC para São Paulo. Na versão zero, da qual participei na DEA, houve a possibilidade de você junto com os professores da escola analisarem as habilidades, as competências e sugerir mudanças, mas de novo, com tudo que eu já vi, é aquela oportunidade de abrir a possibilidade do professor fazer alguma mudança, sugerir alguma coisa nova, mas só para dizer que fez, porque na minha visão, BNCC é a mesma coisa, já está tudo feito. Sem experiência, e o que você quer falar de experiência E2? É experiência na sala de aula, não é experiência no ministério em Brasília e nem na secretaria em São Paulo, o que eles não têm. Vem comigo aqui em uma sala de aula, manhã ou tarde, com o nível de aluno que eu tenho hoje, para saber se ele está interessado em habilidade, competência... sabe, então é complicado, é muito difícil a coisa. Então só para concluir a questão da versão paulista, do currículo paulista, foi a mesma coisa, já está pronto Rodrigo, sabe o que me cheira? Desculpa o termo, quando estiver lá para frente, “mas nós demos oportunidade para vocês professores, vocês é que não participaram”. Já está feita a coisa. Mas enfim, eu quero estar redondamente enganado, eu quero que um dia você fale assim “olha, aquele professor que eu entrevistei lá na E2, coitadinho, ele estava redondamente enganado”. Mas o que eu estou vivendo, eu não estou vendo diferente, me perdoe, não estou vendo uma “luz no fim do túnel”. Difícil.

## **3. E como é que esse documento está estruturado? Como ele está organizado?**

Então, é o que eu falei, na teoria está muito bonito. Tem as competências, as habilidades, todas muito bem elaboradas, eu não vou ser hipócrita a ponto de dizer que fizeram de qualquer jeito, está muito bem estruturado, cada disciplina, ensino fundamental, ensino médio, na BNCC no caso especificamente do ensino médio. Mas o currículo paulista inclui tudo, médio e fundamental. Então está muito bem estruturado, eu não vou dizer que não. Só que o que eu sinto como professor e agora como coordenador, é uma coisa em que a secretaria do estado de São Paulo, as escolas, não falo só a E2, as escolas no estado de São Paulo em uma distância muito grande, quem gerencia está numa realidade e nós estamos em outra. E você pode até dizer assim “Ah, mas é porque o salário está baixo”, está baixo, é um dos problemas, mas você vai falar para mim “É só isso professor?” Não, tem que ter uma mudança estrutural radical, não é só no conteúdo, se você andar pela escola, a parte física inclusive, sucateada. Para a gente conseguir uma reforma de cozinha, por exemplo, foi suado. Eu entendo que lógico, a parte pedagógica é extremamente importante, mas não é só isso. Perpassa por salário, perpassa por condições de trabalho, material de trabalho, se você professor precisa de uma prova, vai dirigir uma prova, vai imprimir, não tem papel, não tem toner, como é que eu vou trabalhar com qualidade, fala

para mim? É ser velho Rodrigo? Isso tudo está nesse bojo. Então a estrutura está boa? Está. De novo não vou ser hipócrita a ponto de dizer que não? Mas está muito distante da nossa realidade, teria que acompanhar tudo isso, outras coisas, muitas coisas.

#### **4. Considerando as características desse documento, o que você imagina que poderá acontecer com a implementação, de fato, da BNCC?**

Na prática, como aconteceu no currículo paulista há tempos atrás quando ele foi implantado, isso que a gente chama de apostila, o currículo paulista no começo teve problema, foi se adaptando até chegar naquilo que chama “caderno do aluno” e o “caderno do professor”, uma coisa complementando a outra. No início muitas divergências, aí no finalzinho a coisa acontecendo de uma forma mais harmoniosa, eu imagino que como todo início, a BNCC não vai ser diferente, até porque qual é a ideia? Base nacional, em dimensões continentais. Então o que você fala no seu estado da Bahia, com todo respeito, é diferente do Rio Grande do Sul, eu entendo que você possa e deva ter para nortear um currículo base, matemática, português, e tudo mais, mas tem que ter algumas adaptações regionais, eu não vejo isso.

##### **4.1. O que é que muda com a chegada da BNCC?**

Para nós do estado de São Paulo acho que não muda muita coisa, porque a gente já tem um caminho que tem percorrido desde de... há tempo que esse novo currículo foi implantado, com essas apostilas e tudo mais, com habilidades e competências, como a BNCC também prega. Eu acredito que vai ser nesse sentido, vai ser um negócio não muito diferente. Mas me lembrando agora da “versão um” do currículo paulista, segundo informações nós não vamos ter material, então BNCC... início vai ter material, a nível nacional... aí já vou entrar com outras visões minhas também, no caso do estado de São Paulo você tinha a apostila do aluno e você tem o livro didático, interesses financeiros, editoras que se fundiram e estão “vendendo peixe” para o governo federal, e São Paulo tinha o material dele, aí a gente recebe pelo governo federal o livro didático, será que vai haver o casamento entre BNCC e os livros didáticos? Não acontecia isso com as nossas apostilas. Por exemplo, você pegava um conteúdo de qualquer matéria, vou falar da minha matéria, ciências, sexto ano, você ia pegar livro para complementar aquele conteúdo, você pegava livro de oitavo ano, aí o aluno fica, “mas professor, você pegou o livro errado!” Não, você tem que ver o conteúdo, mas o aluno... fica difícil dele entender. Então são situações que eu fico meio... não cético, mas eu fico com medo de certas coisas. De novo, Brasil, Amazonas, Rio Grande do Sul, Bahia, Acre, pontos, muito distantes, muito difícil. Então eu acho que vai ter dificuldades, talvez pelo próprio começo de tudo, mas haverá muita dificuldade sim.

##### **5. E o que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?**

Do mesmo jeito que está bem estruturado o trabalho. São pessoas sérias, então quem fez tem gabarito para isso, muito mais do que eu. Só que a minha visão é do que? Daquele que está recebendo o material, eu estou me vendo na prática. Eu penso que esse pessoal que está trabalhando, que praticamente está concluído o material todo que vai ser jogado para a gente, jogado não, nós vamos começar a trabalhar com ele, foi bem pensado, foi

bem estruturado, mas como eu disse em relação à nossa secretaria: uma certa distância. Por exemplo, você se candidata para alguma coisa, você quer representar aquela cidade, aquela comunidade, mas você não sabe de nada ou sabe muito pouco, então é mais ou menos isso, o que existe é muito bem feito, muito bem estruturado, mas distante da nossa realidade.

### **E como foi que se deu esse processo da elaboração desse documento?**

Eu vou dizer do que eu ouvi, aquela que era secretária do estado de São Paulo na educação foi para o ministério em Brasília, ministério da educação, e levou essa ideia para lá. O que estava acontecendo aqui foi pensado em termos nacionais, em termos de Brasília, para sair essa base. Agora tem que haver muita mudança, muita adaptação e eu não tenho conhecimento profundo. Para o ano que vem, como vai ser? Como eu falei, nós não vamos ter a coisa física, aqui até hoje eu tenho a apostila, eu tenho o livro didático, como vai ser isso? Isso não está claro. Então 2019 está meio assim, areia movediça, você não sabe aonde vai pisar com segurança.

#### **5.1. Foi realizado alguma avaliação do sistema escolar?**

Por parte do ministério? Ou do estado?

##### **Por parte ou do ministério ou da secretaria...**

Então, se houve... quer dizer, eu vou dizer também do que eu vi em televisão, mas até aí é matéria paga, eu vou pensar no meu aluno aqui... “nossa, eu quero ser professor...” Hum? Será? Se houve essa avaliação, não foi real. Como muito do nosso período recente das pesquisas eleitorais, houve-se muita coisa que foi comprada, essa pesquisa, aquela pesquisa. Conhecendo o meu aluno de terceiro ano por exemplo, que está saindo do terceiro ano do ensino médio, que está indo para a universidade, ele falar que quer ser professor!? Você já esteve em uma universidade, os cursos de licenciatura estão fechando, a própria USP, eu vi isso na televisão eu lembro perfeitamente que me chama a atenção “eu quero ser professora!” Então não sei que pesquisa foi feita nesse sentido.

#### **Foram consideradas as desigualdades entre as escolas?**

Não sei, e não acredito. Porque como eu disse das diferenças regionais. Vamos fazer de CA por exemplo, todas as escolas são iguais? Não. Uma cidade relativamente pequena, mas com realidades diferentes. Zona leste, sem qualquer preconceito, mas é diferente daqui da zona sul. E2 e a escola X, duas escolas que têm ensino médio e fundamental, sem qualquer preconceito, são regiões diferentes, com populações diferentes, não haverá diferença no ensino das escolas? Sim. O que dizer de cidades e de estados? Então eu não sei se houve essa preocupação.

#### **5.2. Foram diagnosticadas necessidades de formação do professorado?**

Eu acredito que sim, mas pelo que ouço e o que estou vivenciando até como coordenador, eu não tenho visto nada assim no sentido até de treinar, ou de preparar, ou de reciclar, não sei também qual seria o termo. Porque infelizmente você que ainda está no processo de formação, mesmo que mestrado, você vê que a universidade de modo geral, as faculdades estão com o nível muito baixo. Pensa comigo Rodrigo, 1994, São Paulo, progressão continuada, de lá para cá o que que foi acontecendo com o alunado? É uma curva decretiginosa, onde vai resvalar isso? Na universidade. E a formação do profissional? E

a formação do meu caso, professor, como é que fica, não vai estar afetada? Com certeza. Então é complicado.

## **6. Como a BNCC foi apresentada para esta unidade escolar?**

A gente teve orientações técnicas, OTE's como se fala na diretoria de ensino, duas ou três no ano passado e tudo que eu recebia lá eu passava aqui para os meus professores em ATPC, nas reuniões semanais, o mesmo material eu passava na íntegra e do mesmo jeito, agora todos são receptivos? A maioria não é. Então, essa minha opinião de forma geral é dos professores, vou dizer da minha escola, não quero dizer de outras para não me comprometer.

### **O que são essas OTE's?**

OTE's são orientações técnicas que os professores coordenadores da diretoria de ensino recebem informações ou da secretaria, no caso do ministério, passa essas informações para o professor coordenador, no meu caso, e o professor coordenador multiplica para os professores na escola.

### **E como era que acontecia esse tipo de orientação?**

As pessoas que estudam, os coordenadores de diretoria de ensino que são chamados PCNP, Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico, ligados à diretoria, eles estudam, eles recebem o material e montam lá o *Power point*, vídeos e tudo mais, muitas vezes até recebidos do ministério, com certeza, e treinam a gente. Para eles também é novidade, não é só para nós, a gente tem que ir digerindo e, agora sendo colocado em prática, vamos ver como vai ser.

### **Essas informações ainda estão chegando?**

Não, não houve mais, a gente está sempre ouvindo falar de BNCC, cobranças e tudo, mas orientações... se não me engano, a última que eu tive quando aconteceu foi no começo do ano, depois disso nós tivemos muitas coisas acontecendo, mas não se falou mais em BNCC, até porque teve um problema com uma disciplina que não tinha sido bem elaborada, tinham alguns problemas de adaptação, depois é que foi realmente finalizado, foi decretada a coisa.

## **7. Há algum tipo de orientação para a implementação da BNCC?**

Para a implementação ainda não, mas estamos trabalhando na versão paulista, “versão um” do currículo paulista que é em cima da BNCC, então a gente está tendo essa orientação. Específica atualmente de BNCC, não.

## **8. E para implementação da BNCC, terá algum curso, alguma formação?**

Eu acredito que sim, através dessas orientações que o coordenador recebe e, como eu disse, a multiplicação deles para os professores em cada escola.

### **8.1. E tem alguma coisa que já está prevista para isso?**



Não.

## **9. Hoje há uma proposta curricular definida para o Estado de São Paulo...**

Sim!

### **...com a chegada da BNCC haverá mudanças nesse currículo? Como fica isso?**

O que eu percebo é que virá mais adaptações, como eu falei, se você tem um estado, não sei dizer qual em particular, que não tem um sistema como a gente tem aqui, estruturado em competências, habilidades e tudo mais, para esse não vai ser mais problema, para o estado de São Paulo em si, nós já estamos acostumados, nós já tivemos essa prática, se não me falha a memória, se eu tiver errado me perdoe, 2007, 2008 que a gente começou a trabalhar com isso, então nós já temos mais ou menos essa prática, nós teremos simplesmente que nos adaptarmos à algumas coisas, mas o jeito de trabalhar a gente já sabe em São Paulo, a gente já tem corpo. Não que ninguém vá ter essa condição, não é isso, mas a gente já está acostumado com esse tipo de rotina.

### **9.1. Quem é que vai de fato elaborar uma proposta curricular para a escola?**

Na verdade, não é só para a escola, a gente vai estar trabalhando com aquilo que é proposto para o estado. A princípio, para o ano que vem o que nós vamos estar fazendo é segundo o que nós tivemos orientação na semana passada. Os professores em cima das habilidades propostas, então nós vamos estar montando material para o ano que vem enquanto não chega, vamos chamar como se fosse São Paulo, uma apostila para o aluno, dizem que em 2020 isso vai acontecer, 2019 nessa implantação do currículo paulista que, como eu disse, é uma extensão da BNCC, vai ser nesse esquema. Então com aquilo que a gente está tendo de orientação da diretoria de ensino, cada diretoria faz o seu trabalho, são 91 diretorias no estado de São Paulo, mas todas trabalhando, digamos, com a mesma linha de pensamento da secretaria.

### **9.2. Serão criados materiais e meios para a elaboração do currículo?**

Sim.

### **Qual tipo de material por exemplo a gente poderia imaginar?**

Olha, não podemos descartar o livro didático. O didático que já vem, que o governo nos manda de três em três anos, do ensino fundamental em um ano, no ano seguinte o médio, então a gente faz a escolha, nós já estamos com livros novos do ensino médio esse ano, no ano passado chegaram o do ensino fundamental. Então, temos esse material e obviamente a gente tem também as apostilas, esse material do currículo paulista, em cima disso, eu acredito, que a gente vai trabalhar, porque não foi falado detalhadamente de como vai ser. Por exemplo, eu vou pegar um livro, eu vou montar o material. Então, está assim meio em transição, vamos dizer assim, nesse preparo ainda. Eu, particularmente, não recebi integralmente as orientações.

## **10. E será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implementação da BNCC?**

Eu acredito que sim, como aconteceu com o nosso currículo, a secretaria estadual da educação, através das diretorias de ensino, com certeza vai estar orientando e dando todo suporte, dando todo o amparo necessário para essa implementação, com certeza deverá ser nesse mesmo esquema.

### **Qual o papel da gestão da escola nesse contexto?**

Na verdade, quando existe lei a gente tem que cumprir. Escola pública a gente tem que trabalhar conforme o que o governo determina, então nós vamos simplesmente acatar, não tem como “ah, não gostei, não quero!”, não existe isso. Então, o que é proposto pela secretaria em comum acordo com o ministério da educação, no caso da BNCC e a versão paulista, a gente vai estar trabalhando em cima disso. Eu particularmente, nas minhas aulas de ciências tenho minha crítica com o próprio material de São Paulo, mas até aí trabalhei com ele, e na medida do possível como a gente tem livro didático, outras coisas, a gente foi enxergando coisas para que a aula fique mais produtiva.

## **11. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada da BNCC?**

Bom, com relação a... vou falar da experiência que eu tenho em relação ao estado de São Paulo, anterior a essa proposta que trabalhamos até hoje e com ela. Antes da proposta que a gente trabalha até hoje, como funcionava? Você mora em Pindamonhangaba, eu moro em CA, o outro vem lá de Presidente Prudente, regiões distintas de São Paulo, cada uma fazia de um jeito. O currículo, como ele é chamado, unificou. Então, no sexto ano, todos vão trabalhar o mesmo conteúdo: português, matemática, ciências, história... e a BNCC tem o mesmo princípio, ele vai dar um norte, você vai trabalhar com aquele esqueleto, nesse sentido é muito bom. Agora, como tudo na vida, e na educação não é diferente, você tem profissionais e profissionais, você tem gestores e gestores, você tem dirigentes de ensino e dirigentes de ensino, isso é pessoal, e não é do sistema, não é da BNCC, não é do currículo paulista. Então, “como vai ser isso” também é uma interrogação, mas nesse sentido a gente vai trabalhar de acordo com o que for proposto, agora se houver a maleabilidade como aconteceu de uns tempos para cá em relação ao estado de São Paulo, a gente tem que cumprir aquela linha mestra, mas a gente pode não trabalhar só com aquilo que exigiram no início, “tem que ser aquilo, tem que ser aquilo! E não pode sair daqui.” Não é assim! Principalmente se você está iniciando um trabalho! Quem me garante que essa BNCC é a solução para o problema? Se houver problemas, eu acredito ou espero que as pessoas sejam humildes o suficiente para reconhecer. “Rodrigo, você errou, equivocou, vamos corrigir?”. Vamos adaptar, fazer de acordo com a realidade, vamos mudar essa possibilidade. Se não, fica difícil.

### **O que é que você colocaria como desvantagem?**

Desvantagem... se ficar simplesmente preso à proposta pedagógica em si, se não acompanhar nada mais e, de novo, não quero falar de salário, você pode chegar para mim e falar assim “Márcio França está terminando, vai entrar João Dória e eles vão dar 100% de aumento”, ótimo! Eu vou ter um salário melhor, mas as condições de trabalho do mesmo jeito? Se ficar só na parte da teoria e não tiver a prática de modo geral, porque

uma escola não é só sala de aula, não é só professor dando aula, você concorda comigo? Tem todo um contexto, se eu ficar só na parte pedagógica... hoje em dia, algumas cidades, inclusive as grandes cidades, aqui nem tanto, mas tem escolas que você não tem nenhuma opção, a região em que ela está inserida não tem nem opção social, nada é cultural, nada é de esporte e, às vezes, isso se resume a que? A escola. Então vou me preocupar só com a habilidade de ciências, habilidade de matemática, a prática de tudo isso e não sei de mais nada? Fica difícil. Por isso que eu digo, nesse sentido, se não se preocupar com isso é uma grande desvantagem.

### **11.1. Qual é a importância da BNCC?**

Se é do jeito que eu estou falando, pensando no todo de uma escola, uma escola não é só a parte pedagógica, se pensar no todo ela vai ser ótima, eu tiro o meu chapéu. Mas estou vendo de forma meio... com o pé atrás, porque todo novo cria uma certa resistência nas pessoas. Nós estamos mais ou menos assim também, eu acho que é humano, não é nem querer ser contra, “ah, o que é novo eu não quero saber”, não, é coisa do ser humano mesmo. Você vai mudar de emprego, você vai mudar de casa, você vai mudar de cidade, você vai com aquela coisa, você vai com um friozinho na barriga, então é mais ou menos essa a nossa postura.

## **12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola...**

Certo!

**...para a elaboração deste projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos?**

Sim, por isso que eu falo de realidade entre professores, gestores, escola como um todo, sim. Vamos para a realidade de novo, eu falo de novo da minha escola, fazer os pais desse aluno participar, criar um método, algum mecanismo para essa comunidade participar da escola. Que jeito que você vai fazer essa escola trabalhar, funcionar, produzir, como a BNCC quer, se a comunidade não participa? Vou dar um exemplo rápido e prático, todo final de bimestre a gente tem o conselho de classe, a gente faz um estudo do aluno, um rendimento, aquela coisa, estuda gráficos, logo na sequência a gente tem a reunião de pais. Quem vem? Qual o índice de participação dos pais nessas reuniões? Eu não posso chegar em valores percentuais, mas é bem baixo.

**E nesse sentido, qual é o papel da gestão da escola?**

É o trabalho de você tentar de todas as maneiras trazer para escola. Nós já fizemos de tudo. Nesses vinte e três anos que eu estou aqui, em relação à reunião de pais, que é a participação da comunidade na escola, nós já fizemos reuniões de sábado, manhã, tarde, já fizemos só a tardezinha no final do período, já fizemos só de manhã... hoje, o que a gente faz, a gente faz no período de aula, quem estuda de manhã é de manhã, quem estuda a tarde é a tarde, a noite é a noite, no nosso caso nós não temos mais o noturno. Todas as tentativas que a gente fez, o resultado muito pequeno. O trabalho existe, a gente faz de tudo, teve ano que a gente já anunciou até na rádio “reunião de pais, escola E2, dia, sei lá, 25, às 13h, das 13h às 16h”. Inclusive com aquela fala Rodrigo, a mãe chega aqui e fala “olha eu estou com feijão no fogo, onde que eu tenho que assinar?” Essa é a realidade. Você percebe por que eu fico com o pé atrás? Não é que a tese não é boa, mas

eu tenho que trabalhar com a prática. Os pais, têm muitos que querem pôr o aluno na escola e esquecer. Já teve caso de algum acidente, não tão grave, alguma dor de cabeça, liga, liga, liga, liga... “esse número de telefone não existe”, “Mas agora não posso ir, agora estou trabalhando! ”. Como é que esse pai, que essa mãe vai participar na elaboração ou na atuação da BNCC, ou seja, do que for na parte pedagógica na escola?

### **13. Quais considerações finais você gostaria de deixar sobre a Base Nacional, sobre a BNCC?**

Vou dizer que eu sou um torcedor, como brasileiro torce pela seleção brasileira, eu como educador, que hoje não é só professor, a gente é educador, eu sou um torcedor disso. Embora a gente esteja com esse quadro difícil, eu não posso torcer contrário para isso, eu quero que a coisa melhore, então torcendo no sentido que ela venha e resolva tudo, é utopia? Tudo, sim. Eu quero que dê certo, porque o que a gente está vivendo em escola, em sala de aula, é difícil. Mas é preciso haver preparo, eu vou dar um exemplo rápido e prático. Tivemos uma conferência sobre a educação especial, inclusão. Se você tem alguma necessidade especial, tem que inclui-lo, mas a escola tem que estar adaptada, os professores têm que ter treinamento, têm que estarem adaptados e em condições de poder atender e, nós nem sempre temos isso.

#### **13.1. Há alguma questão que você considera preocupante?**

Em relação a tudo isso? Primeiro essa questão que eu já falei para você das dimensões continentais do Brasil, que a BNCC é para o país, essa é uma coisa que me preocupa. E segundo, é aquilo que eu falei para você, se não houver abertura para você fazer adaptações, fica difícil. Uma outra coisa que me veio na mente agora: se lançou um carro, toda a equipe trabalhando, motor, parte do ar-condicionado, enfim, mecânica... primeira versão não deu legal, o que eles fazem? No ano seguinte eles mudam, e vão mudando, e vão adaptando para que cada vez aprimorar. Eu acho que tem que ser alguma coisa nesse sentido, se não houver isso é complicado. Mas em São Paulo, particularmente, se nós não detonarmos a progressão continuada, meu querido, tudo isso é balela, isso me preocupa muito, porque eu não posso te reprovar. Até entendo a questão de que reprova não é isso..., mas como que pode um aluno não ter rendimento e por uma lei ele ser aprovado? Muitas vezes um pai chega para mim, “Seu C2, reprova meu filho, ele não sabe nada, olha as notas dele”, a lei não permite, não é preocupante isso? É mais uma coisa que eu fecharia aí em preocupação, pensando na realidade.

APÊNDICE P – ENTREVISTA COM PROFESSOR DE CIÊNCIAS DA NATUREZA  
CN2 DA ESCOLA E2

**Transcrição da entrevista da professora de Ciências da Natureza CN2 da escola E2**

**Legenda:**     **Negrito:** entrevistador.  
                  Normal: entrevistado.

**Primeiro eu queria que você se apresentasse e contasse um pouco da sua trajetória profissional.**

Sou professor de Ciências e Biologia, já faz 10 anos que estou no magistério. Trabalho com alunos do 6º ano ao 9º ano, hoje. No começo com ensino médio também. Agora só com os anos finais do ensino fundamental, trabalhando ciências. Comecei a ministrar aulas aqui em 2003, saí um pouco, depois eu voltei, me efetivei no Estado, na cidade onde é minha sede, também sou professor no município. Estou na luta!

**1. Márcio, considerando que você está representando esta escola, nessa entrevista, gostaria de saber, o que é a BNCC para essa unidade escolar?**

Então, BNCC para essa unidade escolar, por enquanto, está um pouco complicado para entendermos, é uma mudança de currículos? É! Mas não está chegando exatamente quais são essas mudanças. Estamos um pouco perdidos em relação ao assunto. Sabemos que é uma mudança, é uma interação de atividades entre disciplinas, mas as informações estão vindo muito vagas. Ano passado nós tivemos uma pequena oficina, foi muito pouco, foi muito jogado, nosso coordenador tentou explicar a BNCC para nós, mas ficou muito confuso. Acho que para nossa escola, hoje, ela está um pouco fora da nossa realidade, dos nossos alunos.

**2. E você, professor, como compreende a BNCC?**

Eu entendo que ela venha para ajudar, mas tem que tomar cuidado. Como eu disse antes, o que está chegando está sendo muito vago para nós, mas o que podemos entender é que é para ajudar os alunos a se interessarem nas disciplinas. Por enquanto ainda está muito vago, nós estamos com um pouco de dificuldades de entender tudo isso!

**3. Como é esse documento, a BNCC, como está organizado?**

Eu não entendi a questão...

**3.1. Como é a estrutura, a organização apresentada... os diferentes segmentos da educação básica?**

Ano passado nós trabalhamos com ela, veio com várias questões para serem avaliadas, envolvendo disciplina de Ciências com Física e Química. E a estrutura dela nós não chegamos a conhecer, o estrutural dela mesmo.

#### **4. Considerando as características desse documento, o que você imagina que poderá acontecer com a implantação, de fato, da BNCC?**

Eu acho que a implantação, de fato, vai ser um pouco prejudicial aos alunos. Se nós formos seguir a nossa realidade de hoje, pelo que eu vejo, nossos alunos não têm essa maturidade para associar, eles não têm autonomia, nós lutamos para isso, para que eles tenham essa autonomia, mas pelo que eu vejo hoje, eles não têm autonomia para determinar o que querem ou não.

##### **4.1. O que muda com a chegada da BNCC?**

O que muda? O que dá entender que muda é a autonomia dos alunos mesmo. Ela vai interagir várias disciplinas juntos. E tem que mudar a autonomia do aluno. É ele que tem que entender o que vai querer para a vida dele, o professor está ali, lógico que ele vai se preparar para essas mudanças, mas a principal mudança é o aluno.

#### **5. O que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?**

Como eu disse antes, está chegando muito vago para nós, o que está chegando é muito vago, até hoje não tivemos um curso ou uma oficina explicando realmente todas as partes da BNCC. Para mim está um pouco confuso.

##### **E o processo de elaboração, como foi que se deu esse processo?**

Como eu já citei, foi feito com alguns professores em uma época que tinha algumas questões para analisarmos e avaliarmos a importância, mas ficou muito vago, porque uma escola faz de um jeito, outra escola faz de outro jeito, não foi algo consensual, cada um analisou de uma maneira e olhar diferente. Eu acho que ficou muito prejudicada essa elaboração da BNCC, em relação aos professores.

##### **5.1. Foi realizado uma avaliação do sistema escolar?**

Eu acho que foi, tiveram algumas questões que tínhamos que responder no sistema. Acho que através dessas informações que nós abastecemos o sistema, acho que foi feito.

##### **5.2. Foram diagnosticadas necessidades na formação do professorado?**

Que eu saiba não, não teve nenhuma, eu não cheguei a ver nenhuma formação.

#### **6. Como é que a BNCC, foi apresentada para essa unidade escolar?**

Foi apresentada através do nosso coordenador. E o coordenador nos mostrou bem resumidamente. Até eles, os coordenadores da rede, tiveram dificuldades quando foi apresentado pela DE, então ficou uma coisa muito vaga, e por ser vago na diretoria, chegou para nós do mesmo jeito, os coordenadores não têm culpa, do jeito que foi apresentado para eles também foi apresentado para nós. Ficamos alguns ATPC's tentando entender, mas foi muito complicado.

## **7. Há algum tipo de orientação para implementação da BNCC?**

Sim, há. Já vem da DE, eles pedem alguma coisa sim.

### **7.1. E como ocorrerá essa orientação?**

Essa orientação vem através dos nossos coordenadores, mas se vai vir mesmo alguém para implantar, para informar certinho como... eu já não sei. A informação que veio foi através do nosso coordenador. Algumas coisas eles nos enviam por e-mail.

## **8. Para a implementação da BNCC terá algum curso, alguma formação?**

Que eu saiba não. Até onde eu li não tem curso, nem formação de professor.

### **8.1. Você sabe se está previsto alguma coisa?**

Pelo que eu entendo não está previsto. Eles vão implantar e vai ser do jeito que está.

## **9. Hoje há uma proposta curricular definida pelo Estado de São Paulo. Com a chegada da BNCC haverá mudanças nesse currículo?**

Eu creio que haverá, sim. Agora estão estruturando o currículo novamente, tanto que, esse ano [2019], nós não estamos trabalhando mais com as apostilas, estamos seguindo o currículo. As apostilas que trabalhamos com os alunos já não temos mais esse ano. Está para chegar algum material novo, eu não sei como vai ser.

### **9.1. Quem é que vai elaborar, de fato, essa nova proposta curricular para a escola?**

Para escola? Ela vem da Secretaria da Educação. Logo, acho que virá do MEC e do nosso Governo do Estado, são eles que elaboram.

### **9.2. Serão criados materiais e meios para essa nova elaboração do currículo?**

Não sei responder isso.

## **10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implementação da BNCC?**

Eu espero que sim, nós não temos essas informações, mas espero que tenhamos sim. Hoje já tem um acompanhamento através do currículo, agora mudando vai continuar esse acompanhamento com outro sistema, mas não sei qual ainda. Mas eu creio que vai ter sim.

## **E qual é o papel do professor nesse contexto da BNCC? Pensando no acompanhamento do processo educativo.**

O papel do professor é tentar elaborar/ajudar a entender essas habilidades e competências trabalhadas junto com os alunos.

## **11. Quais as vantagens e desvantagens da implementação da BNCC?**

As vantagens são boas, são para tentar estimular mais os alunos, tentar fazer essa interação com os alunos. As desvantagens... eu não sei se os alunos vão conseguir acompanhar, não sei como vai ser.

### **11.1. Qual a importância da BNCC?**

A importância dela é estimular o aluno. Por outro lado, muito professores serão prejudicados na parte negativa dela.

#### **Em que sentido você acha que vão ser prejudicados?**

Com a diminuição da disciplina. Estão querendo tirar do currículo, que são importantes.

## **12. A BNCC se apresenta como um documento para elaboração do projeto pedagógico da escola. Para a elaboração desse projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre gestores, professores, pais e alunos?**

Sim, ela tem que ser compartilhada, todas as informações do currículo novo tem que ser sim, é muito importante ter o envolvimento de todos.

#### **Nesse sentido, qual é o papel do professor?**

É fazer a mediação da disciplina com o cotidiano do aluno.

## **13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?**

A BNCC é um ponto de vista legal para ser trabalhado, mas a nossa preocupação é com os professores, como será dirigido essa situação em relação as disciplinas que poderão deixar de estar no currículo, o aluno poderá escolher, essa é a nossa preocupação.

### **13.1. Para finalizarmos, há alguma questão que você acha mais preocupante?**

A questão que eu acho mais preocupante é em relação aos professores ficarem desempregados com essa situação.



APÊNDICE Q – ENTREVISTA COM PROFESSOR DE MATEMÁTICA MA2 DA ESCOLA E2

**Transcrição da entrevista do professor de Matemática MA2 da escola E2**

**Legenda:**     **Negrito:** entrevistador.  
                  Normal: entrevistado.

**Primeiro eu queria que você se apresentasse e contasse um pouco da sua trajetória profissional.**

Sou professor há vinte e oito anos na área de matemática, já trabalhei em curso técnico, cursinho, trabalhei na rede particular, e no Estado há nove anos.

**E a aqui na E2?**

Há nove anos.

**Você veio direto para cá?**

Eu só trabalhei aqui, no Estado só aqui.

**Sempre no fundamental II?**

No fundamental II e no ensino médio. Eu comecei no fundamental II, mas logo depois comecei a trabalhar no ensino médio também.

**1. Considerando que você está representando a escola, nesta entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a BNCC para esta unidade escolar?**

Para essa unidade?

**Isso, o que ela representa para essa unidade?**

Para ser sincero com você, existem poucos detalhes, porque o coordenador, nos passou o que ele tinha em um dia só, eu não sinto muita firmeza com relação a esse assunto, para falar sobre esse assunto com muitos detalhes.

**2. E para você, professor, como você compreende a BNCC?**

Eu acho que a intenção na maioria das vezes, é sempre boa, só que para colocar em prática que é o problema, a prática é o pior de tudo, é como novo currículo, fizeram tantas propagandas e agora você não vê mais na televisão.

**3. Como este documento está organizado da BNCC?**

Como está organizado?

### **É, qual é a estrutura, dos diferentes segmentos da educação básica?**

Não sei falar para você.

### **4. Considerando as características desse documento, o que você imagina o que poderá acontecer a implantação, de fato, da BNCC nas escolas?**

Quando você fica mudando muito uma coisa, é porque o antigo não está funcionando direito, é difícil dizer, a não ser experimentar, como esse caderno que trabalhávamos e depois de alguns anos podemos avaliar melhor, você só pode avaliar alguma coisa na prática, não dá para avaliar sem você trabalhar, no caso com esse novo currículo, eu acho que a ideia é unificar o currículo do país todo, eles defendiam tanto uma currículo regional e hoje eles já estão pensando ao contrário, afinal de contas, para eles o que é o certo? O que é o bom? Você trabalhar com o regional ou com uma coisa uniforme? ” Eu acho que não é bom trabalhar com uniforme, uma coisa só para todo mundo, tem que ser diferenciado.

#### **4.1 E aqui na escola nas práticas no contexto educacional, o que muda com a chegada da base?**

O que muda? É isso o que eu estou falando para você, é você ter uma alguma coisa que é definida para todo mundo, mas que na verdade eu acho que não serve para todo mundo, você tem que especificar, pois existe a realidade de cada um, de cada região, cada Estado, isso é o que eu penso.

### **5. O que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?**

A elaboração?

#### **É, como se deu o processo de elaboração?**

Os professores não participaram, que eu saiba, não houve uma participação, então não posso falar nada sobre o que eu não ajudei a elaborar.

#### **5.1. Você sabe se foi realizada alguma avaliação no sistema escolar?**

No sistema escolar? Aqui por exemplo não.

#### **5.2 E foram consideradas as desigualdades entre as escolas?**

Se eles estão querendo unificar...acredito que não.

#### **5.2. Foram diagnosticadas necessidades de formação do professorado?**

Eu acredito que sim, pois eles falam tanto sobre formação.

#### **E você sabe como aconteceu? Se foi a D.E., as escolas...**

Não tenho detalhes.

## **6. Como a BNCC foi apresentada a esta Unidade Escolar?**

Ela foi apresentada através do coordenador pedagógico na ATPC.

### **6.1. Como essas informações foram chegando? Como estão chegando essas informações para vocês professores?**

O único momento que ela chegou, foi na ATPC que o coordenador passou para a gente, de resto, nada.

## **7. E há algum tipo de orientação para a implementação da BNCC?**

Por enquanto que eu saiba não. Pelo menos, não diretamente, um treinamento, alguma coisa que sei lá, não houve nada, a não sei que buscamos informação, mas essa informação não está chegando até nós assim naturalmente.

## **8. Até implementação da BNCC haverá algum tipo de curso, formação?**

Não sei ainda.

## **9. Hoje há uma proposta curricular definida para o estado de São Paulo. Com a chegada da BNCC, haverá mudança no currículo? Como é que fica isso?**

Mudanças acredito que não, eu acho que é a forma de complementação... Bom, se eles querem unificar tem que ter mudança, e eu acho que a ideia é preparar... é aquela velha história “preparar melhor o aluno para o mercado de trabalho”, “preparar melhor o aluno para realidade do aluno”, só que é como estou falando para você, a realidade de cada aluno, de cada região é diferente.

### **9.1. E quem vai, de fato, elaborar nova proposta curricular para a escola?**

É sempre toda a equipe pedagógica, gestora, professores, os pais podem participar, que eu saiba é assim. Se vai ser eu, não sei.

### **9.2. Serão criados materiais e meios para elaboração do currículo?**

Também não sei, acredito que sim, é como o material que já temos, eu acredito que sim

## **10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implementação da BNCC?**

Não tenho essa informação, acredito que o que nós temos de acompanhamento, as planilhas que preenchemos, dizendo como foi a implementação de uma determinada habilidade, uma avaliação, dando retorno para saber se houve alguma evolução do aluno ou não, talvez seja através desse formato.

## **11. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada da BNCC?**

Vantagens? Eu acho que a única vantagem de você fazer um currículo único, como eles falam “uma base curricular”, é você ter um intercâmbio entre uma região ou outra, um Estado e outro, possibilitar que um aluno de fora, venha e consiga saber o que está acontecendo aqui, se todo mundo seguir a mesma linha, é mais fácil você avaliar de uma forma única, para fazer uma avaliação que possa abranger todo país, talvez seja isso, o que eles querem é isso.

### **E de desvantagens?**

É o que eu falei, não podemos desconsiderar o regionalismo, desconsiderar as diferenças que existem entre um Estado e outro, estou falando sobre a minha opinião, o que eu ouvi falar sobre a BNCC.

### **11.1. E qual é a importância dessa Base Nacional Curricular Comum?**

Eu acho que elaborar um currículo, você fazer com que ele evolua, vamos dizer você sempre atualiza, é importante porque o mundo evolui, como eu vi em uma pesquisa outro dia: “daqui 30 anos existirá profissões que ninguém sabe o do que se trata ainda”, você tem que de certa forma ter um currículo que está mais ligado a essa evolução natural, da tecnologia. Só que a implementação que é difícil, falava-se tanto no ensino técnico, no novo Ensino Médio que já não é mais novo que já passou, já mudou, como vai ser implementado isso? Como você vai colocar, por exemplo, um curso técnico, que precisa de um laboratório de informática bem equipado, que precisa de uma oficina, eu que pergunto para o Estado “como é que vai ser implementado isso”. É importante? É sim, sob o ponto de vista de você acompanhar a tecnologia, de você evoluir, isso é importante, só que se fosse uma coisa de fato, mas não é um fato, ela não passa de “uma coisa no papel, bonita no papel”.

## **12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola, para a elaboração desse projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos?**

Sim, claro.

### **E qual é o papel do professor, nesse sentido?**

O papel do professor é, ele que conhece a prática dentro da sala de aula, ele que sabe direito o que funciona ou não, só que tem um tabu que não podemos falar que é sobre disciplina, você vai falar de disciplina é perigoso, é proibido porque sempre cai naquela história: “professor é gestor da sala de aula”, “professor é que define regras e comportamentos e tal” mas se não está funcionando, então é culpa do professor, nunca é o desinteresse do aluno, o desinteresse da família, sempre assim. Não sei se você tem a prática da sala de aula, você sabe como funciona hoje. Acho que cada um tem sua maneira de atuar de pensar, mas é o que eu penso, e acho que é difícil.

## **13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?**

Eu acho que precisa ser repensada. Antes de colocar em prática, você precisa saber se ela vai oferecer alguma vantagem ou não, pois, se for só no papel e não der para colocar em prática não adianta em nada.

### **13.1. E alguma questão que você considera preocupante?**

O que eu te falei da prática, se você não conseguir colocar em prática, ela não vale nada, é isso.

APÊNDICE R – ENTREVISTA COM PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA  
LP2 DA ESCOLA E2

**Transcrição da entrevista da professora de Língua Portuguesa LP2 da escola E2**

**Legenda:**     **Negrito:** entrevistador.  
                  Normal: entrevistado.

**Primeiro eu queria que você se apresentasse e contasse um pouco da sua trajetória profissional.**

Meu nome é LP2, aqui na E2 eu estou há 19 anos, sou professora de Português, eu tenho minha formação inicial no Magistério, depois fiz Pedagogia, há 25 anos mais ou menos na rede, mas há 20 anos aqui na E2.

**Você trabalha com ensino fundamental II?**

Isso, ano passado trabalhei com ensino fundamental, mas a maior parte desse tempo eu trabalho com ensino médio na realidade.

**Ano passado você trabalhou com ensino fundamental?**

7º ano

**1. Considerando que você está representando a escola, nesta entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para esta unidade escolar?**

Eu não sei o que falar para você, eu não sei o que responder.

[Pedi para parar de gravar e disse que realmente não sabe nada sobre a BNCC]

**2. E para você, professora, como você compreende a BNCC?**

Eu tenho a impressão assim: nas nossas orientações o coordenador nos mostrou vídeo, embora já faz um tempo. Currículo comum mais ou menos como era na época das apostilas? É isso?

**E como era na época das apostilas?**

A apostila servia para todo Estado e o currículo igual para todos, mais ou menos a mesma coisa?

**Na verdade, é uma base nacional.**

Então no caso agora para todo o País?

**Isso para todo País.**

### **3. Como este documento, da BNCC, está organizado nos diferentes segmentos da educação?**

Eu não sei explicar para você.

### **4. Considerando as características desse documento, como é que você imagina o que poderá acontecer a implantação, de fato, da BNCC?**

Do currículo comum? Eu acho que como nós já trabalhamos, como o projeto do Estado, e cada região, cada cidade enfim, é uma realidade diferente. Na verdade, cada escola de uma cidade é uma realidade diferente, não acredito que dê certo. Nós já tivemos dificuldades, já tivemos que fazer adaptações no nosso currículo justamente por isso, porque no caso a nossa comunidade é uma comunidade carente, então não conseguimos fazer exatamente do jeito que eles querem, no caso, estou comparando com o que já tínhamos, não tem como fazer daquele jeito, acho que agora vai ser bem pior.

#### **4.1. E o que muda com a chegada da BNCC?**

Existem temas que não conseguimos abordar com nossos alunos aqui e, existem temas que precisamos trabalhar com eles que são da vivência deles, então fica muito distante da realidade na qual eles vivem.

### **5. O que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?**

Eu não sei falar para você.

#### **Os professores participaram da elaboração?**

Então, quando nos foi passado, o coordenador passou em vídeo, nos explicou o que ele sabia. Disse que foi feito uma pesquisa com os professores, até então eu não sabia que pesquisa era, talvez seja essa que você esteja fazendo, é o que eu sei.

#### **5.1. Foi realizada uma avaliação do sistema escolar? Se foi considerada as desigualdades entre as escolas... ainda sobre a elaboração da BNCC.**

Eu não sei responder, eu não sei como foi elaborada, como posso responder?

#### **5.2. Foram diagnosticadas necessidades de formação do professorado?**

Nessa orientação que nós tivemos? Eu não me lembro.

### **6. Como a BNCC foi apresentada a esta Unidade Escolar?**

Primeiro o professor coordenador teve a capacitação, depois ele veio com a documentação e os vídeos para a gente.

### **7. E, há algum tipo de orientação para a implementação da BNCC?**

Por parte?

**Do MEC, da D.E. ou da escola? Teve alguma orientação da implementação?**

Não, não que eu me lembre!

**8. E para essa implementação da BNCC haverá algum tipo de curso, formação...?**

Eu realmente não vou saber responder essas perguntas. Eu estava aqui na época? Estava. Primeiro: já faz algum tempo; segundo: acabou caindo no esquecimento, certo? Terceiro: não sei, parecia uma coisa assim tão distante, que a gente acabou que... “ah, vai ficar por isso mesmo”. Enfim, eu acho que não vou conseguir responder para você.

**8.1. Você sabe se está previsto algum tipo de curso?**

Eu acredito que sim, mas falar para você que eu sei e vi... não sei dizer para você. Mas acredito que sim, pois é uma coisa nova... então é para ter alguma coisa.

**9. Hoje há uma proposta curricular definida para o estado de São Paulo.**

Sim.

**Com a chegada da BNCC, haverá mudança no currículo? Como é que fica isso?**

Eu acho que sim, porque agora vai englobar todo País, tem que ter alguma coisa diferente nisso aí.

**9.1. E quem vai, de fato, elaborar nova proposta curricular para a escola?**

Para escola... até onde eu tinha entendido, através dessas pesquisas de profissionais da área para fazer a elaboração, e o que é comum não é isso? Agora na escola eu não sei, será que nas escolas teria alguma adaptação? Eu não sei.

**9.2. Serão criados materiais e meios para elaboração do currículo?**

Eu acredito que materiais sim, como foi no caso do currículo do estado, eu acho que capacitação, materiais.

**10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implementação da BNCC?**

Por parte da DE, talvez?

**E qual é o papel do professor nesse contexto da BNCC?**

Aplicar, acompanhar o currículo, avaliar, diagnosticar... não sei.

**11. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada da BNCC?**



Eu acho que são desvantagens. Tudo bem que pode se ter alguns temas em comum, mas a maioria dos casos, como eu falei que foi implantado no Estado de São Paulo que eu não gostei, enfim, existiam coisas boas que não se pode descartar, mas a nossa realidade, os alunos que nós temos, eu acho que ficará uma coisa muito abrangente e não sei se nós conseguiremos dar conta. Não vejo benefícios, não sei, eu acho que não dará certo.

### **11.2. E qual é a importância da BNCC?**

No meu ponto de vista, pelo que eu sei, é importante para unificar o ensino, mas eu acho que tem mais... não malefícios. Eu acho que não vai atingir o que precisamos na nossa comunidade, o que terá de importante? O que eu posso falar para você?

### **12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola. Para a elaboração desse projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos?**

Com certeza.

#### **E nesse sentido, qual é o papel do professor?**

Nesse sentido de compartilhar?

#### **Isso, nesse sentido.**

Acho que o professor... nós conhecemos a nossa realidade, as vantagens, o que é justo, o que dará certo, o que acha o que não dará, nós temos que dar nossas opiniões.

### **13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?**

Primeiro eu estou falando em meu nome, não em nome de todos, como eu já disse, o professor coordenador nos orientou, mas acho que está faltando. Fui conversar com ele e disse que não estava entendendo, e ele me disse para eu ficar tranquila, pois ele também tinha suas dúvidas. Acho que mais capacitação, mais informação, antes de começarmos a projetar. Não sei o que falar para você.

#### **13.1. E alguma questão que você considera preocupante?**

Em relação a esse currículo comum?

#### **Isso.**

O que me preocupa é quem vai... do estado, por exemplo, nós temos a DE, e isso para quem vai ficar? Quem vai orientar? Quem vai tomar conta? Porque só aqui no estado já ficou meio complicado. Agora nacional, como vai fazer? Para quem nós vamos prestar conta? Para quem nós vamos nos dirigir, caso acontece algum problema? Enfim, como vai ficar? Essa é minha preocupação.

## APÊNDICE S – ENTREVISTA COM COORDENADORA C3 DA ESCOLA E3

### Transcrição da entrevista com a coordenadora C3 da escola E3

**Legenda:**     **Negrito:** entrevistador.  
                  Normal: entrevistado.

**Eu queria que você fizesse uma caracterização sua, uma descrição principalmente da sua trajetória profissional.**

Eu sou formada em Geografia pela Unesp de Rio Claro. Passei no curso de especialização, na parte de Educação Ambiental, por materiais didáticos, mas foi o mesmo ano que eu ingressei no estado, então eu ingressei em São Vicente e optei por trabalhar. Na época eu precisava. E também pelo emprego público. Tinha passado no concurso público, aí eu ingressei em São Vicente. Não dava para conciliar com a especialização, então eu adiei essa especialização. Logo no segundo ano que eu estava lá fui convidada para trabalhar na diretoria de ensino como ATP. ATP era o PCNP hoje, que é a diretoria de ensino. Fazia oficinas, formava professores de São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.

#### **O que quer dizer ATP**

É Assistente Técnico Pedagógico, então a gente trabalhava atividades do currículo que era vigente na época e treinava os professores. Eu era específica de geografia, então a diretoria de ensino de São Vicente ainda é uma referência até hoje, então o que eles fazem hoje lá de treinar os coordenadores, eu fazia na época treinando os professores coordenadores e a gente fazia muito treinamento para professor, era bem interessante. Enfim, daí eu trabalhei lá três anos, depois voltei para o interior, voltei para a sala de aula, fiquei alguns anos e depois me candidatei à coordenação. Na coordenação estou desde 2008. Como professora coordenadora eu acabei fazendo especialização em gestão do currículo que foi uma parceria que teve da Secretaria Estadual da Educação com a USP, Unesp e Unicamp. O meu foi pela USP, então me especializei em gestão do currículo, que é esse atual antes da BNCC, que tinha os caderninhos. Me especializei nessa gestão junto com alguns professores, mas eu já estava na coordenação. Mudei de escola e estou aqui desde 2015. Graças a Deus desde que entrei aqui os índices da escola têm melhorado. A gente trabalha num ritmo bem assim, é... em conjunto com a equipe gestora, com a direção, os professores, é uma equipe muito boa.

#### **Você entrou em 2015 aqui, mas como coordenadora ou como professora?**

Como coordenadora já. Eu saí da outra escola, que o horário não dava mais certo e vim para cá.

**1. Considerando que você está representando a gestão da escola, nessa entrevista, então eu gostaria de saber o que é a BNCC para essa unidade escolar.**

A gente procura estar adequando e trabalhando em cima das de todas as normas da Secretaria Estadual de Educação. Quando a gente é avaliado, quando tem o SARESP, quando tem as Avaliações Pedagógicas que servem de referência para a gente... Agora tem a ADC que eles vão fazer amanhã, os nonos anos, é Avaliação Diagnóstica Complementar. Ela é como uma avaliação, é uma espécie de um simulado que vai para um sistema, que os alunos fazem uma prova de português e matemática, bem nos moldes do Saeb. O Saeb, ele é em cima da BNCC, mas a gente vem trabalhando desde o ano passado, quando começou as primeiras pesquisas sobre a BNCC, é... as consultas públicas. Mas uma coisa, um problema que a gente observou, é que assim, a gente recebia “olha, se tem consulta pública, vocês têm que aplicar com os professores até semana que vem”, “tem que responder até sexta-feira”... sempre prazos muito curtos e para gente se aprofundar num tema tão importante, específico. Às vezes a gente não tinha nem recurso para imprimir toda a BNCC para cada professor ter acesso, então ia para sala de informática, cada um lia sua parte, mas integrar tudo isso, foi um desafio. Então a gente ainda está caminhando nesse processo de conhecer bem a BNCC. Ainda não está 100% dominado. Este ano, desde o planejamento, eu tenho trabalhado com eles as 10 competências da BNCC. Se você for na sala dos professores você vai ver que tem até lá um quadro, com as dez competências que a gente trabalha em cima disso. Mas nós tivemos um outro entrave, que quando a gente começou a fazer as avaliações estaduais, que são essas AAP, que são Avaliação de Aprendizagem e Processo, é uma prova que ela é feita para todas as escolas estaduais de português e matemática para ver como o aluno está se desenvolvendo e para gente refletir sobre os dados. Então a gente aplica, digita no sistema, o sistema joga gráficos para podermos avaliar quais as habilidades não estão sendo desenvolvidas. Só que essas avaliações ainda estão em cima da matriz curricular de 2018, então nós estamos trabalhando com dois currículos: 2018 e, na verdade, a gente está trabalhando com uma adaptação da BNCC ainda, entendeu? Então isso está sendo um desafio para a gente. Dar conta disso tudo não está sendo fácil.

**2. E você coordenadora da escola, como compreende a BNCC?**

Então, eu penso que a BNCC é necessária, por que a gente já recebeu alunos de outros estados, às vezes de escola particular e realmente às vezes havia discrepância curricular, principalmente em matemática. Então ter uma única referência nacional é importante tanto para particular, pública, municipal e entre as federações... eu acho que é importante.

**3. E como é que esse documento está organizando? O documento da BNCC.**

O documento da BNCC tem uma introdução, que vai falar das principais competências, quais os objetivos, e depois ele se divide por área. Então ele vai se dividir em ciências humanas, códigos da linguagem, assim por diante. E aí ele vai se especificando em cada disciplina. Então é assim que ela é dividida. Até é uma forma padrão, mas o mais interessante é que ela vai por área, é muito mais focado por área agora, até no ensino médio é muito mais por área. A gente trabalhou muito no fundamental, que aqui é uma escola de fundamental, mas o ensino médio já está bem distribuído por área, o que também foi uma crítica dos professores, porque, por exemplo, não se sabe para quem vai ser atribuída determinadas áreas. Então, vai para que? O professor formado especificamente em que? É por perfil? Quem vai avaliar esse perfil? Então toda essa discussão a gente teve aqui na escola, inclusive eles foram contra a implantação da atual BNCC, fizeram documento e tal.

#### **4. Considerando as características desse documento, o que você imagina que poderá acontecer com a implementação de fato da BNCC?**

Para o fundamental eu não vejo muita mudança. Eu acho que vai até facilitar ter uma mesma divisão dos conteúdos. Isso facilita em termos pedagógicos, vamos dizer assim, caso o aluno se transfira. Teve uma crítica no lado de história, sumiu uma parte da história antiga, e eu acho que isso para o fundamental e para o médio incomodou muito. Porque é o berço da democracia, a Grécia... essas coisas sumiram e deu um destaque por exemplo para África, América Latina... então, penso que a gente já tinha África no currículo. América Latina é importante também, mas essa discussão acabou virando uma questão política, dentro da escolha da linha pedagógica, do que aconteceu na BNCC... Eu acho que a mudança maior vai ser no ensino médio, não me aprofundi muito, o ensino médio não é a minha área, mas acho que vai ter muita mudança em termos de atribuição de aula. Por que você vai colocar um professor que é o especialista da área, mas na verdade ele é formado numa disciplina específica. Não que ele não tenha capacidade, mas como vai ser feito? Qual o critério de seleção para isso? Que não está claro ainda. Acho que vai ser durante o processo. No estado, a gente que está muitos anos no estado, Rodrigo, a gente aprende a “trocar o pneu com o carro andando”, tem situações que vão acontecendo, a gente vai vivendo... ultimamente tem sido dia a dia essa situação. No começo do dia é uma informação, eu brinco... até o final do dia, eu brinco: “por enquanto, até hoje de manhã, a informação é essa, até o final da tarde, eu não sei, pode mudar”. Porque dentro do estado de São Paulo tem uma gestão nova, é uma gestão específica que está tendo agora. É muito mais voltada para resultados. Agora foi implantado um sistema da Secretaria Estadual da Educação, em que tudo é digitado *full time*, então você tem que toda hora digitar as ações que estão sendo feitas, os projetos, os resultados. Então eu aplico prova hoje à tarde, a noite eu já tenho que estar digitando, porque tem que ter o resultado, tem que analisar esses resultados... então a gestão de resultados é muito presente, o que eu acho bom em termos logísticos. A gente vê o que está acontecendo.

Pedagógico também. Só não é tão legal, porque a gente não tem funcionários para fazer outras coisas que estão precisando ser feitas na escola, entendeu?

#### **4.1. E o que vai mudar com a chegada da BNCC?**

Eu entendo que a maior mudança vai ser na estrutura do currículo mesmo, que vai mudar a estrutura do currículo. Não sei até que ponto a gente consegue interferir muito. O grupo participou de algumas coisas e colocou algumas opiniões quando teve as consultas públicas, mas nas últimas videoconferências que a gente participou e assistiu, a informação é que ainda pode haver mudanças, ainda pode haver ajustes. Então não está claro ainda o critério. Tanto que eu vou aplicar duas provas importantes que é o Saresp e o Saeb, que é uma referência curricular. O Saresp, dentro da matriz curricular da Secretaria Estadual e o Saeb na BNCC, então fica difícil de você falar “nossa, que currículo eu vou seguir?”. Tem algumas que não muda muito, algumas disciplinas, mas tem algumas bem diferentes. Ciências, por exemplo, é muito diferente o currículo de um ano para o outro. Essa transição vem no começo do ano, como um currículo de transição, que era o material impresso e tinha algumas informações. No segundo semestre não tinha mais a transição, agora é matriz. Mas o Saeb quer a BNCC. Entendeu o grau da complexidade da coisa? Hoje antes de você vir, eu estava preparando a reunião pedagógica sobre o Saeb, aí eu falei assim: “gente, como que eu vou falar para os professores que a avaliação que eles vão fazer amanhã para os alunos é em cima da BNCC?”. É melhor nem falar nada da prova e seja o que Deus quiser... entendeu? Não é uma prova que eu elaboro, é uma prova que é pronta, ela veio do estado. Esse ano ainda está confuso por conta dessas mudanças, está começando a mudança. Mas eu não acredito que vá mudar tudo já o ano que vem como eles falam, eu duvido. Eu acho que ainda vai ter bastante confusão.

#### **5. E o que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?**

A forma como foi elaborada, pelo que a gente entendeu, é a forma correta, porque assim... às vezes os professores reclamam: “eu não fui consultada”... Eles foram consultados, mas para você ser consultado de alguma coisa, você tem que ter uma base, concorda? Então, para eu falar assim para você: “olha, você concorda com o que está aqui no currículo de geografia?” Você tem que ler o currículo, conhecer profundamente, saber como é o currículo de outros estados, e nem sempre o professor tem este esse olhar. Então

ele vai ter um olhar muito fechado para sala de aula, para vivência regional dele. Nesse sentido, acho que foi feito por especialista, e aí foi sendo consultado. A única coisa que eu questiono é o tempo em que os professores não se sentiram consultados. Claro que eles se sentiram incomodados, eu sei que também existem prazos, mas eu já sabia que existia um plano decenal de educação e que já estava esgotando prazo. Quando está esgotando prazo, existe até uma estratégia, uma questão, assim. Então eles deixam para o último ano que é para não ter mesmo muita opção de mudança, se não, não sai, né? Eu entendo que seja isso, é minha opinião. Mas é só essa questão do tempo, porque daí nós tivemos algumas reuniões pedagógicas, falamos nos ATPCs, mas nem sempre o próprio professor está interessado nisso. Ele fala “ah, não concordo”, “está, mas você não concorda com o que?” “Ah, não concordo...” Não tem um argumento, “Olha, não concordo porque esse conteúdo é importante para isso, isso e isso”. Eu tenho alguns professores, sim, que tem essa clareza, mas para ele poder pensar, a gente tem que ter dado para ele uma base maior, mas a gente não teve tempo em ATPC. Se eu tive menos de uma semana para que eles lessem... como uma pessoa lê a BNCC em menos de uma semana? Eu não conheço de cabo a rabo. Se eu falar para você que eu conheço, eu não conheço! Eu li partes dela, e essa adaptação que está acontecendo, é com o tempo. E o professor leva um tempo também, aí a cabeça do professor fica assim: “o que eu estou fazendo está errado? A partir de quando que é isso? Eu acho que é importante a opinião do professor sim, mas com mais tempo para ele poder refletir sobre o que ele vai responder.

### **5.1. Foi realizada uma avaliação do sistema escolar?**

Não que eu me lembre. É sempre assim, para você fazer um documento nacional, mesmo estadual, eu sei porque já trabalhei em alguns setores, você coloca o currículo que vai ser trabalhado e cada um vai fazer a suas adaptações de acordo com suas especificidades. Então, por exemplo, eu vou falar para um garoto do interior que nunca visitou o litoral como é o litoral? Isso na geografia, minha referência sempre é essa. Então tem todo um caminho para chegar lá. E o contrário para criança do litoral, que também não conhece o interior. Então assim, não sei se foi considerada, desconheço se foi considerada, mas tem horas que você tem que ter uma base, né? Então se tem essa diferença, eu desconheço.

### **5.2. Foram diagnosticadas na formação do professor**

Eu não sei te dar essa informação, porque essa informação acho que é o MEC que deveria buscar. Mas assim, a Secretaria Estadual, que no caso é estado de São Paulo, sempre oferece algum tipo de formação. Nem sempre é o que o professor gostaria, mas fazia tempo que não tinha. Às vezes era via diretoria de ensino alguns tipos de formação. A coordenação, entre uma das funções do professor coordenador, é formação em ATPC, mas eu também acho que é um tempo muito curto para formar alguém. Esse ano, em função do ano que vem a gente ter uma mudança no currículo, que vai ter as eletivas, projeto de vida e aula de tecnologia, foi oferecido pela secretaria estadual esses cursos online, e na minha escola, por exemplo, quase todos os professores fizeram os três cursos. A gente orientou que fizessem, então eles estão atualizados com algumas coisas relacionadas a BNCC. Dentre elas, o que eles estão começando a entender melhor é a importância de trabalhar as competências socioemocionais, por exemplo, que dentro deste curso fala muito da competência socioemocional. Algumas referências ligadas a competências do aluno, isso eu senti que está tendo um caminho, mas é um caminho. Mesmo que fale assim “o MEC se preocupa”... eu até acredito que o MEC se preocupe, mas a formação do professor ainda é mais tradicional.

## **6. Como é que a BNCC é apresentada para esta unidade escolar?**

A gente recebeu e teve que elaborar um material em menos de uma semana. Foi oferecido pela diretoria de ensino: “olha, tem um site do MEC, a BNCC está lá, faça o dia D”. Só que o dia D, se você for ver, devia parar um dia inteiro só para discutir isso, mas não teve esse tempo. A gente teve, assim, no começo do ano tivemos uma orientação “olha, no planejamento vocês leiam a BNCC”. Você lê o documento e você imagina eu ter que levar 40 professores em média, eu não tenho 40 computadores para pôr as pessoas lendo. Nem dá para imprimir um documento de 369 páginas. Então foi um dificultador. Então eu montei um *power point* com as partes principais, com a introdução, etc., trabalhei com eles, mostrei o que seria, e depois vieram as questões que eles tinham que responder, quando era consulta pública. Depois, aos poucos, fui trabalhando em atividade pedagógica, então, por exemplo, fiz uma oficina sobre as competências: o que seriam as competências, o que eles já trabalharam, trocas de experiências... então eu ainda estou trabalhando, mas assim, é um dos temas, não o principal, porque eu tenho outros temas que são da secretaria estadual que eu tenho que dar conta, e esses temas, que nem eu falei pra você, que agora tem aquele sistema que a gente tem que digitar tudo, ele chama MMR, Método de Melhoria de Resultado. Então meus ATPCs já estão fechados. Por exemplo, esse mês já está fechado que eu tenho que trabalhar setembro amarelo, um seminário regional para saber o que os alunos querem de aula eletiva no próximo ano, uma outra retomada do setembro amarelo, projeto de recuperação e reforço, que eu acho que nosso

caso é de matemática... então é bem fechadinho os temas. Então a BNCC, ela vai entrar, mas não todo mês, como prioridade. Eu até acho que seria, mas no caso, eu não estou mais trabalhando ela, concorda? Nós fizemos uma videoconferência e falaram “olha, é pra trabalhar a matriz curricular, não é BNCC, BNCC é pro ano que vem!”. Então ela tem sido trabalhada, mas não assim, talvez com muita profundidade ainda, por conta de ter esse currículo atuante. Eu não posso tirar esse currículo. Todas as avaliações dos alunos são em cima desses currículos vigentes, que é essa matriz curricular vigente.

### **Foi o que chegou agora no segundo semestre?**

Na verdade, já tem alguns anos essa matriz curricular. Agora como tem a BNCC, então tem um guia de transição, esse guia de transição veio até com material para gente trabalhar o primeiro mês de aula com o guia de transição, então você entende o que? Que é para trabalhar a BNCC. Então os professores fizeram todo o plano de trabalho deles em cima da BNCC no primeiro semestre. Quando houve uma reunião, no segundo semestre, recebemos a notícia que “olha, não, seus alunos foram mal na avaliação, porque você não está trabalhando em cima da matriz”, no caso específico, por exemplo, de matemática do oitavo ano. Oitavo ano não batia a matriz curricular do estado de São Paulo com a BNCC. Os conteúdos foram diferentes, as crianças foram mal na avaliação. Eu fiquei muito brava, porque não foi culpa do professor, não foi culpa dos alunos, foi uma orientação que eu recebi. Aí fizeram até videoconferência, então não fui só eu que errei. Se fizeram uma videoconferência é porque o estado inteiro está errando, que é para seguir a matriz curricular da Secretaria Estadual. Agora não tem mais guia de transição, não tem mais BNCC, mas tem todo material, tem algumas dicas de materiais para trabalhar sobre isso. Para o professor fica o trabalho. Tem que trabalhar a matriz, vamos ser avaliados pela matriz... então a gente fica com esse impasse no estado de São Paulo, não sei os outros como vão ser.

### **7. Há algum tipo de orientação para implementação da BNCC?**

Então, na verdade a gente está aguardando as instruções da Secretaria Estadual. Teve essa primeira orientação de usar o guia de transição, foi o material que veio e depois retornou. É que o Saresp é a principal referência do estado. Ele quer que os alunos tenham um bom desempenho, tem metas para cumprir. A Secretaria Estadual tem uma meta alta até 2020. A gente tem que dar conta dessa meta, e para dar conta dessa meta tem que trabalhar o que vai cair na prova, e o que vai cair na prova é a matriz. Então, primeiro era, depois não é mais. Vai chegar um material, está para chegar semana que vem um material e eu acho que esse material deve estar mais voltado pra BNCC, mas eu não tenho certeza, porque nós recebemos o material logo no começo do segundo semestre. “Nossa, aliviou, né? Chegou o material! ”. A hora que bateu o olho no material tinha caso que não batia



nem com a BNCC, nem com a matriz curricular. Era de chorar. Então está um desencontro que a gente não via há muito tempo no estado.

### **E esse material foi elaborado por quem?**

Não sei. Eu sei que é na Secretaria Estadual, mas não sei dizer por quem.

### **Não teve nenhuma empresa privada envolvida?**

Eu não sei te dizer, posso até ver depois na apostila qual referência tem, mas geralmente é o próprio pessoal da secretaria que se reúne no centro de estudos de São Paulo que realizam. Mas está bem confuso, bem confuso. Eu soltei esse material na mão dos professores, viram a apostila do aluno, mas que também nem sempre bate com o currículo... é frustrante. Está puxado.

## **8. E para implementação da BNCC vai ter algum curso, alguma formação?**

Espero que sim. Porque eles sempre falam que vai ter, mas como teve esse impasse agora do currículo, agora a BNCC está um silêncio sobre ela.

### **8.1. Tem alguma coisa prevista?**

Olha, para a gente que é da escola não tem nada não, mas com certeza eles vão fazer. Tudo que vier do MEC a Secretaria Estadual segue, entendeu? A gente segue os projetos do MEC e se vier essa BNCC nós vamos seguir, só que essa transição não foi muito legal, porque veio um guia de transição que, na verdade, era um livro que você vai usar um para o 6º ano, um para o 7º ano e um para o 8º ano. Uma sequência de atividades, só que, o do 9º ano retomava assuntos lá do 6º, e não incluía assuntos do 9º, que eles vão precisar no ensino médio. A minha escola prepara para o ensino médio. Tem escolas de periferia que a missão da escola é outra, é colocar o aluno no mercado de trabalho, é tirar o aluno da periferia. Até aí a nossa não é, a nossa é preparar para o médio. Então eu recebo periferia, classe média e classe baixa, mas a nossa prepara para o ensino médio. Então os pais acompanham muito o currículo. Essa cobrança em cima da gente é muito grande e nos 9ºs anos estamos tendo que inserir algumas coisas que não estavam previstas nesse

material que o estado mandou. Essa semana eles vão ter essa avaliação quarta-feira. Eles vão ter uma palestra, que é o show da química com o pessoal do Alem, que vem falar sobre química no dia a dia, que é um conteúdo superimportante para eles terem em ciências e que foi pela BNCC, não entra no currículo. Vai entrar, por exemplo, física. Entrava no 9º ano, física, agora entra no 6º. Uma criança de 6º ano não tem abstração suficiente para trabalhar alguns conceitos de física. Então a professora sofreu. Até conseguiu trazer algumas coisas legais, elaboração de brinquedos e tudo, mas você concorda que daí fica... ela trabalhou no começo do ano física, e aí cai no 9º ano os sistemas sensoriais, paladar, etc. Gente, isso aí é 6º ano. Então mudou o currículo no meio do caminho. A transição eu entendo que deveria ser assim: começa diferente para o 6º ano. A partir do 6º todos que entrarem vão ter o novo, do 7º em diante continua os antigos. Isso seria uma transição curricular, no meu ponto de vista. Mas isso não aconteceu na Secretaria Estadual da Educação. E isso está sendo um problema sério. A gente tem que ajustar e adaptar o tempo todo o currículo e as vezes a gente não dá conta. Imagina eu ter que saber qual conteúdo está sendo trabalhado em cada disciplina e se está adequado?

### **9. Hoje há uma proposta curricular do estado de São Paulo, com a chegada da BNCC haverá mudanças no currículo? Como é que fica isso?**

Sim, vai ter que ter. A gente está aguardando orientação e clareza nessa orientação. Se vai ter mudança? Com certeza vão ter mudanças, agora vai combinar com o que está acontecendo no estado de São Paulo? Porque no estado de São Paulo a gente vai trabalhar ano que vem com eletiva, projeto de vida e tecnologia.

### **Isso é também para o fundamenta II?**

Sim, os professores já fizeram os cursos, eu também fiz. Porque na verdade, eu acho até que vai casar, a BNCC fala da formação integral do aluno, não da escola em tempo integral, então quando a gente vai buscar formação integral do aluno, vai para as competências, é uma oportunidade de trabalhar todas essas competências. Eu achei muito interessante isso. Eu entendo que vai ter essa mudança, que vai ser profunda essa mudança, mas é um desafio também para os professores, porque eles foram formados na teoria. Na prática nós vamos ver como é que vai acontecer. Então vai ser assim, eu vou fazendo reunião pedagógica e eles vão fazendo durante a semana, eu vou fazendo reunião, você entendeu? E, por exemplo, projeto de reforço e recuperação. Aparece um projeto, faz um mês e “olha, se vocês me mostrarem um projeto até sexta feira...”, não tem muito tempo. Você tem que montar o projeto, encaminhar, mandar, elencar quais são os alunos que precisam, quais as habilidades que eles precisam. Mandou isso, pode concorrer e contratar um professor de matemática, por exemplo, que vai trabalhar junto com o

professor da turma. Eu consegui. Corremos, mas consegui. Então assim, tem opções que estão sendo dadas, mas a questão do tempo, a funcionalidade disso, a gente luta para conseguir. Mas por exemplo, se não tiver resultado, supondo que meus meninos não tenham melhoras, aí no ano que vem não pode contratar mais, porque é baseado em resultados. “Olha, estamos investindo nisso. Você conseguiu? Deu certo? Se não deu, então você se vira com outra coisa, porque você já teve oportunidade e não aproveitou.” É bem gestão empresarial.

### **9.1. E quem que vai de fato elaborar essa nova proposta curricular para escola?**

Bom, na verdade a proposta curricular, o Projeto Político Pedagógico da escola, sempre é feito pela escola com base no que tem no MEC e que tem na SEDUC. Se você entrar no site do MEC ou BNCC, e buscar acho que volume 2, já existe o documento. Salvo algumas adaptações que não estão sendo feitas, eu entendo que já existe esse documento e que a gente vai implantar conforme orientação. Se a gente receber orientação “olha, vai mudar para todo mundo”, eu acredito que é isso que vai acontecer. Mas eu não sei te dizer... existe um documento. Se entrar no site, é de domínio público.

### **9.2. E serão criados materiais?**

Eu entendo que quando a gente fez esse curso, já iniciamos três cursos que ele ofereceu, que ele já está criando esse meio, porque dentro do curso ele oferece prática pedagógica, oferece como montar um projeto... Ele é bem amplo, então vai trabalhar com competência. Competência não é conteúdo, então de acordo com o nosso curso que a gente fez, se eu souber trabalhar com competência, eu trabalho. O conteúdo é só um meio, então eu entendo até que foi oferecido no estado de São Paulo, não sei os demais estados.

## **10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implantação da BNCC?**

Ah, sempre tem acompanhamento, então a gente sempre é muito cobrado. Esse ano a gente já tem até um sistema de acompanhamento de sala de aula onde a gente coloca pontuações. Foi até meio polêmico, mas essa pontuação não é para dar pontos para o professor, é para gerar pontos estatísticos que a gente digitou. Então, por exemplo, eu acompanhei 30 aulas dos professores, após um período de agosto, então foram aulas de recuperação, todo mundo trabalhou recuperação. Aí eu acompanhei as aulas dos

professores. Se eles trabalharam as sequências didáticas que foram oferecidas, de que formas ele trabalhou, qual estratégia ele utilizou, se usou bem o tempo da aula, se ele tem um bom relacionamento com os alunos, se ele acompanha o desenvolvimento e dá assessoria para todos, se ele tem expectativa em relação ao aluno... Então cada questão tem uma classificação de 1 a 4 se o professor cumpre ou não esse roteiro. Aí eu digitei esse roteiro, eu e todos os coordenadores de todas as escolas do estado de São Paulo, que vai gerar dados para políticas públicas. Então se der que a maioria dos professores do estado de São Paulo, por exemplo, ainda apresenta dificuldade para gestão na sala de aula, vai ser um parâmetro para ele investir. Então esse acompanhamento já existe e é função do professor coordenador também, então a gente também faz esse acompanhamento.

## **11. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada BNCC?**

Eu acho que a vantagem é ter um currículo único para todo mundo. Isso é uma vantagem. E a desvantagem está sendo essa transição, de você pegar o aluno que já tá no percurso, para quem está chegando agora, para o aluno que está no 6º ano, que vai estar no 7º, ano que vem... então pra essas crianças não vai fazer diferença se você vai trabalhar o currículo do começo ao fim. Mas para quem está no meio do processo, quem está no 7º, 8º e 9º ano, por exemplo, que é nosso caso, eu acho que ele deixa de ter alguns conteúdos importantes para o vestibulinho, para ele competir com outras particulares, para os meus competirem com particulares também. Então eu tenho aluno que não teve física. Ele teria agora, mas foi substituído, então essa transição está sendo desvantagem, a forma como está acontecendo.

### **11.1. Qual é a importância da BNCC?**

Ah, eu penso que ela é importante sim, como eu disse, para padronizar o currículo. É difícil você imaginar o que está sendo trabalhado. E política pública que fala assim: Olha, no Ceará as crianças sabem menos, no Estado de São Paulo sabe mais. Com que base, né? Porque que esses resultados do Pisa são tão desconcertantes? Porque tem alguns estados que se destacam do Sudeste? Porque o Sudeste costuma se destacar? O que está emperrando? Será que a gente está muito parado no conteúdo? Por que as crianças de hoje, elas são muito mais avançadas. Eles vivem com outra dinâmica. A sua geração já é diferente da minha e a do meu filho já é outra. Então as crianças que chegam hoje no 6º ano são crianças que assistem Netflix, internet, participam de conversas de adultos e sabem, inclusive, resolver problemas. Eu tenho inclusão, tem uma série de situações e crianças com dificuldades, mas eu tenho uma outra geração. Eu acho que é legal sim ter uma mudança. Toda mudança é importante, mas a gente tem que ter que a cabeça do professor tem que acompanhar essa mudança, independente do currículo. Eu posso está

trabalhando tabuada, que é a base de tudo, que ninguém concorda, mas tem que ter a tabuada, e posso estar trabalhando uma aula de tecnologia superbacana. Como trabalhar isso? Qual a estratégia que eu vou utilizar para trabalhar isso com esses alunos? Esse que é o desafio. Eu vi hoje meu filho fazendo uma tarefa e eu perguntei se ele queria ajuda e ele falou não. Ele tem 11 anos, a tarefa dele era fazer um uma paródia sobre um single, uma propaganda de um assunto específico. Ele travou e ele é superinteligente, só tira 10 de matemática, ele adora os projetos diferentes, ele sabe mexer na internet, sabe mexer em aplicativo, sabe tudo! Só que, talvez, a coisa de receber muita coisa pronta nesse mundo digital, você percebe que a criatividade dá uma travada. Eu falei, “mas, olha, é só escolher uma música que você gosta e eu te ajudo a fazer o single”. Ele travou. E é uma coisa que a gente fazia com facilidade, entendeu? Então tem que ter esse olhar da questão mais da competência. Eu acho que isso vai ser muito positivo, se os professores souberem utilizar isso. É o que essa geração precisa, porque é uma geração que não tem muito contato físico, não tem. Eles têm uma dificuldade enorme de colocar suas emoções, de se relacionar... não que a gente não tivesse, mas hoje tudo é *bullying*, os pais, tudo eles criam um problema, “meu filho faz denúncia”, “porque meu filho...”, tudo é homofóbico... Eles não têm espaço mais para frustrações. São crianças que vão virar adultos mimados e bobocas, que não resolvem problemas, e tem, né? Então, mas é nesse sentido que eu acho que vai ser positivo, se a gente souber usar bem essas competências, eu acho que é o ponto alto da BNCC, assim.

**12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola. Para a elaboração deste projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos? Nesse sentido qual é o papel da gestão desta escola?**

Todo ano a gente trabalha e retoma o Projeto Político Pedagógico, então sempre retoma com a equipe e é muito interessante. Esse ano eu já fiz todo pautado na BNCC, então a gente já voltou para a questão das competências. Mas este método que eu falei para você que foi implantado, o MMR, a gente tem que fazer, nós, como gestores, que organizar reuniões mensais que é chamada de N3, que é Núcleo 3 na escola, que eu acho que Seduc é 1, diretoria de ensino é 2 e na escola é 3, e as decisões sobre como está o andamento dos rendimentos dos projetos da escola, tudo a gente faz aqui nessa sala. Tem representante dos professores, dos gestores, então quem participa: a diretora, a vice-diretora, os alunos e pais. Isso é para acontecer em todas as escolas. A gente tem que tirar foto, mandar para a diretoria, mostrar que está fazendo. Imediatamente, acabou, já tem que postar como está o método e mandar lá para eles. Isso já está sendo implantado no estado de São Paulo há algum tempo, tanto que nossa região é considerada a terceira onda. Já teve a primeira, a segunda e a terceira. Quer dizer que está indo, estão ampliando as

diretorias que estão aplicando esse método. É muito interessante, porque é uma gestão democrática de fato, porque você tem que chamar a pessoa para conversar e algumas decisões que nós tomamos em relação a parte pedagógica, mudanças e melhorias foram ouvindo os alunos, coisas simples, como por exemplo, quando um aluno falou “olha, na última prova meu irmão tirou uma nota baixa, mas eu achei muito absurdo ele tirar essa nota baixa, então eu apliquei com ele de novo em casa, só que eu falei que aí ele tinha que ler e resolver as questões, não só de cabeça, e ele teve uma nota muito melhor”. O próprio aluno aplicou com o irmão, então nós adotamos, conforme a sugestão deles, que todos os alunos da escola têm que ter prova com resolução, e é até engraçado, a gente lê algumas coisas, tem uns que não entenderam. Escrevem “não sei”, “chutei”. Não entenderam que pôr a resolução é como ele chegou lá. Mas já é um caminho. A maioria fez a resolução. A gente observou e analisou as avaliações, ouvindo os alunos, então é superimportante ter uma gestão democrática, e também um exercício que a gente está aprendendo a ouvir o aluno. Você tem que saber o que você vai apresentar para ele, qual é a parte dele nesse processo. E entre eles, por exemplo, eles definiram que seria interessante fazer uma palestra com os outros alunos explicando a importância da prova, e eles falarem isso. Montaram um *Power Point*, mostraram os resultados que tinham no sistema, os gráficos, tudo, e explicaram para os alunos como eles iam proceder na prova. Achei superinteressante! Eu nem tinha expectativa disso tudo, que eles iam ter essa ideia, essa valorização. Então é a gestão democrática, eu acho que é o caminho mesmo. Às vezes é meio dolorida, quer dizer, você ouve coisas que você não estava preparada, mas você tem que estar aberta para mudar as estratégias, para ver o que está funcionando. Acho que é bem legal.

### **13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?**

Que a gente quer ter mais tempo para estudar a BNCC, mesmo porque eu não sei se isso é relevante, mas assim... eu sinto falta de ter mais tempo para sentar junto com o professor e falar, “olha, trabalha desse jeito...”. E talvez isso não vá mudar, em função de ter prazo para cumprir, né? Metas, objetivos e o tempo, que é muito curto.

#### **13.1. Há alguma questão que você considera preocupante?**

Eu penso que talvez essa questão de ter excluído alguns conteúdos da parte de história, que eu sou da área de humanas, né? Me preocupa... não sei como vai ser, se de

fato foi excluído ou não. Eu lembro que tinha essa discussão que ia tirar alguns conteúdos específicos de história. Eu acho que para formar um cidadão crítico, você tem que entender algumas coisas que passam na história.

APÊNDICE T – ENTREVISTA COM PROFESSOR DE CIÊNCIAS DA NATUREZA  
CN3 DA ESCOLA E3

**Transcrição da entrevista com a professora de Ciências da Natureza CN3 da escola  
E3**

**Legenda:**     **Negrito:** entrevistador.  
                  Normal: entrevistado.

**Primeiro eu gostaria que você fizesse uma caracterização sua, que você falasse seu nome completo, formação, trajetória profissional...**

Me chamo CN3, professora de Ciências e Biologia desde 2011. Eu não queria ser professora, eu comecei a fazer o curso de biologia para me tornar bióloga e trabalhar em laboratório, que realmente é o que eu gosto de fazer. Só que eu entrei como professora, porque como eu estava fazendo licenciatura, entrei na escola, me apaixonei e percebi que era o que eu gostava, gosto também de trabalhar em laboratório, mas trabalhar com aluno... é lindo trabalhar com aluno.

**Quais as séries que você trabalha?**

Todas. Desde o sexto até o terceiro do ensino médio. No ensino fundamental II sou professora de Ciências e, no ensino médio, professora de Biologia porque a minha graduação não me dá aquele tanto de horário para trabalhar ou como professora de Matemática ou as outras matérias. Mas eu já trabalhei em todas, inclusive em EJA também já trabalhei.

**1. Considerando que você está representando a escola, nesta entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a BNCC, a Base Nacional Comum Curricular, para esta unidade escolar?**

É muito importante, na verdade o ano letivo é trabalhado em cima... a gente tem todo o currículo, a gente trabalha em cima do currículo. No ensino público a gente tem o aprendizado em espiral, começa lá no sexto ano com uma matéria, com uma disciplina, vai girando essa matéria, e vai revendo ela ao longo dos quatro anos do ensino fundamental II. No ensino médio é a mesma coisa, mas aí já entra um pouco mais específico em Biologia, Física e Química. No ensino fundamental como Ciências, a gente tem essa espiral, então a gente começa lá com coisas um pouco mais simples, no sexto, e vai aumentando o grau até chegar ao nono ano, então a gente trabalha todo em cima desse currículo.

**2. E você como professora, como é que você compreende a BNCC?**

Eu acho importante para a gente ter uma base. Vamos citar o estado de São Paulo, estarem mais ou menos no mesmo lugar, cada série, cada segmento de série, estar num mesmo nível. Assim, um aluno que por exemplo, ele morava em São Carlos, estudava em uma escola pública lá e vem para CB. Ele teria que estar mais ou menos no mesmo nível, mais ou menos na mesma disciplina, quando eu falo disciplina é no conteúdo ali, que está tendo



ali, de Ciências. Eu acho muito importante para os professores seguirem uma base, quando não tem um currículo os professores trabalham o que eles quiserem? Daí como é que fica o nível? Eu acho importante para todos os alunos terem esse nível de aprendizado.

### **3. E como é que esse documento está organizado?**

A gente tem uma apostila da BNCC e ela está segmentada por série, sexto ano, primeiro semestre, conteúdo assim, assim, assim... antes do conteúdo a gente tem toda uma explicação da BNCC, como que funciona, o que é essa base curricular, o porquê dessa base curricular... então todos nós, professores de cada área, a gente tem uma apostila explicando e mostrando para a gente qual seria o segmento que a gente vai trabalhar com cada série.

### **4. Considerando as características desse documento, o que você imagina que poderá acontecer com a implementação, de fato, da BNCC?**

Não sei... como assim “de fato”?

#### **O que você acha que muda com a chegada da BNCC?**

Para mim, como professora do ensino público que já trabalha em cima, não acho que muda muita coisa, não. Porque seria uma obrigação. Nós, professores, somos obrigados a trabalhar em cima desse documento, a gente tem que ter todo esse conhecimento desse documento para se estar trabalhando com os alunos. Então eu não sei se vai mudar muita coisa no ensino.

### **5. E o que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?**

Hum... eu acho meio complicado.

#### **Como é que se deu esse processo de elaboração?**

Eu acho meio complicado porque alguns elaboradores não estão na escola, eles elaboram um pouco... às vezes algumas coisas demais, alguns conteúdos eles colocam muita coisa, e alguns conteúdos eles colocam menos. Deveria ter mais professores que já trabalharam em escolas, tanto pública como particular, mas aqui a gente está falando de escola pública, eu acho que quem deveria elaborar esse documento, essa parte de disciplina e tudo, seriam os professores que estão dentro da escola, porque a maioria desses professores que elaboram, não que não sejam professores, eles foram, óbvio, mas eles não estão mais dentro, eles não sabem mais a realidade de uma escola, ou esqueceram, ou quando trabalharam era diferente a realidade. Eu acho que eles pecam um pouco de colocar alguns conteúdos que às vezes nem é tão preciso assim para os alunos, ou saem um pouco da realidade da escola.

#### **5.1. Foi realizado uma avaliação do sistema escolar para essa elaboração?**

Não.

### **Não foi considerada as desigualdades entre as escolas?**

Pelo menos que eu me lembre, não. Eu, dentro das escolas, não lembro desse trabalho.

### **5.2. Foram diagnosticadas necessidades na formação do professorado?**

Não sei... isso realmente eu não sei.

### **Será que tipo, a DE, as escolas e seus agentes, participaram disso, acompanharam esse processo ou não?**

Para elaboração desse documento?

**Isso.**

Eu sei que algumas pessoas trabalham em cima disso, mas professor, professor eu não tenho certeza, eu nunca ouvi algum professor falando que foi trabalhar nesse tipo de elaboração de documento. Volta naquilo que eu falei, para mim quem deveria estar ali, em cima, trabalhando em um documento, como esse, não a parte de lei, estou falando de disciplinas, os professores que estão dentro da escola mesmo.

### **6. E como é que a BNCC foi apresentada para essa unidade escolar?**

Como qualquer outra escola, eles mostram o documento, falam do documento e falam que vai ser implementado.

#### **Eles quem?**

Perdão, a coordenação.

#### **Como foi que essas informações chegaram até vocês, ou estão chegando ainda?**

Chega pela coordenação, a gente tem o ATPC, que é o trabalho dos professores, a gente se reúne toda semana, a coordenadora mostra para a gente todos os trabalhos que têm por fora da escola, sobre esses documentos e vários outros assuntos. Então a gente recebe esse tipo de documentação, esse tipo de assunto por esses ATPC's que a coordenadora tem que trabalhar em cima, e ela tem que estar mostrando para a gente essas coisas que vão sendo implementadas fora da escola para estar dentro da escola.

### **7. Há algum tipo de orientação para a implementação da BNCC?**

No ATPC que a coordenadora aborda o assunto e nos mostra o que vai ter. A implementação vai falar sobre o documento novo, ou mudar o currículo... e aí às vezes a gente trabalha em cima disso, fazendo algumas coisas sobre o currículo, tudo que vem para a gente fora da escola, quem trabalha com a gente é a coordenação.

#### **Teve alguma orientação do MEC, ou da diretoria de ensino...?**

Sim, e aí a coordenadora aborda o assunto e às vezes algumas pessoas da diretoria que são porta-vozes do MEC vêm falar com a gente, a agente escolar também vem, sempre nesses ATPC's, a gente sempre tem essas orientações, tudo nesses ATPC's.

## **8. Para a implementação da BNCC terá algum tipo de curso, algum tipo de formação?**

Não sei.

### **8.1. Você não sabe o que tem previsto?**

Isso ainda não teve... não falaram pra gente se vai ter curso, se não vai ter curso, pra gente aprender, porque na maioria das vezes a gente tem a coordenação, nos fala sobre o assunto e aí nos informa “olha, os professores vão ter que fazer um curso assim, assim, assim” aí quando a coordenação nos informa, eles informam a data, o que a gente vai ter que fazer, muitas das vezes os cursos extracurriculares que a gente faz, a gente faz pela internet, que é a distância, daí a gente, às vezes, tem que ir lá na secretaria de ensino, que é em outra cidade. Então a gente tem tudo passado pela coordenação.

### **Pra BNCC já teve algum desses, ou não?**

Não.

## **9. Hoje há uma proposta curricular definida para o estado de São Paulo...**

Sim.

### **...com a chegada da BNCC haverá mudanças no currículo? Como é que fica isso?**

Vai. Eles estão querendo unificar o ensino, o MEC junto com a BNCC, tanto do público quanto do particular... as séries, ter todo um currículo igual. Então a gente fez um trabalho de ver um currículo tanto da particular quanto da pública. Ver como estava o currículo, cada professor na sua disciplina, comparar, para a gente ver quão diferente era. Vai ter uma mudança porque eles vão querer unificar, para que todos os ensinos, público e particular, estejam na mesma categoria aí.

### **9.1. E quem é de fato que vai elaborar essa proposta curricular para a escola?**

Então, volta naquilo que eu falei, não são os professores da escola. São agentes da escola, não lembro a sigla que é... eles que elaboram, que são os que trabalham na diretoria de ensino, e cada um tem a sua área, é PCNP, tem o PCNP de matemática, o de ciências, o de português, eles estão juntos lá para fazer esses currículos e trabalhar em cima disso.

### **9.2. E serão criados materiais e meios para elaboração do currículo?**

É aí que está, a gente não sabe, eles não dão essa informação para a gente.

## **10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implementação da BNCC?**

Esse acompanhamento já tem...

### **Como é que funciona?**

A gente já tem esse acompanhamento, como eu falei, a coordenadora tem que acompanhar, pelo menos uma vez por semana ou por mês, a educação, o método que o professor está na sala de aula, ou acompanhar se o professor está seguindo o currículo, se ele não está. Então a gente tem esse acompanhamento já, em todas as escolas, não é só em uma escola ou outra.

### **11. Quais são as vantagens e as desvantagens com a chegada da BNCC?**

Eu vejo vantagem, que todas as escolas estariam no mesmo nível. Eu não vejo desvantagem, porque estando no mesmo nível, os alunos vão estar, por exemplo, na mesma disciplina. Claro, às vezes tem alguma escola ou outra que está um pouco atrasada, dependendo da maneira como é a sala, como que são os alunos. Mas eu vejo como? O aluno sai de uma escola, vai para outra, ele não vai estar em desigualdade com aquela outra escola que ele chegou, porque ele vai estar no mesmo nível, na verdade deveria estar no mesmo nível que os outros alunos da outra escola que ele estava.

### **E de desvantagem, o que é que você poderia ver na BNCC?**

Na verdade, como professora não vejo desvantagem. Eu acho legal o programa, o currículo, o documento. Pelo menos eu aprovei dentro da escola o que foi mostrado, eu achei uma boa coisa.

### **11. Qual a importância da BNCC?**

Eu acho que é importante para que os professores trabalhem numa mesma língua, para que eles consigam colocar o ensino como um só, não ter essa desigualdade nem de professor, por exemplo “a minha matéria é mais importante que a sua matéria”, isso tem muito em escolas, infelizmente. Eu acho que a importância é isso, não sei se vai funcionar porque a gente sabe que, como tudo, no papel é muito lindo, só que vai para realidade e acontece várias coisas, mas eu acho importante para isso, para os professores falarem a mesma língua.

### **12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola...**

Sim!

**... para a elaboração deste projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos?**

Completamente.

### **E nesse sentido qual é o papel dos professores?**

O professor ele vai ali direcionar os pais ao que vai acontecer na escola, como que vai ser transmitido o conhecimento para os filhos, e os pais também darem a opinião de como que poderia, porque eu acho que a escola deveria ser isso, deveria ser um trabalho não só de professores e gestores que trabalham na área, mas da comunidade inteira. Eu acho

muito importante ter esse trabalho com todos e não só professores e gestores, seria legal, até mesmo se os alunos pudessem participar, porque aí os alunos hoje, estão no século XXI, não é eles falarem o que “aí, eu quero aprender tal coisa”, mas, “a gente poderia aprender dessa forma? Seria mais legal assim...”. Ter uma conversa para que o estudo não se torne uma coisa obrigatória em sentido de “eu vou porque eu sou obrigado”, mas “eu vou porque eu gosto”. Pelo menos eu acho que seria muito legal um trabalho assim.

### **13. Quais são as considerações gerais que você gostaria de deixar sobre a BNCC?**

Isso! Eu acho que essa unificação de disciplinas que os professores vão seguir, a documentação do que os professores vão ter que fazer, para que seja unificado... bilateral, eu acho que isso vai ser o legal. Claro, vai ter as desvantagens que eu ainda, como eu falei pra você, eu ainda não vi, porque ainda não foi implementado, e a gente vai ver como que vai ser, mas vai ser implementado e a gente vai ter que trabalhar em cima disso, porque professor é uma profissão da qual a gente vai evoluindo sempre em conhecimento, a gente não pode estagnar como professor, então eu acho que vai ser uma coisa legal para os professores abrirem um pouco mais a cabeça, para verem outros lados de transmitirem o conhecimento.

#### **13.1. Há alguma questão que você considera preocupante?**

Em questão...?

#### **Sobre ainda as considerações finais da BNCC.**

Às vezes, só um pouco assim... depois que foi apresentado falando para a gente o que ia acontecer, às vezes eu acho que pode engessar um pouco também. Do tipo “ah, você vai ter que ensinar isso, e fazer isso, e fazer isso nesse minuto, nesse tempo...” aí eu fiquei um pouco pensativa. É legal para que todas as escolas estejam no mesmo nível, mas ao mesmo tempo será que não vai engessar? Os professores não vão ficar, por exemplo assim: você tem uma cartilha aqui, nessa cartilha você está ensinando isso, mas você só pode ensinar isso, você não vai poder fazer algumas outras coisas. Então às vezes eu acho que isso pode até ser uma desvantagem do que a gente estava conversando antes.

## APÊNDICE U – ENTREVISTA COM PROFESSOR DE MATEMÁTICA MA3 DA ESCOLA E3

### Transcrição da entrevista da professora de Matemática MA3 da escola E3

**Legenda:**     **Negrito:** entrevistador.  
                  Normal: entrevistado.

**Primeiro eu queria que você se apresentasse e contasse um pouco da sua trajetória profissional.**

Meu nome é MA3, tenho 30 anos, entrei na UNESP em 2006 para cursar Licenciatura em Matemática, me formei em 2010 em licenciatura, passei dois anos só trabalhando como professora contratada na secretária no Estado de São Paulo, e eu dava monitoria em um colégio particular na cidade de Rio Claro. Em 2013, eu resolvi fazer o mestrado do Profmat no começo de 2015, eu concluí. Fiz pedagogia na UFSCar no processo de vestibular a distância, há cada quinze dias eu estava dentro da sala de aula, e acabei me formando, então me formei em matemática, terminei o mestrado e tenho pedagogia.

**1. Considerando que você está representando a escola, nesta entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a BNCC para esta unidade escolar?**

Nós tentamos fazer uma formação no começo do ano passado com os professores a respeito da BNCC, para que ficasse bem claro para os professores ao trabalhar dentro da escola que a Base Nacional Curricular não é o currículo, e sim uma base que dá propriedades no caso, trabalhando em cima de competências e habilidades, para que a escola tenha autonomia de fazer o seu próprio currículo, mas não ficou bem claro para escola e o pessoal ainda acha que a BNCC é o currículo que nós temos que trabalhar na escola.

**2. E para você, professora, como você compreende a BNCC?**

Que a BNCC é um documento normativo, feito para parametrizar as competências e habilidades mínimas dentro de uma escola, onde ela vai ter que aprimorar o currículo, feito ou adaptado por essa escola, então ela é um documento normativo que serve de base, serve de noção e apoio para que as escolas estabeleçam qual vai ser o currículo e assim pensar em metodologias a serem trabalhadas.

**3. Como este documento está organizado? Qual é a estrutura, sua organização, diferentes segmentos da educação básica?**

Não faço ideia.

**4. Considerando as características desse documento, o que você imagina o que poderá acontecer com a implantação, de fato, da BNCC?**

Algumas escolas vão entender de fato como ela deve ser trabalhada, outras, principalmente as particulares, estão um passo à frente pensando em escola, eu vejo pela minha escola que não tem preparação nenhuma quando se trata de BNCC. Eu acho que se, de fato, ela for implementada, vai gerar muita confusão, pensando que esse ano nós não temos mais o caderno do aluno, pois não foi feita a renovação com esse material

dentro do Estado, já tem essa dúvida “no que nós vamos ter que nos basearmos?”, “em que vamos nortear para seguir o conteúdo”, e o que o pessoal sempre cai na discussão é: “vamos olhar na BNCC” e não é na BNCC que nós temos que olhar, nós temos que pensar no currículo, “qual é o currículo que a escola está adotando?”. É o paulista? De ciências exatas, no caso naturais, nós temos que seguir ele, que é o nosso parâmetro pensando em conteúdo e não a BNCC.

#### **4.1. O que é que muda com a chegada da BNCC?**

Que a escola pode ter uma cara própria, onde nós podemos trabalhar com as deficiências e características da comunidade que é vigente da nossa clientela, nós podemos aprimorar e acrescentar isso para a nossa prática de aula.

#### **5. O que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?**

[Silêncio]

#### **Como se deu o processo de elaboração?**

[Silêncio]

#### **Não chegou até a escola como foi elaborada?**

Não...

#### **5.1. Você acha que para elaboração da BNCC, foi realizada uma avaliação de sistema escolar?**

Sim, nós temos as avaliações de aprendizagem e processo que são realizadas, que servem de parâmetro de alguma coisa, pois nós trabalhamos com índice, e nós temos esses indicadores, eles são usados internamente para fazer planos de ações, e pra ver se alguma coisa é trabalhado, mas acredito que a BNCC tenha trabalhado com essas avaliações externas para nortear, porque deve ser muito discrepante você trabalhar por exemplo, de uma cidade ou de uma escola que tenha recurso, para uma escola que não tenha, de uma escola que tem recebimento de verba e outra escola que não.

#### **E foram consideradas as desigualdades entre as escolas?**

Acredito que sim... uma vez que cada escola pode adaptar seu currículo.

#### **5.2. Foram diagnosticadas necessidades de formação do professorado?**

Eu não sei se foi identificado a necessidade de formação do professorado, mas há necessidade com toda certeza e, principalmente, acredito que é uma formação que vai tempo, porque os professores que trabalham comigo dentro da escola do período regular, nós não estamos acostumados a trabalhar com competência e habilidades, a gente pega o conteúdo e simplesmente lê, olha, e trabalha em cima do conteúdo, a gente esquece completamente o que é uma competência, o que é uma habilidade, o que são aqueles eixos que são trabalhados na questão de “observar, interpretar, executar” que são os grupos de classificação que nós sabemos que tem, que são norteadores dentro de um currículo, isso se trata de currículo pensando nas competências e habilidades mínimas da BNCC, nós não sabemos trabalhar com isso, porque nos meus planos de ensino, até hoje, me deparei com isso, eu não sei classificar.

## **6. Como a BNCC foi apresentada a esta Unidade Escolar?**

Em uma ATPC onde minha coordenadora me trouxe dezoito páginas e falou assim: “fica do interesse de vocês, quem quer, lê, quem não quer, não lê”.

### **E como essas informações foram chegando?**

Ela foi dando em ATPC informativos que a BNCC estava sendo feita, que ela já existia, que a partir de um certo momento talvez ela fosse vigente. Quando estava sendo discutido sobre isso, houve um momento que os professores da escola, nós respondemos por área um questionário com 102 perguntas, que falam a respeito da BNCC e da implementação dela, a importância e tudo mais. Todo mundo da escola por um motivo de protesto ou não, resolveram colocar que não se interessava e não queria ler aquele questionário, então não foram nem lidas as 102 questões, simplesmente foi deixado lá e, foi isso que aconteceu. A diretora falou “que era para ter sido dessa maneira”, e todo mundo acatou.

## **7. E há algum tipo de orientação de como será essa implementação da BNCC?**

Existem as formações que deveriam ser passadas, mas isso não acontece, porque recebemos tudo por e-mail e nos ATPCs não são feitos. Existem os cursos oferecidos dentro da Diretoria de Ensino, dentro das plataformas que nós professores estamos inseridos. Por exemplo, na intranet tem toda a documentação da BNCC, acessível a todos professores, todo professor que é da rede estadual, como eu tenho a minha secretaria digital, eu tenho acesso a tudo, mas são pouquíssimos que acessam, que não fazem nem conhecimento do que é isso.

## **8. E para a implementação da BNCC haverá algum tipo de curso/formação para implementar a BNCC na escola?**

Acredito que não...

### **E não tem nada previsto?**

Não...

## **9. Hoje nós sabemos que há uma proposta curricular definida para o estado de São Paulo. Com a chegada da BNCC, haverá mudança no currículo? Como é que fica isso?**

Não acredito que vá haver mudanças, mas haverá adaptações, devem ser feitas adaptações, primeiro por conta das competências e habilidades mínimas que nós trabalhamos dentro da base, e são as que a gente considera como elementares e, a partir dessas competências e habilidades que a base nacional traz pra gente, nós vamos nos remeter ao currículo, pensando no que ele nos traz de conteúdo, habilidade e competência, pois, ele é dividido assim, a questão é: “qual metodologia esse currículo trabalha?”, “nós trabalhamos essa metodologia?”, “eu trabalho essa metodologia?”, “Eu sei qual metodologia o currículo que o Estado de São Paulo me propõem?”, não! Então, nesse aspecto, eu acho que não vai mudar, mas serão feitas adaptações, que possamos



compreender melhor e trabalhar com conforto e dentro da sala de aula e, você conseguir fazer com que você entenda o que você está trabalhando e onde você quer chegar com seu aluno ali, naquele caso, e não simplesmente conteúdo.

### **9.1. E quem vai, de fato, elaborar nova proposta curricular para a escola?**

Eu não faço ideia...

### **9.2. Serão criados materiais e meios para elaboração do currículo?**

Dentro da escola?

**Sim!**

Acredito que em partes sim, mas que vai ser assim, sempre muito superficial, muito superficial, ela não é feita de uma maneira eficaz, não vejo sendo feita de uma maneira eficaz.

## **10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implementação da BNCC?**

Existir, acho que até existe no papel só, na prática não...

### **E qual é o papel do professor nesse contexto?**

Ele tem que compreender primeiro. Por que, se ele não souber de fato o que é a BNCC e o que é o currículo, o que ele está trabalhando, qual é a proposta dele ali, ele vai ficar perdido não sabendo onde se nortear, ele não saberá se terá que olhar no conteúdo o que ele chama de conteúdo no caso, que a BNCC traz, ou simplesmente ele olhará no caderno preto e branco que está escrito: “Currículo do Estado de São Paulo”, que é ali que ele vai olhar. Ele vai se remeter só a conteúdo? Ele precisa ser preparado para isso, ele precisa estudar o currículo, ele precisa estudar a BNCC, só que sempre é muito jogado, isso é sempre muito passado, muito aleatoriamente, muito superficial, como eu já disse, é uma coisa que incomoda, pois requer tempo do professor, ele precisa de um tempo maior para pode fazer isso, as vezes ele não tem, mas infelizmente...

## **11. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada da BNCC?**

A vantagem é que poderemos dar “nossa cara” para cada escola. Cada escola pode se apropriar de coisas, como eu já falei, características próprias para se nortear, para fazer a proposta pedagógica da escola, porque pode passar por uma reformulação, a partir do momento que for implementada, com o currículo. E desvantagens não tenho conhecimento dela, pode gerar confusão, e aí uma má aplicação disso na escola, pode ser interpretado simplesmente como um papel ou uma informação a mais, ou continuar do jeito que está... mascarando como as coisas estão acontecendo. E aí, nós não temos uma significativa aprendizagem do aluno pensando nessa mudança como melhoria, enfim...

### **11.1. Qual é a importância da BNCC?**

Que ela vem para dar a base para todo mundo. Ela vem para nivelar? Não é para nivelamento, essa palavra não é a mais adequada, mas ela vem expor o mínimo, para que

todas as escolas tenham que atingir o mínimo. O que nós temos que pensar enquanto proposta para escola? O que a escola pretende? O que a escola quer? O mínimo atingido tem que ser o que a base propõe, a partir daquilo a escola pode ter o algo a mais.

**12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola, para a elaboração desse projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos?**

Sim, de extrema importância, pena que isso não acontece.

**E nesse sentido, qual é o papel do professor?**

O papel do professor na escola, pensando no projeto pedagógico, é pensar enquanto mediador. Ele é ponte entre a gestão e o aluno e os pais desses alunos, porque a proposta pedagógica deveria ser regida por todos. Se todos tivessem ciência do que se passa, o que a escola quer para aqueles alunos, o que ela traz e, o professor cabe como mediador porque ele está tanto entre a gestão, então ele tem a parte burocrática que ele responde que é a gestão, mas ele tem o aluno como próximo, e ele tem o aluno mais próximo ainda porque ele está dentro da sala de aula, ele está aprendendo, ele está ensinando, ele está trocando informações o tempo todo com aqueles alunos que vão repassar para seus pais, então se o professor não fizer essa mediação, não tiver essa discussão, esse debate, vai ficar sempre aquela coisa hierárquica: a diretora, a coordenadora e a vice-diretora institui, escreve, os professores corrigem e aquilo simplesmente engaveta. Por que os pais não têm ciência, só tem ciência quem é curioso, por que eu nunca vi na minha vida, um pai, pelo menos nessa escola, ou um aluno falar de proposta pedagógica, eu acredito que nem a APM que é a associação de pais e mestres, saiba o que é isso, pois não é lido, não é feito.

**13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?**

Eu acho que ela é um documento onde todos que estão dentro da secretária do estado de São Paulo, independente do seu cargo hierárquico, administrativo ou não, devem estudar, primeiramente. Acho que eles devem conhecer muito bem, saber diferenciar a BNCC do currículo, do projeto pedagógico, estar bem claro para cada um o que é a BNCC, o que é o currículo que a escola vai adotar, o que é o projeto pedagógico, ter bem nítido os parâmetros que você tem que pensar, que você vai analisar a partir da BNCC para a elaboração dos outros documentos vigentes daquela escola, então a partir do momento que você estuda a BNCC, você a conhece a fundo, você consegue ter ferramentas e propriedades para trabalhar ou formar um currículo, formar um projeto pedagógico que seja eficaz, não que só fique no papel, que seja utópico, que nada daquilo vai ocorrer.

**13.1. Há alguma questão que você considera preocupante?**

Sim, a não formação desses professores, que é o que acontece em comparação as escolas de período integral, que nós sabemos que há esse momento de formação, que eles fazem esse momento de formação para professor estar se aprimorando, dentro da escola de período regular não, as coisas simplesmente são jogadas, há uma discrepância e uma diferença muito grande, é preocupante, pois enquanto um professor está recebendo essa formação dentro de uma escola, o outro não, e haverá divergências, óbvio. Vão haver

discussões, mas serão descabidas, mesmo porque um conhece, o outro não, não tem como...

APÊNDICE V – ENTREVISTA COM PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA  
LP3 DA ESCOLA E3

**Transcrição da entrevista da professora de Língua Portuguesa LP3 da escola E3**

**Legenda:**     **Negrito:** entrevistador.  
                  Normal: entrevistado.

**Primeiro eu queria que você se apresentasse e contasse um pouco da sua trajetória profissional.**

Sou formada desde 1975 em Língua Portuguesa e Inglês, depois eu fiz Pedagogia, lecionei um tempo e parei. Quando casei e tive meus filhos eu parei por uns dez anos, depois eu voltei, por isso que eu ainda estou na ativa, já estou para sair. Adoro a matéria, eu vivo implementando a metodologia nova com eles, desde o tempo que eu voltei para cá. Teve um tempo que eu fiquei em Minas Gerais, aí quando eu vim em 2000, 1999 eu voltei, lecionei numa escola do centro, já implementava a metodologia de literatura. A sala em círculo, eles liam os livros, contavam os livros, falavam da vida do autor, entendeu? Então eu encontro com eles e até hoje eles lembram por conta disso. Também preparava os meninos para o vestibular. Aqui eu comecei a preparar os meninos para fazer a prova da ETEC. Então ficava uma hora a mais. Aqui é fundamental II, aí eu fazia essa preparação para eles. Além das aulas, ficava uma hora a mais para preparar. Bastante aluno conseguiu entrar nessa época. Ano passado eu peguei sétimo ano e oitavo. Esse ano, no oitavo eu já estou fazendo essa preparação. Meu sistema é esse, meio independente do que o governo estipula ou não para a escola pública. Eu me baseio naquilo que se pede para eles em provas externas, que as vezes não bate bem com o nosso.

**1. Considerando que você está representando esta escola, nesta entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a BNCC para esta unidade escolar?**

Olha, nós sempre lemos todos os documentos do governo. No fim do ano passado nós fizemos uma leitura da BNCC, no começo do ano nós descobrimos que haveria uma mudança curricular no estado de São Paulo, que aí o estado de São Paulo iria mudar o currículo por conta da classificação dos meninos nas provas externas, porque o estado de São Paulo está bem ruim e diante do novo currículo, da aplicação do governo, nós criamos nosso próprio currículo, porque nós não recebemos nada pronto, então cada professor montou cada currículo baseado naquilo que cada ano necessita ver, estudando a BNCC, vendo o que precisa ser dado e nós mesmos montando, como era antigamente.

**2. E você, professor (a), como compreende a BNCC?**

Para nós foi meio confuso. Assim, é uma coisa que vem pronta, eu nunca participei de nada que possa melhorar ou acrescentar nessa BNCC, embora eles falem que há a gestão democrática. E eu entendo assim, olha, “vem isso aqui, você vai dar isso aqui”, como algo imposto. E eu fico vendo, por mim, como professora hoje, que estou quase aposentando, como que os professores novos se viram com isso? Eu acho difícil estar se preparando para isso. Eu vejo assim, bem confuso, bem imposto. Não tem uma meta. Agora eles puseram uma meta que eles querem que no ano 2019 o estado de São Paulo seja o primeiro, e que em 2020 esteja lá classificado em sexto lugar no exterior.

### **3. Como este documento está organizado?**

Ele apresenta o fundamental I. Que depois vem logo em seguida o nosso, as categorias das disciplinas e as habilidades. É mais dividido em habilidades, pelo que eu entendi. Nós estamos de olho naquelas que eles têm dificuldade.

### **4. Considerando as características deste documento o que você imagina que poderá acontecer com a implantação, de fato, da BNCC?**

Eu acho que precisaria ter um consenso maior. No meu ponto de vista está muito jogado. Vem um e fala uma coisa, vem o secretário e fala outra coisa. Teria que ter alguém da área lá, atuante, porque normalmente quem vai mudar isso já faz cinco anos que deixou, não imagina como é hoje uma sala de aula, e no critério do governo, por exemplo, o aluno não conseguiu nota, dá reforço, recuperação... O aluno não conseguiu atingir a frequência, você dá uma atividade para atingir essa frequência. Quando chega agora, no final do ano, eu tenho aluno que fala assim para mim: “não tem problema professora, depois a gente faz uma recuperação e está aprovado”. O ano que vem ele quer que o estado de São Paulo atinja o primeiro lugar no Brasil, com o que? O que ele vai mudar em um ano? De 10 anos esses alunos vindo tendo essas compensações e essas recuperações. Então eu não sei, teria que ter gente que vive aqui na escola para ajudar a montar lá. Porque nossos alunos não têm estímulo. Eu tenho aluno aqui que veio de Cuba, que ela frequentou escola internacional. Ela fala espanhol e inglês fluente, porque lá tem que falar fluente, não é só ter uma aulinha como é aqui. E a menina está aqui porque o pai era da Odebrecht, foi mandado embora, então está aqui, nem escola particular não está. E ela detona a interpretação de texto. Dá até dó, porque aqui eles não ligam para interpretar, então eu fico assim... paro minha aula, vou..... Então eu acho que quem vai montar essa BNCC, para implementar mesmo, teria que ser o pessoal atuante. Não o pessoal que se afastou, que está distante. Olha o pessoal que saiu ano passado. A realidade hoje já é outra. As férias mudam eles. Eles vêm diferente.

#### **4.1. O que muda com a chegada da BNCC?**

Vamos por uma BNCC real, que vá formar esses meninos, um sistema que vai exigir deles... mudaria tudo no sistema nacional, pensou? Quem está em Pernambuco, que é bem classificado, vem para cá e tem o mesmo sistema de ensino, o mesmo estímulo, sabe? Mudaria muito se fosse aplicado no sentido real e todos seguissem, porque você sabe que

na sala de aula o próprio professor vai mudando e acaba não implementando bem aquilo lá, então seria uma coisa excelente essa modificação.

## **5. O que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC?**

Ah, eu não sei. Eu nem imagino como eles montaram essa BNCC. Eu tenho a impressão que eles têm um olhar no exterior. “Olha, nos Estados Unidos é assim, porque lá não repete, etc.” Por exemplo, o aluno de um quarto ano, ele tem dificuldade, mas ele pode adquirir maturidade suficiente ano que vem para chegar com os colegas, então aprova esse aluno por conta da maturidade. Aí vemos se em alguns meses ele consegue, se ele apresenta muita dificuldade teria que ter um monitor para ele. Isso está na lei e isso não acontece. Então se acontecesse o que diz a lei, seria ótimo. Esse monitor ajudaria o aluno, pois ele estava defasado, precisando de acompanhamento especial. Aí vem, acompanha o menino três meses, atinge a meta e vai para outro. Nós não temos isso. Você já fez concurso, não está na lei isso? Então. Eu penso assim, se implementar direitinho, como manda a lei... eu acredito que no exterior faça isso. No meu ponto de vista nós deveríamos copiar alguns países que dão certo e vim implementar na nossa cultura aqui. Mas não acontece isso de monitor, aí tem que fazer uma recuperação falsa para ele passar. Aí vai compensar a ausência também do mesmo jeito, dá um trabalhinho e compensa a ausência. Não tem uma coisa real. Se acontecer o que está escrito na lei, é a melhor coisa que existe. Mas não do jeito que é levado ultimamente.

### **5.1. Foi realizada uma avaliação do sistema escolar?**

Está sendo feito agora uma coisa assim: nós estamos no meio de seis escolas para ver qual que é a porcentagem de acerto nas provas externas. Eles estão nivelando por cima, então só no meio do nosso meio de escolas, tem escola de período integral, que não dá para se concorrer com eles. Mesmo assim, português nós atingimos oitenta e pouco de média no oitavo ano, falo por mim. É uma boa média de acertos, só que ficou faltando 2.9 para atingir a melhor escola desse grupo. Então começou a ter isso. Eu, por mim, vou falar que sou competitiva. Quando vi isso aí eu pensei “ah não, os meus tem que ir melhor”. Então eu fiz um trabalho com eles, expliquei para eles e coloquei eles nessa competição. Eu achei que deu uma melhorada agora.

### **5.2. Foram diagnosticadas necessidades de formação do professorado?**

Não sei. A gente só vê que eles colocaram esses cursos aí. E incentivando mesmo os professores a fazerem esse curso mesmo por conta dessa defasagem. Agora como aconteceu eu não sei explicar, se eu falar, vou mentir. Esse ano e ano passado começou a ter esse incentivo de cursos. Agora, esse mês de julho, você fez esses cursos de tecnologia? Então, é um espetáculo. O que eu trabalhava com eles no ensino médio que seria o eletivo, eles escolheriam um tema e aí estudaria esse tema. Português entra tudo, porque aí eles teriam que escrever, por que entra na parte escrita, parte de oralidade, eu

achei espetacular esses cursos. Agora vamos ver como vamos aplicar. Eu espero que os professores, na maioria, levem a sério isso.

#### **6. Como a BNCC foi apresentada à esta unidade escolar?**

Foi apresentada ano passado, aí em março, no começo do ano, a gente ia aplicar o nosso próprio currículo, porque o nosso aqui do estado de São Paulo não estava batendo. Agora em agosto veio uma coisa que as provas que vão ser dadas agora são baseadas no que era dado em 2008. Então ia parar o currículo nosso, montar outro currículo e de repente volta lá para o currículo de 2008. Eu não entendi. Eu achei bem confuso. Eu não estou entendendo o que vai está sendo mudado.

#### **7. Há algum tipo de orientação para a implementação da BNCC?**

Eu não recebi nenhuma. Tem assim, as habilidades, que vem lá pela secretaria da educação, coloca-se aqui em ATPC, aí você senta e monta. Nós não tivemos um professor ou alguém de fora que viesse aqui e orientasse. Eu não tive.

#### **8. Para a implementação da BNCC terá algum curso/formação?**

Não sei. Não tem nada previsto, ninguém fala nada. A última formação nossa foi agora de agosto, para gente parar com aquele currículo que montamos e voltar o olhar para 2008. Tanto que a prova agora de AAP que nós tivemos, foi copiado e colado as questões de 2017. Para mim mudaram um texto, mas pensei “eles não têm banca de prova para fazer isso?” Porque normalmente deve ter. Então não sei nada se vai estar tendo curso para nós.

#### **9. Hoje há uma proposta curricular definida para o Estado de São Paulo. Com a chegada da BNCC haverá mudanças no currículo? Como fica isso?**

Acho que é o que eu falei para você. A chegada da BNCC, que são as habilidades, que eu acho super legal, porque nos Estados Unidos eles trabalham com habilidades, faz muito tempo. E pelo que fiquei sabendo, na Alemanha também, tudo trabalha com habilidades. Isso que é importante. Agora aqui, foi isso que te falei, no começo do ano veio “vamos parar com isso, vamos mudar, mas não vamos parar com habilidades”, então nós pegamos a banca de habilidades e montamos o nosso, e agora em agosto veio essa bendita dessa retroação “olha, veja o de 2008, agora vocês vão fazer como estava lá”. Agora em agosto eu montei o meu plano, desmonto. Agora você vai se basear no plano de 2008. Segue o mesmo planejamento de currículo do estado de São Paulo lá de 2008. Até vir novas ordens. Então nossa última informação foi essa daí.

#### **9.1. Quem vai, de fato, elaborar a nova proposta curricular para a escola?**

Nem imagino. Por exemplo, você fica imaginando que seja uma secretaria da educação, né? Mas eu não sei...

### **9.2. Serão criados materiais e meios para a elaboração do currículo?**

Também não sei falar disso. O que foi falado são através desses cursos que tivemos agora em julho. O ano que vem vai diminuir cinco minutos de cada aula para poder implementar o projeto de vida, que eu achei super legal. Conforme eu fiz o curso eu já apliquei com meus alunos, deu super certo. Eles vão tendo um outro olhar para aula. O que você quer ser? Aí sua escola te ajuda. E tem as eletivas que eles podem escolher um tema para poder escrever e a tecnologia que não é só o uso do computador, é você ter uma aula técnica para eles. Por exemplo, plantação, em ciências faz uma plantação... Então só nisso aí eu acho que já vai ajudar bastante, porque eles vão ver porque eles estão aprendendo as coisas. A única coisa que sei te falar. Agora como que vai modificar, nem sei como vamos aplicar isso aí. Nós temos 15 computadores na sala de informática, se eu trazer meus 35 alunos aqui... Algumas salas têm 38. Então eu levo na sala de informática, ela é pequena, não comporta os 35 alunos, ficam três alunos amontoados, então eu penso: “o que ele quer que trabalhe com tecnologia?” Porque eu vou ter que montar a pesquisa de certas aulas e não depender do computador dele na classe... eles têm o celular, mas teria que imprimir algumas coisas. Então a escola mesmo já não está preparada para receber essa inovação de aula que vamos ter ano que vem. Porque mesmo o projeto de vida, se fala assim “ah, eu quero ser advogado”, “ok, mas você sabe o que é ser advogado? O que o advogado estuda?” Então você desce, faz uma pesquisa, mas onde? Porque no nosso nem o *word* é liberado. Tem que escrever. Então não sei como será. Não estou falando mal da escola, mas eu acho que o governo está querendo uma mudança, tudo bem. Nós estamos preparados para escola, mas e a escola? E a infraestrutura da escola? Porque a escola de tempo integral está preparada para isso, mas as nossas não.

### **10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implantação da BNCC?**

Eu não sei te responder. Não sei se vai ter um relatório, porque na escola de período integral onde eles implementam algumas coisas diferentes, é muito relatório. Você tem que dar um feedback do que você está aplicando. Para nós eu não sei como que vai ser, porque o tempo nosso, qual vai ser? Só se for para serviço de casa, porque estou dando aqui todas as aulas no período da manhã, três ATPCs, parece que vai aumentar para 11 ATPCs. É, sete. E 11 acho que é serviço em casa, né? Eu já trabalho pra caramba em casa, porque dou aula de português e tenho que corrigir tudo. Então eu não sei o acompanhamento, não sei se eu que não me informei direito, mas está vindo documento, sabe?

### **11. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada da BNCC?**



A vantagem vai ser a conscientização de que a gente precisa melhorar, mudar. Muita gente vai chiar, vai reclamar, vai dar trabalho, porque por exemplo, uma aula eletiva que ele escolhe um tema dele, eu preciso estar aberta para aquele assunto e se eu não souber eu preciso pesquisar e trabalhar bastante. Então vai ter uma mudança para melhor, mas vão ter sacrifícios. Então nós vamos ter que enfrentar bastante reclamações, sabe? Por parte de aluno, professor...

Essa mudança é uma vantagem. Vai dar trabalho, mas o que a gente faz sem ter trabalho? Então assim, vai sair do campo de conforto mesmo e eu acho isso ótimo, porque eu vivo saindo, para mim isso é ótimo. Agora, as desvantagens, vão pegar muita gente mal preparada. Você sabe disso. Vai pegar muita gente que não quer mudar. Resistência à mudança. Os alunos que estão acostumados a esse tipo de paternalismo, tudo ajuda, eles vão ter que sair, e eles gostam de sair da zona de conforto. Mas que vai ter uma resistência, vai.

### **11.1. Qual é a importância da BNCC?**

Eu acho que é a unificação. Olha, o país tem um projeto, você entendeu? Eu acho engraçado que tem uma escola, acho que é em Osasco, que é livre, é aberta. Não lembro o nome, depois eu te falo. Aí o aluno fala que tem dificuldade em equação de segundo grau, aí vem um outro aluno e diz que sabe, aí eles marcam de ir na biblioteca em tal horário e o outro explica. Entendeu? É... como pode aplicar isso numa escola do governo? Se não fosse unificado? Então, deu certo? Vamos unificar isso aí. Então eu acho que a BNCC se aplicar direitinho como eles querem e bem planejado vai ser um espetáculo. Não vai ser já a mudança, sabe? Mas teria que ser tipo o Japão, sabe, não pode ser passinho de formiguinha teria que ser aos saltos, alguma coisa o governo teria que fazer para que essa mudança acontecesse. Então o Brasil inteiro com um tipo de ensino unificado.

### **12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola. Para a elaboração deste projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos?**

Se não for, não funciona.

#### **E qual o papel do professor nesse contexto?**

O mediador, né? Então vem o diretor, ele vai aceitar, os pais, e o professor vai ser o que vai executar isso aí. Ele vai precisar de informação de todos os lados, vai precisar de ajuda de todos os lados, porque ele que vai ser o implementador, não vai? Ele que vai trabalhar pra caramba.

**13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?**

Seria uma contribuição para os nossos cidadãos. Seria a melhor formação para os meninos em geral, uma diretriz para o professor, porque ele teria o que seguir, um campo de visão geral para os gestores e seria a esperança dos pais, porque no momento os pais, o que eles entendem? O que aprendeu? Estão bem perdidos. Então eu acho que a BNCC bem elaboradinha e bem implementada seria nosso norte para os nossos alunos.

**13.1 Há alguma questão que você considera preocupante?**

O estudo. Eles não têm hábito de estudar. Essa proposta do estado de São Paulo tirou do aluno, do estudante, a vontade de estudar. Ele não estuda, não pesquisa. Ele não é um pesquisador. Não sei se você concorda. Eu vejo um menino, criança de escola particular, ele está estudando para fazer uma prova, nossos alunos não. Ele não tem o hábito. No meu tempo a escola do estado era melhor. A gente estudava, o que faz hoje uma escola particular. Então tirou deles essa responsabilidade de estudar.

APÊNDICE W – ENTREVISTA COM MULTIPLICADOR MUDEA DA  
DIRETORIA DE ENSINO DE A

**Transcrição da entrevista com a multiplicadora MUDEA referente à Diretoria de  
Ensino DE A**

**Legenda:** Pesquisador: letra em negrito  
Respondente: letra normal (sem negrito)

**Primeiro eu queria que você se apresentasse e contasse um pouco da sua trajetória profissional.**

Meu nome MUDEA, acho que você tem o nome completo, e eu sou professora aqui na escola desde 2004. Eu estou nessa mesma escola com o mesmo grupo de professores na verdade. Tem bastante amizade entre a gente, eu sou formada pela UNESP em Rio Claro em Licenciatura em Matemática, depois eu fiz o Profmat e agora estou fazendo uma outra pós, lato sensu, em estatística, basicamente é isso.

**Aqui na escola você está desde 2004, e na rede?**

Desde 2003. Eu comecei em 2003, em 2004 fiz o concurso para efetivar e eu já entrei.

**1. Considerando a entrevista que realizamos com o representante da Diretoria de Ensino, nós identificamos a presença de um multiplicador no processo de implementação da nova proposta curricular para o Estado de São Paulo, nesse momento representado aqui por você. Você poderia detalhar o papel do multiplicador?**

O que a gente fez ano passado? Nós fomos às reuniões. Nós participamos da formação, foram alguns dias que nós conversamos sobre a proposta para entender o que era, e nós tínhamos que voltar para a escola e, no ATPC, discutir isso com os professores.

**1.1 E isso já aconteceu?**

Já, já aconteceu ano passado.

**Você lembra mais ou menos o mês que aconteceu?**

Foi o ano inteiro que eu fui chamada, foram vários.

**E o ATPC com os professores, você lembra o mês?**

Não lembro. Mas nós fomos fazendo discussões, na verdade ao longo do ano. Nós fomos conversando sobre a base, sobre as mudanças que vinham, mas o que chegamos à conclusão é que, para a gente, não ia mudar muito no nosso currículo, porque o Estado de São Paulo já tem uma proposta que caminha no mesmo sentido do que foi discutido. A gente já tinha o caderninho do Estado, as propostas não mudaram muito, alguma coisa que acrescentou, por exemplo, “fluxograma” a gente não trabalhava, agora acrescentou isso. Parecia que na primeira conversa, por exemplo, a gente conversou sobre o uso da informática, que a BNCC ia usar a informática, que tinha que contextualizar mais, então já eram coisas que a gente fazia, não vimos tanta diferença. A diferença que eu percebi que veio, está vindo uma grade de transição, agora que eles mandaram a BNCC com as habilidades e em qual ano que trabalha cada habilidade. O que a gente percebe mais de diferença é que as habilidades, antes elas eram condensadas em um bimestre, agora você

tem que trabalhar durante todo o percurso do ensino médio, do ensino fundamental, que seja.

## **2. Como foi realizada a escolha dos multiplicadores?**

Não sei.

### **Você só ficou sabendo que você era uma multiplicadora?**

É, basicamente.

### **E como foi esse processo?**

Olha, a coordenadora veio e me disse que ia ter a reunião da BNCC. Ela falou alguma coisa do tipo na época, que foi ano passado, eu lembro que estava com sexto ano, primeiro ano e terceiro ano, e ela disse “como você tem bastante sala, tanto do ensino fundamental e ensino médio, dá para você participar mais, porque tem professor que só tem sexto e sétimo, ou professor que só tem segundo e terceiro”. Eu sempre dou aula para bastante salas durante todo o ano, e eu sou uma professora antiga aqui, ela achou que seria mais fácil para eu passar, de tanto eu ir lá e entender, quanto voltar aqui e conversar com outras colegas.

### **Você foi convidada pela coordenação?**

É, eu não me lembro se o RDEA também pediu, eu acho que ele também pediu em um certo momento que eu fosse. É que eu acho que foi assim: a primeira vez que eu fui teve uma indicação da escola, depois eu acabei ficando o tempo todo, porque não faria sentido eu ir uma vez e depois ir outra pessoa, eu também tenho um pouco mais de maleabilidade com meu horário, pois tem muito professor que tem mais de um emprego, fica difícil de uma pessoa ir. Como eu estou só aqui, é mais fácil para eu ir, para lidar com isso, só tenho uma escola, não tenho tantas outras coisas para fazer.

## **3. E você, como compreende a BNCC?**

O que eu compreendi...é uma tentativa de tornar o currículo mais... trabalhando mais as disciplinas, mais com tecnologia, com informática, amarrando mais com a leitura. Eu lembro que foi isso que a gente discutiu nos dias que se seguiram lá, que também não foi muita novidade. Eu tive a impressão que são coisas que a gente já discutia há muitos anos, para mim não tiveram grandes novidades, dentro da área de matemática não teve uma coisa que nunca foi discutido, até porque a gente vem de uma... você também lá na sua faculdade já discutia bastante informática, já discutia o uso de outras disciplinas fazendo essa mescla com outras disciplinas. Então, é algo que é uma necessidade e as pessoas estão tentando organizar. A primeira visão minha é essa, depois têm aquelas outras polêmicas da Base, de tirar disciplina, mas a gente não discutiu nada sobre isso, a gente discutiu a questão do currículo.

## **4. O que é a proposta curricular do Estado de São Paulo?**

É como nós vamos pegar nosso currículo que nós já temos e vamos colocar ele de acordo com a Base. Nós estamos discutindo esses dias como fazer essa transição.

**Que informações você tem a respeito da elaboração desta proposta, desse Currículo Paulista?**

Tem a BNCC, eles chamaram a gente para discutir a Base. Depois eles começaram a chamar a gente para discutir como a gente ia fazer para colocar dentro do nosso currículo a proposta Base. Essa foi a versão zero que depois foi enviada e a gente voltou lá para fazer, conversar como ia ser esse andamento.

**Você falou que foi enviada. Enviada como? Enviada de lá para escola ou da escola para algum lugar?**

De lá. A gente tinha que responder com um PCNP e o RDEA, outros professores da diretoria.

**Vocês foram para a diretoria?**

Fomos para a diretoria, junto com RDEA, e aí a gente discutiu as propostas que foram encaminhadas para eles, e a gente enviou também.

**Quem elaborou a proposta curricular?**

O Estado de São Paulo? Não sei.

**Foram criados materiais e meios para a elaboração da proposta curricular?**

O que eu lembro... a gente foi pegando as habilidades que estavam na BNCC e conversamos sobre ela, mas veio bastante coisa pronta já. A gente tinha que conversar mais para saber se a gente concordava, o que achávamos. Para o sexto ano, vamos acertar isso aqui, esse aqui dá para trabalhar em qual série? Isso aqui a gente já trabalha assim.

**E sobre a consulta pública o que você pode falar? Como foi essa consulta pública?**

Então foram tantas coisas... que eu não me lembro... falar em detalhes para você... [negação com a cabeça].

**Eles chegaram a consultar professores?**

Chegaram. Nas ATPCs eles enviaram vários pacotes de perguntas para a gente responder, enviar. Agora, se você me perguntar o que eram, eu não vou saber te falar.

**Vocês faziam isso via internet?**

Era via internet. Quem tem melhor isso daí é a coordenadora, porque chegava para ela. Ela pedia para a gente responder, nós respondíamos em grupos nas ATPC e enviava.

**5. Qual é a relação entre o documento da BNCC e a proposta curricular?**

Foi o que eu falei. De início me pareceu muito próximo, as habilidades, algumas coisas que não tinham, tanto que para mim não tiveram grandes novidades do que a gente discute, até a nível de faculdade, é que eu estou sem..... Eu tinha o papel do que a gente discutiu lá.

### **5.1. O que lhe foi apresentado? Foi a BNCC ou a proposta curricular?**

Os dois.

#### **Foram os dois? E como foi que aconteceu essa apresentação?**

A BNCC foi discutida pelos professores na DEA, o que era essa nova proposta, o que era a Base, como ela ia ser trabalhada. Depois o currículo foi como íamos inserir isso, trabalhar, adaptar o nosso currículo de acordo com o que a Base queria.

#### **Foi apresentado pela Secretaria da Educação ou pela Diretoria de Ensino?**

Para a gente foi pela Diretoria de Ensino, e para eles foi pela Secretaria de Educação.

### **5.2. Algo foi proposto para estabelecer uma discussão/vínculo entre o documento da BNCC e o documento da proposta curricular?**

Na época nós discutimos bastante, é que faz tempo, né? Isso foi ano passado, é que são tantas discussões.

#### **Você falou que a BNCC foi apresentada antes?**

Isso, foi, isso eu me lembro.

#### **A proposta curricular já foi apresentada como um desdobramento já pronto da BNCC? Ela foi apresentada como algo oriundo da BNCC?**

Me parece que sim, já pensando nas habilidades da BNCC, que é como eu falo já são muito próximas, pelo menos na área de matemática, nas outras áreas eu ainda... que a coordenadora foi comigo então ela prestou mais atenção na parte de Humanas, Letras, ela é de História. Minha parte que ela pediu para eu ir junto é a de Matemática. Ela disse “olha eu sou de História, você de Matemática, a gente se completa”. Na área de Matemática está muito casado com o que a gente já tinha, o que veio da proposta da BNCC e o que a gente já tinha, praticamente é muito parecido, não foi algo que eu achei muito diferente em como eu vou trabalhar isso. Eram discussões que não eram grandes novidades para gente que veio de cursos de estadual, de federais que já tem essas discussões de como trabalhar a interdisciplinaridade, trabalhar a leitura, trabalhar a informática, essas questões que eles apresentaram em um dos dias lá, que eram um dos itens da Base, são coisas que eu lembro que já trabalhamos isso no dia-a-dia, até a coordenadora pensou na mesma coisa, já está bem casado com o que a gente já faz, o que mudou muito que eu estou percebendo é a ordem das habilidades, que antes trabalhava progressão aritmética e geométrica uma coisa só começada, agora é uma habilidade que é pra trabalhar os três anos na BNCC.

**Na BNCC ou no Currículo Paulista?**

No currículo que está vindo agora.

**6. Como a proposta curricular está organizada, no segmento que você representa?**

Eu tenho fundamental II e o médio.

**E como esta proposta está fundamentada neste segmento?**

Não vi muita diferença, não. Sexto ano praticamente a mesma coisa.

**7. Há algum tipo de orientação para a implementação da proposta curricular?**

Eles estão enviando orientações através da coordenadora.

**E essas orientações vão chegando como?**

Via e-mail.

**E qual tipo de material que vem atrelado nesse tipo de informações?**

A BNCC, orientações gerais.

**Qual seria por exemplo o papel do multiplicador?**

O papel do multiplicador foi o ano passado. A gente foi conversar com os professores para falar que vinha uma nova elaboração, uma nova forma de conduzir o que a gente já trabalhava. Esse foi nosso papel, isso foi o ano passado. Discutir e trazer a discussão para cá.

**E quando vocês chegavam aqui o que é que acontecia na escola?**

Nas ATPCs a gente conversava entre os professores, conversava entre a gente.

**Tinha algum material a ser analisado ou você contava suas experiências na Diretoria de Ensino?**

Geralmente tinha algum material xerocado que eles davam para a gente e nos mandavam por e-mail.

**8. Para a implementação da proposta curricular terá algum curso/formação?**

Não sei.

**O que está previsto? Se tem um formato...**

Não sei, o que está vindo por enquanto é por e-mail. Acredito que vá... eles sempre fazem orientação técnica na diretoria. As vezes eles vêm para cá, as vezes a gente faz aqui no... já teve aqui numa faculdade privada da cidade, eles já cederam o prédio, as vezes fazem

em alguma escola e chama, orientando a gente. Se a gente precisa, também enviamos perguntas. Volta e meia a coordenadora pergunta lá o que vai ser feito.

**Vocês têm esse canal?**

É, a gente tem esse canal

**9. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implantação da proposta curricular?**

Faz, eles sempre fazem.

**Como é que acontece?**

Eles vêm, a coordenadora assiste aula, ela conversa com a gente na ATPC, as vezes eles vêm da diretoria, também para assistir aula. Já teve gente da diretoria assistindo minha aula por exemplo, vindo aqui, assistindo, vendo, conversando.

**Qual o papel da Diretoria de Ensino?**

De orientação.

**Tem o sentido de orientar mesmo?**

De orientação.

**10. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada da nova proposta curricular?**

Eu acho que a maior vantagem é conscientizar o professor que precisa ser feita uma mudança. Então, por exemplo, o uso da informática há muitos anos isso já é discutido, e agora está bem claro. Sempre foram colocadas essas discussões, mas agora está como uma proposta mesmo. Acho que para matemática, eu achei que ficou uma coisa mais assim, as habilidades vão ser trabalhadas em todo percurso e não só em um bimestre. Eles estão procurando fazer uma coisa mais harmoniosa, geralmente você trabalha matriz e acabou, trabalha análise combinatória e acabou. Por exemplo, habilidades de sexto ano, porcentagem, acho que é no quinto ano, você trabalha o que é 25%, 50%, 75 % e 100%. No sexto ano você trabalha como calcular isso de outras maneiras com calculadora, então até o uso da calculadora já está sendo mais colocado para gente. Olha, como você calcula a porcentagem? Você pode usar a calculadora, você pode usar alguma técnica, você pode usar fração, enfim, você vai fazer, você vai ensinar ele a fazer um cálculo. No sétimo já entram problemas que envolvem porcentagem. É uma graduação.

**Qual é a importância da BNCC para a proposta curricular?**

Eu acho que no sentido de guiar, um parâmetro maior que você busca focar, que você vai trabalhar naquilo. Se você não tem, eu vejo muito assim, se não tem, fica uma coisa perdida, você precisa ter o que você vai trabalhar. Você usa informática, não usa? De repente você acha legal, mas não é. Eu acho que tem que ter um norte para você se guiar, o que eu espero lá no final, não é o que o professor espera, na verdade é o que precisa ser passado. Senão cada um dá uma coisa, um estado faz uma coisa, outro estado faz outra,



um professor acha legal trabalhar tabuada no oitavo ano, mas é do oitavo ano? Mas eles precisam, é a matéria? Eu acho que precisa ter algo que conduza, um fio condutor, eu enxergo como um fio condutor, pelo menos é o que foi discutido bastante lá, como um fio condutor, algo que a gente vai colocar como um norte.

**11. No contexto da BNCC e da nova proposta curricular há alguma orientação para a elaboração do projeto pedagógico da escola?**

Eu acho que mais a coordenadora pode te responder.

**Durante essas orientações que você esteve na DE, não foi falado sobre projeto pedagógico? Do que você participou, eles falaram alguma coisa sobre a BNCC a proposta curricular do Estado e o projeto pedagógico da escola?**

Não lembro.

**12. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a proposta curricular?**

Nós trabalhamos bastante juntos com as orientações deles, conseguimos ver as etapas das construções pelo menos, não foi uma coisa que você pode falar que fomos pegos de surpresa. Nós fomos lá, discutimos, vários professores foram, você está conversando comigo, mas tiveram vários professores que foram, não só eu, da cidade inteira, da região inteira. Eu lembro que a gente chegava lá e dividia em salas. Nós tivemos a oportunidade de participar de conversar, de tirar dúvidas na época, as que tinham, ou dizer que eu concordo ou que não concordo, conversar...isso aqui, acho que não ficou tão bom para o sexto ano, talvez isso seja demais. Eu lembro que a gente foi dando bastante opinião para eles em todas reuniões. Eles ouviram, conversaram bastante com a gente.

**Quando você foi, estava na elaboração da Versão Zero. Agora já tem a Versão Um, é isso?**

Isso.

**13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?**

A consideração final foi o que eu falei, a gente precisa ter uma orientação, uma base nacional. Nós temos um país, precisamos ter uma orientação do que nós vamos seguir. Lá atrás, quando eu comecei, não tinha muito essa orientação, depois o Estado foi se organizando, fez o currículo de São Paulo em 2007, teve reunião para elaboração do currículo, todo mundo começou a trabalhar a mesma coisa. É importante você ver rendimento, senão, como a gente falou, cada um...o que você trabalha? Você não tem um guia, você não tem um material e os próprios livros você percebe que antes cada livro era de um jeito, hoje os livros já têm outra... o próprio livro mudou. Depois que tiveram os caderninhos do Estado de São Paulo, que vieram com alguns problemas mais interessantes, que tinha antes os livros mesmo, começaram a modificar o modo como escreviam. Têm livros que já eram ótimos, você pega Dante, por exemplo, um autor ótimo, ele já trazia problemas. Agora, você tinha muito livro que era assim: resolva... não tinha conexão, o próprio livro era bastante simples, ele não trazia uma conexão. Hoje você pega livro de terceiro que usa conteúdo de segundo, primeiro. Você pega um exercício de P.A., por exemplo, antigamente, lá atrás, você pegava um livro que só tinha exercício de

P.A. “dado  $a_1$ ”, “dado a razão”, “calcule  $a_{10}$ ”. Outro dia estava trabalhando com primeiro ano, tinha um exercício das olimpíadas que dizia assim: “a primeira olimpíada foi em 1930 ela acontece de 4 em 4 anos, em 2014 teve uma olimpíada, qual foi a ordem dela no decorrer dos anos? ”. É simples, mas o aluno já tem que ler, ele já tem que fazer uma conexão, e esse é um tipo de problema que vinha no caderninho. É um tipo de problema que já aparece naqueles caderninhos amarelos, você já chegou a ver os caderninhos? O da matemática é o amarelo, por isso que eu falei caderninho amarelo, mas cada matéria é de uma cor. É porque a gente é da matemática... Então, eu acho interessante, porque você pega... foi bastante criticado na época pelo professores, “é difícil de trabalhar” é mesmo, é uma proposta diferente, é uma visão diferente, de repente o cara está lá ensinando o aluno, “calcule o determinante” e, de repente, começa a surgir um plano cartesiano que você tem que marcar os pontos, cai em um sistema, aí você calcula o determinante. Os problemas mudaram a cara, ficam mais elaborados pelo que eu percebo, tanto com o ENEM. O ENEM mudou a cara dos livros didáticos também, e os próprios vestibulares mudaram por conta do ENEM. Depois do caderninho amarelo, eu percebo, e os próprios livros, começaram a trazer problemas mais interessantes. Tem uma corrida, a pessoa corre de tantos em tantos metros, o cometa Harley passa de tanto em tanto tempo, você consegue por desenho, tem outros padrões você enxerga, padrões e outras situações, os livros começaram a trazer isso. Eu percebo muito isso, que essas propostas vêm e modificam todo um pensamento das pessoas. Desde da LDB se fala do uso de informática, você pega uns textos de 1996 de usar a história da matemática, eles já falam isso, de usar história, usar a informática, não é novidade. Eles já colocam isso quando você pega texto mais antigo, mas se você pega, por exemplo, depois desses manuais, propostas curriculares, parece que eles começaram a trabalhar mais “que tipo de problema a gente quer que você trabalhe? ”. E os livros começaram a andar mais juntos, porque você tem um caminho e para o próprio professor a coisa fica mais interessante também, o que você vai trabalhar, a coisa precisa ter um fio condutor. Eu acho que quando vem uma proposta é interessante porque, como eu falei, o que nós vamos fazer? Porque você pega muito lá atrás, eu lembro quando eu tive aula, era tão diferente, quantos anos você tem?

### **33 anos.**

Também era, não era? O que eu ensino hoje para os alunos, eu vejo que lá atrás, imagina, um professor chegava e era assim: “calcule um determinante”. E você ficava um mês calculando determinante. “Faça a tabela  $x$  e  $y$ , monte o gráfico da função”, e aí você ficava lá um bimestre pondo o  $x$ , achando o  $y$  e fazendo gráfico. Dava o  $x$  e o  $y$ , fazia a reta. Para fazer a parábola você pegava cinco pontos, mais nada né? Não tinha problemas mais elaborados, de máximo e mínimo ou problema dentro da matemática que você usasse outros conteúdos. Hoje eu dei um problema para o primeiro ano que caía equação de segundo grau, era de P.A., você mexia com a P.A., caía em uma equação de segundo grau, parece que isso era evitado antes, agora é exercício de P.A., então só vai usar a fórmula do termo geral, mais nada. Hoje os livros estão muito melhores, depois das propostas os próprios autores você percebe que mudaram. Os próprios alunos, eu vejo que hoje perguntam menos “para que serve? ”, porque tem mais problemas melhores elaborados. Você fala “para que serve o logaritmo? ”, o caderninho de matemática estava cheio de problema de logaritmo interessantíssimos, decibéis, financeiro, tinha bastante problema elaborado que eu percebo, depois da implantação do currículo, o próprio aluno começou a perceber mais para que serve, porque antes era uma coisa assim “mas para que eu estou fazendo isso? ”, calcula logaritmo, logaritmo, logaritmo..., “mas para que eu estou fazendo isso? ”. De repente começa a vir um problema mais elaborado “porque você está

usando logaritmo? ”, para calcular a intensidade sonora, para calcular problema na área financeira, então o aluno já começa a perceber para que serve a utilidade. Os problemas estão melhores escritos. Outras áreas já começam a conseguir ligar mais também, você pega química e usa logaritmo, mas se você pega logaritmo e ensina sem um motivo por trás daquilo, o aluno esquece muito rápido. Então, deu uma amarrada melhor no conteúdo depois que o Estado implantou a proposta em 2007. Foi o caderninho, foi o mesmo esquema 2007, eles chamaram para a gente ir lá, já era o esquema que a gente já estava acostumada.

**14. Sobre tudo isso, você teria alguma questão que considera preocupante?**

Dentro do que eu vi, não. O que a gente discutiu lá foi isso, parte do currículo. Eu vejo que o pessoal faz algumas outras discussões na televisão, mas o que a gente discutiu foi a parte curricular.

**E aí, não teria nenhuma situação que preocupe?**

Dentro do que eu vi, não. Dentro do que a gente trabalhou lá, não!

**Tem mais algo que você gostaria de dizer?**

Não.

## APÊNDICE X – ENTREVISTA COM RDEB, REPRESENTANTE DA DIRETORIA DE ENSINO DEB

### Transcrição da entrevista com representante da DEB, RDEB.

**Legenda:**      **Pesquisador: letra em negrito**  
 Respondente: letra normal (sem negrito)

Caracterização dos participantes.

Eu me formei no ano de 2001, em uma universidade privada, que é o Centro Universitário Barão de Mauá na cidade de Ribeirão Preto. Leciono desde 2000, então impressionantemente vai fazer 20 anos que eu estou lecionando. Desses 20 anos, eu iniciei a minha carreira nas escolas privadas, principalmente atuando dentro do campo da Literatura que na realidade é a minha grande paixão, foi devido a isso que eu fiz faculdade de Letras e, por uma questão da própria vida, eu acabei fazendo muito Ribeirão Preto/Pirassununga. Lecionava um tempo em Ribeirão Preto, em alguns dias da semana e outros dias da semana em Pirassununga. Acabei conhecendo meu primeiro marido e voltei para região de Pirassununga, foi quando ele concurso do estado de São Paulo no ano de 2003, foi aprovada. Em 2005 eu assumi o cargo no setor público. De 2005 até 2015, de forma ininterrupta, eu trabalhei tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, na área de Língua Portuguesa. Em 2016 eu me casei pela segunda vez, tive meu primeiro filho e me mudei para o município B, continuo. Tinha sido removida para outra escola pública daqui, lecionei por um período quando surgiu o edital de abertura que Diretoria de Ensino de B precisava de um PCNP da área de Língua Portuguesa e eu resolvi escrever o meu projeto, participar do processo seletivo, fazer entrevista e fui selecionada. Uma surpresa para mim, realmente, porque eu não tenho experiência na área de coordenação, um dos requisitos é que nós conhecêssemos o currículo, até hoje em vigência, que foi publicado em 2008. Então foi perguntado se eu trabalhava nesse currículo, se tenho experiência com isso... E desde que o currículo tinha sido implementado em 2008, eu sempre trabalhei com ele então, posso dizer que eu tinha um conhecimento. Eu não conhecia as escolas da região, não conhecia as características da região, não conhecia a supervisão, não conhecia nada, e comecei como PCNP de Língua Portuguesa dos anos finais desta diretoria. Estou nessa função há um ano e meio, mais ou menos.

**1. Considerando que você está representando a Diretoria de Ensino nesta entrevista, nós gostaríamos de saber o que é a BNCC para esta diretoria de ensino?**

A BNCC para essa diretoria de ensino é um documento norteador de todo o nosso trabalho. De um princípio de um trabalho, na realidade. Porque agora com a implementação do Currículo Paulista, o currículo passa a ser o norte do nosso trabalho. Mas o ano passado, por exemplo, ela tem um caráter normativo e a nossa diretoria leva esse caráter muito a sério. Em nenhum momento nós fizemos pouco desse documento, desde o início nós nos debruçamos para conhecer e discutir esse documento, tanto na Diretoria de Ensino quanto nas escolas que nós fazemos acompanhamento.

**2. E você, professor (a) coordenador (a) da DE, como compreende a BNCC?**

Eu vejo com bons olhos. Claro que dentro dos princípios que ela tem, que são princípios éticos, políticos e estéticos, ela é um documento. A BNCC é um documento encantador. Eu fiquei encantada, porque o vislumbrei uma série de possibilidades de aprendizagem principalmente dentro da área de Língua Portuguesa, eu não posso dizer por todas, eu tive um olhar muito específico para de Língua Portuguesa, eu vi oportunidades de aprendizagem realmente essenciais dentro de todas as práticas de linguagem, sendo privilegiadas com todos os gêneros, sem nenhum tipo de discriminação ou preconceito, com os usos, com a língua. Claro que tudo depende de como isso será desenvolvido, mas como princípio, como como norte, eu vejo realmente como essencial. Porque dentro de um país grande como o nosso e com tantas diferenças existe o que é uma tentativa... isso que eu falei depende agora de como você... uma equidade que um estudante, independente se ele mora em São Paulo hoje, que é visto como um estado privilegiado você mais rico, se esse estudante se muda para outro estado, seja ele qual for, tem garantido a ele o mínimo realmente que ele deve aprender. E, se seguido como a BNCC propõe, habilidades a serem desenvolvidas por anos, esse aluno não fica prejudicado com a mudança. Sendo que eu vejo uma coisa dentro do componente curricular aqui em São Paulo, eu tenho um olhar... estudo determinado objeto do conhecimento e aí eu me mudo de escola, de cidade ou do estado e é totalmente diferente, eu não tenho base porque todo um trabalho já foi feito previamente, eu tenho uma dificuldade de entender como é que ele desenvolve, para o estudante que não é completamente autônomo isso é muito difícil. Eu vivenciei isso um pouco na prática porque eu lecionei muitos anos em um município que era muito comum a migração de alunos que ficava naquele município do estado de São Paulo por algum tempo, depois ele voltava ao Nordeste, depois eles vinham de novo e é um número grande de estudante, era uma dificuldade tremenda porque sempre que esse estudante regressava ou se fosse outros que eu não tinha lecionado ainda... então eu procurava me inteirar do que ele estava vendo, e assim, divergia demais daquilo que eu estava ensinando, especialmente no mês de agosto. Nós temos um currículo hoje que ele tem uma sequência de habilidades que são interligadas, que não é simplesmente eu passar para esse aluno qual era o conteúdo que eu estava trabalhando naquele momento, porque nada é fechado em si mesmo, tudo tem uma relação. Nesse sentido, eu vejo a Base com bons olhos. Ela causa um certo desconforto porque é nova, eu mesmo desconhecia diversos conceitos, ainda estou me interessando de diversos conceitos, algumas teorias, então tudo que é novo, e o currículo agora, ele traz a sensação de desconforto por ser desconhecido, aquele que eu não conheço eu temo mas, não significa que seja ruim, pelo contrário.

### **3. Como este documento está organizado?**

O documento da Base está organizado estruturalmente por áreas do conhecimento. Primeiramente ele tem uma estrutura que diz respeito a todos os componentes curriculares com as dez competências gerais. E todos os componentes curriculares têm que desenvolver as suas habilidades voltadas para que no final o estudante seja autônomo com essas competências gerais desenvolvidas e, visando que o aluno seja um aluno que se desenvolva integralmente. Então, nesse sentido veio essa novidade, que além das competências cognitivas se desenvolvam as competências socioemocionais desse aluno. E essas competências socioemocionais estão na Base não como objeto de conhecimento específico dentro dessa ou daquela área. As pessoas poderiam pensar a princípio que estaria dentro da área da Filosofia e da Sociologia, da área de humanas..., mas cada componente trabalhando as suas habilidades de forma planejada vai tentar contemplar o

desenvolvimento dessas habilidades socioemocionais. Hoje nós temos estudos e sabemos que o aluno, qualquer ser humano, pode não ter aquela habilidade, mas ele consegue desenvolver aquela habilidade, se ele for instrumentado, orientado para isso. Como nós vivemos numa sociedade complexa, a gente precisa desenvolver isso nesses nossos estudantes porque a gente percebe que as pessoas estão com a falta de estrutura para saber lidar com determinadas coisas que não concernem ao conhecimento técnico ou científico, mas aquilo que é o emocional mesmo. Então, temos as competências gerais, a partir da competência 6 a gente vê que é mais voltado para o desenvolvimento das competências emocionais.

#### **4. Considerando as características deste documento o que você imagina que poderá acontecer com a implantação, de fato, da BNCC? O que muda com a chegada da BNCC?**

Deveria mudar. A BNCC deixa muito claro que, se a partir do momento que eu tenho o contemporâneo presente, e ela traz essa contemporaneidade, pelo que eu percebi isso foi muito latente na área de linguagens, eu quero desenvolver no meu aluno um currículo onde é aprendizagem é o centro. Se a aprendizagem é o centro, eu tenho que mudar na implementação o foco da nossa tradição, principalmente na nossa rede. O que eu vou ensinar? Quando o professor, ao planejar a aula dele, tem essa primeira pergunta a ser respondida, “o que eu vou ensinar? Substantivo... a Segunda Guerra Mundial...”, com a Base, o ideal é que ao planejar as aulas, eu tivesse que me atentaram ao como eu vou ensinar, porque eu tenho habilidades específicas a serem desenvolvidas e para aquela habilidade ser contemplada eu preciso pensar em como eu vou fazer isso, de forma planejada e para quem eu vou fazer isso. Quando eu falo para quem, não é para o segundo ano, para o sexto ano, eu tenho que conhecer o meu aluno, eu tenho que ter um conhecimento. Se eu estou falando até desenvolvimento das habilidades socioemocionais, eu tenho que me aproximar desse meu aluno. Então, o professor tem que sair do centro da sala de aula, como alguém que é o detentor de todo o conhecimento, de alguém tudo sabe, que tudo transmitir, para alguém que vai dar abertura com uma maior participação do aluno, de forma mais protagonista, de forma mais dialogada de fato, e com a Base isso não pode ter apenas um discurso. O nosso currículo já propunha várias coisas nesse sentido, você vai ter que realizar na prática. Então, por isso que eu vejo muito que esse “como” tem que mudar, porque o tempo todo as metodologias ativas - e quando a gente fala isso as pessoas pensam só em tecnologias, se gente estuda um pouco mais aprofundadamente as metodologias ativas, a gente vê que têm muitas que não envolvem tecnologias - dentro da sala de aula, que é o “como” ensinar, que vai fazer eu me apropriar mais de quem são os alunos que estão aqui. E aí, eu vou perceber que a mesma habilidade desenvolvida com essa turma ou com aquela, tem que ter às vezes abordagens diferentes, porque não funciona para essa turma que é assim e para aquela que é do outro jeito. Então, acredito que é nesse sentido que a prática vá mudar mesmo, até porque aí os conteúdos que os professores estavam tão acostumados, há mais de 10 anos... “ah, eu sei que o sexto ano é isso que eu vou ensinar, que no sétimo ano é aquilo”, é “o quê”. Para a área de Linguagens, por exemplo, especificamente Português, isso mudou radicalmente. A ordem de conteúdos, vamos dizer assim, que professores estavam acostumados. E acho que até isso que gera desconforto neles, não saber agora nesse momento o quê. Porque não é esse conteúdo que está em pauta, mas essas habilidades, como desenvolvo isso.

### **5. O que você pode dizer a respeito da elaboração da BNCC? Como se deu o processo de sua elaboração?**

Ela teve uma ampla discussão até ser homologada. Mas eu confesso que no processo de elaboração da BNCC eu não tomei parte, não me apropriei muito disso. Nesse período da discussão dos elaboradores da Base, do estado da minha gestação e depois que nasceu o meu primeiro filho e foi uma gestação de risco, foi uma coisa pessoal, eu fiquei de cama e meu foco era totalmente outro nesse momento. Então, não tenho, realmente, muito para falar sobre.

### **6. Como a BNCC foi apresentada à esta diretoria de ensino? Como as informações chegaram / estão chegando?**

A Secretaria de Educação do Estado São Paulo ela foi muito articulada em relação a isso. Primeiramente nós recebemos a Base via Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e cada PCNP de cada Diretoria estudava por área o que a Base propunha. A pedido da Dirigente Regional de Ensino dessa diretoria específica, na época ela queria que cada PCNP já fizesse um levantamento do que tinha em comum entre a Base com o currículo atual do Estado de São Paulo e o que tinha de diferenças. Então foi um pedido específico da nossa dirigente, cada PCNP a seu modo fez esse comparativo, esse estudo. Passado esse primeiro momento, nós tivemos da Secretaria da Educação, não da Diretoria especificamente, não vou me lembrar datas agora, mas nós temos o primeiro momento um dia D. Era um dia que todas as escolas públicas do Estado de São Paulo tinham que fazer uma leitura e tinham que responder alguns questionamentos a respeito da Base. Então, cada Diretoria de Ensino... coube a nós, orientar as escolas da nossa região, e cada diretoria fez isso com suas escolas para que elas se organizassem naquele dia e, a participação tinha que ser de professores, de alunos de diversas séries, privilegiando no primeiro momento como era a BNCC dos anos iniciais e dos anos finais [do fundamental], não do médio, que tivéssemos participação principalmente desses alunos, mas alunos do ensino médio também foram escutados, ouvidos e alguns questionamentos foram feitos. Teve a leitura, teve a resposta e essas respostas foram encaminhadas para Secretaria de Educação. Depois desse movimento do dia D, era orientado que as escolas continuassem fazendo um estudo a respeito da Base, em horário de ATPC da escola. Já haviam algumas discussões sobre a Base, onde nós, PCNPs, acompanhávamos através... não especificamente assistindo a ATPC, mas conversando com os coordenadores das escolas para nos inteirarmos do que tinha sido discutido. Depois desse tempo que as escolas continuaram estudando a Base, teve um movimento da Secretaria de Educação de disponibilizar uma primeira versão da Base, que foi chamada de Versão Zero. Se eu não me engano ela disponibilizou essa Versão Zero e ela fez uma chamada pública de intervenção onde as pessoas entravam em um link e qualquer pessoa poderia responder o que achava, colocar uma sugestão, se era aquilo, se não era... em relação à Base. A intenção na realidade era pensar tudo isso para transpor a Base para o Currículo Paulista, por isso que é chamada até de Versão Zero. Essa Versão Zero transformou-se na Versão Um do Currículo Paulista. Aí a gente sai do movimento só da Base, a gente já começa tem um afunilamento para o currículo do Estado de São Paulo. Depois da Versão Um, que já saiu uma propositura do currículo, pelo menos em Língua Portuguesa, que eu falo que meu olhar é mais atento, as habilidades de Português previstas na Base estão presentes no currículo. O que mudou, às vezes, é que era uma habilidade muito grande, eles desdobraram em item “a”, item “b”, mas não tiveram grandes diferenças, embora em

Língua Portuguesa essa consulta pública conta com maior número de participações de todos os componentes, nós tivemos que continuar estudando a Base. A Base e o currículo, chega em um momento que se misturam aqui na nossa secretaria, não fica só no estudo da Base, exclusivamente. Começou só com a Base, mas depois nós focamos mais no currículo. Nós tivemos que organizar nas regiões em parceria com os municípios, como se fosse um fórum. A gente teve que chamar todos os municípios da nossa região, junto com a Secretaria de Educação aqui de B, por exemplo, envolvendo professores de todas as áreas, envolvendo coordenadores, governo, diretores... vamos dizer assim, talvez de forma democrática o maior número de representantes que nós pudéssemos envolver nisso. Então, nós participamos de várias reuniões na Diretoria de Ensino com a Secretaria da Educação de B, porque nós organizamos os eventos juntos, e nós precisávamos conseguir um lugar grande, e chegar a um determinado momento dessa discussão que teria uma parte com todo mundo, mas depois teria uma discussão específica por componentes. Nós conseguimos aqui a Faculdade Anhanguera que cedeu o espaço, isso aconteceu o ano passado na Faculdade Anhanguera, tivemos representantes dos municípios de nossa região, são nove municípios, Secretaria de B e os PCNP de cada área, responsável por conduzir discussões e perguntas a respeito do seu próprio componentes, com o olhar já para o Currículo Paulista, que não foge da estrutura da Base, porque o currículo ele está completamente casado com a Base, nosso Currículo Paulista. Quem faz uma leitura do nosso currículo tem uma hora que até pensa que está lendo a Base, eles são muito próximos realmente. Só para finalizar, depois disso tudo nós tivemos vários documentos a enviar à Secretaria. Enviamos esse documento, e aí a Secretaria produziu a Versão Dois do Currículo Paulista. Após revisão da própria Secretaria, da Versão Dois, é que saiu oficialmente o nosso Currículo Paulista. Embora eu penso de verdade, Rodrigo, que não sei até que ponto a gente conseguiu fazer intervenções, eu não vejo mesmo grandes mudanças na Base, nós não participamos de todo esse movimento, mas o nosso currículo está muito próximo da Base, eu achei interessante esse movimento de escuta. Foi a primeira vez, em 20 anos que eu estou na rede, que eu vi todo o movimento de escuta e para quem não estava diretamente envolvido na Diretoria, até essa consulta através de links onde os pais dos alunos poderiam participar, por exemplo.

## **7. Há algum tipo de orientação para a implementação da BNCC?**

Quando fala implementação da Base nós entendemos aqui que agora é a implementação do nosso Currículo Paulista que está totalmente alinhado com a Base. São Paulo começou com as primeiras orientações a respeito da implementação. A primeira orientação de São Paulo foi mês passado, foram chamadas diretoras e diretores de núcleo pedagógico da diretoria, esses diretores replicaram essa primeira formação de São Paulo com os PCNP e com supervisores da diretoria. Essas primeiras discussões que ocorreram no mês passado... tem um site da secretaria, endereço da secretaria do Currículo Paulista barra materiais. Desses materiais ficaram disponíveis quatro pautas de ATPC para que os professores coordenadores discutissem com os professores de cada escola essas primeiras orientações da secretaria, que é o percurso histórico da implementação do currículo, também resgatando todas as questões da BNCC primeiro até chegar no nosso Currículo Paulista, depois ele discute os princípios e premissas do currículo e da BNCC, depois tem dois outros temas que não me recordo de cabeça, Rodrigo. Mas, essas pautas estão prontas e fechadas, tanto o ppt quanto as orientações de atividades que os coordenadores devem desenvolver com os professores. Semana passada novamente os diretores do núcleo foram chamados, mas aí já não tinha relação propriamente dita com a Base, mas assim com o



novo programa de São Paulo, que é o Inova Educação com três novos componentes curriculares na nossa secretaria. É um movimento de implementação que está ocorrendo, a gente sabe que nós seremos chamados por área para implementar agora esse currículo, mas especificamente nenhuma área ainda foi chamada, a gente está na expectativa.

**8. Para a implementação da BNCC terá algum curso/formação? O que está previsto?**

Como a secretaria de ensino, na primeira orientação, mês passado... é que esse ano e o ano que vem haverá formações em São Paulo e orientações para implementação desse currículo. Nesse momento eu não tenho nenhum norte para te dar porque eu não fui orientada em relação a nada ainda.

**9. Hoje há uma proposta curricular definida para o Estado de São Paulo. Com a chegada da BNCC haverá mudanças no currículo? Como fica isso?**

Sim, haverá mudanças. Nós em São Paulo estávamos sempre alinhados com as leis de diretrizes e bases, mas em relação aos objetos de conhecimento, principalmente os parâmetros nacionais curriculares. Se nós formos fazer uma análise do nosso currículo que será implementado, que já chama de um Novo Currículo Paulista, existe um alinhamento e uma proximidade muito grande entre os PCN e a BNCC. Mas existe um lapso temporal do PCN que foi publicado na década de 90, e uma base nacional publicada agora, quase em 2020. E nesse período todo, a gente sabe que tiveram grandes transformações sociais e transformações tecnológicas. Essas transformações na nossa contemporaneidade fazem essas mudanças surgirem, não porque não havia um alinhamento de concepções e metodologias, mas por que existe um objeto de conhecimento na atualidade que nem existia na época dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Por esse lapso temporal, por si só, a gente prever que tem muitas mudanças que virão. Para nós em São Paulo não vai ser.... para Língua Portuguesa em São Paulo eu posso falar, a gente tem a mesma concepção de língua, por exemplo, tanto no PCN quanto na Base e agora no Currículo Paulista, mas, alguns objetos de conhecimento, de metodologias muito diferentes. Eu acredito que mais nesse sentido que virá a mudança. Por outras áreas eu já não posso falar com propriedade.

**10. Será adotado algum tipo de acompanhamento do processo educativo a partir da implantação da BNCC?**

Toda vez que a Secretaria implementa alguma coisa, independente de currículo ou não, sempre há o monitoramento, acompanhamento e alinhamento. Então, garanto que sim, que esse acompanhamento efetivo ocorrerá, principalmente porque a função do PCNP na parte pedagógica, inclusive é essa, de fazer os acompanhamentos diretamente com as escolas para saber como é que está se organizando esse desenvolvimento do currículo, isso sempre ocorreu e agora de maneira muito mais intensiva, por que as escolas vão precisar de apoio em relação a isso, e os PCNP são preparados para que a gente consiga dar essa ponte que as escolas precisam de maneira mais pessoal e afetiva mas, de que maneira isso se dará... ainda não fomos orientados pela secretaria.

## **11. Quais as vantagens e desvantagens com a chegada da BNCC?**

Acho que as vantagens eu acabei falando a princípio. Desvantagens... eu não penso assim. Eu acho que tudo depende de como a gente conduz as coisas. Mas muitos veem as desvantagens... sentem que o trabalho do professor vai ficar muito amarrado. Talvez o professor diga isso porque além de um currículo a gente acaba sempre recebendo, talvez, materiais didáticos que orientam um trabalho. É mais nesse sentido do uso desses materiais que o professor sente essa amarração. Mas, esses materiais são apoios, é o norte, um guia. Até porque esses materiais são construídos e distribuídos. Esses materiais são feitos da rede para rede então, tem sim essa orientação, mas o professor sempre pode planejar e executar a aula dele com liberdade, embora as pessoas não digam, isso existe, e eu como professora PCNP a pouco tempo, mas professora há muito tempo, sempre desenvolvi as minhas aulas de acordo com aquilo que eu quis, respeitando o que o currículo previa. Esse respeito ao currículo eu acho importante, como já disse anteriormente, então nesse momento eu não vejo desvantagens. As desvantagens serão mais evidentes quando tudo começar a se realizar na prática, por que na prática a teoria é outra. Quando a gente ver isso se implementando a gente vai começar a encontrar talvez algumas lacunas que não foram previstas ou antecipadas nesse processo todo.

### **11.1. Qual é a importância da BNCC?**

A BNCC é um ganho para o território nacional do Brasil. Há um tempo já se discute qual é o currículo mínimo que os alunos do Brasil deveriam aprender. Essas discussões vêm de longa data, mas nunca teve um movimento para que isso se concretizasse. Eu acho que há falha nisso tudo. É que como nós temos no Brasil um grande número de professores, pensando em território nacional, eles não se sentem parte disso, eles não se sentem consultados, eles não se sentem participantes disso tudo. E aí, tem a resistência. E com a resistência algumas práticas importantes elas ficam difíceis de se cumprir.

## **12. A BNCC se apresenta como um documento para a elaboração do projeto pedagógico da escola. Para a elaboração deste projeto você considera relevante que as decisões sejam compartilhadas entre os gestores, os professores, os pais e os alunos? Nesse sentido, qual é o papel da Diretoria de Ensino?**

Com certeza. O PPP de uma escola... a primeira premissa é ser democrático e, dessa forma, tem que ter a participação de todos. A gente não consegue fazer efetivamente um projeto se chamarmos toda a comunidade, isso fica inviável, mas a gente tem que ter uma representatividade de membros diversos dessa comunidade. Para se efetivar um projeto real, os atores envolvidos que não fazem parte direta da educação, por exemplo o pai de um aluno e outros, precisa se apropriar de alguns conhecimentos mínimos, porque se não... não consigo opinar sobre aquilo que eu desconheço. Teria que ter primeiramente, meu ponto de vista, esse olhar do diretor, aí caberia ao diretor da escola mesmo. E envolver todas as pessoas para esclarecimentos e estudos sobre a Base, porque se eu não sei o que é, se eu não conheço, eu não opino. Essa pessoa está estaria ali por estar e aí, não faz muito sentido. À Diretoria, nesse aspecto, cabe essa orientação, ela não tem uma citação direta no PPP, mas na orientação para que isso ocorra de forma democrática, sim.

## **13. Quais considerações gerais você gostaria de deixar sobre a BNCC?**

Eu acredito que cada cidadão deveria conhecer esse documento, não só os envolvidos com a educação, já que a educação é importante para todos. Não especificamente cada

componente, mas conhecer, primeiramente, pelo menos os seus princípios e premissas, para que, posteriormente, discussões que ainda ocorram... porque todo esse movimento que eu falei foi voltado para os anos finais, nossa Secretaria vai começar agora esse movimento da Base com ensino médio. A escuta pública, essa chamada de forma mais intensiva, porque daí a gente vai desenvolver o currículo do ensino médio que não está definido, o currículo do ensino médio paulista. As minhas considerações gerais eu acho que são para que os professores principalmente, mas todos devem conhecer, conheçam o documento, estudem o documento para que possam participar dessa escuta ativa que ainda virá em relação ao ensino médio, porque essa chamada da rede é relevante e a gente não pode se omitir nesse momento.

**13. 1. Há alguma questão que você considera preocupante?**

O que mais me preocupa é a implementação do próprio currículo. Porque é para uma rede imensa. Em relação a diretoria somos, pensando na rede ou nos PCNP... eu acredito que serão muitas dúvidas que virão, porque o professor está desde 2008 até 2019, muito acostumado com o currículo que ele conhece. E com todas as novas proposituras é algo totalmente novo, o professor vai ter que ter uma nova maneira de planejar e esse novo vai trazer dúvidas, e a minha ansiedade é em relação em como, ao mesmo tempo sanar as minhas dúvidas e apoiar toda a rede. Acho que essa é a minha maior preocupação.

**ANEXOS**

## **ANEXO A –COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNCC)**

### **COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Currículo e Base Nacional Comum Curricular: uma análise crítica da prescrição.

**Pesquisador:** Rodrigo Rios Nascimento

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 96201918.5.0000.5504

**Instituição Proponente:** Centro de Ciências Agrárias

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.965.040

#### Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), levando em consideração seus propósitos, as possíveis implicações na prática pedagógica, a seleção curricular dos mínimos, o processo de apresentação e implementação nas diretorias de ensino e nas escolas e, como se dará a produção de meios didáticos para orientar a prática educativa. Para tanto, utilizaremos a pesquisa documental como proposta por Gil (2007) para análise dos documentos oficiais e, a entrevista semiestruturada como apresentada por Poupart (2010) para verificar os possíveis desdobramentos no contexto escolar. Nosso referencial teórico é apoiado por Sacristán (2017), que entende o currículo, numa dimensão processual, como um cruzamento de práticas e configurador destas. A temática possui grande relevância visto que trata-se de um tema latente no atual cenário da educação brasileira.

#### Objetivo da Pesquisa:

Por objetivo geral temos como pretensão fazer uma análise crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas possíveis implicações nas práticas educacionais.

Objetivo Secundário: Para melhor operacionalizar esta pesquisa, traçaremos os seguintes objetivos específicos: a) entender, conceitualmente, quais são os propósitos da BNCC e a quem ela serve; b) identificar a seleção cultural curricular presente na BNCC; c) analisar a apresentação da BNCC para as diretorias de ensino, bem como às escolas e aos professores; d) discutir sobre o entendimento que os agentes educacionais possuem sobre a BNCC; e) reconhecer quais são as

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235  
**Bairro:** JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905  
**UF:** SP **Município:** SAO CARLOS  
**Telefone:** (16)3351-9683 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.965.040

ações e os meios de ordem administrativa, de supervisão e pedagógica, questões previstas para implantação da BNCC, e seus mecanismos de controle.f) avaliar as possibilidades da produção de meios didáticos para orientar a

prática pedagógica, por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). A partir destes objetivos pretende-se analisar a maneira pela qual a BNCC foi prescrita pelo MEC e a maneira pela qual ela está sendo apresentada aos agentes escolares.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O projeto aborda riscos e benefícios de forma satisfatória.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto é de relevância para a área, estando de acordo com os procedimentos requeridos para pesquisa envolvendo seres humanos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O TCLE apresenta elementos essenciais para esclarecimento sobre a pesquisa aos participantes.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

De acordo com os objetivos propostos e a metodologia empregada para alcançá-los, o projeto está de acordo com o requerido para execução em pesquisa envolvendo seres humanos.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1179847.pdf	10/10/2018 17:15:40		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	zurita.pdf	10/10/2018 17:15:18	Rodrigo Rios Nascimento	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	10/10/2018 17:07:11	Rodrigo Rios Nascimento	Aceito
Outros	Instrumentos_entrevista_semiestruturada_Rodrigo_Rios_Nascimento.pdf	13/07/2018 18:15:30	Rodrigo Rios Nascimento	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_Rodrigo_Rios_Nascimento.pdf	13/07/2018 17:51:10	Rodrigo Rios Nascimento	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235  
 Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905  
 UF: SP Município: SAO CARLOS  
 Telefone: (16)3351-9683 E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.965.040

Folha de Rosto	Folha_de_rosto_para_pesquisa_envolvendo_seres_humanos_Rodrigo_Rios_Nascimento.pdf	13/07/2018 17:42:06	Rodrigo Rios Nascimento	Aceito
----------------	---	------------------------	----------------------------	--------

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO CARLOS, 16 de Outubro de 2018

---

**Assinado por:**  
**Priscilla Hortense**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235  
**Bairro:** JARDIM GUANABARA      **CEP:** 13.565-905  
**UF:** SP      **Município:** SAO CARLOS  
**Telefone:** (16)3351-9683      **E-mail:** cephumanos@ufscar.br



